UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CARLOS JOKUBAUSKAS CORAL

O último Avis: D. Antônio, o antonismo e a crise dinástica portuguesa
(1540-1640)

SÃO PAULO

2010

CARLOS JOKUBAUSKAS CORAL

**O último Avis: D. Antônio, o antonismo e a crise dinástica portuguesa
(1540-1640)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História Social do
Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani.

SÃO PAULO

2010

Aos meus pais, Carlos Coral & Genoeffa Jokubauskas Coral

Agradecimentos

Esta pesquisa contou com o apoio de uma bolsa de estudos, concedida pelo Instituto Camões e pela Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH-USP, para a realização de investigações em Portugal entre dezembro 2009 e janeiro 2010. Agradeço às duas instituições pelo apoio e confiança que tornaram possível o aprimoramento desta pesquisa.

Em Portugal, tive a orientação da Profa. Dra. Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora) que além de me guiar pelos arquivos portugueses, gentilmente cedeu suas impressões, sugestões e, especialmente, o seu tempo que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Esta pesquisa esteve vinculada ao Projeto Temático FAPESP: “Dimensões do Império Português”, coordenado pela Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, que proporcionou ao longo dos anos um espaço rico em debates e reflexões para seus participantes.

Ao longo dos anos, a pesquisa foi enriquecida graças às muitas observações, sugestões, comentários e críticas dos professores Profa. Dra. Irís Kantor, Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima, Prof. Dr. Modesto Florenzano, Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini e a Profa. Dra. Laura de Mello e Souza (após muitos anos, depois do início desta pesquisa, tomei conhecimento que a iniciativa de realizar um novo estudo sobre D. Antônio partiu de sua pessoa).

Fora da academia, este trabalho não teria sido possível sem a ajuda da minha família e sua obstinada crença no valor da educação, assim como a de numerosos amigos, mas que aqui faço menção especial a três: Alfredo Roberto de Oliveira Jr., Rafael Vieira Valente e Luís Henrique Jorge que, do começo ao fim, estiveram ao meu lado.

Por último, a minha orientadora Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani, pessoa pelo qual nutro profundo respeito e gratidão por ter me acompanhado ao longo de tantos anos. Como professor, aprendi a reconhecer e admirar a sua disposição em acreditar no potencial dos alunos e a sua paciência e rigor na difícil tarefa de auxiliá-los em seu amadurecimento intelectual. Foi um grande privilégio ter sido seu aluno.

Tu, Natureza, és minha deusa; a ti
É que sirvo. Por que havia eu
De respeitar a praga do costume
E ficar pobre em razão só de leis,
Por ser um ano ou pouco mais moço
Que meu irmão? Bastardo? Inferior?
As minhas proporções são tão corretas,
Minha mente tão fina, boa a forma,
Quanto o produto da madame honesta.
Por que chamam-nos baixos e bastardos,
Nós, que no prazer natural da luxúria
Somos compostos com mais força e viço
Do que os leitões exaustos, tediosos,
Que geram tribo inteira de idiotas,
Concebidos em meio de um cochilo?
Pois legítimo Edgar, eu preciso
Das tuas terras. O amor paterno
É igual pro legítimo e o bastardo.
É uma boa palavra essa: “legítimo”!
Pois se esta carta prosperar, legítimo,
E eu futricar bastante, Edmund, o baixo,
Cobre o legítimo. Cresço e prospero.
E agora, aja Deus pelos bastardos!

(SHAKESPEARE, William. *Rei Lear*.
Trad. São Paulo: Abril, 2010, p.264-265)

SUMÁRIO:

Lista de mapas e tabelas	9
Abreviaturas	10
Resumo/ Abstract	11
Introdução	12
Um sentido para o fim	12
Quem foi D. Antônio?	15
Aspectos gerais desta dissertação	18
Capítulo I D. Antônio e o antonismo na crise dinástica portuguesa	19
1.1. O sentido do antonismo para a compreensão da União das Coroas Ibéricas	20
1.2. O antonismo e a nova leitura sobre a União das Coroas Ibéricas	22
1.2.1. Um ponto dentro de uma série: a leitura de Vitorino Magalhães Godinho	23
1.2.2. O povo e suas ideologias	25
1.2.3. Paradigmas	26
1.2.4. A loucura dos populares	29
1.3. A multiplicidade de significados	31
1.3.1. D. Antônio foi um herói da pátria?	32
1.3.2. A rebelião portuguesa	40
1.3.3. A Restauração e D. Antônio	47
1.3.4. A Historiografia oitocentista	51
1.4. Superando a crise dinástica	55
Capítulo II Representar o infante D. Luís	56
2.1. O uso do nome do infante D. Luís nos discursos antonistas	57
2.2. O infante D. Luís	60
2.3. A Historiografia sobre o infante D. Luís (Séculos XVI - XIX)	64
2.4. O perfeito cortesão português	70
2.5. A corte do infante D. Luís	75
2.6. Os projetos políticos da corte do infante D. Luís	86
2.7. A tentativa de casamento com a princesa D. Maria	90
2.8. A continuidade da corte do infante D. Luís e o antonismo	94
Capítulo III A trajetória de D. Antônio, prior do Crato (1531-1578)	97
3.1. “E agora, aja Deus pelos bastardos!”	98
3.2. O papel dos ilegítimos na família real portuguesa (1531 – 1537)	100
3.3. Sob a tutela dos Jerônimos (1537-1547)	104
3.4. O infante D. Luís busca a salvação	108
3.5. No mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1548-1551)	114

3.6.	A ascensão da Companhia de Jesus e os novos projetos do infante D. Luís	120
3.7.	D. Antônio entre os jesuítas (1551-1555)	123
3.8.	Os planos <i>post-mortem</i> do infante D. Luís	127
3.9.	Os planos de D. Antônio	129
3.10.	Parecer o que não é: A legitimação de D. Antônio (1555-1557)	133
3.11.	D. Antônio contra os regentes (1557-1565)	137
3.12.	Na corte espanhola (1565-1568)	144
3.13.	Na corte de D. Sebastião (1568-1578)	146
3.14.	D. Antônio contra os jesuítas	152
Capítulo IV	O antonismo	156
4.1.	Por uma nova delimitação do fenômeno antonista	157
4.2.	Duração	158
4.3.	Composição social	163
4.3.1.	O povo	163
4.3.2.	A nobreza	166
4.3.3.	O clero	167
4.3.3.1.	Roma e o alto clero	167
4.3.3.2.	As ordens religiosas	169
4.3.3.3.	O clero universitário	170
4.3.4.	Escravos	172
4.3.5.	Os cristãos-novos	174
4.4.	Dinâmicas internas	175
4.4.1.	A violência dos populares e a tensão interna do antonismo	175
4.4.2.	O círculo de pensadores do antonismo	178
4.4.2.1.	Damião de Góis	179
4.4.2.2.	Francisco de Holanda	180
4.4.2.3.	Frei José Teixeira	181
4.4.2.4.	D. João de Castro	183
4.4.2.5.	Frei Miguel dos Santos	184
4.4.2.6.	Frei Diogo Carlos	185
4.4.2.7.	Antônio de Sena	185
4.4.2.8.	Luís Correa	186
4.4.2.9.	Heitor Pinto	186
4.4.2.10.	Frei Luís Sotomaior	187
4.4.2.11.	Pedro Alpoim	189
4.4.2.12.	Manuel da Fonseca Nóbrega	190
4.4.2.13.	Paio Rodrigues de Vilarinho	190
4.5.	O pensamento do antonismo	192
4.5.1.	O sangue dos antepassados	193
4.5.2.	A pátria no discurso antonista	195
4.5.3.	A identidade portuguesa: a personificação de Portugal como sujeito coletivo	199
4.5.3.1	Identidade <i>Idem</i> : Ser um bom e leal português	202
4.5.3.2	Identidade <i>Ipsen</i> : A historiografia portuguesa e o momento decisório (1580)	204
4.5.4.	Bem <i>versus</i> Mal	209

4.5.5.	A doutrina da eleição popular e a exclusão feminina	212
4.5.6.	Países Baixos e a hegemonia de Castela	214
4.6.7.	O antonismo e a Restauração	216
Conclusão		219
Bibliografia		223

LISTA DE MAPAS

Mapa I	Senhorios dos infantes D. Fernando, D. Luís e Ordem do Hospital (Crato):	84
--------	--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Dimensões de casas senhoriais (Século XVI)	76
Tabela II	Domínios do Infante D. Luís por volta de 1527	77
Tabela III	Domínios do priorado do Crato (Ordem de São João do Hospital “Hospitalários”)	78
Tabela IV	Domínios do infante D. Fernando	82
Tabela V:	Divisão de moradores da corte do Infante D. Luís	85

ABREVIATURAS:

ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
Co.Do.In	Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España
Cod.	Código
Doc.	Documento
Ms.	Manuscrito

RESUMO: Esta dissertação de mestrado tem como objeto de estudo o fenômeno conhecido como antonismo, nome dado ao movimento de apoio à reivindicação de D. Antônio, prior do Crato (1531-1595), à coroa portuguesa após a morte de D. Sebastião (1555-1578). A luta de D. Antônio e dos antonistas pelo trono foi assunto de controvérsia e polêmica na historiografia, ora compreendido como um surto patriótico, ora como uma revolta popular, mas sempre circunscrito aos eventos da crise dinástica. Nesta dissertação, buscaremos demonstrar que este fenômeno corresponde a uma linha de força interna da política portuguesa quinhentista, que tem origem nas disputas e conflitos entre o infante D. Luís e D. João III e de diversas facções descontentes com a política do reino que aos poucos construíram a pretensão de D. Antônio, prior do Crato, à coroa portuguesa e, portanto, sendo uma possibilidade política concreta antes e depois da crise dinástica portuguesa (1578-1581).

PALAVRAS CHAVE: D. Antônio, prior do Crato – Antonismo – Infante D. Luís – História de Portugal – História Moderna

ABSTRACT: This dissertation has as its object of study the phenomenon known as *antonismo*, name given to the movement to support the claim D. Antônio, prior of Crato (1531-1595), to the Portuguese crown after the death of D. Sebastião (1555-1578). The struggle of D. Antônio and the *antonistas* for the throne was the subject of dispute and controversy in historiography, now understood as a patriotic outbreak, now as a popular revolt, but always limited to the events of dynastic crisis. This dissertation demonstrates that this phenomenon corresponds to an inner power line of the sixteenth-century Portuguese policy, which has its origins in disputes and conflicts between the infante D. Luís and D. João III and from various factions discontented with the policy of the kingdom that gradually built up the pretense of D. Antônio, prior of Crato, to the Portuguese crown, and thus being a real political possibility before and after the Portuguese dynastic crisis (1578-1581).

KEYWORDS: D. Antônio, prior do Crato – Antonismo - Infante D. Luís – History of Portugal – Modern History

Introdução

Um sentido para o fim

O anno de 1580 (...) falleceo e se foi desta vida o Rei velho, Cardeal D. Henrique (...) foi aquella noite hum grande Eclipse da lua, o mor que pode ser (...) e assi se cobrio a lua de vermelho (...) e todo o Reino ficou muito mais escuro, e confuso¹.

Na Idade Moderna (XV-XVIII) a associação entre mudanças políticas e a ocorrência de fenômenos celestes era algo comum, pois, diante de eventos inesperados ou dramáticos, buscava-se na regularidade do movimento dos astros uma correspondência que restaurasse a sensação de se viver dentro de uma ordem maior².

Dentro das experiências políticas daquele período, o fim de uma dinastia representava a maior ameaça à ordem da sociedade, pois com o aumento do poder régio e a consequente organização da vida social e política da comunidade em torno da sucessão dos seus reis, criava-se um *continuum* em que a ordem da sociedade era percebida como algo alto tão estável e previsível como as estrelas e planetas do céu³.

Em Portugal, esta percepção era reforçada pelo fato de que a casa de Avis governava o reino desde 1385, quando D. João I assumiu o trono. Até o início do reinado de D. João III (1502-1557) não existiam motivos para se acreditar que a dinastia estava em perigo, pois o rei era jovem e saudável, tendo muitos outros irmãos capazes de assumir a coroa. No entanto, todos os filhos do monarca morreram, assim como a maioria de seus irmãos. Dessa forma, nos últimos anos do reinado a esperança de perpetuação da dinastia residia em seu único neto D. Sebastião (1554-1578).

O jovem rei cresceu com a responsabilidade de restaurar a enfraquecida linhagem, mas, no entanto, teve como única preocupação retomar as praças no norte da África dos mouros, abandonadas pelo seu avô. Mesmo sem herdeiros, D. Sebastião reuniu seus exércitos e marchou para um destino trágico, desaparecendo na batalha de Alcácer-Quibir (1578). A coroa foi então para o único irmão vivo de D. João III, o cardeal D. Henrique (1512-1580). Doente e de idade avançada, o reinado de D.

¹ Os mosteiros dos cônegos regantes de Santo Agostinho na crise de 1580, Documento CIII. In: BRANDÃO, Mario. *Coimbra e D. António, Rei de Portugal*, Vol. 3. Coimbra: 1947, p. 144

² HALE, John. *A civilização européia do renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 2000, p.502.

³ KANTOROWICZ, Ernest H. *“Os dois corpos do rei”*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; KERMONDE, Frank. *A sensibilidade Apocalíptica* Trad. Lisboa: Século XXI, 1997; RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Trad. 3 Vols. São Paulo: Papyrus, 1994, 1995 e 1997.

Henrique foi uma espera angustiante pelo derradeiro fim da casa de Avis e, desta forma, rompendo o *continuum* que para muitos significava o fim do reino de Portugal.⁴

Este perigosa associação tornava a busca por um sentido para o fim da dinastia algo fundamental para preservar a ordem política, mesmo que tal evento fosse contemplado pelo sistema jurídico das monarquias. O risco de convulsões sociais ou de grandes mudanças políticas era alto, especialmente pelas incertezas de como seriam a relação entre o futuro monarca e o reino. Assim, era importante que todos acreditassem que o fim da dinastia correspondia a uma ordem previsível e que o novo monarca representava a preservação do *continuum* garantido pela sucessão dos reis.

Para muitos, o aparente caos, quando corretamente interpretados, revelava uma harmonia divina, como um relato coevo observa: “princiaram os Reis de Portugal em Henrique, (...) e acabaram em outro do mesmo nome, como os grandes Impérios de Roma e Constantinopla”. Esta concordância entre o fim e o começo cria uma harmonia ao encerrar um tempo e permitir o começo de outro – o *continuum* era preservado através da inserção destas duas épocas em uma temporalidade que as englobasse, pois “em matérias tão grandes e de tanta consideração, como são mudanças de Reino, as ordena a Providência Divina (...) para grandes fins⁵”.

Este fim era a união da cristandade sob um único rei, sinalizada com a aclamação de Filipe II, rei de Castela (1527-1598), como rei de Portugal, unindo as coroas ibéricas e seus vastos territórios ultramarinos. Seria apenas o começo de uma monarquia universal católica destinada a vencer os hereges e os infiéis.⁶ Esta ideia de que aqueles eventos dramáticos era um destino assegurado por forças que transcendem a vontade humana sempre foi uma das maneiras mais comuns de compreendê-los.

No entanto, existiam outras leituras. Muitos notaram que D. Antônio, prior do Crato (1531-1595), tido como filho ilegítimo do infante D. Luís (1506-1555), irmão de D. João III, foi um dos poucos nobres que sobreviveram à batalha de Alcacer Quibir, e, com a morte de D. Henrique, era o último representante de casa de Avis. Ao reivindicar a coroa, D. Antônio se assemelhava ao fundador da dinastia, que também era

⁴ A ideia do “fim do reino” era muito comum durante a crise dinástica, o próprio D. Antônio assim se referiu à situação: “eu desseio mais que todos acressentando nem contra a quietação e bem destes Reinos que mais do que todos desejo que se não extinga Como parece que vai encaminhado”. In: *Carta de D. Antônio ao cardeal-rei D. Henrique*, dezembro de 1579 In: SOARES, Pero Roiz. *Memorial – Actas da Universitatis Conimbrigensis*. (1ª edição integral do manuscrito encontrado na Universidade de Lisboa). Leitura e revisão M. Lopes de Almeida. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953, p.127-130.

⁵ *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*. Lisboa: Livro Aberto, 2004, p.47.

⁶ PARKER, Geoffrey. *La gran estrategia de Felipe II*. Trad. Madrid: Alianza Editorial, 1999, p.35.

considerado ilegítimo. Desta forma, não era o fim de um período, mas sim um recomeço, interpretação esta autorizada pela Bíblia em Daniel 4: 1 - 37.

Na passagem, o rei Nabucodonosor sonhou com uma grande árvore, cujas sobras a todos abrigava, mas uma voz do céu ordenou a sua derrubada e que fosse preservado apenas o seu tronco e as raízes. Intrigado, o rei convocou Daniel para interpretar o significado daquele sonho. Ele respondeu que a árvore era o próprio monarca e caso não tivesse humildade diante de Deus, ficaria louco e perderia o reino. De acordo com um relato anônimo: “que mais representou esta arvore, que el Rey Dom Sebastião, pos debaixo dellas se sustentauão todos com as esperanças de sua grandessa, e em seos braços susteue muitas gentes, confiados em sua sombra”, e como as escrituras revelavam, Deus deixou o tronco e as raízes para que árvore pudesse crescer novamente, o que correspondia a D. Antônio⁷. Seria este o sentido perfeito para a vitória de D. Antônio, caso não tivesse sido derrotado pelas forças de Filipe II. Para os crentes neste significado da luta antonina, a passagem bíblica deixava claro que a responsabilidade pelo fim do reino cabia àqueles que não ouviram a voz dos céus, e, assim, se iniciou uma busca pelos culpados que não permitiram a continuidade da dinastia de Avis, busca esta que permanece.

A derrota de D. Antônio, no entanto, teve outras consequências, pois quando a trama antonista é inserida nos acontecimentos da crise dinástica não é possível encerrar o tempo e dar um sentido para aqueles eventos. Como uma morte abrupta, o campo das potencialidades fica em aberto, o que enfraquece tanto o sentido da inevitabilidade dos eventos como a possibilidade de evitá-los por parte dos agentes. Esta natureza incompleta e pouco confortável se refletiu na historiografia que debateu apaixonadamente o papel deste pretendente à coroa portuguesa na crise dinástica. Dentro dessa tradição, esta dissertação de mestrado procura investigar o que representou a reivindicação de D. Antônio à coroa portuguesa. Nossa hipótese é que esta pretensão esconde um conflito interno dentro da casa de Avis e uma divisão profunda dentro da sociedade portuguesa, que acabou se manifestando com a crise dinástica na reivindicação de D. Antônio e no movimento de apoio a sua pretensão que denominamos antonismo.

⁷ Carta: *que se fez em resposta de outra, que nos persuadia que nos entregássemos à Castela e que lhe não façamos guerra, e os sentidos de seos capitulios são os que seguem apontados ao que responde.* BNL, Ms., N°155. In: FERNANDES, Maria O Rei D. António. Coimbra: Coimbra Editora, 1944, p.65.

Quem foi D. Antônio, prior do Crato?

A história de D. Antônio despertou o interesse e paixões entre historiadores e escritores, existindo uma vasta bibliografia que engloba trabalhos acadêmicos, livros destinados ao público infanto-juvenil, uma peça de teatro de Jorge de Sena e alguns romances históricos⁸. Embora o grande interesse seja pelo seu papel na crise dinástica, a sua trajetória é uma das experiências mais singulares na elite portuguesa do XVI.

D. Antônio foi o único filho do infante D. Luís, descrito como alguém que “não faltou mais que não nascer Rei, ou o ser de algum grande reino”⁹. O infante D. Luís foi o principal conselheiro do seu irmão e ficou famoso nas cortes europeias por participar ativamente da expedição organizada por Carlos V para conquistar Túnis em 1535. Além deste lado político militar, era conhecido como um cortesão exemplar, cuja etiqueta e comportamento deveriam ser imitados. Também foi um admirador das artes e ciências, abrigando em sua corte nomes como Francisco de Holanda, Damião de Góis e D. João de Castro. Embora fosse um príncipe, isso não o impediu de se apaixonar por uma plebeia lisboeta de nome Violante Gomes, cuja conquista exigiu todos os esforços possíveis por parte de D. Luís, história de amor que ficou célebre no reino e resultou em um filho, que foi batizado como Antônio e que nasceu por volta de 1531, sendo destinado à vida eclesiástica.

A educação de D. Antônio ocorreu nos espaços em que o humanismo português se desenvolveu, como o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Posteriormente, com a mudança da orientação da coroa portuguesa em direção a ortodoxia católica, foi enviado para estudar no então recém inaugurado colégio de Évora, sob a supervisão dos jesuítas. Embora fosse considerado um jovem inteligente e excelente latinista, seu comportamento era tido como inadequado a alguém que deveria ser um homem forte da coroa dentro desta nova Igreja. Este conflito o levou ao abandono da vida clerical para se lançar em uma bem sucedida carreira na corte, em que se firmou como uma oposição

⁸ (1) Sobre a bibliografia ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Reinado de D. Antonio, Prior do Crato*, vol. I (1580-1582). Coimbra, 1956, p. XV-LXVII. Para uma versão mais atualizada ver: VAZ, João Pedro. *Campanhas do prior do Crato (1580-1589) - Entre reis e corsários pelo trono de Portugal*. Lisboa, Tribuna, 2005. Em dados gerais, as obras concentram-se na metade do século XX, para logo depois se registrar uma queda significativa na produção. (2) A publicação infanto-juvenil é de ALMEIDA, Virgínia de Castro. *A história mais triste de todas*. Coleção Pátria nº 35. Lisboa. Edições S.P.N, 1943. Apud. TORGAL, José Luis Reis. *História e ideologia*. Coimbra. Livraria Minerva. 1989, p. 208-209 e p. 385 nota (38). (3) A peça denomina-se *O Indesejado* e foi escrita entre dezembro de 1944 e novembro de 1945, ver: MENEGAZ, Ronaldo. “O Indesejado, de Jorge de Sena: O rei que foi apenas um homem”. *Revista Semear* nº 6 e nota 36 deste trabalho.

⁹ *Chronica D'El-Rei D.Manuel*. Vol.III Lisboa: Escriptorio, 147 rua dos Retrozeiros, 1909, p.84-91.

aos regentes D. Catarina e D. Henrique, assim como aos jesuítas. No reinado de D. Sebastião teve grande prestígio por ser um dos que sempre apoiaram a reconquista do norte da África.

Esta trajetória lhe deu reconhecimento como alguém capaz de governar o reino caso o trono ficasse vago, e assim levar ao poder grupos afastados por diversos motivos nas últimas décadas. O que era apenas uma possibilidade para uma facção política da corte tornou-se, abruptamente, um projeto político efetivo após Álcacer Quibir, resultando no inevitável conflito com as outras possibilidades representadas pelos diversos pretendentes à coroa, que igualmente reivindicavam o pertencimento à dinastia de Avis¹⁰. Desta forma, o antonismo enfrentou uma forte oposição no plano interno pela ação do cardeal-rei D. Henrique e de D. Catarina de Bragança (1540-1614). Mas foi Filipe II, rei de Castela, o seu maior inimigo, tanto pelos recursos quanto pela atração quase irresistível que a monarquia espanhola exercia naquele momento. Durante a crise dinástica, a disputa acabou se polarizando entre D. Antônio e Filipe II, resultando em uma guerra pela coroa.

Em 24 de junho de 1580, em Santarém, D. Antônio foi aclamado rei de Portugal, reunindo as suas forças na capital Lisboa. Por sua vez, as tropas castelhanas, comandadas pelo veterano duque de Alba e auxiliadas por uma poderosa frota sob a liderança de Medina Sidonia, se prepararam para tomar o reino em nome de seu senhor. Os antonistas foram derrotados na batalha Alcântara (25 de agosto de 1580) e outras pequenas escaramuças pelo norte do país. D. Antônio fugiu durante um ano pelo reino, sempre protegido pela população, mesmo esta sob ameaça de represálias; e assim, conseguiu sair do país e obter exílio na Inglaterra e depois na França.

Enquanto isso, as ilhas dos Açores juraram fidelidade ao prior do Crato, decidindo resistir às forças castelhanas. Os espanhóis são vencidos na batalha de Salga, na Ilha Terceira (25 de julho de 1581). Por sua vez, D. Antônio obteve apoio francês através de uma armada para proteger as ilhas, mas acabou sendo derrotado na batalha naval de Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel (26 de julho 1582). Por fim, a Ilha Terceira foi conquistada (26 de julho de 1583), dando cabo da resistência no Açores. Em um último esforço, D. Antônio, junto com o notório corsário inglês Sir Francis Drake, invadiu o reino entre maio e junho de 1589, mas um conjunto de fatores

¹⁰ Existiram outros candidatos à Coroa, mas nenhum deles conseguiu obter qualquer apoio expressivo dentro do reino. Foram eles: Ranúncio Farnese, Duque de Parma; Manuel Felisberto, Duque da Sabóia e D. Catarina de Médici, rainha mãe da França.

impediu o seu triunfo: doença entre a tripulação, a ação violenta dos ingleses dentro de terras portuguesas, a hábil ação dos pregadores jesuítas, que acusavam de heresia o apoio ao prior do Crato, e, especialmente, a oposição da nobreza encabeçada pelo duque de Bragança em sua estreita aliança com Filipe II. Morreu na França, acreditando em sua causa e na futura vitória de seus filhos, afirmando ser “um rei que nunca foi ambicioso e que, podendo por muitas vezes descansar, morreu em trabalhos e misérias pela liberdade do seu reino e vassallos.”¹¹.

Durante estes anos de luta, uma rede de partidários dentro do reino atuou dando recursos financeiros e fomentando críticas aos monarcas castelhanos, sendo implacavelmente perseguida e destruída. A corte de D. Antônio, exilada na Inglaterra e França, articulou uma série de ataques ao império luso-castelhano através de corsários e estabeleceu relações com os inimigos da monarquia espanhola: a casa de Orange, da qual um de seus filhos, D. Manuel, acabou casando com uma filha de Guilherme de Nassau; com os ingleses e seus corsários; com os governantes do Marrocos, onde seu filho D. Cristovão residiu por três anos; e com o império Turco Otomano.

O caminho das armas não foi o único pelo qual se verifica a ação antonista. Também é notável a produção de uma série de discursos em defesa de seus direitos e contra a união das coroas, geralmente impressos distribuídos por toda a Europa em várias línguas, o que tornou a luta antonista amplamente conhecida e representaram uma etapa importante do pensamento político português por conterem reflexões a respeito da teoria da eleição popular, do sentido de ser português, da pátria e, especialmente, por constituírem um rico manancial de argumentos contrários ao processo de unificação peninsular que foram reaproveitados pelos juristas da Restauração.

¹¹ *Cartas de D. Antônio escritas em 1595, quatro dias antes de sua morte. (IV) Para o Conde Mauricio.* In. BAPTISTA, A. Virginio. *Açores e o governo do rei D. Antonio, prior do Crato 1580-1583.* Portucalense, 1932, p.174-175.

Aspectos gerais desta dissertação

No primeiro capítulo intitulado “D. Antônio e o antonismo na crise dinástica”, analisaremos o problema da pré-compreensão sobre o período. A narrativa antonista tem um papel estratégico para fornecer um sentido para aqueles eventos. Assim, estudaremos de que forma a trama antonista foi formulada e reformulada, seja pelas forças políticas ou pela historiografia. Buscaremos demonstrar que a atual compreensão sobre D. Antônio e o antonismo parece estar inteiramente comprometida com uma leitura política e muitas vezes pouco objetiva do fenômeno.

O segundo e terceiro capítulos, “Representar o infante D. Luís” e “A trajetória de D. Antônio, prior do Crato” partem de uma percepção quanto à necessidade de retomar os estudos anteriores à crise dinástica. A figura do infante D. Luís e a formação de D. Antônio são assuntos pouco explorados pela historiografia, no entanto, ao serem reconstituídos, permitem a compreensão de um conflito interno dentro da casa de Avis que tornou possível a pretensão do prior do Crato.

Por último, o quarto capítulo, “Antonismo”, é uma tentativa de buscar uma nova imagem para este fenômeno histórico. Este estudo é conscientemente fragmentado com o objetivo de fornecer, o que julgamos ser, a primeira tentativa de dimensionar este fenômeno histórico quanto à sua duração, composição social, dinâmicas internas e pensamento político.

Acreditamos que estes quatro estudos possam fornecer uma nova interpretação para a enigmática figura de D. Antônio e para o fenômeno antonista, demonstrando que a sua compreensão permite reconstituir uma linha de força da política portuguesa por tantas vezes esquecida ou incompreendida, mas fundamental para entendermos este fascinante período da história portuguesa.

Capítulo I

D. Antônio e o antonismo na crise dinástica portuguesa

1.1. O sentido do antonismo para a compreensão da União das Coroas Ibéricas

A questão sobre o que significou a União das Coroas marcou profundamente o pensamento político e cultural da península ibérica. A necessidade de toda uma comunidade histórica buscar um sentido para aqueles eventos gerou uma longa cadeia de interpretações e reinterpretações em que os mais variados significados foram atribuídos e fixados. Podemos afirmar que este “excedente de significação”¹² sobre o período constitui ao mesmo tempo a sua maior riqueza e dificuldade para o historiador.

Estes significados foram gerados a partir da reflexão sobre uma construção narrativa cuja trama tem início em Alcácer-Quibir, com a morte de D. Sebastião, e seu fim nas cortes de Tomar, quando se concretizou a União das Coroas Ibéricas. Os fenômenos sociais da trajetória de D. Antônio e do antonismo se encontram presos dentro deste complexo narrativo e, assim, sua percepção e representação dependem da sua função em dar um significado para história como um todo. Portanto, o objetivo deste capítulo será investigar os usos das narrativas antoninas na construção de um significado para a União das Coroas Ibéricas.

D. Antônio e o antonismo têm uma posição estratégica para fornecer um sentido para aqueles eventos – por esse motivo o significado de sua luta foi sempre uma questão acompanhada de perto pelas elites políticas daquelas sociedades. Basta pensarmos nas consequências diplomáticas em entender aqueles eventos como uma conquista ou uma anexação negociada para entendermos como o problema extrapola os limites da discussão historiográfica.

Por esta razão, nas últimas décadas, muitos historiadores olharam com grande desconfiança os estudos sobre o antonismo existentes, muitas vezes considerando que era apenas um subproduto de uma ideologia nacionalista, pois a principal historiografia sobre o assunto se caracterizou em transformar a história de D. Antônio como uma manifestação do sentimento de patriotismo no momento de maior necessidade da nação.

Por sua vez, a historiografia crítica da leitura nacionalista dos eventos apresenta ou uma tendência de transformar a União das Coroas Ibéricas em um momento sem significado, uma tendência de longa duração, ou como um processo inevitável. O papel

¹² O termo é retirado da obra de RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação. O Discurso e o excesso de significação*. Trad. Lisboa: Edições 70, 1976. O conceito é empregado para descrever quando uma ação, evento ou texto transmite muito mais do que seu significado primário, graças ao processo contínuo de interpretação e reinterpretação que sofre ao longo tempo, formando o que podemos denominar como uma tradição que deve ser usada como mediação para a análise dos fenômenos a serem investigados.

desempenhado por D. Antônio e pelo antonismo nesta leitura é interessantíssimo de acompanhar, afinal como a maior resistência à unificação da península seria interpretada por uma historiografia que decididamente escolheu perceber a unificação como algo inevitável? Pois ela nos sugere que um estudo de D. Antônio e do antonismo somente é pertinente quando analisado como uma forma de apropriação dos eventos por uma ideologia nacionalista, e, sem isso, torna-se tão somente uma disputa pelo poder que no caso específico de D. Antônio e do antonismo não teve grande importância para a sucessão dos acontecimentos. Nosso estudo deve começar pela ausência de D. Antônio e do antonismo na atual historiografia.

1.2. O antonismo e a nova leitura sobre a União das Coroas Ibéricas

Os estudos sobre o período de União das Coroas Ibéricas (1580-1640) sofreram uma grande transformação a partir da década de sessenta do século XX. Esta mudança estava relacionada tanto a profunda crítica à leitura nacionalista da história portuguesa, como pela influência de novas correntes historiográficas, que começavam a se fazer presentes entre alguns autores portugueses. Assim, a trama de D. Antônio, prior do Crato, tida como a principal forma de tornar inteligíveis os acontecimentos da crise dinastia, começou a ser questionada¹³.

A partir de então os estudos sobre esta problemática começaram a diminuir, enquanto os estudos sobre o período aumentaram. O papel de D. Antônio e do antonismo para a compreensão daqueles eventos acabou sendo marginalizado, considerado apenas um caso de oportunismo político de um príncipe bastardo apoiado por uma população pobre e desesperada. Podemos encontrar uma síntese desta análise na interpretação de Joaquim Romero Magalhães:

o bastardo gastador e apreciador de boa vida e alegres Companhias [que] Na conturbação política, acabou por ser aceite pelo povo popular, que assim quis fazer frente aos Castelhanos. Aventura que durou uns escassos dias de Verão de 1580 (...).

E:

O messianismo milenarista que alimenta a imaginação dos sem esperanças terrenas já estava a construir o sonho sebastico. O que diz bem da pouca popularidade do rei rebelde, D. Antônio não era da massa com que se fazem os vencedores. (...) estando ainda vivo e combativo, os anseios populares se vão virando para o perdido D. Sebastião¹⁴.

O que se percebe, além de uma visão pejorativa a respeito de D. Antônio, é a transformação do antonismo como um objeto de estudo secundário, um fenômeno decorrente da combinação entre o oportunismo político e a miséria da população. A posição de J. R. Magalhães não é isolada, uma leitura rápida pela historiografia produzida nas últimas décadas nos sugere o mesmo: a principal característica desta nova

¹³ Para um balanço interessante, embora pouco crítico, da historiografia portuguesa a respeito do Antigo Regime, ver SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao Antigo Regime português. *Penélope*, n°22, 2000, p.119-140.

¹⁴ MAGALHÃES, Joaquim Romero. D. Antônio. In: MATTOSO, José (org.), *op. cit.*, 1993. Vol.III. p. 559 e 563 passim

abordagem é a perda da significação dos eventos de 1580, sendo dissolvidos em séries cujo significado é dado mediante a sua inserção neles, ou seja, quando o antonismo se torna um movimento popular ou mais uma manifestação do messianismo português.

Esta verdadeira inversão não foi o resultado de um desinteresse natural por um tema bastante explorado: como veremos, tal percepção do fenómeno antonista não condiz com o estado de estudos que a historiografia nacionalista deixou, na verdade se percebe um verdadeiro retrocesso às leituras do XIX. A explicação reside na própria lógica interna das atuais abordagens sobre o período: um antonismo fraco e sem ter sido uma possibilidade histórica concreta, se não é uma peça fundamental de toda a nova leitura da união das coroas ibéricas, ao menos reforça o sentido de que a União das Coroas Ibérica era resultado de um processo estrutural ou de longa duração.

1.2.1. Um ponto dentro de uma série: a leitura de Vitorino Magalhães Godinho.

O artigo de Vitorino Magalhães Godinho intitulado *1580 e a Restauração* pode ser considerado o ponto de partida na construção de uma explicação estrutural para o processo de união dinástica¹⁵.

Como Godinho expressou “1640 reenvia-nos desde logo a 1580, sem cuja compreensão não a poderemos compreender”. É justo falar que atualmente 1580 é um campo de pesquisa construído à medida que torna necessário restaurar certas linhas de força presente na Restauração, o que é esperado: se 1580 foi o resultado de uma tendência muito anterior e que se mantém, apenas 1640 pode ser uma ruptura, ou algo que marcou simbolicamente uma.

O problema do excesso de significação dos eventos, seja da União como da Restauração, é resolvido a partir de uma redução brutal: são apenas datas, 1580 e 1640. Seu único significado é dado diante de sua posição em alguma curva, tendência e outras formas de se entender como um processo ou estrutura. Mil quinhentos e oitenta é o momento em que se tornou perceptível uma tendência anterior “1580 é muito mais um ponto de chegada do que de partida” ou “Mas 1 de dezembro de 1640 não passa de um momento num *processus* que resulta da viragem estrutural desencadeada a partir de 1621”¹⁶.

¹⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães. 1580 e a Restauração. In: *Ensaio sobre a história de Portugal*. Tomo II. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968.

¹⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães, *op. cit.* 1968, p.257 e p.278

Esta redução, no entanto, deu liberdade para que os eventos que até então não eram observados no campo de investigação, ou estivessem presos a uma narrativa que os obrigassem a seguir uma inteligibilidade específica, fossem recompostos a partir de outras séries, neste caso, em séries econômicas.

A partir destas séries, tendências ou estruturas, foi possível chegar a uma nova leitura dos eventos. Antes da unificação, Portugal começou a abandonar as praças no Marrocos, a sentir escassez de ouro da Mina e a sofrer uma dura concorrência no levante, o que agravou ainda mais a necessidade de ouro e especialmente de prata, que naquele momento eram escassos devido à fraca produção das minas da Europa central. Por sua vez, a monarquia católica era uma aliada natural, seja por existirem necessidades estratégicas comuns na defesa das rotas e do monopólio dos espaços marítimos, seja pelo fato de que Sevilha, que controlava as minas do México e Peru, poderia abastecer de metais preciosos os comerciantes do império português.

Esta interdependência econômica criou uma estrutura comum que permitiu a integração entre os diferentes reinos em uma única força política, em 1580. A crise dinástica e a unificação apenas confirmaram um estado de coisas que em grande parte já era uma realidade. A burguesia portuguesa, ou a sua classe mercantil, tinha interesse pela prata, portos livres e pela proteção das armas castelhanas. A nobreza e o alto clero foram atraídos pelas vantagens comerciais que a união poderia representar, especialmente depois do desastre de Alcácer-Quibir (1578), o que explica que desde 1540 existiu um forte partido castelhano na coroa. Em outras palavras: os portugueses foram agentes - e não vítimas - do processo de união, “Ser-se-ia quase tentado a falar da anexação de Filipe II pelas classes dominantes portuguesas”¹⁷.

Nesta leitura, o antonismo é explicado pelos problemas sociais do reino como o resultado da miséria gerada pela crise econômica e da exploração das classes dominantes¹⁸. A luta contra Castela não ocorre por sentimentos patrióticos, mas sim como uma revolta popular, sendo apenas um epifenômeno derivado da situação socioeconômica, situação muito comum em toda Europa da Idade Moderna¹⁹. Godinho percebeu com clareza que a ideia de rebelião e motim é o resultado de descrições pejorativas que qualificam “aqueles que estão fora das regras do jogo, diríamos nós,

¹⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães, op. cit., 1968, p.259.

¹⁸ “O abismo social que se cavara entre a concentração da riqueza numa minoria e a sorte mísera das grandes massas suscitava, pois os ‘motins’ e se fazia pender a primeira para se entregar ao rei estrangeiro, empurrava as últimas para a resistência e amoldava-se a sentimentos coletivos fortemente enraizados.” GODINHO, Vitorino Magalhães, op. cit., 1968, p.259.

¹⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães, op. cit. 1968, p.262.

porque movidos apenas pela sua gritante miséria”, mas seu questionamento se dirige apenas a uma qualificação preconceituosa do período e não a sua composição social.

Deixaremos o artigo de Godinho neste momento. Apenas é necessário ressaltar que outro ponto de grande polêmica na historiografia, a Restauração, é resolvido através de uma abordagem inovadora em que relacionou a decadência do comércio do oriente português com a formação, ainda pouco consolidada, do Império Ocidental Português, formado pelo açúcar do Brasil e de São Tomé e pelo comércio de escravos de Angola. Esta seria a “Tendência de longa duração inversa da que moldara a segunda metade e Quinhentos”²⁰. Mil seiscentos e quarenta é o momento que irrompe no mundo dos eventos políticos este movimento estrutural.²¹

1.2.2. O povo e suas ideologias

A leitura de Godinho pode ser complementada pela análise de Antônio de Oliveira a respeito das revoltas populares durante o período filipino²². Mas, enquanto Godinho se fixou nas determinações estruturais, econômicas e geográficas, Oliveira enfatiza o caráter político destas lutas. O antonismo, assim como movimentos contrários à União das Coroas, ou mesmo à participação popular, é interpretado como parte de um mesmo fenômeno de expressão de revolta popular contra os grupos dominantes, que de forma rudimentar, através de uma ideologia ou uma representação, expressavam seu descontentamento com a ordem social. Definitivamente, o antonismo é dissolvido neste vasto conjunto de rebeliões populares do Antigo Regime, enquanto as lutas entre as elites são vistas apenas como facções que disputam o poder que não tinham interesse em alterar a ordem social existente.

Não fica claro se Oliveira percebe no antonismo uma ligação direta com essas revoltas populares – sua preocupação, essencialmente, é com o período posterior à crise dinástica. Recentemente, Stuart B. Schwartz colocou a questão nestes termos. O grupo que se opôs a Filipe II em 1580 é o mesmo estado, i.e, o povo (homens bons, artesãos, pequenos proprietários, representados pelos conselhos municipais, etc.):

²⁰ GODINHO, Vitorino Magalhães, op. cit., 1968, p.263.

²¹ Também ver a leitura de FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. 2 ed. São Paulo: Hucitec. 1997.

²² OLIVEIRA, Antônio. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 1990; OLIVEIRA, Antônio. *Oposição política em Portugal nas vésperas da Restauração*. *Cuadernos de Historia Moderna*. Madrid: Editora Universidad Complutense, nº11, 1991, p.77-98.

Foi esse estado que se opôs a Felipe II em 1580 e que expressou um constante sentimento anticastelhano durante os anos da União. Eles tomaram parte de uma série de levantes contra taxa e contra a escassez, assim como no aquartelamento de tropas, e outras usuais manifestações de insatisfação²³.

Dessa forma, as razões dos agentes foram tidas apenas como aspectos ideológicos, e, portanto, não poderiam explicar as suas motivações, já que estas residiriam verdadeiramente nas estruturas, tendências, etc. Os discursos dos antonistas são deixados de lado pela historiografia. Começou-se, então, a questionar se a resistência contra Castela não seria apenas um subproduto de uma ideologia nacionalista que afetou profundamente a historiografia portuguesa, especialmente na primeira metade do século XX²⁴.

1.2.3. Paradigmas

Conforme ocorre a penetração de autores ligados ao estruturalismo, percebe-se o interesse por estas ideologias ou “estruturas de representação”, resultando no uso cada vez mais frequente de expressões como paradigmas para descrever tanto a leitura dos autores nacionalistas como para compreender os discursos do período. O termo Antigo Regime foi recuperado, no sentido de outro paradigma inacessível às formas de compreensão do paradigma posterior. Um entusiasta do termo, Jean-Frédéric Schaub, assim define a situação da historiografia portuguesa:

cada vez mais se admite com maior clareza que o léxico das relações internacionais, contemporâneo do advento das soberanias nacionais, é inadequado para explicar as relações políticas entre as repúblicas do antigo regime. Por outras palavras, a interpretação que a restauração fez de 1640, concebendo este momento como retorno da independência, é pouco convincente, já que não é evidente que possamos, sem mais preocupações, afirmar que a união dinástica correspondesse em coordenadas antigas ao que seria o colonialismo ou os “cárceres do povo” imperiais do XIX. Neste ponto, Antônio Manuel Hespanha e Joaquim Romero Magalhães coincidem²⁵.

²³ SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. *Tempo*, 2008, vol.12, n°.24, p.203-204.

²⁴ Sobre a ideologia nacionalista e a sua influência na historiografia, assim como outros casos da apropriação de certos eventos para fins políticos, ver a obra de TORRALBA, Luís Reis. *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989, p.21.

²⁵ SCHAUB, Jean-Frédéric, op. cit., 2000, p.133.

Efetivamente, é na obra de Antônio Manuel Hespanha que encontramos a maior defesa da oposição entre dois paradigmas, pois, em grande parte, foi a sua obra que reformulou a categoria de Antigo Regime para o caso português, a partir de sua filiação aos estudos da historiografia constitucional alemã e dos autores como Michael Foucault²⁶.

Hespanha parte da ideia que o advento do Estado moderno alterou a forma de se ver o passado. Toda uma genealogia do Estado moderno é criada a partir das organizações políticas monárquicas, buscando prenúncios ou antecipações dos elementos considerados decisivos para a formação, como os conceitos de “soberania”, “razão de estado”, ou “ideia nacional”. Para Hespanha tais:

foram afanosamente buscados e – está-se hoje de acordo – unilateralmente valorizados, destacando os corpos dogmáticos conflituais onde muitas vezes desempenhavam uma função apenas tópica, e reconstruindo a partir deles toda uma genealogia doutrinal da teoria oitocentista do Estado²⁷.

Esta operação de busca por uma nacionalidade, que foi um dos principais tópicos da historiografia portuguesa, acabou se revelando anacrônica. Para Hespanha, a *lógica* do Antigo Regime não permite uma concepção de Estado nacional tal como o conceito é empregado a partir do XIX. Diferentemente, aquele período “imaginava a sociedade política como um corpo em que a integração das diversas partes num todo não comprometia a identidade e a autonomia destas”²⁸. A sociedade convivia com uma pluralidade de poderes dentro de um mesmo reino, como no caso das grandes casas senhoriais, ou era atravessada por outros poderes, como é o caso da Igreja ou das ordens militares, sendo o poder Real apenas mais um entre tantos outros.

Desta forma, o processo de anexação ou união, palavras empregadas com maior frequência ao invés de conquista ou dominação, não poderia significar a perda da autonomia, pois os múltiplos poderes que compõem as sociedades de Antigo Regime não estavam necessariamente subordinados ao poder Real. Para a Igreja, grandes

²⁶ As posições de A. M. Hespanha encontram-se em diversos artigos e livros, mas sintetizadas no ensaio: *op.cit.*, 2001, p.139-163. O autor posicionou-se no debate historiográfico, ressaltando sua filiação à obra de Foucault e a crítica à hermenêutica, em *op. cit.*, 1991; a sua leitura para o período, fortemente estruturalista, se encontra no clássico trabalho: HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviatã. Instituições e poder político em Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994. Também é importante a coletânea organizada por este autor intitulada *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

²⁷ HESPANHA, A. M., *op. cit.*, 1994, p.26.

²⁸ HESPANHA, A. M., *op. cit.*, 2001, p.142.

senhores e os povos, desde que não se afetasse a sua autonomia e direitos, não era uma discussão pertinente à mudança de uma dinastia.

Com esta *lógica* do Antigo Regime, os significados dados pela historiografia nacionalista são refutados um por um. O caso das “traições” é assim visto pela falta de compreensão da “economia de mercê”, em que receber cargos, rendas ou dinheiro pelos serviços prestados ao monarca, no caso de Filipe II, não pode ser entendido como uma traição à pátria. Por sua vez, o conceito de nação ou pátria parece ser totalmente inoperante dentro do Antigo Regime; são termos que só possuem sentido claro dentro do paradigma do Estado moderno.

A adequação deste paradigma às justificativas filipinas torna possível entender o processo de unificação. Os direitos de Filipe II eram incontestáveis, pois a legitimidade não era dada pelo local de nascimento, mas sim pela dinastia; sua chegada ao trono não implicava na perda de autonomia do reino, o que foi confirmado no pacto de Tomar (1581). Além do que, era um fato bastante comum este tipo de evento no mundo do Antigo Regime, não constituindo nenhum absurdo a ascensão do rei de Castela, um “estrangeiro”, ao trono de Portugal. Na disputa pela coroa nem mesmo uma divisão entre blocos nacionais ocorreu, pois:

‘o nacionalismo’, só por si, não teve virtualidades (ativas) para desencadear ou a resistência ou a revolta. O que parece provado, quer pelos eventos de 1580 quer pela cronologia dos movimentos anticastelhanos nos anos 30 do século seguinte, é que justamente este sentimento nacional permaneceu como um elemento passivo até que fatos políticos concretos tenham ofendido interesses sociais (de diversa natureza, desde a econômica à simbólica) que, esses sim, provocaram a revolta. O nacionalismo terá atuado neste caso, sobretudo como um cimento ideológico do bloco social contestatório facilitando a compatibilização de interesses e pontos de vista em si destoantes²⁹.

Partindo das implicações que estas diferentes leituras oferecem, podemos considerar a pretensão de D. Antônio e o fenômeno do antonismo apenas como um conjunto de grupos contrários à união das coroas sem qualquer consistência, pois o fizeram tão somente por terem seus interesses particulares ameaçados e não terem a disposição nenhuma sólida razão econômica, cultural ou mesmo jurídica para justificar tal posicionamento. Se prosseguirmos com tal raciocínio, nem mesmo a questão da

²⁹ Ibidem, p.142.

autonomia ou naturalidade do rei poderia ser relevante, visto que os conceitos chaves empregados pelos antonistas, como pátria e nação, são vagos e imprecisos no paradigma do Antigo Regime. Diante deste quadro desolador, o antonismo não possuiu nem uma composição social homogênea ou tinha qualquer razão capaz de sustentar o seu discurso, e, mesmo assim, estava disposto a enfrentar um exército muito superior. Em suma, trata-se de um fenômeno social que carece de qualquer consistência política e deve ser analisado a partir de outra perspectiva: a das mentalidades ou paixões populares.

1.2.4. A loucura dos populares

Podemos então dar o último passo: o antonismo é um ato incoerente, irracional, uma “acrasia”, ou seja, uma ação que vai contra o melhor juízo que se pode fazer em uma determinada situação³⁰. Daí, é válido deduzir que foi um movimento de curta duração e de poucos seguidores, especialmente entre as elites cultas do reino, irrelevantes para a dinâmica do período filipino ou para a Restauração. Compreendemos assim o seu desaparecimento do campo de investigação: o antonismo, como um objeto em si, não faz sentido, apenas podemos entendê-lo quando analisado como fruto de alguma mentalidade que leva os agentes a agirem fora da razão, mesmo que esta fosse a lógica do Antigo Regime.

Configurada uma ação irracional (entendemos irracional como falta de coerência), é natural que muitos historiadores comessem a ver ligação entre o antonismo e o sebastianismo, pois apresentavam elementos em comum: grupos populares desesperados, famintos e com medo se apegando a ideias absurdas. O amplo trabalho de Yves-Marie Bercé a respeito da cultura política europeia ligou definitivamente o antonismo ao sebastianismo³¹, embora autores como Eduardo D’Oliveira França já tivessem sugerido tal possibilidade³². Lançando mão de um vocabulário psicológico, Bercé descreveu o fenômeno como uma sequência de estados

³⁰ DAVIDSON, Donald. *Problems of Rationality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

³¹ BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto. Salvadores e impostores. Mitos políticos populares da Europa moderna*. São Paulo. Imprensa Oficial/Edusc, 2003.

³² FRANÇA, Eduardo, *op. cit.*, 1997. “Na gênese da atitude sebastianista do povo o insucesso do Prior do Crato tem um papel: o amargor da decepção – resíduo da derrota e da deserção induzia ao apego a uma solução miraculosa redentora”, p.245.

mentais ou de crenças populares compartilhadas que levou ora ao apoio a D. Antônio, ora a D. Sebastião, sendo o antonismo um proto-sebastianismo³³.

Seja dissolvido nas revoltas populares ou no sebastianismo, o antonismo perdeu seu status como objeto de estudo, deslocando-se para um caso específico dentro de um quadro maior. A ausência de trabalhos após a década de 50 a respeito do tema explica-se, portanto, pelas consequências destas novas interpretações e análises. Mais do que isso: ela coloca em sérias dúvidas a própria possibilidade de se realizar um estudo a respeito do antonismo como um fenômeno social histórico próprio.

³³ BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto. Salvadores e impostores. Mitos políticos populares da Europa moderna*. Trad. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusc, 2003.

1.3. A multiplicidade de significados

As análises acima colocam em sérias dúvidas a importância do papel de D. Antônio, assim como o antonismo, para a compreensão do período. Elas nos sugerem que o antonismo foi construído a partir de uma ideologia ou paradigma nacionalista; assim, as maneiras mais apropriadas de estudá-lo seriam: (1) como uma forma de uso da memória pelo poder, como uma etapa no resgate dos heróis nacionais ou da ação do povo português; (2) despidido de qualquer significação, o antonismo deve ser dissolvido dentro de alguma série maior ou outro fenômeno, sendo um caso derivado de uma conjuntura socioeconômica ou de algum tipo de mentalidade, como o messianismo régio português. A tarefa de uma pesquisa seria basicamente de ligar o antonismo a estes fenômenos e identificar algumas de suas diferenças de outros casos semelhantes.

Seja como for, tanto para classificar como uma leitura nacionalista ou dissolver o antonismo em uma série, a atual abordagem parte, necessariamente, de um conjunto de crenças em relação ao que foi aquele fenômeno. Embora não sejam iguais, concordam com certos fatos básicos a respeito de D. Antônio e do antonismo: não discutem sua bastardia, ambição ou sua origem cristã-nova, defendem que foi um surto popular, ou eminentemente popular, ativado por uma combinação de fatores psicológicos, sociais e econômicos.

Podemos solapar este modelo explicativo sobre o antonismo questionando se tais autores não partiram de uma premissa falsa quanto a quem foi este indivíduo e no que constituiu o movimento de apoio à sua pretensão. Este questionamento é justificado porque esta historiografia pouco ou nada discutiu sobre tal problemática, optando por trabalhar com um D. Antônio e um antonismo muito parecido com aquele dos historiadores do século XIX, pois a sua crítica à leitura nacionalista, que sem dúvida era necessária e em grande parte válida, acabou por levar a uma excessiva desconfiança quanto à objetividade da reconstituição dos fenômenos estudados por tais historiadores.

Nossa estratégia consiste justamente na recuperação da multiplicidade de significados perdida e, indo no caminho contrário desta corrente historiográfica, a partir deste excedente de significação, verificar quais são aqueles que compõem a atual compreensão de D. Antônio e do antonismo³⁴.

³⁴ RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação. O Discurso e o excesso de significação*. Trad. Lisboa: Edições 70, 1976.

Por último, deixaremos de lado a historiografia francesa³⁵, inglesa³⁶ e alemã³⁷ referentes ao prior do Crato, embora investigações a seu respeito ainda devam ser realizadas.

1.3.1. D. Antônio foi um herói da pátria?

Em meados do século XIX alguns estudiosos começaram a discordar do significado atribuído até então às ações de D. Antônio, especialmente as encontradas em obras como as de Alexandre Herculano³⁸, Camilo Castelo Branco³⁹ e Rebello da Silva⁴⁰. Nestes trabalhos oitocentistas, os eventos que levaram à crise dinástica e ao posterior período filipino eram considerados uma tragédia e uma época de decadência. Foi atribuído a D. Antônio o fracasso da resistência popular contra a ocupação estrangeira, em grande parte, porque o prior do Crato era um príncipe ambicioso, incompetente e, sobretudo, imoral.

Contra estes autores, toda uma corrente de historiadores promoveu uma releitura da história de D. Antônio, dando início ao período mais fértil de estudos a respeito do

³⁵ A tradição francesa nos estudos antoninos é antiga, pelo menos desde o século XVI, sendo uma personagem da cultura política francesa devido a seus anos de exílio na França. Ver: SAINCTONGE, Louise Geneviève. *Histoire de dom Antoine, Roy de Portugal. Tirée des Memoires de Dom Gomes Vasconcellos de Figueredo. Par Mad. de SAINCTONGE. Suivant la Copie de Paris*. AMSTERDAM: J. LOUIS de IORME EST. ROGER, 1696. (De acordo com Serrão, saiu uma nova edição do livro, no mesmo ano, em Paris por I. Guignard); FOURNIER, Édouard. *Um pretendente português no século XVI*. Lettre à M. d'Antas, secrétaire de la légation de S.M.T.F., à Paris, sur Don Antonio, prieur de Crato, suivie d'études sur un predicateur portugais à Paris, em 1610. Paris: s.e., 1851; CHALON, R. Don Antonio roi de Portugal, son histoire et ses monnaies. In: *Revue de la Numismatique Belge* 4^e série, T. VI, Bruxelles, p.27,59 e 148,158 (1868); FRANCISQUE-MICHEL, R. *Les Portugais en France, les français en Portugal*. Paris: Guillard, Aillaud, 1882; DURAND-LAPIE, Paul. Um roi détroné refugie em France: Dom Antoine Rei de Portugal 1580-1595. *Revue d'Histoire Diplomatique*. Ano 18 e 19. Paris, s.e., 1904 e 1905.

³⁶ (1) A maioria das obras a respeito de D. Antônio diz respeito a suas campanhas junto com Francis Drake. O estudo mais aprofundado é o de WERNHAM, R. B. Queen Elizabeth and the Portugal Expedition of 1589. *The English Historical Review*. Vol. 66, N^o. 258, p. 1-26, Jan., 1951; e a segunda parte em *idem*, Vol. 66, N^o 259, p. 194-218, Apr., 1951; McBRIDE, Gordon K. Elizabethan Foreign Policy in Microcosm: The Portuguese Pretender, 1580-89. *A Quarterly Journal Concerned with British Studies*, Vol. 5, No. 3, p. 193-210, Autumn, 1973; (2) Existe também na literatura inglesa o uso de D. Antônio como personagem em romances ou novelas, ver GOMES, Lurdes Coelho. Um personagem marginal: o prior do Crato. In: SOUSA, Maria Leonor Machado de (org.). *D. Sebastião na literatura inglesa*. Lisboa: ICALP, 1985, p.245-274

³⁷ É muito interessante acompanhar a leitura de Leopold Von Ranke a respeito da crise dinástica, ver. RANKE, Leopold Von. *Leopold von ranke: história / (org.)* Sérgio Buarque de Holanda. Trad. São Paulo: Ática, 1979.

³⁸ HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*, Tomo VI, Lisboa, s.e., 1884.

³⁹ CASTELO BRANCO, Camilo. *D. Luís de Portugal, neto do prior do Crato (1601-1660)* Porto: Livraria Civilização, 1883.

⁴⁰ SILVA, Luiz Augusto Rebello da. *História de Portugal, nos séculos XVII e XVIII*. Tomo II. Lisboa, Imprensa Nacional, 1862. Nova edição fac-similada comemorativa do 1^o centenário da morte do autor.

tema, que podemos dividir em duas fases: a primeira, de 1894 a 1928, que se caracterizou pela mudança do significado atribuído à luta de D. Antônio, mas sem o apoio de uma extensa nova documentação; e uma segunda, de 1928 a 1956, que se apoiou principalmente em uma documentação inédita para defender tal significado.

De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, a primeira obra a “reabilitar” a figura do prior do Crato foi *Doutor Minerva* de autoria de Dr. Manuel Bento de Souza, publicada em 1894. Obra crítica do sistema educacional português, dedicou algumas páginas ao prior do Crato. Seu argumento era que os historiadores tinham se equivocado quanto à natureza deste príncipe, que, embora tivesse defeitos, não poderia ser tido como alguém que não fosse patriota, afinal suportou com um “ardente patriotismo” quinze anos no exílio. Mas revelava que realizou estas reflexões sem possuir nenhum documento inédito⁴¹.

Atribuída a condição de D. Antônio como um herói da pátria, logo começou um novo interesse por sua história. Em 1902 surge um romance histórico, com três volumes, sobre o prior do Crato de autoria de J. A. de Oliveira Mascarenhas, que retratou desde as aventuras do infante D. Luís até a luta de D. Antônio, ainda escreveu outro romance sobre os filhos do pretendente⁴². No campo historiográfico, mesmo que sua vida anterior não fosse observada como algo louvável, seu sacrifício e a luta pela nação o tornaram digno de estudos mais aprofundados⁴³. O que somente seria possível com uma nova documentação, pois quase todas as fontes até então conhecidas não

⁴¹ “Pois não tenho, nem achei, nem procurei, essas provas e esses documentos. Os mesmos factos que até hoje teem servido para phantasiar o D. Antonio dos outros, esses mesmos me bastam para construir o meu, e se o meu processo critico de os avaliar ou o peor, não me fica bem ser eu quem o decida.” SOUZA, Manuel Bento de. *O Doutor Minerva (crítica do ensino em Portugal)*. Lisboa: M. Gomes, 1894. Ver as observações de SERRÃO, Joaquim Veríssimo, op. cit., 1956, p. XXVIII-XXIX.

⁴² MASCARENHAS, J.A. de Oliveira. *O Prior do Crato: romance histórico*. 3 Vols. Lisboa: Tip. Lusitana, 1902. MASCARENHAS, J.A. de Oliveira *Os filhos do prior do Crato*. Lisboa: F.A. de Miranda e Sousa, [19--?].

⁴³ Outras obras deste período: TOMÁS, Anibal Fernandes; GOMES, Marques. *O Prior do Crato em Aveiro (1580). Notas e documentos*. Aveiro: S.e, 1894; Souza VITERBO. *As filhas do Prior do Crato*. In: Nova Alvorada, nº 4, VI anno, Julho de 1896, Pág.122, Villa Nova de Famalicão. ARAUJO, Joaquim de. *Dom Antonio, Prior do Crato. Notas de Bibliografia*. Lisboa: S.e, 1897 e *Bibliographia Historica. -Dom Antonio, Prior do Crato*. Livorna, 1899; VITERBO, Sousa. O prior do Crato e a invasão espanhola. *Revista Militar*, vol.XLIX, Lisboa: S.e, 1897 e CALDAS, João. *História de um Fogo-Morto (subsídios para um História Nacional)*. Porto: Viana do Castelo, Porto, 1903; BARATA, Antonio Francisco. D. Antônio, Prior do Crato. In: *Archivo Histórico Português*. Vol.VII, 1909, p.119-121. (Sobre estas obras ver Joaquim Veríssimo Serrão, op. cit., 1956, p. XXIV). Acrescentaríamos a este rol também CASTILHO, Julio de. *Lisboa Antiga*. 2 ed. Lisboa: Bertrand - José Bastos, 1902; que dedica poucas páginas ao assunto, mas testemunha o crescente interesse e a mudança de significado, mesmo que sem novos documentos: “Está por estudar, e colocar em toda a sua luz, essa figura simpática do Prior do Crato. Em quanto desabava a sociedade portuguesa (...) aquele bastardo sublime empunha a espada dos heróis e representa o princípio nacional (se não o legítimo). (...) Basta sua atitude para o lavar de todas as levandades dos seus anos de mancebo.”, p.346; VILLAS-BOAS, Francisco de Magalhães e Menezes. *Tres Bandeiras – Livro Segundo – O Prior do Crato*. Porto: Antiga Livraria Magalhães&Moniz, 1919.

permitiam nutrir mais do que uma simpatia, assim o que era valorizada era mais a atitude de D. Antônio do que ele em si.

O quadro mudou com o interesse de alguns estudiosos em recolher e organizar os documentos referentes a D. Antônio. Nesse sentido, observa-se o trabalho do diplomata e escritor Antônio de Portugal Faria (Visconde de Faria), que teve um papel de suma importância na recolha de diversos documentos que se encontravam dispersos pelos arquivos portugueses e europeus⁴⁴. Esta acumulação de documentos produziu um aumento do número de estudos e um salto qualitativo nos trabalhos das décadas seguintes. Uma nova geração de historiadores, com uma formação historiográfica mais sólida, debruçou-se longamente sobre a trajetória de D. Antônio e sobre diversos aspectos do antonismo, inaugurando a fase mais importante dos estudos antoninos.

O que estas obras afirmavam é que o antonismo, a despeito de suas diferentes opiniões sobre D. Antônio, foi uma luta patriótica. O prolongamento de sua duração e dos espaços em que ocorreu agia em favor do significado que se buscou transmitir: mesmo no seu período mais negro, existiram aqueles que lutaram pela Pátria, isto é, o povo português. O trabalho que abriu esta nova fase de estudos foi o livro de Damião Peres (1889-1976) *O governo do prior do Crato*, publicado em 1928, que procurou apoiar-se em uma vasta documentação para reconstituir os eventos, buscando desfazer alguns equívocos⁴⁵.

Aos poucos o arquipélago dos Açores, que foi o grande reduto dos antonistas por três anos, começou a ganhar interesse. Primeiro com Gervásio Lima, que publicou uma

⁴⁴ Visconde de Faria empreendeu um trabalho monumental no que se refere a recolha de documentos que a seu ver eram tanto que “*Si Dieu nous prête vie*, tencionamos publicar, pouco a pouco, esse vasto material, que dará uma série de volumes, não menos números que a do *Dictionnaire Larousse*.” Além deste vasto trabalho planejou uma série de medidas e atos para restituir na memória portuguesa este príncipe como:

“1º Que fosse novamente collocada na Igreja de Rueil (Seine-et-Oise), uma lapida declarativa de que foi D. Antonio quem consagrou a primeira pedra d’aquelle templo.

2º Fundámos, em Rueil, uma sociedade histórica, denominada *Association D. Antonio*.

3º Obtivemos que em 18 de Agosto de 1908 Sua Magestade A Rainha de Hollanda mandasse abrir o tumulo onde estão enterrados, em Delft, na Igreja Wallonnne, os netos de D. Antonio.

4º Que fosse dada, a 26 de Março de 1910, a uma das ruas da cidade de Veney, o nome de *Maria-Belgia*, neta de D. Antonio, que casou com o coronel Jean Théodore de Croll, e foi a arvore prolífica de toda a descendência que existe hoje na Suissa.”

In: *D. Antonio I, Prior do Crato, XVIIIº Rei de Portugal – (1534-1595) E seus descendentes - Bibliografia*. Leorne: Typographia Raphaël Giusti, 1910. (Pág. V e VIII). Suas outras obras são: *D. Antonio, prieur de Crato, XVIII e roi de Portugal 1534-1595. Extraits, notes et documents* (1909); *Archives concernant D. Antonio I, Prieur de Crato XVIII e Roi de Portugal et as descendance* (1917); *Descendance de D. Antonio, Prieur de Crato XVIII e Roi de Portugal* (1917); *Descendance de D. Antonio Prieur de Crato, XVIII e Roi de Portugal* (1929). Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, 1956, p. XXX-XXXI.

⁴⁵ PERES, Damião. 1580. *O governo do prior do Crato*. Barcelos, 1928.

pequena descrição da folclórica batalha de Salga, da qual os portugueses lançaram um estouro de bois e venceram os espanhóis⁴⁶. Em 1932, é publicada a primeira obra visando descrever o antonismo e a passagem de D. Antônio pelos Açores, ampliando, assim, ainda mais a luta antonista e demonstrando o patriotismo inerente dos portugueses do arquipélago⁴⁷.

O autor que consolidou os estudos do antonismo foi José Maria Queiroz Velloso (1860-1952). Não que Velloso tenha sido desde sempre simpático a D. Antônio, pelo contrário, em uma obra denominada *A Dominação Filipina* escreveu as seguintes linhas:

O Prior do Crato, ambicioso, arrojado, duma extraordinária atividade, com dotes pessoais de sedução que lhe atraíam amigos dedicados, podia ser um perigoso adversário para as pretensões de Felipe II; mas o seu estouvamento, a versatilidade do seu caráter, a inconsciência com que se oferecia à venda, por um preço elevadíssimo, para logo cortar as negociações encetadas, sem que isto o impedisse de as reatar de novo, não eram as condições mais próprias para fazer dele o símbolo da independência nacional⁴⁸.

Anos depois, em 1933, o mesmo autor foi o responsável pelo período de Alcácer-Quibir até a Restauração na conhecida *História de Portugal de Barcelos*, organizada por Damião Peres. Grande marco nos estudos historiográficos do período, esta obra consolidou entre os meios eruditos que a narrativa a respeito de D. Antônio era o melhor meio de tornar inteligível aquele processo histórico⁴⁹.

⁴⁶ LIMA, Gervásio. *A Batalha de Salga: Na Terceira em 25 de Julho de 1581*. S.l, s.n, 1925.

⁴⁷ BAPTISTA, A. Virginio. *Açores e o governo do rei D. Antonio, prior do Crato 1580-1583*. Barcelos: Portucalense, 1932.

⁴⁸ VELLOSO, Queiroz. *A Dominação Filipina*. Coimbra: Coimbra Editora, 1930, p. 6-7. Outras obras do autor: *A perda da independência: fatores internos e externos que para ela contribuíram*. In: *Publicações do Congresso Mundo Português*, tomo I, vol. VI, 1940; *O reinado do cardeal D. Henrique e a perda da independência*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946; *O interregno dos Governadores e o Breve Reinado de D. Antônio*. Lisboa: Sociedade Industrial Tipográfica João Pinto, 1956. Esta última obra foi escrita no final da vida do autor e está inacabada. Velloso se especializou neste período procurando realizar, em sequência cronológica, o período que vai de D. Manuel até a Crise Dinástica, sendo um autor de referência fundamental para os estudiosos do período e não se deve lido apenas sobre o prisma do nacionalismo.

⁴⁹ Procuramos nos afastar das discussões a respeito de como esta obra, ou se seus autores, expressavam ou não as crenças do regime de Salazar. Pois como José Luís Reis Torgal afirma: “Poderá dizer-se que a ‘História de Barcelos’ não é uma história ideológica salazarista ou ‘integralista’, aceitando mesmo a colaboração de investigadores da família democrática, como são os casos de Joaquim Carvalho ou Jaime Cortesão, e não incluindo entre ele investigadores marcados por concepções ‘integralistas’, que vieram a escrever a obra de justificação do regime, como Caetano Beirão ou João Ameal. Acima de tudo pode dizer-se que foi uma obra de historiografia ‘universitária’, ‘profissional’, ‘erudita’.” ‘A História em tempo de “Ditadura” p.305 In: TORGAL, José Luís Reis; MENDES, José Amando; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX. A história através da História Vol. I & Da Historiografia à Memória Histórica Vol.II* Lisboa Temas e Debates, 1998. A respeito da *História de Portugal de Barcelos* ver p.300-307

Na obra, podemos observar dois aspectos: o primeiro é que a narrativa antonina se encontra definitivamente incorporada à história de Portugal, não sendo mais apenas uma narrativa complementar, como uma nota curiosa a respeito de um príncipe. Ela se integra à medida que o antonismo é a expressão do patriotismo português, portanto, faz parte do mesmo tipo de fenômeno que levou, tanto a D. João I como à Restauração. Segundo é que este significado foi possível graças às numerosas pesquisas anteriores que provocaram uma mudança na forma de compreender D. Antônio, graças ao uso de uma documentação inédita, condição essencial para comprovar que de fato ele seria um herói da pátria. É o próprio Velloso que justifica a mudança que o levou a escrever naquela obra a respeito de D. Antônio:

Hoje não o escreveríamos. Da atenta leitura dos documentos impressos, do cuidadoso e refletido exame, sem qualquer preconceito, da correspondência, em grande parte inédita, guardada nos Arquivos, chegamos à conclusão de que a história julga com demasiado rigor esse infeliz pretendente, que só nos deve merecer respeito e estima⁵⁰.

Estes historiadores, meticolosos em suas reconstituições dos personagens e períodos, embora compartilhassem certas crenças a respeito da crise dinástica do período filipino, exigiam para atribuição de um novo significado documentos que pudessem sustentar um julgamento favorável a esta figura. O patriotismo, a reconstituição do período como um domínio estrangeiro não eram, tão somente, fruto de um “paradigma” nacionalista ou uma ideologia, mas algo que poderia ser retirado das fontes, por exemplo, com a descoberta de muitos documentos dos discursos antonistas que descrevem a situação da seguinte forma:

Veyo que estan oje meus subditos oprimidos e tratados como escravos, destroidas as homras, e as fazemdas, profanados, os templos, devasados os mosteiros das Religiozas, tudo cheo de mortes estrupos de latrocinios, e de ofensas, de nosso senhor, e prezos, e desterrados e escondidos os maes doutos e graves Religiosos de todas as ordens (...) e pretemde [Filipe II] sobretudo que o Reino de Portugal que tal lugar sempre teve no mundo, seja consumido e anichelado, e Reduzido em província, e metido na coroa de Castela⁵¹.

⁵⁰ VELLOSO, J.M. Queiroz. *Cap. XVI – O Interregno*. In: PERES, Damião (dir.). *Historia de Portugal*. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. Vol. V. Barcelos: Portucalense Editora, 1933, p.214.

⁵¹ *Carta para o papa Gregório XIII escrita de Tours em 6 de fevereiro de 1582*. In: FRIAS, Pedro de. *Crônicas del-Rei D. Antônio*. Estudo e leitura de Mário Alberto Nunes Costa. Coimbra: Coimbra Editora, 1955, p.120-121.

D. Antônio, assim “reabilitado”, começou a ter a narrativa de sua vida expandida, especialmente pelo trabalho do estudioso do ensino quinhentista Mario Brandão, que, de 1939 até 1947, dedicou-se em estudar a educação de D. Antônio e suas relações com Coimbra⁵², além da descoberta de inúmeras fontes relacionadas a D. Antônio e à crise dinástica⁵³. A obra de Brandão é única porque foi aquela que se debruçou mais detalhadamente a respeito da educação de D. Antônio e que percebeu a dimensão religiosa e cultural do antonismo, ao demonstrar o apoio dos professores de Coimbra, especialmente os do Mosteiro de Santa Cruz, a D. Antônio.

Se retroativamente aumentava a extensão da narrativa antonina, novas fontes foram sendo revelada sobre sua atuação posterior à crise dinástica, especialmente a respeito do ataque de D. Antônio com Francis Drake em 1589 a Portugal⁵⁴.

A narrativa histórica da trajetória de D. Antônio após a crise dinástica tornou-se uma possibilidade mais concreta com a descoberta de novas fontes. Em 1934, o Estado português comprou uma coleção de documentos de Bruxelas pertencentes ao conde de Liedekerke na biblioteca de Leefdael. Possivelmente, era o arquivo de D. Antônio que foi herdado por seu filho D. Manuel de Portugal (1568-1638), que se casou com Emília de Nassau, da casa de Orange, com quem teve muitos filhos. Os documentos foram incorporados ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tendo recebido a atenção de alguns estudiosos⁵⁵; mas, somente tempos depois foram inventariados e organizados por

⁵² BRANDÃO, Mario. *Coimbra e D. Antonio I, rei de Portugal*, 3 Vols. Coimbra, 1939, 1945, 1947.

⁵³ BRANDÃO, Mario. Alguns documentos relativos a 1580. In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol.XVI, 1944, p.1-81. Um pouco anterior, GONÇALVES, Padre A. Alberto. *O Inditoso D. Antônio, Prior do Crato. (Vitima das traições dos maus portugueses)*. Angra do Heroísmo: Livraria Editora Andrade, 1937, que se debruçou sobre a jurisdição do priorado do Crato e na educação de D. Antônio com bastantes detalhes. FARIA, Antônio Machado de. O Dr.Pedro de Alpõe, partidário do Prior do Crato. In: *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol.1, Lisboa, 1946.

⁵⁴ LIMA, Pires de. O Ataque dos Ingleses a Lisboa em 1589 contada por uma testemunha, anotado e precedido de uma introdução sobre as “Alterações do Reino”. In: *Lisboa e seu Termo: Estudos e Documentos*. Lisboa: s.n, 1947. Algumas notas sobre seguidores com SOUSA, Tude Martins de. *Tomaz Cacheiro – Criado do Prior do Crato*. In: Separata do Vol.III dos *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: s.l, 1938 e no trabalho de Padre Manuel Ruela Pombo. *El-Rei D. Antônio I (Prior do Crato) – Reflexões Diversas – Documentos Inéditos – Lição Moral*. Edição da Revista 1640, Lisboa: Sociedade Astórias, 1947. Trata-se de uma separata de uma revista muito interessante, onde o autor apresenta uma série de documentos, curiosidades e indicações sobre D. Antônio em diversos pontos do império português, embora a organização não seja muito sistemática, apenas recortes isolados.

⁵⁵ DANTAS, Júlio. Testamento e Morte do Rei D. Antônio (O Maço 5º dos Manuscritos de Leefdael). *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, v. XI, nº, 43 e 44 (Jan-Junho de 1936); REIS, Pedro Batalha. Númaria d’el-Rei D.Antônio décimo oitavo rei de Portugal, o ídolo do Povo. *Academia Portuguesa de História*, Anais, Ciclo da Restauração de Portugal, vol. XI, 1946, p. 63-562; COSTA, Mário Alberto Nunes. D. Antônio e o Trato Inglês da Guiné Portuguesa, v. 8, nº 32, de outubro de 1953.

Mario Alberto Nunes Costa em 1950⁵⁶. Deste fundo documental, em 1955, o mesmo autor publicou a importante *Crônicas del-Rei D. Antônio*, permitindo o acesso à trajetória de D. Antônio no exílio e nas atividades que realizou⁵⁷.

A descoberta destes documentos levou-se a se repensar o antonismo para além da pretensão de D. Antônio nos tempos da crise dinástica. Como explica Nunes Costa:

A presença de peças que a [sic] arquivos de servidores seus logicamente há que atribuir, denota a coesão interesseira ou sentimental dumas dezenas, porventura centenas, de portugueses, e alguns estrangeiros em torno del-rei, símbolo do espírito independente da faixa ocidental peninsular dum mundo europeu dividido, em que ele foi cumulativamente arma, alvo e persistente batalhador⁵⁸.

Chegou-se a um novo estágio em que alguns autores vislumbravam a possibilidade de realizar uma biografia completa da vida de D. Antônio. Um trabalho de Maria Fernandes procurou incorporar as contribuições de Mario Brandão no que diz respeito a sua educação e realizou novas pesquisas em documento, transcrevendo fontes dispersas na Biblioteca Nacional de Lisboa e da Universidade de Coimbra⁵⁹. Outra tentativa anterior de realizar uma biografia foi a de Padre José de Castro, que publicou *O Prior do Crato*, em 1942. A leitura do Padre José se apoiou, e assim também se diferenciou, na incorporação, em suas investigações, de muitos documentos do arquivo secreto do Vaticano, o que revelou a vida sem virtudes e o conflito com jesuítas de D. Antônio. Apesar destes defeitos, o autor mostra que sempre nutriu uma simpatia por esta personagem, embora o considere “insignificante ao pé de outros heróis da pátria”:

Acredita-se no sincero patriotismo de D. Antônio desde que os sofrimentos, as dores e as angustias do desterro lhe amarguram a vida. Ama-se o que faz sofrer. Adora-se a causa do martírio. (...) Os quinze anos de exílio podem ser tomados como o purgatório dos seus incontestáveis defeitos, penitência grande de glorioso resgate⁶⁰.

Padre José de Castro em nenhum momento aceitou que D. Antônio fosse virtuoso e defendeu a ação do cardeal-rei D. Henrique – o que não é muito comum entre

⁵⁶ COSTA, Mário Alberto Nunes. Os arquivos del-rei D. Antônio e de seus servidores. In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXII, Coimbra: Coimbra Editora, 1956, p. 446-538, a partir destas fontes, publicou também NUNES, Costa, Mário Alberto Nunes. D. Antônio e o trato inglês da Guiné: 1587-1593: estudo e leitura de documentos. In: *Boletim cultural da Guiné portuguesa*. - Vol. VIII, nº 32, 1953, p.683-797.

⁵⁷ FRIAS, Pedro de, *op. cit.*, 1955.

⁵⁸ COSTA, Mário Alberto Nunes, *op. cit.* 1956, p.449.

⁵⁹ FERNANDES, Maria. O Rei D. Antônio. Coimbra: Coimbra Editora, 1944.

⁶⁰ CASTRO, José de. *O prior do Crato*. Lisboa: União Gráfica, 1942, p. 9-10.

estes historiadores do período. A vida anterior à crise dinástica de D. Antônio, marcada por aventuras amorosas e episódios de rebeldia, sempre foi um assunto considerado de pouca relevância ou mesmo um defeito a ser escondido na construção de um herói da pátria⁶¹. Por estes motivos, a sua vida no exílio se tornou muito valorizada. Em 1949, Jorge de Sena escreveu a peça de teatro o *Indesejado*, que, de acordo com Patrícia Cardoso, era “O desejo do autor (...) que a experiência marginal que foi a de D. Antônio, na qualidade de exilado, ajudasse a explicar o exílio que experimentaram os que irremediavelmente se incompatibilizaram com a ditadura”⁶².

Finalmente, temos a obra de Joaquim Veríssimo Serrão *O Reinado de D. Antônio, Prior do Crato (1580-1582)*, de 1956, que pode ser considerada a conclusão de meio século de investigações a respeito deste tema⁶³. Sem dúvida alguma é a pesquisa mais completa, rigorosa e detalhada a respeito de D. Antônio, incluindo um rico apêndice documental com dezenas de fontes inéditas.

“Este trabalho, tal como foi concebido, não seria possível há meia dúzia de anos”⁶⁴, nos diz Serrão, pois foi justamente a descoberta de novas fontes que tornou possível a realização de outra leitura a respeito de D. Antônio. A obra tinha como intenção ser um primeiro volume de uma série que estudaria a trajetória do prior do Crato desde sua aclamação e até a morte em 1595, mas que jamais foi concluída⁶⁵.

⁶¹ Apenas recentemente Urbano Tavares Rodrigues publicou uma novela em que viu na sensualidade e vida anterior do prior do Crato um significado de liberdade de espírito e pensamento em mundo que cada vez mais se fechava. Será esta a nova tendência dos estudos antonistas? Ver. RODRIGUES, Urbano Tavares. *Os cadernos secretos do prior do Crato*. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

⁶² CARDOSO, Patrícia. Um rei não morre. Poder e justiça em duas tragédias portuguesas. *Revista Letras*. Curitiba. n°68, jan/abr. 2006, Editora UFPR, p.102. Ver também: MENEGAZ, Ronaldo. O Indesejado, de Jorge de Sena: O rei que foi apenas um homem. *Revista Semear* n° 6, 2002.

⁶³ Antes da publicação de Serrão, temos a recolha de diversos documentos dos arquivos espanhóis a respeito da perseguição de Sancho Ávila, especialmente na cidade do Porto, por FERREIRA, J.A. Pinto. *A Campanha de Sancho de Ávila em Perseguição do Prior do Crato. Alguns Documentos de Simancas*. Documentos e Memórias Para a História do Porto- XXIII. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1954. Algumas poucas obras surgiram após o trabalho de Serrão, geralmente entre a década de 60 e 70. No que se refere ao significado de luta pela pátria, ver o trabalho de divulgação de DOMINGUES, Mário. *O prior do Crato contra Felipe II*, Lisboa, Romano Torres, 1965. Um pequeno estudo referente à sua educação em OLIVEIRA, Manuel Alves de. Guimarães na educação do Infante D. Antônio, prior do Crato. In: *Boletim de trabalhos históricos*. Vol.XXV, n°1-4, S.l: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1965, p. 1-10; CASTELO-BRANCO, Fernando. *Onde embarcou para França o Prior do Crato?* In: Arquivos do Centro Cultural Português. Vol.II. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970; novas fontes em IRIA, Alberto. D. Antônio, prior do Crato no Algarve. “Novos documentos para o seu Reinado”. In: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe Letras*. Tomo XIX. Lisboa, s.e, 1978, p.151-183; e AZEVEDO, Maria Antonieta de. O prior do Crato, Filipe II de Espanha e o trono de Portugal: algumas notas bibliográficas (séc.XVI). In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. 31, 1974. Obra que contém oito versões diferentes para os relatos das campanhas navais espanholas nos Açores (1582-1583).

⁶⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. XI.

⁶⁵ “O projeto delineado será em tudo ambicioso, mas de há muito gravamos em nós a certeza de que a ação de D. Antônio durante os três lustros em que manteve o grito de revolta contra a dominação filipina

Na análise de Serrão são questionados muitos estereótipos de D. Antônio, como a bastardia e a fama de oportunista, buscando através dos discursos antonistas uma nova reconstituição para o que teria sido o seu breve reinado, pois pela primeira vez se estabeleceu um confronto entre as fontes filipinas e os discursos antoninos, descobertos nas décadas anteriores ao seu estudo. O que lhe permitiu questionar o que denominou como “tradição mal fundada [que] vem denegrindo [D. Antônio] através dos séculos”⁶⁶.

É desta tradição que a recente historiografia se baseou para compreender D. Antônio e o antonismo e que abaixo procuraremos analisar.

1.3.2. A rebelião portuguesa

si se hubiesen de prender á todos los que se hallaron
con D. Antonio en la batalla, no cabrian en las cárceles

-Duque de Alba⁶⁷

Compreender o antonismo como um ato de rebelião popular não deixa de ser uma opção viável, afinal temos muitos elementos que aproximam o antonismo de tantas outras manifestações de insatisfação das camadas mais baixas da sociedade: um líder carismático, um discurso idealista, amplo apoio dos populares e, principalmente, a sua sufocação através das forças dos exércitos. No entanto, perceber o antonismo como uma rebelião leva-nos a enxergar com os mesmos olhos dos funcionários da corte espanhola, pois para os autores filipistas o antonismo é simplesmente um crime, uma sedição ou uma rebelião. Através desta linguagem jurídica, as ações de D. Antônio e o antonismo foram descritos aproximando-os dos modelos normativos usados em casos semelhantes no império espanhol.

Os juristas filipistas, no entanto, obtiveram uma base para o enquadramento dos acontecimentos como uma rebelião a partir dos textos produzidos pela oposição interna a D. Antônio, nomeadamente, a do cardeal-rei D. Henrique. A coroa portuguesa durante a crise dinástica, em grande parte governada pelos conselheiros jesuítas do rei, agiu com

carece de um estudo de análise histórica detalhada, de serena apreciação dos acontecimentos em que o prior do Crato tomou parte ativa, e de que se impõe portanto a revisão dos dados desse problema histórico para se concluir pelo enaltecimento de uma figura que – medidas as suas valorosas qualidades em contraste com os defeitos de que mostrou patente testemunho – parece ter jus ao preito reconhecido dos portugueses.” In: *Ibidem*, p. X.

⁶⁶ *Ibidem*, p. XV e p. X.

⁶⁷ Apud. VAZ, João Pedro, *op. cit.*, 2005, p. 48.

o principal objetivo de evitar a todo custo a vitória de D. Antônio, ou ao menos criar uma situação de dificuldade que D. Catarina de Bragança ou Filipe II pudessem o vencer.

É nestas fontes que a alcunha de bastardo é fixada em D. Antônio. Antes da crise dinástica, a documentação raríssimas vezes menciona tal situação, como veremos no próximo capítulo. A ilegitimidade de D. Antônio era um assunto complexo e ao longo dos anos sempre foi tratada de maneira dúbia pelos membros da família real, assim como pelo próprio Filipe II. Somente durante a crise dinástica é que se tornou um fato jurídico, quando o cardeal-rei D. Henrique, cujo objetivo era conter as pretensões do senhor do Crato à coroa⁶⁸, publicou, em fins de julho de 1579, uma sentença que o tornou um bastardo e ilegítimo à sucessão⁶⁹, sentença esta dada por juízes partidários de Filipe II e de D. Catarina de Bragança⁷⁰.

Os planos do cardeal D. Henrique, e daqueles que acreditavam que a imputação de bastardia seria suficiente para conter o antonismo, acabaram frustrados pelo crescente apoio a D. Antônio. Percebendo que tal imputação não provocou os efeitos desejados, D. Henrique tomou uma medida mais dura no édito lançado em 28 de novembro de 1579. Nesse documento, o rei não investiu na sua bastardia, mas sim no próprio D. Antônio, o destruindo juridicamente através da perda de todas as suas jurisdições, honras, privilégios, rendas e assentamentos. No édito, D. Antônio era acusado de desobediência à coroa e tentativa de enganar os juízes que o julgaram bastardo. O texto provavelmente seguiu um padrão comum na época, pois é muito semelhante àquele usado por Miguel de Silva quando desterrado e desnaturado por D. João III⁷¹.

Os antonistas receberam outro duro golpe no *Documento de Castro Marim*, escrito em 17 de julho de 1580 pelos três governadores do reino, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá e Diogo Lopes de Sousa, responsáveis pelo problema da

⁶⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. LII-LIII.

⁶⁹ As sentenças foram consultadas a partir de: SOARES, Pero Roiz. *Memorial – Actas da Universitatis Conimbrigensis*. (1ª edição integral do manuscrito encontrado na Universidade de Lisboa). Leitura e revisão M. Lopes de Almeida. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953, p. 124-127 e SOUSA, Antônio Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, parte II. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1948, p.125-129, que apresenta erros de transcrição.

⁷⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p.LX.

⁷¹ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, p.130-132; o problema do desterro foi detalhadamente estudado, assim como a semelhança entre os dois casos, por AMARAL, Sérgio Alcides Pereira. *Desavenças, poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá Miranda*. São Paulo, 2007, f. 324. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, p. 225 e segs.

sucessão após a morte do cardeal-rei. Neste texto, os autores procuram demonstrar que a aclamação de D. Antônio era fruto de um tumulto popular e sendo assim uma rebelião.

Na vila de Sanctarem aos dezanoue dias do mês de Junho passado com alguma gente sediciosa e Rebelde convocando e alvoroando grande parte da gente popular, com grandes tumultos quebrando as portas da Câmara da dita villa, tirou a bandeira real, que nella estaua, E pela(s) rua(s) se fez apellidar por Rey, contra vontade do alcaide mor que nam pode fazer a resistência que convinha para tomar desaperebido E contra vontade dos officiaes da câmara, que entendendo aquella injusta rebellião⁷².

“Foi de não pequena importância esta declaração”, nos diz um autor anônimo do período, pois “havia muitos povos e particulares que guardavam para guiar-se por ela, como o fizeram”⁷³. Tal condenação foi usada por Filipe II, pois expressava a posição oficial do único núcleo de poder cuja legitimidade era inquestionável para muitos. O rei de Castela ordenou que duzentos exemplares fossem impressos e que Medina Sidónia, comandante da frota invasora, espalhassem-nos pelo Reino⁷⁴.

Estes textos, escritos pelas autoridades portuguesas, se forneceram a base jurídica para a condenação do prior do Crato, não apresentavam uma solução para a situação de guerra civil no reino, afinal os antonistas acreditavam que eram apenas mentiras e continuaram a agir em favor do seu rei.

Uma solução mais satisfatória foi encontrada no *Perdão Geral de Filipe II* em 1581, que estabeleceu uma nova matriz para os escritores posteriores⁷⁵. O dilema a ser enfrentado pela monarquia espanhola era como lidar com a enorme quantidade de portugueses fiéis a D. Antônio, pois desencadear uma violenta repressão era muito arriscado, tanto pelo número de antonistas como pela possibilidade de causar uma revolta como nos Países Baixos.

O *Perdão Geral* de Filipe II se funda no reconhecimento da extensão do problema, inicialmente afirmando que “pessoas de diferentes qualidades o seguiram”, ou seja, todas as ordens da sociedade. Abandonando as antigas táticas de insistir em sua

⁷² Cédula dos governadores de Portugal nomeados pelo cardeal-rei D. Henrique, sobre a sucessão do reino e declaração de D. Antônio, prior do Crato, por rebelde, condenado-o às penas cominadas nas leis. Castro Marim 17 de Julho de 1580. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 559, doc. XLII.

⁷³ *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*. Lisboa: Livro Aberto, 2004, p. 53.

⁷⁴ Originalmente a declaração foi escrita por Nuno Álvares Pereira, mas os governadores a alteram para melhor agradar Filipe II. VELLOSO, Queiroz, *op. cit.*, 1938, p. 220-221.

⁷⁵ *Carta de Filipe II concedendo o perdão geral*. 18 de abril de 1581. In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XVI. Coimbra: 1946, Doc. XIX, p. 38-43.

bastardia, pois estas fracassaram durante a crise dinástica, deslocou-se a argumentação para comprovação do crime de tirania: a usurpação ou o governo sem legitimidade. Desta forma, tanto a sua aclamação como o seu “governo” o tornavam ilegítimo⁷⁶.

Avendo tambem respeito a mor parte dos que seguiraõ ao Dito dom Antonio que foraõ forçados e oprimidos com medo de os matarem ou Roubarem e saquearem suas casas induzidos com fingimentos e falsas Rezões.⁷⁷

Sendo um tirano, D. Antônio e os líderes do movimento enganaram a população, promovendo crueldades, crimes e violências sem fim. Mesmo para aqueles que acreditassem em sua legitimidade, o seu “governo” tornou-o ilegítimo, o que justificava a ação de Filipe II, sendo obrigado a dar entrada com tropas pelo reino para “remedear os ditos males, & livrar meus vassalos, que estavam tiranizados, & oprimidos com tanta vexações, & trabalhos”. Os antonistas assim não poderiam ser culpados pelos acontecimentos, logo, é possível estabelecer o perdão geral, graças à magnificência e misericórdia de Filipe I, rei de Portugal⁷⁸.

Este reconhecimento da gravidade dos episódios na historiografia filipina é surpreendente quando confrontada com a atual leitura historiográfica, que defende a forma quase pacífica e sem conflitos em que ocorreu a anexação e depois o pacto entre os dois reinos. Muitos autores preferem termos como “anexação”, “união”, enfim, palavras brandas, mas não era assim que os autores ligados à coroa de Castela descreviam os acontecimentos: Antônio Escobar escreveu uma *Relación de felicíssima*

⁷⁶ MONTEIRO, Rodrigo Bentes, *O Rei no Espelho*. São Paulo. Hucitec, 2002, p. 102.

⁷⁷ *Carta de Filipe II concedendo o perdão geral*. In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XVI, 1946, p. 39

⁷⁸ Duas sentenças, publicadas entre 1581 e 1583, contra o pretendente português, prosseguem na normatização das ações antoninas como ato ilegais. Em ambas, a questão da origem, ou mesmo da legitimidade, são secundárias, nem mesmo se registra o uso da palavra “bastardo”. A insistência está em classificar juridicamente a ação como um ato de tirania, entendida como a usurpação da coroa do legítimo rei. As sentenças prosseguem dentro da lógica do perdão geral: D. Antônio teria “induzindo per si, e outras pessoas gente e povo delle përa que o favorecessem”, a população enganada acabou por aclamá-lo rei, assim estava juridicamente configurado o crime de tirania. As sentenças enfatizam como um tirano governa, mostrando as consequências para a população de sua nefasta ação, como por exemplo, na “Cidade de Lixboa onde [D. Antônio] cometeo muitas tiranias, mortes, roubos, furtos de bens profanos, e eclesiásticos”, todos estes atos “sem outra cauza”. Em contrapartida, o papel de Filipe II só pode ter sido a do rei que levou “seo exercito përa livrar seos Vassalos da opersão, e tirania com que estavam do dito Reo oprimidos, e tiranizados”. Por último, as sentenças já fornecem as justificativas para os excessos do exército castelhano da sua entrada em Portugal “do que seguirão muitas mortes, roubos, forças, e outros muitos males, perdas, e grandes danos que a guerra consigo trás, das quaes todos o dito D. Antônio foi a cauza”. SOUZA, Antônio Caetano de, *op. cit.*, 1948, p. 129-138.

jornada de la Conquista de Portugal..., em 1586⁷⁹, e D. Antônio Herrera em seus *Cinco libros de la Historia de Portugal y conquista de las islas de los Açores...*, escrito em 1591⁸⁰.

Nenhum destes autores deixa de se referir aos eventos como um *conquista* militar. Analisaremos o texto de Escobar. Dos 57 capítulos que compõem a obra, cinquenta são dedicados a descrever com minúcias as movimentações militares e batalhas, e apenas sete são dedicados ao pacto, as festas, etc. O texto trata os eventos da mesma forma que o *Perdão Geral...*: foi uma rebelião portuguesa contra o poder de Filipe II, pois já se sabia desde a morte de D. Sebastião que o reino pertencia a ele. D. Antônio, dono de uma ambição sem tamanho e sem temor a Deus, induziu e enganou a população e se fez chamar rei, obrigando o monarca castelhano a entrar em seu reino com um exército para trazer a justiça e o “que ay que considerar es que los castellanos corrieron y sujetaron todo el reyno de Portugal, estando rebelde, y le reduxeron a la obediência de su Magestad”⁸¹.

O que chama atenção no texto é que o esforço militar antonino não é desprezado, pelo contrário, é engrandecido e muito distante das massas famélicas e desorganizadas de certas narrativas:

Estava Don Antonio con su exército, duplicadas las trincheras y en ellas mucha y gruesa artillería, media légua de Lisboa, con veynte y cinco mil infantes que el tenía en campo. Y al parecer havia bulto de doblada gente, porque havían venido de Lisboa y sus arravales y comarca a ver la batalla, y entre ellos havia número de religiosos, los quales encendieron siempre la guerra⁸².

A batalha é ricamente descrita: o duelo de artilharia antes das tentativas de tomada das posições, o difícil combate na ponte que separava os dois exércitos, em que os portugueses conseguiram por duas vezes repelir as forças espanholas, o assalto final as posições dos antonistas, o colapso do exército e a sua desastrada fuga, que resultou em um verdadeiro massacre:

⁷⁹ ESCOBAR, Antonio. *Verdadera recopilación de la felicíssima jornada que la Cathólica Magestad del rey don Felipe nuestro señor hizo en la conquista del reyno de Portugal*. Valencia: Pedro de Huete, 1586. Introdução e edição de Amparo Alpañes. In: *Anexos de la Revista Lemi*, 2004.

⁸⁰ HERRERA, D. Antônio, *Cinco libros de la Historia de Portugal y conquista de las islas de los Açores en los años de 1582 y 1583*. Madrid, 1591.

⁸¹ ESCOBAR, Antonio, *op. cit.*, 1586, p. 57.

⁸² *Ibidem*, p. 45.

Tardaron três dias los de la ciudad en enterrar los muertos. Y halláronse muchas mugeres muertas por las calles de los arravales y cerca de las puertas de la ciudad, y algunas con sus niños en los brazos muertos, que como yvan huyendo a valerse en la ciudad y era tan grande el tropel de los portugueses, entre ellos caían y se ahogavan sin poderse valer, y sus criaturas con ellas (...)⁸³.

Esta terrível descrição dos eventos era fundamental para a monarquia espanhola. É essencial retomarmos aqui o quanto foi definitiva para a corte espanhola a vitória sobre as forças antoninas, consolidada somente em 1583. Além de marcar a incorporação de Portugal, o sucesso militar foi essencial para a superação de uma espécie de crise de reputação que a monarquia espanhola vivia até então, pois Carlos V e Filipe II acreditavam que qualquer debilidade mostrada em uma parte do império colocava em risco o controle sobre o conjunto.

Era nesta crise que a corte espanhola estava mergulhada na ultima década. A incapacidade de reprimir no coração do império a rebelião dos mouriscos (1568-1571), a perda de Túnis (1574) e, principalmente, a demolição da autoridade real nos Países Baixos (1574-1577) fizeram com que os ministros do rei temessem pelo desencadeamento da fragmentação da monarquia espanhola, e até mesmo pelo seu fim. A conquista de Portugal foi vista como elo fundamental da retomada da colagem das partes, não somente pela união do território ibérico, mas de todo o império⁸⁴.

Os discursos antoninos, como *Recordações do Reino de Portugal ao seu Povo*⁸⁵, ridicularizavam o poder espanhol, afirmando a facilidade da rebelião dos Países Baixos e como até mesmo os mouros podiam vencer. O próprio D. Antônio desdenhava as forças castelhanas. Quando um enviado de Medina Sidonia questionou-o se temia o “grande exército e da maior força que se podia imaginar”, imediatamente o interrompeu replicando: “Eu sei cá tudo isso, e sua Majestade não tem tanta gente (...)”.⁸⁶ Não custa lembrar que era fato bem conhecido a preocupação do duque de Alba com a falta de homens para a invasão de Portugal, como se pode notar pela observação de um contemporâneo:

l'essercito non pare che habbia ad essere cosi numeroso, come si pensava perche dicono, che non passerà dece mille fanti, et ter Mille

⁸³ Ibidem, p. 45.

⁸⁴ PARKER, Geoffrey Parker, *La gran estrategia de Felipe II*. Trad., Madrid, Alianza Editorial, 1999, p. 163-166.

⁸⁵ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 133.

⁸⁶ DOMINGUES, Mário, *op. cit.*, 1965, p. 66.

Cavalli Questo si as bene, che il Duca d'Alva há piu volte fatto intendere à S.M. ta che quella era poça gente per la impresa⁸⁷.

Daí que se pode compreender a suposta exacerbação das forças castelhanas na memória produzida pela Corte espanhola no enfrentamento da resistência antonina, afinal muito da imagem de um “passeio militar” provem de uma leitura cujo objetivo era justamente demonstrar a inutilidade de resistir às forças castelhanas. Tanto é assim que, de acordo com Bouza-Alvares: “Não há dúvida de que o episódio da *Sucessão* mais representado foi o das batalhas navais da ilha Terceira”⁸⁸. Toda uma parede do corredor de batalhas do Escorial foi pintada em homenagem ao triunfo do marquês Santa Cruz nas águas de São Miguel. Diante de tal propaganda, os embaixadores e representantes dos poderes locais tinham uma visão aterradora das consequências que poderiam advir de uma provocação a Filipe II.

Também possuía um caráter de exemplaridade, demonstrando todos os perigos que envolviam seguir um líder carismático que afirmava ser o legítimo rei de Portugal. Pois, apesar de resolver muitos problemas, a anexação de Portugal à coroa de Espanha trazia um fator permanente: enquanto os reinos estivessem unidos, sempre haveria o risco de algum sucessor de D. Antônio, ou qualquer outro pretendente à coroa, tomasse o poder com a ajuda de reinos estrangeiros, convertendo Portugal na ponta de lança para um ataque ao coração do império⁸⁹. No início do século XVII, era opinião corrente que bastava um líder carismático reivindicar o trono e logo uma rebelião explodiria em Portugal, como ironicamente afirmava o embaixador espanhol em Veneza “eles teriam tomado um negro por D. Sebastião desde que por esse meio fossem libertados do governo castelhano”⁹⁰.

Muitas das fontes e obras históricas escritas sobre os eventos aqui tratados reproduziram esse mesmo enredo⁹¹. Como na monumental *Historia de Felipe II* de Luis

⁸⁷ Zuan Francesco Morosini, *Madrid 23 de Junho de 1580*. In: OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de (org.). *Fontes Documentais de Veneza referentes a Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 216-218, Doc. n° 215

⁸⁸ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando J., *op. cit.*, 2000. Nota 6, p. 305.

⁸⁹ PARKER, Geoffrey. David or Goliath? Philip II and his world in the 1580. In: KAGAN, Richard J., PARKER, Geoffrey (org.). *Spain, Europe and the Atlantic world. Essays in honour of John H. Elliott*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 265.

⁹⁰ apud. BERCÉ, Yves-Marie, *op. cit.*, 2003, p. 70.

⁹¹ Alguns exemplos: VELÁSQUEZ, Izidro, *La Entrada que en el reino de Portugal hizo la S.C.R.M. de Don Felipe, Invictissimo, Rey de las Espanas*, Lisboa (1583), e HERRERA, D. Antônio, *Cinco libros de la Historia de Portugal y conquista de las islas de los Açores en los años de 1582 y 1583*, Madrid (1591). O caso de CONESTAGGIO, Franchi, *Dell'Unione del Regno di Portogallo a la Corona di Castiglia*,

Cabrera de Córdoba, publicada em 1619. O autor quando aborda este período da história do seu rei nomeia-o como a “tirania del Prior do Crato em Portugal”. Seu relato descreve os atos criminosos de um “tirano” e de como as forças do duque de Alba, igualmente bem descritas, libertaram Portugal⁹².

Portanto, a personagem de D. Antônio e o antonismo foram retratados de maneira semelhante a qualquer outro caso de resistência ou tirania no império. Sua função era demonstrar aos leitores, neste caso as elites letradas que consumiam estas obras, as consequências de apoiar lideranças separatistas. A questão central não era necessariamente elaborar uma memória pejorativa sobre D. Antônio e o antonismo, como a historiografia nacionalista compreendeu, mas sim de combater futuros movimentos de usurpação que podiam ser explorados pelos reinos rivais e que colocava em risco a unidade política da Monarquia Católica.

1.3.3. A Restauração e D. Antônio

Os eventos que levaram ao trono D. João IV, em 1640, e a posterior consolidação da nova dinastia, um tanto quanto incerta nas primeiras décadas, provocaram um dilema para os cronistas: se a luta contra os monarcas castelhanos deixou de ser um crime para ser entendida como uma causa justa, assim, como interpretar a luta antonista?

Os discursos antonistas foram então recuperados, pois lá se encontravam as denúncias mais violentas à invasão castelhana, ataques contundentes aos direitos dos reis de Castela à coroa, assim como uma reflexão do direito do Povo à eleição. De acordo com Schaub: “A produção literária antoniana, realizada principalmente pela tipografia dos Plantin de Antuérpia, torna-se um reservatório de argumentos comuns contra a tirania exercida pelo monarca Hasburgo.”⁹³.

Gênova (1585) certamente é especial. Seu autor foi representante comercial da República de Gênova e permaneceu em Portugal possivelmente entre 1577 e 1583. Publicado em italiano, francês, alemão, latim, inglês e castelhano em diversas edições, teve especial efeito em divulgar a versão castelhana dos acontecimentos, talvez influenciado pelo seu amigo D. João da Silva, antigo embaixador de Filipe II junto de D. Sebastião e 4.º Conde de Portalegre, que forneceu muitas das informações a Conestaggio (alguns pesquisadores chegam a cogitar a hipótese de que ele seria o verdadeiro autor da obra). Trata-se de uma obra complexa, rejeitada pelos portugueses durante séculos devido a sua opinião favorável ao rei espanhol.

⁹² CORDOBA, Luis Cabrera de, *Historia de Felipe II*. Madrid: 1619, p. 1001-1175.

⁹³ SCHAUB, Jean-Frédéric, *op. cit.*, 2001, p. 62.

Esta utilidade dos argumentos antonistas para a justificação da Restauração é inegável. Muitas das ideias que estes escritores defendiam já circularam durante décadas através dos muitos panfletos impressos que os antonistas publicaram e espalharam pelo reino. Desta forma, as ideias mais radicais, isto é, a ruptura com Castela, sempre estiveram disponíveis e bem divulgadas pelo reino. Mas retomar velhos tópicos antonistas era, necessariamente, lembrar que este concorrente de D. Catarina de Bragança foi quem pegou em armas para defender a Pátria e foi aclamado pelo povo. Era incômodo lembrar que os Bragança se aliaram a Filipe II contra D. Antônio e agora, justificam a sua aclamação por motivos semelhantes; ora, então, por que não seguiram o prior do Crato naquele momento?

A solução estava disponível graças a uma geração de escritores portugueses e fiéis ao rei de Castela que tiveram que lidar com a incômoda memória de D. Antônio e os eventos de 1580. Para os poderes que celebraram o pacto de Tomar, a atitude de D. Antônio era de absoluta vergonha, pois colocava em dúvida a fidelidade do reino ao seu monarca.

Ao longo do período filipino, muitos autores portugueses procuraram reduzir a dimensão do antonismo, associando-o aos grupos sociais menos valorizados e, desta forma, deixando claro que as elites não tiveram nenhuma relação com a perturbação política. O povo, que era percebido como um grupo social sem controle de suas paixões, foi o grupo a dar apoio a D. Antônio, que cruelmente o manipulou. Um autor desta época, Luis Torres Lima, relatou que “Neste interem se levantou D. Antônio em Santarém, com uma falsa aparência de Defensor da Pátria, sendo verdadeiramente ofensor dela, e destruindo o Reino, e fim desse pouco que nele havia”⁹⁴. Outro autor do período afirmou que: “E nesta paixão popular que não passava a gente de maior estado (ao menos eram mui poucos os nobres que tinham esta opinião), se fundavam as inquirições de D. Antônio (...)”⁹⁵.

Evidentemente que a luta de D. Antônio, e até mesmo ele, foram vistas de maneira simpática pelos autores da Restauração, afinal ele tinha lutado contra um usurpador da Coroa. Mas esta coroa era pertencente à casa de Bragança, pois ele era um

⁹⁴ LIMA, Luis de Torres de. *Avizos do ceo, successos de Portugal, com as mais notaveis cousas que acontecerão [&c.]. Novamente correctos por M.A. Monteiro de Campos*. [Lisboa]: Officina de Manoel Antonio Monteiro, 1761, p. 164 Para este autor, D. Antônio aparece como um flagelo de Deus para punir o reino por todos os seus pecados. Uma análise detalhada da obra em MEGIANI, Ana Paula Torres, *op. cit.*, 2004, p. 73-79.

⁹⁵ *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*. Lisboa: Livro Aberto, 2004, p. 45.

bastardo ilegítimo. A ilegitimidade de D. Antônio substitui doravante a tirania associada ao seu nome. Primeiro porque anula os seus direitos à coroa; segundo porque era justamente por não ter reconhecido os direitos de D. Catarina que qualquer chance de resistência fracassou. Nas páginas sobre a crise dinástica da *História de Portugal Restaurado* de D. Luís de Meneses, o 3º Conde de Ericeira (1632-1690), afirma:

Enquanto el-rei D.Filipe prevenia o exército, acudiu o Prior do Crato a representar aos governadores a sua justiça; e achando neles menos atenção do que pretendia, seguiu outro caminho mais precipitado, por lhe faltarem meios para lograr o seu intento. Dispôs em Santarém os ânimos de poucos que o acompanhavam, os quais, obrigados pela fidelidade e do impulso, sem atenção ao perigo o aclamaram Rei com poucas cerimônias e menos prudência (...) por maiores que foram suas diligências do Prior do Crato, não pode juntar mais que quatro mil homens, uns lavradores, outros escravos, e todos tão mal armados e com tão pouca disciplina que não entendiam a mais fácil operação militar, e o Prior do Crato, a que não faltavam virtudes, carecia totalmente de experiência. Entre a ambição de El-Rei Católico e as temeridades do Prior do Crato, flutuava o Duque de Bragança (...) ⁹⁶.

A ideia filipina de uma rebelião injusta e um ato de tirania se perdeu. Agora, tudo é entendido a partir dos equívocos de D. Antônio e as paixões dos grupos sociais mais baixos. Em contraposição, temos a prudência da Casa de Bragança ⁹⁷. Pois, para a historiografia brigantina, D. Catarina não lutou pela coroa porque o cardeal D. Henrique não deu a sentença de legitimidade e, principalmente, por terem sido prudentes de não enfrentar um inimigo claramente superior, poupando o reino do vexame de uma derrota militar, como bem demonstrou a tentativa de D. Antônio ⁹⁸.

A simpatia por D. Antônio continuou a ser cultivada por muitos autores do período, embora rejeitassem a sua legitimidade. Muitos se dedicaram a desenvolver a narrativa de vida de D. Antônio e a reconhecer nele algumas virtudes, entre elas, a sua benevolência e liberalidade, assim como as suas capacidades intelectuais, devido aos seus anos de estudos ao lado de grandes mestres. No começo do XVIII, o antonismo se explicava por um ato desesperado de patriotismo, que levou até mesmo a romper com a justiça que dava os direitos a D. Catarina ⁹⁹.

⁹⁶ ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Vol. I, Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1946, p. 36.

⁹⁷ A virtude da prudência foi naquele momento usada por muitos autores para associar na imagem de seus monarcas, ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes, *op. cit.*, 2002, p. 163.

⁹⁸ ERICEIRA, Conde da., *op. cit.*, 1946, p. 44

⁹⁹ PORTUGAL, D. José Miguel João de. *Vida do Infante D.Luiz. escrita por D.Jozé Miguel Joaõ de Portugal*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735, p. 154.

Um exemplo deste apreço por D. Antônio se revela pelo pleno desenvolvimento da narrativa antonina, fruto em grande parte do trabalho da *História Genealógica de Portugal*, de D. Caetano de Souza da Academia Real de História, entre 1739 e 1748.

Souza pôde fazer a mais completa descrição da vida de D. Antônio e, pelo que se deduz de sua escrita, ficou bastante impressionado com a história de D. Antônio. Em grande parte isso se deveu a sua pesquisa, em que nos informa que o Conde de Redondo, Tomé de Sousa, recolheu em sua livraria boa parte da documentação de D. Antônio, que, por algum motivo, conseguiu obter os papéis da secretaria da corte do prior do Crato. Foi neste momento que D. Antônio Caetano percebeu a extensão da luta antonina e que estabeleceu a crítica em relação à descrição filipina, especialmente a de Conestaggio. Dos documentos escritos pelo prior do Crato, deduz que “aventajava-se nos estudos, por ser de hum felicíssimo engenho, e de huma viveza rara”¹⁰⁰, o descrevendo da seguinte forma:

Era de estatura proporcionada, de presença amável, valeroso, de animo grande, e elevado, constante nos trabalhos, superior às mesmas tribulaçoens, sem que as adversidades, nem a miséria, e pobreza, em que ultimamente viveo, rendesse a grandeza do seu coração, verdadeiramente grande; porque havendo passado annos, que fora sepultado, e não se achando do seu corpo mais que as cinzas frias, o coração se vio inteiro, e incorrupto, mostrando, que tudo o que não fosse ser Rey desestimara, como havia feito aos ventajosos partidos, que não aceitou delRey D.Filippe II. (...) Foy grato, com os que o servirão no modo, que era possível, e os seus criados lhe forão leaes, ainda depois de morto (...) como vimos em huma Memoria, que achamos na sua Secretaria com titulo de Amigos, que conservava para lhes fazer mercê, na qual não so se lem pessoas conspícuas por nascimento mas ainda as de humilde condição (...) Foy dado as Sciencias, e applicado, e ornado de excellentes partes, que padecerão hum terrível eclipse na amorosa paixão de tratos ilícitos, que desordamente seguiu¹⁰¹.

Em suma, a narrativa de sua vida tornou-se central daqui para frente, pois antes estava restrita aos episódios da sucessão; e, pela primeira vez, uma personagem, com sua trajetória e personalidade, começou a se tornar perceptível.

¹⁰⁰ SOUSA, D. Antônio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo III. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 222.

¹⁰¹ Ibidem, p. 225-226.

1.3.4. A historiografia oitocentista

Seria de se esperar que a historiografia romântica e liberal do XIX tivesse visto em D. Antônio um herói da pátria, ou ao menos alguém que se sacrificou por ela. Desde o final do XVIII, autores que compartilhavam das crenças liberais começaram a atribuir ao período de D. João III o início da decadência da nação, especialmente por ser neste reinado que ocorreu a instalação da Inquisição. O período posterior não merecia um juízo melhor: o sebastianismo, o aprofundamento da ortodoxia católica do cardeal D. Henrique e a conquista de Castela marcaram a decadência definitiva do país¹⁰². D. Antônio ao contrapor-se a tudo isto, quando rejeitou a vida religiosa e enfrentou os jesuítas na sua luta pela pátria, era alguém que tinha todos os elementos para ser bem visto. Mas, surpreendentemente, nada disso ocorreu.

A personagem D. Antônio se insere na avaliação geral que os historiadores liberais tinham daquele período. Continuavam, sem dúvida, a manter o significado como uma dominação cruel e violenta, mas a culpa residia essencialmente nos próprios portugueses e seus vícios morais. Graças ao desenvolvimento da vida de D. Antônio nos escritos dos historiadores do XVIII, foi possível a criação de uma personagem cujas qualidades morais seriam fundamentais para explicar o fracasso da resistência contra Castela.

Certamente esta leitura não era possível para o século XVI, pelo menos não nestes termos, pois estes aspectos biográficos são entendidos como a formação da personalidade individual. A formação da pessoa possuía outras características, segundo as quais o caráter de exemplaridade era ressaltado, apagando os traços individuais e a personalidade transformada em algo estático¹⁰³. No século XVI a vida privada de D. Antônio era irrelevante, pois o que contava era a ameaça do movimento por ele liderado, entendido como um caso de usurpação semelhante a outros que preocupavam a corte espanhola, servindo de mau exemplo. É difícil encontrar nas fontes relatos a respeito de sua juventude ou situação anterior ou posterior à crise dinástica.

O que ocorreu é que a partir do XVIII o antonismo se torna um aspecto da história da vida de D. Antônio. E através dele, seja como um líder ou um manipulador, que se compreende o antonismo. O que os autores oitocentistas buscaram reconstituir

¹⁰² TORGAL, Luis Reis. Antes de Herculano. In: *op. cit.*, Vol. I, 1998, p. 36.

¹⁰³ BURKE, Peter. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º 19, 1997.

era a personalidade de D. Antônio, onde residiria a verdadeira causa para a perda da independência do reino, construindo uma psicologia capaz de interpretar suas ações como fruto de sua imoralidade.

O seu fracasso passa a ser explicado, definitivamente, por suas falhas morais, tal como a bastardia, que ganha toda a carga de estigma social com base no próprio ato imoral de sua concepção, que era inexistente para o século XVI; além disso, sua vida sexual é descrita em detalhes, como seu gosto pelas prostitutas, as orgias promovidas e seus inúmeros casos com nobres senhoras, sem jamais contrair o matrimônio; por último, sua ascendência judia era o que bastava para explicar a sua desastrosa ação. Rebello da Silva afirmou que:

creado na corte de D.João III, e corrompido desde a juventude pelas delicias, que n'ella corroíam depressa até as virtudes mais austeras, D.Antônio não possuía os dotes de bom capitão, os brios, a tempera de character, e o engenho político indispensáveis para supportar o peso das responsabilidades, que assumia¹⁰⁴.

Esta interiorização geralmente foi alimentada pela documentação de jesuítas, inimigos políticos de D. Antônio, ou de impressões populares dos eventos. Um bom exemplo de como estas fontes foram fundamentais para estes historiadores, e que continuam presente na atual compreensão, é dado pela suposta ascendência judia¹⁰⁵.

Estranha-se que nem Filipe II ou qualquer inimigo político tenha usado este argumento contra D. Antônio: seria mais poderoso que sua bastardia simplesmente o colocasse em uma posição insustentável. Mas tal vinculação ao judaísmo aparece sempre nas fontes ligadas a boatos ou ofensas de populares, como após a derrota em Alcântara, em que alguns teriam gritado ao prior do Crato: “Vos sois el judío, y el que nos habéis destruido a todos”¹⁰⁶. A partir deste tipo de fonte, e do uso que se fez dela,

¹⁰⁴ SILVA, Luiz Augusto Rebello da, *op. cit.*, 1862, p. 295.

¹⁰⁵ Por exemplo, afirma-se que um soldado alemão do exército que invadiu Portugal durante a crise dinástica, Iansquenete Nicolau Schmid, de Regensburg fez um poema com este insulto ao prior do Crato, com referências a sua possível ascendência judia:

“Don Anthoni...
Kham Vom khoniglichen stamen her
Von einer Judian in uneher
Aus hurrerey kham er auff erdt ”.

Apud. HUNNERICH, Franz. Ein bayerischer landsknecht uber die Eroberung Portugals durch Philipp II. In: Jahne 1580, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XII p. 927. Apud. Mario Brandão, *op. cit.*, 1939, Nota (I) p. 45-46. Em uma tradução livre: D.Antonio/ De sua linhagem real/ filho de uma judia / filho de uma puta.

¹⁰⁶ Apud. DÍAZ-PLAJA, Fernando (org.). *Historia de España en sus documentos: siglo XVI*. Madrid, Cátedra, 1988, p. 506.

também o estereótipo de descendente de judeus foi tomado como verdadeiro por muitos historiadores e explica, em parte, o desprezo da sua figura e o enaltecimento do cardeal-rei, que defendia a fé católica contra a tal ameaça¹⁰⁷.

Por último, das obras oitocentistas uma certamente merece curiosa menção: a de Camilo Castelo Branco. No que se refere ao problema da união dinástica, ela tem um papel pioneiro ao negar que os portugueses tinham hostilidade aos castelhanos no período, o que lhe rendeu o ódio de alguns, mas também por ter sido a obra que provocou uma forte reação entre os admiradores de D. Antônio, que se lançaram em uma busca nos documentos para defender do ataque de Camilo Castelo Branco. É difícil compreender as razões que o levaram, com grande obstinação, a escrever as biografias de diferentes homens do antonismo¹⁰⁸ e uma do *neto* de D. Antônio. Seu objetivo: demonstrar que além do prior do Crato ter sido um pervertido, seu pai, e toda a sua descendência, eram homens igualmente degenerados.

O sarcasmo da obra impressiona o leitor, pois o autor procura demonstrar que todos os atos de qualquer parente de D. Antônio são essencialmente ruins. Embora sejam opiniões exageradas, elas revelam a força que certas atribuições ganharam naquele período, como se verifica no texto abaixo:

Era D. Antônio muito caroável de pratica com meretrizes, sem vergonha do seu habito de grão prior. Fr. Bernardo da Cruz (...) diz que a roda predileta do filho do infante D. Luiz era a canalha; e Diogo de Paiva (...) conta que ele parava a conversar com fêmeas prostibularias, de dia, na Rua Nova e nas praças mais publicas de Lisboa. O Arentino, coevo do prior também as conversas nas praças e hospedava nos seus banquetes orgiasticos, para as orientar na emenda da vida. O nosso prior também entendia na morigeração interna dos claustros. Manoel Faria e Sousa faz chronica escandalosa das suas ameijoadas com as freiras dos Açores. Era, pois, *um portuguez de raça*, como diria o meu esclarecido amigo Oliveira Martins, irrigando

¹⁰⁷ Ver, TORGAL, José Luis Reis, op. cit., Vol.II, 1989, p. 57. Estes boatos foram incorporados à história de D. Antônio e continuam sendo para muitos historiadores um aspecto fundamental: SILVA, Luiz Augusto, op. cit., 1862, p. 29: “Por sua mãe, murmuravam alguns em segredo, D. Antonio merecia á raça proscripta dos chistãos novos affeição particular”; BERCÉ, Yves-Marie, op. cit., 2003, p. 29; “A mãe, Violante Gomes, teria sido filha de comerciantes ‘cristãos novos’, ou seja, judeus convertidos; vítima desses amores desiguais, foi obrigada a recolher-se a um convento cisterciense.” HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado, A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998. “(...) provavelmente o que mais pesou para a não aceitação do sobrinho foram as suspeitas de que sua mãe fosse cristão-nova.” p. 167.

¹⁰⁸ CASTELO BRANCO, Camilo. *Sentimentalismo e historia: D. Antonio prior do Crato*. Eusebio Macario. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1879.

com a fresca água lustral da sua indulgencia sociológica temperamentos cálidos como o do grande Marquez de Pombal¹⁰⁹.

¹⁰⁹ CASTELO BRANCO, Camilo, op. cit. 1883, p. 164-165. Em resposta a Camilo Castelo Branco, e o que evidencia o quanto sua proposta incomodava os homens que acreditavam que D. Antônio era um herói da pátria, temos o seguinte fragmento: “O próprio Camilo... que era ou foi o que nós todos bem sabemos... teve coragem para censurar os ‘amores’ de D. Antônio, que ‘engendrou 10 filhos em mulheres de diversas nações’, mas a história não diz que D. Antônio roubara e desgraçara qualquer esposa alheia... Se os filhos de D. Antônio herdaram as taras do pai, os de Camilo – o que foram? Em proezas genésicas, Camilo não tinha autoridade para atirar pedras ao Prior do Crato; não senhores. Os filhos de Camilo, e as filhas, e os netos e as netas, nas circunstâncias em que ficaram não gostariam que alguém lhes renovasse as dores e aflições.... Camilo foi mau; e malvado (...) Camilo – escrevendo um Livro ou quadro histórico (1601-1660) da vida de – D. Luís de Portugal – neto do Prior do Crato, pega na pena como num vara-pau e toca a dar pancadas ventosas no avô!!!”. POMBO, Padre Manuel Ruela, op. cit., 1947, p. 151-155.

1.4. Superando a crise dinástica

Apesar dos esforços dos historiadores nacionalistas em superar os preconceitos em torno de D. Antônio e do antonismo herdados dos séculos anteriores, esta interpretação não teve vida longa na historiografia, pois a atual leitura sobre a crise dinástica parece ter retomado a ideia de que D. Antônio era apenas um bastardo e ambicioso e o antonismo, uma luta de oportunistas que manipularam uma população miserável.

Os muitos trabalhos que seguiram a partir da análise de Godinho conseguiram oferecer uma explicação consistente para os motivos que levaram a unificação peninsular. No entanto, quando pelos mesmos instrumentos de análise buscou-se explicar o antonismo, não se conseguiu obter uma resposta satisfatória, sendo necessário retornar a uma imagem de D. Antônio e do antonismo que não comprometesse uma explicação estrutural para unificação. Assim, a representação de um movimento popular e efêmero serviu para reforçar a ideia de que não existiram obstáculos sérios para o processo.

Os historiadores do antonismo assim se encontram em uma situação delicada, pois se a atual leitura sobre a crise dinástica não oferece meios para analisar a sua problemática, tampouco pôde voltar-se à interpretação nacionalista, cujos erros de análise já foram evidenciados. Mas, podemos contornar este problema caso os estudiosos do antonismo estejam dispostos a operar uma mesma ruptura que autores como Godinho defenderam para compreender as razões dos que apoiaram a causa do rei de Castela.

A crise dinástica, como um momento de reflexão dentro da cultura política peninsular, prendeu o antonismo naqueles acontecimentos e a sua função dentro do significado que queria se atribuir àquele momento histórico. Portanto, o que devemos fazer é buscar entender os eventos fora da percepção gerada durante a crise dinástica, por esta razão procedemos acima com um inventário dos muitos preconceitos e formas de perceber sobre o fenômeno, para que seja possível a sua reconstituição dentro de sua própria temporalidade e compreende-los na lógica que lhe é devida.

É o que procuraremos fazer nos próximos capítulos.

Capítulo II

Representar o infante D. Luís

Pellas ruas novas hia,
e o Infante seu irmam
com estoque alto na mam
Rey do mundo parescia
Em poder e perfeiçam

(RESENDE, Garcia de.
*Crónica de Dom João II e
Miscelânea por Garcia de
Resende*. Nova ed., conforme a
de 1798 / com introdução de
Joaquim Veríssimo Serrão.
Lisboa: Nacional-Casa da
Moeda, 1973, p. 374.)

2.1. O infante D. Luís no discurso antonista¹¹⁰

Entre os diferentes modos de argumentar encontrados no conjunto de discursos antonistas, um dos mais recorrentes é o emprego do nome do infante D. Luís (1506-1555). A primeira vista não é algo que desperte maiores atenções, afinal D. Antônio foi denominado como *o filho do infante D. Luís* porque era a condição necessária para defender a sua pretensão a coroa. Porém, uma observação mais detalhada revela-nos que o emprego do nome de D. Luís ia além dos direitos à coroa.

Nas elites municipais, nas quais o antonismo recebeu grande apoio, podemos perceber que um dos motivos para terem reconhecido a aclamação de D. Antônio residia no respeito e no que representava a figura do infante D. Luís:

estes reinos inspirados da Graça divina o elegeram e alevantaram por Rei. E vendo nós como o dito Senhor, por ser filho do Infante D.Luiz, e neto d'El-Rei D.Manuel, de gloriosa memoria, e suas muitas virtudes tinha amor e obrigação a conservação e defensão destes reinos approvamos a dita deliberação, e o elegemos de novo por rei delles (...) pois parece que Deus nosso Senhor guardou este principe, e o livrou de tantos perigos para nosso remedio (...) em que Deus nosso Senhor quer mostrar muitos merecimentos do Infante D.Luiz, e usar connosco de misericórdia, de elegermos um tal principe para remedio das grandes necessidades em que estamos postos, em cuja ajuda e favor esperamos conservar a nobreza de Portugal¹¹¹.

O emprego do nome do infante tinha uma autoridade capaz de superar o conjunto de leis do reino. Durante o julgamento sobre a legitimidade de D. Antônio, D. Francisco Pereira, procurador do prior do Crato, dirigiu-se ao rei nos seguintes termos:

Que elle não pertendia desculpar ao Senhor D. Antonio, mas que só lhe lembrava, que era filho do Infante D. Luiz seu irmão; e que (...) as virtudes do Infante D. Luiz tinham sido tão heróicas, que só a sua memória era bastante para por Ella ElRey perdoar os erros de seu filho, ainda que tão mal aconselhado(...)¹¹².

¹¹⁰ O título deste capítulo nasceu da seguinte passagem de uma obra oitocenista de DENIS, Fernando M. *Portugal pittoresco ou descrição historica d'este reino: ou descrição historica d'este reino*. Vol.II Lisboa: Typographia L.C. da Cunha, 1846. "Os portugueses não poderão por muito tempo esquecer que D.Antônio representava o infante D.Luiz em que outrora se haviam fundado tantas esperanças", p. 315.

¹¹¹ Carta da Câmara de Lisboa, para a da Vila da Praia sobre a aclamação de D. Antônio. In: *Livros dos acórdãos da câmara da Vila da Praia – nos anais da Ilha Terceira*, de Ferreira Drummond, Angra, 1850 apud. BAPTISTA, A.Virginio. *Açores e o governo do rei D. Antonio, prior do Crato 1580-1583*. Portucalense, 1932.

¹¹² SOUSA, D. Antônio Caetano, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo III. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 219.

Relembrar o infante era algo frequente nos discursos dos antonistas, o seu emprego dava a este grupo uma autoridade simbólica que certamente colocava seus adversários em uma posição delicada, pois ir contra D. Antônio era ir contra o infante D. Luís. Foi desta hábil maneira que o prior do Crato procurou responder aos editos de perseguição que o cardeal-rei D. Henrique lançou contra ele:

Sobrinho como sou e filho do Infante dom luis meu sôr a quem Vossa Alteza e este Reino tanto devem o que Creyo q não esquessera a Vossa Alteza por mais culpado que eu fora e creyo também verdadeiramente que se o Infante meu sôr alevantansse a cabeça da sepultura forçadamente o Vossa Alteza Reverensearia polo grande amor que teve a Vossa Alteza e serviços que lhe fez (...) [pois] eu desseio mais que todos acressentando nem contra a quietação e bem destes Reinos que mais do que todos desejo que se não extinga Como parece que vai encaminhado *e sou obrigado ao Infante meu senhor e aos Reis de que venho* que o ganharão e defenderão ateagora pelo que Vossa Alteza agora he Rey e sôr delle(...) ¹¹³ [grifo nosso].

A correta compreensão deste documento não é possível sem o esclarecimento do emprego do nome do infante D. Luís. Afinal, que serviços a coroa devia ao infante D. Luís? Por que ele se envergonharia das atitudes do cardeal-rei? E, mais importante, por que D. Antônio assumiu a luta pela coroa portuguesa como uma questão de sobrevivência do reino e como algo obrigado pela memória de seu pai e dos reis passados?

Até aqui podemos inferir que existiu um uso para além da legitimidade e cuja autoridade era suficiente para ser utilizada contra o próprio rei. Mas não era apenas na corte que tal argumento foi empregado.

Ao descrever a caçada de muitos aventureiros e nobres portugueses a D. Antônio, após a sua derrota em Alcântara, Pero Roiz Soares os relembra da perda da honra caso obtivessem sucesso, pois ter entregado à morte alguém que além de ter sido criado junto com eles era “filho de tal pai como foi o Infante dom Luis que só isto bastava para se doerem dele”¹¹⁴. Roiz também registrou que um dos fatores que explica a bem sucedida fuga de D. Antônio, por quase um ano, por Portugal, deveu-se ao fato de ser filho do ilustre príncipe, o que fez com que muitos, em especial religiosos, o

¹¹³ *Carta de D. Antônio ao cardeal-rei D. Henrique (Dezembro de 1579)* apud. SOARES, Pero Roiz. *Memorial – Actas da Universitatis Conimbrigensis* (1ª edição integral do manuscrito encontrado na Universidade de Lisboa). Leitura e revisão M. Lopes de Almeida. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953, p. 127-130.

¹¹⁴ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1956, p. 187 e p. 182.

abrigassem em seus conventos e mosteiros, mesmo sob o risco de serem mortos como traidores.

Portanto, partindo destas premissas reveladas pelo uso deste argumento, a existência de uma ligação para além do laço sanguíneo entre o infante D. Luís e D. Antônio e sua efetiva capacidade de influenciar o comportamento dos agentes, podemos estabelecer como hipótese central deste capítulo que o desencadeamento da resistência contra Castela tenha se configurado na forma do antonismo por justamente ter existido uma continuidade, seja simbólica ou mesmo objetiva entre o infante D. Luís e D. Antônio no que se refere à união dinástica¹¹⁵.

¹¹⁵ Portanto, aqui não será realizada – infelizmente – a “desejada biografia deste príncipe de contornos ainda mal definidos” como diz SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. 3 Lisboa: Verbo, 2003, p. 56-57, mas esperamos, na medida do possível, dar algumas contribuições para um futuro estudo mais aprofundado.

2.2. O infante D. Luís

Explicar o porquê desta referência ao infante D. Luís passa necessariamente por tentar recuperar os valores associados ao seu nome. Mas tal tarefa não é tão simples, pois como observa Deswarte-Rosa: “D. Luís est de toute la famille royale portugaise la personnalité la plus riche en potentiel et la plus emplie de passion. D’un point de vue politique, c’est l’une des figures portugaises les plus complexes de son époque”¹¹⁶.

Infelizmente, existem poucos estudos sobre o infante D. Luís que poderiam fornecer-nos uma base mais segura para começarmos nossas investigações. As fontes são igualmente problemáticas, já que a crise dinástica levou a procura e a destruição dos documentos referentes ao infante, tanto é assim que boa parte do que resta de suas correspondências se encontra no *Archivo General de Simancas*¹¹⁷.

Dos trabalhos disponíveis, o mais importante é o artigo da historiadora Sylvie Deswarte-Rosa, *Espoirs et désespoir de l’Infant D. Luís*, que procurou reconstituir o ambiente em que se deram as viagens do infante D. Luís para a Espanha, valendo-se de uma documentação até então inédita, composta de correspondências entre o príncipe português e membros da corte de Carlos V. A sua principal conclusão é de que as representações sobre o infante D. Luís, elaboradas pelos cronistas, que o descrevem como um homem humilde e obediente à Coroa, quando confrontadas com a sua correspondência, na verdade, revela o oposto: um homem ambicioso, desobediente ao irmão e capaz de qualquer coisa para obter um reino para si.

Contudo, a questão não se esgota neste ponto, pois o que é preciso saber é exatamente o porquê de estes autores o representarem desta forma e não outra. Assim, antes de avançarmos neste ponto específico, devemos voltar à complexidade já mencionada a respeito deste indivíduo e fornecer um breve resumo dos principais acontecimentos de sua vida.

O infante D. Luís nasceu em Abrantes em 3 de março de 1506, sendo o quarto filho do segundo casamento de D. Manuel I. No ano da morte deste rei, em 1521, foi nomeado Condestável do Reino. Na cerimônia de aclamação de D. João III foi o primeiro dos nobres a jurar obediência, sentando ao lado direito do irmão e

¹¹⁶ DESWARTE-ROSA, Sylvie. “Espoirs et désespoir de l’Infant D. Luís” In: *Mare Liberum*. N. 3 Dezembro, 1991, p. 245.

¹¹⁷ Os principais estudos são: RICARD, Robert. Pour une monographie de l’infant D. Luis de Portugal. in. *Charles Quint et son temps*. Centre National de la Recherche Scientifique, 1959 e DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, p. 243-298.

empunhando o estoque na mão, símbolo de seu cargo. Em 1528, recebeu o título de prior do Crato e por volta de 1530, conheceu dona Violante Gomes, a *pelicana*, com quem teve seu único filho D. Antônio; em seguida, começou a tomar aulas com o Doutor Pedro Nunes.

Seu ano glorioso foi, sem dúvida, 1535 quando Carlos V pediu auxílio a D. João III para reconquistar Túnis que tinha sido tomada por Heredin Barba-Roxa. O rei mandou mais de vinte caravelas, duas naus e um galeão para a empresa, mas não permitiu que seu irmão comandasse a operação. Contrariando o rei, D. Luís foi secretamente a Barcelona se juntar a Carlos V, sendo recebido com grande cortesia e curiosidade pela corte imperial. A força reunida atravessou o mediterrâneo e tomou primeiramente o porto de La Golleta que protegia a bacia de Túnis. Após a conquista da fortaleza, os líderes da expedição se reuniram em um conselho para decidir se deveriam ou não invadir a cidade de Túnis. Os conselheiros foram unânimes em votar contra a tomada da cidadela, menos o infante D. Luís que defendeu a marcha sobre a cidade. Carlos V concordou com o príncipe português e tomou a cidade, sendo o fato celebrado por toda cristandade. Neste momento, o infante D. Luís caiu nas graças do imperador que não hesitou em mandar uma carta elogiando-o para seu irmão D. João III¹¹⁸. Foi esta fama que permitiu se destacar nas cortes europeias, sendo considerado como um mediador entre o rei D. João III e outras cortes, assim como, um cobiçado pretendente para algumas das mais ilustres princesas europeias¹¹⁹.

Sua corte formou um círculo seletíssimo dos maiores pensadores e artistas de Portugal, responsável pela penetração do humanismo no reino. D. Luís sempre teve interesse pelos conhecimentos teóricos, especialmente pela matemática, astronomia e saberes em geral, tendo tido como grande amigo D. João de Castro. Este lembrava que mesmo na África, em plena guerra contra os mouros, a tenda do infante D. Luís continuava a ser um espaço para as mais ásperas discussões teóricas em que se debatia a validade das conclusões de Ptolomeu:

Lembra-me que nos campos africanos da grande e miservel Cartago
jamais os ardentes rayos do sol, nem as ásperas e continuas corridas
podiam ser occasiam que aparecendo eu em sua Real tenda, inda com

¹¹⁸ *Carta notável da mão do emperador depois da jornada de Tunes*. Cabo Çafra, 17 de agosto de 1535. In: SOUSA, Luiz de frei. *Anais de D. João III*. Vol. I e II Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1938, p. 251-252.

¹¹⁹ As princesas foram: Renée de France, filha de Luis XII; Jadwiga Jagiellon da Polônia; Maria Stuart, rainha da Escócia; Maria I da Inglaterra (a famosa *Bloody Mary*); e a sobrinha da futura duquesa de Parma.

muita parte de suas virtuosas armas vestidas, me nam praticasse qualquer proposito de Cosmografia¹²⁰.

Nas artes e na cultura também teve um papel importante. Camões, Sá de Miranda, Gil Vicente e Lourenço de Cáceres estavam ligados à corte do infante – suspeita-se que ele escreveu algumas peças de teatro publicadas com o nome de Gil Vicente e poemas que depois foram atribuídos a Camões. Dentro do mecenato artístico ainda cabe destacar que Filipe de Vries executou, em 1551, sob patrocínio do infante D. Luís, o Cristo Crucificado para o Coro Alto do Mosteiro de Santa Maria de Belém.

Possivelmente, é no mecenato arquitetônico que podemos ver a sua maior intervenção. No plano teórico, foi graças à sua iniciativa que entre 1534-1536 o Doutor Pedro Nunes realizou a primeira tradução *De Architectura* fora de Itália. Suas construções mais significativas foram a *loggia* dos Açougues, que possui influências italianas; o Palácio do grão-prior, construído por volta de 1530-1540 provavelmente pelo arquiteto Miguel Arruda (hoje só sobrou a varanda de uma janela); em 1541, o Mosteiro de S. João da Penitência das Religiosas Maltesas, na vila de Estremoz, para ser habitado por fidalgas pobres; e o convento de Jericó. A sua principal obra talvez tenha sido o desvio no rio Tejo, entre 1543 e 1544, afastando o curso do rio em mais de um 1 km a norte em que trabalharam de 20 a 30 mil homens, evidenciado todo o poder e capacidade técnica que a sua corte possuiu¹²¹.

Apesar de toda glória alcançada o final de sua vida não deixa de continuar a espantar. Após ver todos os seus projetos de casamento fracassar e ficar desiludido pela trágica sequência de mortes de sua família, o infante D. Luís começou a desapegar-se das coisas terrenas, voltando-se cada vez mais para a fé, a ponto de viver em plena pobreza na sua opulenta corte. Nesse momento, a mensagem da Companhia de Jesus tocou-o profundamente, mantendo uma correspondência com Francisco de Borja e o

¹²⁰ D. João de Castro. *Roteiro de Goa a Dio*. Ao sereníssimo e Invictíssimo Dom Lois apud SANCEAU, Elaine. *D. João de Castro*. Porto: Livraria Civilização, 1946, p. 55. De acordo D. João de Portugal, “profundo conhecedor em todo o gênero de erudições por testemunho, ou oráculo dos mesmos que lhes ensinarão, Pedro Nunes, e Lourenço de Cáceres; [...] Tinha uma biblioteca escolhida, e numero; sendo o mayor fautor de todos os sábios [...] Na Matematicas passando logo de discipulo a professor, compoz eruditamente hum livro de modos, proporçens, e medidas, e hum tratado sobre a Quadratura do circulo. Escreveo o excellent Auto de D.Duardos, que se estampou em nome de Gil Vicente, a quem elle o havia dado para represnetar. Deixou muitos outros escritos, que se não conservão, e que fazendo grande falta para a nossa instrução, nenhuma já para sua memória. Soube perfeitamente a suavissima arte de Musica. Vida...”, p. 141. Ver também algumas sugestões em VALENTIM, Carlos Baptista. *O Infante D.Luís* (1506-1555) e a investigação do mar no renascimento. Dados para uma biografia “completa”. Lisboa: Academia da Marinha, 2006.

¹²¹ DIAS, João José Alves. *Uma grande obra de engenharia em meados do século XVI: a mudança do curso do rio Tejo*. [Lisboa]: Estampa, 1984.

próprio Inácio de Loyola, que tiveram até mesmo que o impedir de se tornar um jesuíta, um dos seus últimos desejos. Faleceu em 1555, deixando ao seu único filho apenas o priorado do Crato.

2.3. A Historiografia sobre o infante D. Luís (Séculos XVI - XIX)

No século XVI, escrever a história de um determinado indivíduo não tinha como objetivo realizar uma biografia sobre as qualidades individuais ou uma representação fiel de sua personalidade, mas sim buscar nas ações conhecidas, ou atribuídas, exemplos para os leitores, geralmente membros da nobreza. Desta forma, para compreendermos que qualidades os indivíduos daquela sociedade reconheciam no nome do infante D. Luís, devemos entender de que forma os diferentes autores que escreveram sobre este indivíduo organizaram os acontecimentos de sua vida¹²².

Os dois primeiros a escrever sobre a vida do infante D. Luís foram Damião de Góis (1502-1574) e Pêro de Alcáçova Carneiro (1515-1593). Seus escritos foram fundamentais, pois são os responsáveis por organizarem a narrativa histórica de D. Luís em torno de alguns *topoi* que serviram de matriz para todos os escritos posteriores.

Damião de Góis dedicou a este príncipe o opúsculo *Três comentários acerca da segunda guerra da Cambala*, além de ter escrito um capítulo dedicado ao infante na sua *Chronica d'El-Rei D. Manuel* (1566), que se tornou uma das principais fontes de informação a respeito deste príncipe¹²³. Além das virtudes tradicionalmente atribuídas ao infante, como um valoroso guerreiro, cortês, culto, religioso e obediente, Góis organizou o seu texto em torno do fato que D. Luís, se *tivesse* tido a oportunidade, *poderia* ser tão poderoso como um Alexandre, o grande: “não faltou mais que não nascer Rei, ou o ser de algum grande reino”. É importante ressaltar que Damião de Góis era muito próximo do infante e o principal articulador de um dos projetos de casamento mais ousados da monarquia portuguesa: entre o infante D. Luís com Jadwiga Jagiellon¹²⁴ (1513-1573), filha de Sigismundo I, rei da Polônia (1467-1548). Embora todos os casamentos tenham fracassado, o que Góis habilmente conseguiu foi igualar o infante D. Luís à condição de rei se não em ato ao menos em potência. Denominaremos este *topos* como de *rei em potência*.

O segundo *topos* é o da *obediência à coroa*. Em 1573, o cardeal D. Henrique requisitou a Pêro de Alcáçova Carneiro algumas sugestões do que poderia ser escrito a

¹²² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Rio de Janeiro: Contraponto: EPUC-Rio, 2006.

¹²³ GÓIS, Damião de. *Opúsculos Históricos*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1945, p. 216-217 e *Chronica D'El-Rei D.Manuel*. Vol.III Lisboa: Escripório, 147 rua dos Retrozeiros, 1909, p. 84-91

¹²⁴ Damião de Góis chama-a de Hedvige, que vem da pronúncia alemã (Hedwig) pelo qual ele deveria a conhecer. Ela acabou casando-se em 1535 com Joaquim II, eleitor de Brandeburgo. O rei Sigismundo mantinha uma corte humanista bem ao espírito daquela que o próprio D. Luís conhecia.

respeito de seu irmão, pois desejava realizar uma crônica em sua homenagem, mas era necessário um texto para servir de subsídio para os futuros cronistas¹²⁵. Pero assim escreveu um texto articulado, a fim de demonstrar que todos os atos do infante D. Luís tinham como único objetivo servir à coroa e afirmou que este sempre agiu “sem interesse próprio”. O infante D. Luís era alguém obediente aos reis D. Manuel I e D. João III, assim como à rainha D. Catarina, mesmo sendo ela a principal opositora do projeto de casamento entre D. Luís e a sua filha, a infanta D. Maria Manuela (1527-1545). As comendas das ordens militares que por direito deveriam lhe parecer, como a Ordem de Cristo, foram rejeitadas pelo infante, pois de acordo com Carneiro ele preferiu vê-las unidas à Coroa. Mesmo a ajuda que a casa real oferecia aos nobres para cobrir suas despesas em festas e serviços eram rejeitados pelo infante, coisa a ser imitada pela nobreza. “Não deve esquecer quantas cousas pretendeo fazer mais por se abilitar pêra o serviço Del Rey e para o bem do Reyno que por appetite e guosto que tivesse”.

O problema deste *topos* é justamente a jornada de Túnis de 1535. Ironicamente, o fato mais glorioso da vida de D. Luís nasceu justamente de uma desobediência contra D. João III, e que muitos nobres, incluindo aí o próprio duque de Bragança, o seguiram sem autorização régia. Damião de Góis tenta demonstrar o quanto D. João III foi compreensível com tal falta. Já esta desobediência praticamente desaparece do texto de Alcaçova.

Mas a crise dinástica acabou por impedir a concretização de uma crônica sobre o infante. Quando D. Antônio se apresentou como filho legítimo de D. Luís, o interesse por papéis que pudessem comprovar ou negar tal afirmação se tornou vital. Em junho de 1579, Filipe II pediu a Cristovão de Moura uma cópia autêntica do testamento de D. Luís, já o duque de Osuna em resposta afirmou que “andamos procurando hurtalla”¹²⁶. Mesmo após a derrota dos antonistas, a Inquisição vasculhou Portugal a procura dos papéis de D. Luís.

Contribuiu também a ação suspeita do cardeal-rei D. Henrique, que em seu testamento ordenou a destruição de todos os papéis do infante D. Luís¹²⁷. Sem muitos dos documentos de chancelaria, e após a consolidação do governo de Filipe II, é certo

¹²⁵ SOUSA, Luiz de. *Anais de D. João III*. Vol. I e II Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1938, p. 319-323 e DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, nota 155.

¹²⁶ *Co.Do.In.*, VI, p. 485-488 e p. 540-546, ver também SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. LIV-LV.

¹²⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-77, VI, p. 86.

que o interesse, ou mesmo a possibilidade de uma crônica a respeito do infante, ficou comprometida, pois evocar o nome de D. Luís – querendo ou não – também era lembrar o do seu filho.

Aos poucos, a narrativa da vida do infante D. Luís continuou a ser escrita, mas introduzida dentro de outras obras, muitas vezes sobrepondo a de seu filho. Um bom exemplo é o que Frei Vicente de Salvador escreveu a respeito do infante na sua *História do Brasil*. As duas principais virtudes do infante D. Luís eram o seu zelo pela religião e pela ciência na arte militar. Na exaltação das glórias deste príncipe, não hesita em compará-lo a um Nestor ou mesmo a um Aquiles, no que se refere aos seus conselhos militares ou suas habilidades guerreiras. Era “aos estrangeiros benignos, aos naturais afável, e com todos geralmente liberalíssimo, pelo que de todos era amado, e de todos louvado”¹²⁸. A obra de frei Vicente de Salvador é sintomática daquilo que será produzida no século XVIII, quando a virtude religiosa será cada vez mais relevante.

Somente no século XVIII, temos uma das poucas obras especificamente sobre este personagem, a *Vida do Infante D. Luiz*¹²⁹ do 9º conde de Vimioso José Miguel João de Portugal (1706-1775) no âmbito da Academia Real de História Portuguesa¹³⁰.

Mais da metade do texto é ocupada por longos escritos dos censores e acadêmicos que se revezam nos elogios da obra. Assumidamente um panegírico a favor do infante D. Luís, seu autor repete os *topoi* anteriormente desenvolvido, destacando como este príncipe possuía virtudes de um rei, apesar de não o ser, e de sua obediência à Coroa. O que a obra traz de novo é justamente o desenvolvimento da vida religiosa do infante. O autor exaltou a sua devoção à ortodoxia católica e aos preceitos de vida da Companhia de Jesus, lançando luz sobre as correspondências que o infante D. Luís trocou com Francisco de Borja.

¹²⁸ SALVADOR, Frei Vicente. *História do Brasil, 1500-1627*. 7ª Edição. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, p. 148-280.

¹²⁹ PORTUGAL, D. José Miguel João de. *Vida do Infante D. Luiz. escrita por D. Jozé Miguel Joaõ de Portugal*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.

¹³⁰ José Miguel João de Portugal (1706-1755), que, à data em que recebeu a *Instrução* de seu pai (1745), era herdeiro da Casa dos Portugais e 9º conde de Vimioso, membro da Academia Real da História desde 1731 e depois, deputado da Junta dos Três Estados. Sobre papel político dos acadêmicos ver: KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo; Salvador: HUCITEC: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004 p. 45-57. Sobre D. José de Vimioso: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa*. Vol. III. Lisboa: Editorial Verbo, 1974, p. 108-112; outra obra do período é a de FIGUEIREDO, Frei Manoel. *Dissertação historico-critica-apologetica, e convincente da novissima opiniao, que seguio, que o Infante D. Luiz Duque de Beja fora desherdado do direito de successao do Reino, pela desigualdade do casamento*. Lisboa: na Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1788. Que continua o *topoi* da obediência: “hum Principe das qualidades do Infante D. Luiz, tão obediente ao Monarcha feu Irmão, que dos confelhos do Infante tirava as plantas para o governo do Reino, e que efcolheo o Infante para Padrinho de feu neto, e fucceffor,” p. 5.

Ao estudar esta obra, Joaquim Veríssimo Serrão questionou que “intenção poderia ter, para os homens do século XVIII, lembrar a figura do segundo filho do rei D. Manuel e que pouco marcou, visto não se achar na linha direta da sucessão, os negócios do Estado na época de D. João III?”¹³¹. Serrão articulou duas respostas: (1) a obra dedicada ao infante D. Antônio (1704-1800), ironicamente filho bastardo de D. João V, tinha como objetivo educar o infante ao recomendar a imitação do virtuoso D. Luís. Na verdade a obra buscava enaltecer os filhos segundos da monarquia, mostrando o quão dignos poderiam ser mesmo vivendo à sombra do primogênito; (2) o interesse do autor em enaltecer a sua própria ascendência, lembrando o braço direito de D. Antônio, prior do Crato, foi Francisco de Portugal, o 3º conde de Vimioso.

A argumentação é correta, embora seja possível um aprofundamento. O caráter de exemplaridade de D. Luís é evidente, a questão é saber quais exemplos. Neste sentido nos parece importante ressaltar o destaque que essa obra dá ao lado religioso do infante, pois um dos censores era o Padre Luiz Alvares, da Companhia de Jesus, confessor do infante D. Antônio e qualificador do Santo Ofício. A perfeita integração entre a vida do infante e sua religiosidade é exaltada, ao contrário de historiadores mais recentes, pois D. Luís era entusiasta da Companhia de Jesus, protetor dos religiosos e seus últimos anos de vida foram de grande devoção, justamente aqueles que José Miguel de Portugal detalha em sua obra¹³².

Esta obra teve um grande destaque nos meios acadêmicos, sendo utilizada por D. Antônio Caetano de Sousa na sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*¹³³. Ao contrário de seu companheiro de academia, o autor se fixa no *topoi* do rei em potência, ainda destacando as muitas de suas virtudes, em especial a proteção dos sábios e de verdadeiro cristãos. Mas, curiosamente, após a descrição da vida deste que foi “um

¹³¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1974, p. 109. Certamente Serrão hoje não concorda com a ideia de que D. Luís pouco marcou a vida política portuguesa, prova disso é ter dedicado toda uma sessão ao infante D. Luís em sua *História de Portugal*.

¹³² Algumas pesquisas parecem demonstrar que esta obra também possui outras características. Como Serrão já apontou, este livro foi escrito para elogiar os descendentes do autor. Devemos lembrar que seu pai, D. Francisco de Portugal, 2º marquês de Valença e 8º conde de Vimioso, pertencia aos “grandes” do reino, daquela nobreza oriunda da corte da Restauração e que se tornava cada vez mais fechada. A vida do infante, homem que só se preocupou em servir ao rei e até mesmo recusando a riqueza que sua posição permitia, diz muito a respeito desta nobreza que o vê como um herói exemplar. O pai do conde de Vimioso foi um homem da alta corte e “defensor do mais purificado decoro” e zeloso das práticas rituais da corte joanina, o que como veremos está bem de acordo com aquilo que o infante D. Luís melhor simbolizou. Ver. CARVALHO, José Adriano de Freitas. As *Instruções* de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus filhos. Um texto para a Jacobéia? *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 1, 2004, p. 319-347.

¹³³ SOUSA, D. Antônio Caetano, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo III. Coimbra: Atlântida Livraria Editora. 1737, p. 209-241.

dos mais famosos príncipes” podemos ler uma narrativa da vida de D. Antônio. O que é um fato novo, pois a narrativa de D. Antônio e seus filhos ocupam pela primeira vez um espaço maior do que o próprio infante, cujo capítulo lhe é dedicado.

O que encontramos no texto de D. Antônio Caetano de Sousa é o pleno desenvolvimento da narrativa de D. Antônio, prior do Crato, que no século XVII era encaixada junto à do infante, mas de forma pouco desenvolvida, como em frei Vicente de Salvador. A narrativa antonina vai aos poucos engolindo a do próprio D. Luís, tendência que se confirma nos séculos XIX e XX. Também é interessante ressaltar uma possível recepção que a leitura por completo de capítulo da *História Genealógica...* poderia causar. A nosso ver, existe uma oposição entre estes dois personagens: D. Luís é obediente, um homem militarmente experiente, humilde, religioso e casto enquanto o seu filho é descrito com as virtudes *opostas*: desobediente, um péssimo líder militar, ambicioso, avesso à religião, tendo perdido suas virtudes ao se entregar a paixões desenfreadas que resultaram em dez filhos bastardos.

Este jogo de oposição também esteve a serviço do severo juízo da historiografia do século XIX e lançou sobre o reinado de D. João III o começo da decadência de Portugal, em grande parte por causa da pessoa do monarca, descrito como um homem de inteligência medíocre e sem virtudes. Foi neste momento que as capacidades intelectuais sempre ressaltadas, mas nunca em primeiro plano, vieram à tona, transformando o infante D. Luís no oposto de D. João III. Rebello da Silva considerava-o o mais inteligente dos filhos de D. Manuel, sendo que, na longa lista de incapazes e péssimos homens da corte de D. João III, o único que merecia algum destaque e consideração era o infante. A sua religiosidade foi até diferenciada e atenuada por Alexandre Herculano: “No character de D. Luiz as sombras do fanatismo não se podiam confundir com a hypocrisia, como no do rei, seu irmão, o qual as deriva do seu apego às praticas supersticiosas”¹³⁴. A exaltação religiosa, tão bem destacada pelos historiadores do XVIII, aqui aparece dissimulada e até reprimida.

Em meados do século XX, Elaine Sanceau escreveu uma frase emblemática que sintetiza a posição que as narrativas históricas do infante D. Luís assumiram dentro deste novo contexto de significados:

D. João III era lento, fleumático e correto – inteligente, mas de espírito pouco flexível. D. Luís era ardente, vivo e versátil – tudo quanto

¹³⁴ REBELLO DA SILVA, Luiz Augusto. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal*. Vol. XVI, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858.

executava fazia-o sob o impulso do coração. Amava as letras, e a ciência fascinava-o; adorava as armas e os feitos cavaleirescos. Era perfeito cortesão, escrupulosamente obediente ao seu senhor e irmão mais velho, guerreiro sempre pronto a fazer frente a todas as dificuldades da vida de campanha, ao mesmo tempo que estudioso persistente e generoso protetor da cultura em todas as suas formas¹³⁵.

Desta breve passagem pela historiografia sobre o infante D. Luís, podemos identificar alguns padrões no que se refere aos significados atribuídos a este indivíduo. No século XVI, o infante D. Luís é essencialmente considerado um perfeito cortesão, isto é, um homem que possuía ao mesmo tempo as virtudes militares combinadas com os bons modos de um homem criado em uma corte real, mas esta representação começou a ser substituída pela crescente admiração por sua vida religiosa, como se verificou no século XVIII. A historiografia do XIX abandonou este apreço pela religiosidade, assim como por sua cortesia, entendida apenas como uma humilhante forma de submissão a D. João III. D. Luís tornou-se o símbolo de um homem inteligente e aberto a novas tendências culturais, mas cercado por fanáticos religiosos que estavam levando o país à decadência.

¹³⁵ SANCEAU, Elaine, *op. cit.*, 1946, p. 37.

2.4. O perfeito cortesão português

Em 1617, Francisco Rodrigues Lobo escreveu um pequeno episódio entre o infante D. Luís e Carlos V, no qual relata que em uma noite ambos se recolhiam do Paço e se detiveram em uma porta – a parada foi ocasionada pela dúvida em saber quem deveria primeiro passar. Percebendo a situação, o imperador pegou no braço do infante e insistiu para que fosse primeiro. A situação era delicada para o infante D. Luís, não podia recusar a honra que o imperador lhe concedia, mas de alguma forma devia retribuir a gentileza. Não podendo admitir tal situação, o príncipe português rapidamente tomou uma tocha de um dos criados que ia a sua frente e assim foi iluminando o caminho de Carlos V¹³⁶. Mais tarde, D. José de Vimioso, homem cuja família se destacava pelo rigor na aplicação dos preceitos da cortesia, escreveu que: “Foi esta delicada, e engenhosa atenção do Infante sumamente celebrada em toda Hespanha”¹³⁷.

Episódio verídico ou não, é perceptível que a figura do infante é utilizada aqui como um exemplo de conduta correta a ser seguida. Mais do que a simples escolha de um personagem da nobreza, o que podemos perceber da documentação é que existiu em relação ao infante D. Luís uma ideia de que seu comportamento correspondia perfeitamente ao conjunto de valores que a sociedade portuguesa daquele período atribuíria como ideal, como se este príncipe fosse uma materialização destes preceitos.

Entre os séculos XII e XVII, os modelos de conduta e autocontrole se alteraram, o que levou à transformação da nobreza guerreira para uma cada vez mais cortesã¹³⁸. É nesse processo que aos poucos as virtudes da cavalaria, como a coragem e a destreza nas armas, são complementadas por outro modelo que incluía as boas maneiras, a cortesia e o conhecimento da filosofia. Isso gerou toda uma literatura específica a respeito, como os “Romances Cortesãos”, em que as personagens eram construídas no intuito de verificar as qualidades do bom cavaleiro tanto na guerra como na corte¹³⁹. Estes conjuntos de valores, que mesclavam o cavaleiro e o cortesão, tinham uma enorme importância na península ibérica, influenciando até mesmo as atitudes dos

¹³⁶ LÔBO, Francisco Rodrigues. *Côrte na Aldeia*. 3 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1972, p. 237. Para o contexto geral desta obra, ver: MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente*. São Paulo: Alameda, 2004, p. 66-72.

¹³⁷ PORTUGAL, D. José Miguel João de, *op. cit.*, 1735, p. 44-45.

¹³⁸ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 215-225.

¹³⁹ BURKE, Peter. *As Fortunas d'O Cortesão*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997b, p. 24-26.

monarcas como D. Sebastião¹⁴⁰, o que explica a razão do infante D. Luís gozar de enorme reconhecimento. Pois, a melhor chave interpretativa para compreendermos o infante D. Luís, como observou Deswarte-Rosa: “Par ces defférentes facettes et qualités, l’infant D. Luís répond parfaitement à la figure idéale Du parfait courtisan telle que la décrit Baldassarre Castiglione dans son *Cortegiano*”¹⁴¹.

D. Luís correspondia facilmente ao ideal de cavaleiro e de cortesão, sendo igualmente idolatrado por suas virtudes militares e por sua cortesia. É por este motivo que a tomada de Túnis é simbolicamente muito mais do que uma conquista militar. As narrativas desta história mostram como o então jovem príncipe abandonou a corte numa atitude que lembra os antigos cavaleiros das *chansons de geste*, notáveis pela coragem, mas não pelo autocontrole como Peter Burke já assinalou. Quando chegou à corte imperial de Carlos V, agiu como o perfeito cortesão sabendo se livrar dos embaraços que o imperador colocou-o e ao ir à guerra tem mais uma vez testadas as suas virtudes guerreiras, assim como a sua coragem e ousadia.

Além das proezas militares, o infante D. Luís era tido como grande conhecedor da arte da guerra em Portugal, como Damião de Góis refere-se: é pelo seu “feliz conselho, tão auspiciosamente se conduzem, dentro e fora do reino, os negócios da guerra”¹⁴². Praticamente todas as representações do infante D. Luís encontradas nas fontes do período fazem referência às suas virtudes militares, sendo bastante significativo em que as descrições que temos da aclamação de D. João III evidenciem o momento que o infante D. Luís jurou obediência ao seu rei e sentou ao seu lado direito com o estoque na mão¹⁴³.

Na dedicatória dos *Três comentários acerca da segunda guerra da Cambaia*, Damião de Góis diz ao infante que tal texto tinha como propósito ajudá-lo em sua tarefa de aconselhar o seu irmão em assuntos militares. Francisco de Holanda, artista ligado à corte de D. Luís, desenhou diversas fortalezas italianas para informar ao infante das últimas novidades da arquitetura militar, assim como do exército francês que igualmente foi capturado pela pena do artista¹⁴⁴. O projeto de possuir um centro de informações

¹⁴⁰ MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei Encantado*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.

¹⁴¹ DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, p. 246 A autora faz referência ao fato de que o próprio Castiglione conhecia o infante D. Luís – ver p. 252.

¹⁴² GÓIS, Damião de, *op. cit.*, 1945, p. 216-217.

¹⁴³ SOUSA, Frei Luís de, *op. cit.*, 1938, Vol.I, p. 32-33, que descreve a seguinte cena da aclamação de D. João III: “Tomou Príncipe a cadeira; e ficaram em pé junto dele os infantes D.Luís e D.Fernando: D.Luís com o estoque à mão direita; D.Fernando à esquerda. O Cardeal no teatro baixo, sentado em cadeira de veludo.”

¹⁴⁴ DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, nota 96.

para coletar dados a respeito dos assuntos militares não era algo incomum, basta ressaltar que em 1559, na corte espanhola, já surge um projeto de um arquivo para coletar exclusivamente as experiências militares passadas e coevas¹⁴⁵. O infante D. Luís foi o principal defensor da realização de reformas nas praças militares do Império português adequando-as às necessidades da época. O engenheiro militar Benedetto da Ravenna, que foi o responsável por reformular a fortaleza de Mazagão, obteve tal serviço graças ao contato com o infante D. Luís em Túnis.

A influência nos assuntos militares do reino é muito semelhante à sua atuação no que se refere às práticas cortesãs. Estavam em sua corte duas das figuras mais importantes para a normatização do comportamento dos príncipes: Lourenço de Cáceres e Jerônimo Osório (1506 - 1580). Este último dedicou-lhe o *De Nobilitate Civile Et Christiana* (1542), participou da educação de D. Antônio, além de ter sido o secretário do infante. Mas aqui iremos nos deter em uma obra de Lourenço de Cáceres, *Condições, e Partes, que ha de ter um bom príncipe (Doutrina de Lourenço de Cáceres ao Infante D. Luís)* escrito por volta de 1525-1528, na juventude do infante¹⁴⁶.

O texto está dentro da tradição do *specula principis* que ganhou enorme força no reinado de D. João III, do qual suspeitamos que a corte do infante D. Luís tivesse ligação direta como um local de inovações, introdução de novas práticas e como referência para outras cortes. O tratado faz referência à juventude do infante, quando um terço de sua vida já tinha passado. Conforme os cálculos de Cáceres, já era hora de ele abandonar a vida da caça e dos passatempos para se dedicar a assuntos mais sérios, como a religião e o estudo da filosofia. A personagem mitológica aqui utilizada é Hércules, que simboliza justamente as consequências da falta de controle das paixões. Assim, aos poucos o infante deveria se desapegar da ideia de viajar o mundo com a sua pele de leão e sua maça nas costas e procurar seguir o caminho - igualmente desafiador e difícil, conforme Cáceres - da virtude. Não que esta fosse de todo modo errada, era justa contra os infiéis sem dúvida, mas não entre os príncipes cristãos que deveriam dar o exemplo para o seu povo:

Assim que o Senhor não pode ser bom sem muito proveito, nem mau sem grande prejuízo de seu Povo: cujos costumes não somente tingem

¹⁴⁵ HALE, J. R. *War and society in renaissance Europe 1450-1620*. McGill-Queen's University Press, 1998, p.39.

¹⁴⁶ Aqui usaremos a cópia existente em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II Parte II Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 83-108.

a todos, mas procurão os homens de passar em sy mesmo quaesquer geitos que conhecem na pessoa do Senhor¹⁴⁷.

Pois o infante D. Luís foi conscientemente um instrumento de D. João III no sentido de adestramento da nobreza portuguesa. De acordo com Pêro de Alcaçova Carneiro, na presença do rei seja “público e nos recolhidos em suas cousas e nas alheas que não sey vassalo particular que o fizesse formalmente nem com mais obediência e acatamento”. Estes gestos pareciam, de acordo com Carneiro, ter o intuito de servir de exemplo aos demais nobres, pois o próprio infante se defendia da acusação de que eram manifestações exageradas de apreço, pois “era necessário para bom exemplo dos homens”¹⁴⁸.

A sua corte parece ter sido um local de fixação de comportamentos e práticas cortesãs e, talvez, de inovação. A função de acompanhar as princesas e rainhas na fronteira, sua admiração por Carlos V e o seu convívio na corte imperial, levam-nos a crer que tenha sido através deste príncipe que se deu no espaço português a introdução de novas práticas, já que a corte imperial foi reconhecida como renovadora das práticas cortesãs na Península ibérica.

Voltando ao episódio descrito no início desta seção, podemos muito bem o considerar como uma das primeiras tentativas de sincronizar as práticas da cortesia entre as duas cortes que começavam a ficar intensas desde o reinado de D. Manuel e que D. Luís foi um dos responsáveis por uma maior aproximação. Mais do que a mera cortesia mútua, esta linguagem também dizia respeito à própria hierarquia da sociedade, e o perigo era que o infante D. Luís agisse de forma inferior ao imperador, ou que certos atos indicassem uma submissão de Portugal ao Império.

Foi este perigo que podemos observar em uma carta de advertência de D. João III ao infante D. Luís após sua partida para a jornada de Túnis, assim como as ordens expressas para os fidalgos que o acompanhassem não recebam mercês pela ajuda ao imperador: “Que não aceite o infante ser armado cavaleiro na jornada; que não aceite o Tosão, ainda que lhe seja oferecido”. É evidente que Carlos V desejava atrair o poderoso infante para a sua esfera de influência através de uma submissão simbólica¹⁴⁹. Pois, na cortesia estava explícita a relação de poder daquela sociedade.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 98.

¹⁴⁸ DESWARTE-ROSA, Sylvie, op. cit., 1991, p. 278.

¹⁴⁹ Existem onze instruções ao infante D. Luís, de acordo com a transcrição encontrada em SOUSA, Luiz de frei, op. cit., 1938, p. 243-244. A ida do infante foi, ao que parece, severamente controlada por D. João

O que se verifica é que o infante D. Luís tinha uma capacidade de mobilizar ao seu favor a nobreza do reino que deveria ser temida e respeitada pelo monarca. O ato de desobediência da jornada de Túnis foi gravíssimo em grande parte porque a nobreza decidiu desacatar a ordem expressa de D. João III e seguir o infante D. Luís, até mesmo o Duque de Bragança tentou participar com o infante da jornada sendo dissuadido por D. João III.

A Coroa procurou utilizar a influência do infante para mobilizar a nobreza em seu próprio proveito. Como escreveu Diogo do Couto, sobre um iminente ataque turco contra as bases portuguesas na Índia, em 1537, o conselho real com “alguns de parecer, que mandasse o Infante D. Luiz seu irmão; porque tanto os homens o vissem embarcar, todos haviam de folgar de o acompanhar. Outros dizem, que o mesmo infante se ofereceu (...)”.

Mais relevante ainda é o motivo pelo qual a viagem não ocorreu. D. Catarina e o Conde de Castanheiras temiam que o envio do infante colocasse em risco a posse da Índia, pois seria necessário dar títulos com plenos poderes ao infante, isto é, o mesmo que lhe dar o reinado da Índia. Diogo do Couto diz ter ouvido essas conversas quando era criança na corte do infante¹⁵⁰.

A expedição da Índia, porém, tem outro significado, pois é ali que pela primeira vez lhe foi atribuída a função de salvador do reino de Portugal. O próprio infante D. Luís que assim explica para Luis Sarmiento, pois acreditava que o destino de Portugal dependia da manutenção das conquistas no oriente, assim aceitava sacrificar um possível reinado europeu para ir até a Índia¹⁵¹.

Portanto, o que podemos verificar é que o emprego do nome do infante D. Luís era uma prática comum nos discursos anteriores à crise dinástica e tinha um significado especial para aquela sociedade. Ao mobilizar em seu favor o nome do infante D. Luís, os antonistas dispunham de um instrumento poderoso para a sua causa.

III. Também é válido lembrar que além das idas até a corte do imperador Carlos V, o infante foi o principal responsável por levar as rainhas, como também por receber D. Catarina de Áustria e levar a sua irmã D. Isabel, sendo registrado tanto por Frei Luís de Sousa como Garcia de Resende em todos os seus gestos e conduta empregada pelo infante D. Luís nestes momentos.

¹⁵⁰ COUTO, Diogo do. *Década V, parte I, livro III, cap. VIII*.

¹⁵¹ “El señor Ynfante me a dicho hablando yo com su Alteza sobrestá matéria quel no yria ala Yndia por ynterese suyo mas que visto que si La Yndia se pierde es perderse este reyño que pareçiendo y mandandose lo Su Alteza quel yra de muy buena voluntad.”. *Carta de Luís Sarmiento a Carlos V*. Lisboa, 14 de setembro de 1537. In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, p. 285-286, Anexo III, Doc. 12.

2.5. A corte do infante D. Luís

Uma explicação para tamanho prestígio e influência na sociedade portuguesa é sem dúvida o fato de que o infante foi um dos grandes titulares do reino, possuindo vastos recursos, tornando possível financiar artistas, obras arquitetônicas e os seus ambiciosos projetos políticos. É precisamente para esta estrutura de poder que agora devemos nos voltar.

Antes de começarmos uma descrição dos domínios do infante D. Luís é necessário seguir algumas das reflexões desenvolvidas por Mafalda Soares da Cunha a respeito da nobreza portuguesa da primeira metade do século XVI¹⁵². Afastando-se das posições clássicas de Nobert Elias a respeito do processo de curialização, a autora propõe que a existência destas vastas casas senhoriais, funcionando como um sistema plural de cortes, não implicava em um fator que limitasse o crescimento do poder régio, pois ao atingirem as regiões mais periféricas, contribuíam para o processo de domesticação da nobreza e também podendo ter uma relação de mútuo apoio e confiança com a coroa, com participação no governo central.

A questão a ser colocada, ao analisar os domínios do infante D. Luís, é justamente se a sua corte funcionou como um elemento de consolidação do poder régio ou na verdade, agia com objetivos próprios e entrando em choque com a casa Real portuguesa.

¹⁵² CUNHA, Mafalda Soares da. *Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI – Algumas reflexões*. Penélope, n° 29, 2003, p. 33-48. Que a respeito da casa do infante D. Luís, deixa alguns importantes apontamentos, assim como um fundo documental que infelizmente não tivemos condições de melhor explorar sem se desviar da proposta inicial desta pesquisa. Transcrevemos abaixo muito das suas indicações: “A dimensão curial das casas dos infantes carece, todavia, de um estudo sistemático, para o qual existem, de resto, fontes documentais disponíveis. Para o caso concreto da casa do infante D. Luís, o fundo *Núcleo Antigo* do Arquivo da Torre do Tombo contém os livros de matrículas dos seus moradores (1536-1555). Uma análise sumária do seu conteúdo permite descobrir de imediato numerosas pistas de trabalho que, devidamente trilhadas, talvez pudessem concorrer para sublinhar o argumento aqui defendido. Os livros estruturam-se por anos, agrupam os moradores por categorias de foro e registram as moradias e eventuais outras mercês que lhes eram concedidas. Tais elementos permitem a reconstituição do universo social do seu espaço doméstico, assim como as suas funções e hierarquias internas. Apreendem-se ainda troços das trajetórias anteriores de alguns deles; laços de dependências, por exemplo (*antes fora da casa de...*).”

Tabela I: Dimensões de casas senhoriais (Século XVI):

Casas senhoriais	Data	Moradores	Categorias de foro dos moradores
Infante D. Fernando	1534	216	20
D. Guiomar Coutinho (casada com o anterior)	1534	60	15
Infante D. Luís	1536	632	23
Infante D. Duarte	S/d	172	16
Senhor D. Duarte (filho do anterior)	S/d	118	14
D. Teodósio I, Duque de Bragança	S/d	339	25

Fonte: CUNHA, Mafalda Soares da. *Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI – Algumas reflexões*. Penélope, n.º 29, 2003, p. 37

Podemos constatar, a partir da Tabela I, que a corte do infante D. Luís é um caso totalmente anômalo, sendo a maior até meados do século XVI. Um dos motivos desta acumulação de poder é explicado na reconfiguração dos poderes que D. Manuel I empreendeu durante o seu reinado graças à extinção de algumas grandes casas senhoriais e a sua política de concentração de poderes nas mãos dos infantes. D. Manuel I deu ao infante D. Luís muitos dos ofícios e títulos que possuía anteriormente à sua aclamação: os de Fronteiro-mor de Entre Tejo e Guadiana, Condestável do reino e o ducado de Beja.

Em 1521, foi nomeado Fronteiro-mor da Comarca de Entre Tejo e Guadiana. D. Manuel escreveu na carta de nomeação, explicando que a razão para a escolha de seu filho para tal ofício era a necessidade que um cargo que tinha ampla jurisdição somente poderia ser entregue a alguém de “mui grande confiança”. A carta ainda reforçava a ideia de que cumprir a ordem de D. Luís era o equivalente a obedecer a uma ordem direta do rei. Desta forma, a presença do infante era na prática a mesma do rei naquela região¹⁵³.

No mesmo ano também era condestável do reino, embora não saibamos ao certo quando ocorreu a sua nomeação, mas na aclamação de D. João III ele já exercia tal ofício. O condestável do reino tinha a função de ser o segundo em comando na

¹⁵³ *Carta de Fronteiro mor dantre Tejo, e Odiana, ao Infante D.Luiz* In: SOUSA, D. Antônio Caetano. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, Parte II, Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 81.

hierarquia militar portuguesa, substituindo a pessoa do rei quando necessário. De forma alguma este título teve apenas valor simbólico, o infante D. Luís, como acima descrito, desempenhou este papel com bastante dedicação, sendo, a nosso ver, a sua corte o verdadeiro centro da inteligência militar portuguesa. Mais uma vez D. Luís ocupava uma função que caso fosse necessário, substituiria o corpo do rei.

Por último, temos o título de duque de Beja, D. Manuel I deixou o título em recomendação a D. João III em seu testamento, mas tal somente foi confirmado em 5 de agosto de 1527. O ducado de Beja possuiu um significado simbólico muito importante, devido ao fato de ser o principal título de seu pai antes de ser rei. Era um lugar impregnado pela memória de pedra, já que o Hospital da cidade “obra suntuosa & grande, assim em edifício como em rendas” foi fundado pelo infante D. Fernando, pai de D. Manuel. Durante o seu reinado, elevou Beja à condição de cidade, construindo uma praça; seguindo a tradição, o infante D. Luís ergueu a Casa de Misericórdia “edifício grandioso, & de luzida fabrica”¹⁵⁴.

Por volta de 1527, temos a seguinte situação para os seus domínios¹⁵⁵:

Tabela II: Domínios do Infante D. Luís por volta de 1527:

Comarca	Conselho, Vila ou Cidade e seu termo.	Vizinhos (Fogos).	Total provável (nº de fogos x 4)
Entre-Douro-e-Minho	1 Entre Homem e Cávado (Terra de)	579	2316
Entre-Tejo-e-Guadiana	2 Cidade de Beja	2811	11244
	3 Vila de Moura	1662	6648
	4 Vila de Serpa	1227	5108
	5 Vila de Marvão	495	1980
	Subtotal da Comarca:	6241	24964
Total Geral dos domínios do Infante D. Luís:		6820	27280

Tabela a partir de CASTRO, Armando. *“A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX (1837)”*. Lisboa: Caminho, 1992. Quadro I: Esboço da estrutura dominial do continente português pelo segundo quartel do século XVI, p. 150-249.

Portanto, até aquele momento, D. Luís era um dos cinco maiores titulares do reino, mas seu patrimônio ainda aumentaria, pois em 1528 veio a receber o priorado do

¹⁵⁴ COSTA, P. Antônio Carvalho da. *Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Tomo II, Lisboa: Oficina Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. 465-479.

¹⁵⁵ D. Antônio Caetano de Sousa ainda afirma que foi senhor de Ceuta, praça mais importante do norte da África portuguesa. Informação essa que não conseguimos confirmar.

Crato que pertencia à Ordem de Malta da Ordem de São João do Hospital¹⁵⁶. A anexação do priorado do Crato é, sem dúvida alguma, um dos momentos mais importantes para a consolidação do poder real e um dos fatores essenciais para entender as ações de D. Antônio e, por isso, devemos aqui fazer uma análise aprofundada.

O priorado do Crato pertencia originalmente a Ordem de São João de Malta (sendo o nome de Malta adquirido após serem desalojados da ilha de Rodas e serem transferidos para a ilha de Malta, graças a Carlos V, em 1530). Esta poderosa ordem religiosa e militar buscava coordenar as ações militares da cristandade contra o império Turco em ações semelhantes àsquelas promovidas pelos piratas do norte da África. Era composta dos mais altos membros da aristocracia europeia, possuindo, diferentemente das outras ordens, uma autonomia institucional específica, pois apenas era subordinada ao seu Grão-Priorado, sediado em Malta, e às diretrizes assumidas em Capítulos Gerais. Também era a única ordem efetivamente religiosa e militar, em que seus membros eram obrigados a cumprir os votos de castidade, pobreza, obediência e serviço militar¹⁵⁷.

Situada a trinta léguas de Lisboa e dividido ao meio pelo rio Tejo, encontra-se o priorado do Crato possuindo vastos domínios conforme o quadro III:

Tabela III: Domínios do priorado do Crato (Ordem de São João do Hospital “Hospitalários”):

Comarca	Conselho, Vila ou Cidade e seu termo	Vizinhos (Fogos)	Total provável (n.º de fogos x 4)
Entre-Douro-e-Minho	1 Couto da Quejada (Comenda de Santa Maria)	51	204
Trás-os-Montes	2 Concelho de Vale de Asnas (Comenda de Algosó)	44	176
		757	3028
	3 Vila de Algosó	801	3204
	Subtotal da Comarca		
	4 Vila de Amêndoa	35	140

¹⁵⁶ Sobre a ordem de Malta e o priorado do Crato, ver: BELLO, Conde de Campo. *A Soberana Militar Ordem de Malta e a sua acção em Portugal*. Porto: Tipografia Porto Medico, 1931; VERSOS, Maria Inês. “Os cavaleiros de São João de Malta em Portugal de D. João V às vésperas do liberalismo”. In: *Penélope*, n.º 17, 1997, p. 109-120; TORRES, Ruy D’Abreu. *Ordem de Malta*. In. SERRÃO, Joel (dir) *Dicionário de história de Portugal*. 6 vols. Porto: Figueirinhas, 2002. IV, p. 147; GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1971, p. 80-8, Francisco BETHENCOURT, *Os equilíbrios sociais do Poder*. In: José MATTOSO, *op. cit.*, 1993, p. 169.

¹⁵⁷ VERSOS, Maria Inês, *op. cit.*, 1997, p. 110.

Estremadura	5 Vila de Belver	136	504
	6 Julgado de Envendo	123	492
	7-Julgado de Carvoeiro	51	204
	8 Concelho de Bustos	12	48
	9 Aldeia de Landal	31	124
	10 Vila de Angeja	95	380
	Subtotal da Comarca	473	1892
*Beira	11 Vila de Pedrógão	?	?
	Pequeno	?	?
	12 Vila de Porença-a-	?	?
	Nova	?	?
	13 Concelho de Oleiros	?	?
	14 Concelho de Bichoeira	?	?
	15 Concelho de Álvares	?	?
	16 Vila de Sertã	1200	4800
	Subtotal da Comarca-		
	muito mais de:	1200	4800
Entre-Tejo-e-Guadiana	17 Concelho de Margem e	23	92
	Longomel		
	18 Vila de Amieira	232	928
	19Vila de Gavião	101	404
	20 Vila de Tolosa	42	168
	21Vila do Crato	730	2920
	22 Comenada de Belver	57	228
	23 Vila de Almada	492	1968
	Subtotal da Comarca:	1677	6708
Total Geral do priorado do Crato: (Muito mais de:)		4151	16604

Tabela a partir de CASTRO, Armando, *Op.cit.*, 1992. Quadro I: Esboço da estrutura dominial do continente português pelo segundo quartel do século XVI, p.150-249.

*A região da Beira, que possui os números incompletos, era uma das regiões mais populosas de Portugal. Cf. RODRIGUES, Teresa Ferreira. “*As estruturas populacionais*”. In. MATTOSO, José. (Dir.), *op. cit.*, 1993, p.203.

Sua jurisdição era ampla e praticamente independente do poder régio:

Tem mais o dito do Crato em seu Priorado toda a jurisdição assim no crime, como no civil, que exercitaõ os Juizes ordinários das Vilas, & lugares deste Priorado, dos quaes se apella para hum Ouvidor, que tem na Vila do Crato com jurisdição do Corregedor, de cujas sentenças se apella, & agrava para o Tribunal da Relação de Sua Magestade. Apura o Prior por si, ou seu Ouvidor as eleições dos Alcaydes, & Vereadores de todas as Villas, & lugares do seu Priorado, & das suas Igrejas, que tem em outros Bispados, excepto os officios de Escrivaens das Alcqvallas, cuja provisão he de Sua Magestade. Tem

também todos os direitos das Chancellarias que são duas, & e lhe pagão dizimas das sentenças. Nam entra neste Priorado Justiça alguma delRey, senão Provedor para as cousas que lhe tocão conforme o seu officio¹⁵⁸.

Economicamente, sua renda vinha da arrecadação de dízimos, dos direitos das quarta parte dos frutos, de censos perpétuos, direitos reais (exceto alcavalas), e de muitas outras propriedades que pagam foro. Ainda pertencem ao senhor do Crato todas as águas dos rios, pois ninguém pode fazer moinhos sem pagar o foro.

Com estes dados, fica evidente que o risco institucional que um território que gozava de quase total autonomia gerava para a coroa portuguesa. E de fato, uma rebelião ocorreu quando o então prior do Crato D. Nuno Gonçalves de Goyos pegou em armas contra a regência do infante D. Pedro. D. Manuel I, prudentemente, percebeu que somente podia investir pessoas da mais alta confiança do reino, papel que coube então a D. João de Meneses, conde de Arouca. Mas foi com D. João III que se chegou a uma resolução mais satisfatória. Vago o título com a morte do conde de Arouca, começou uma série de manobras para que o infante D. Luís o detivesse.

A luta entre a família real portuguesa e a Ordem de Malta evidencia o quão frágil e importante era a posse destes territórios em Portugal. Os cavaleiros de Malta já foram contrários a decisão de D. Manuel I e estavam prontos a impedir que o priorado mais uma vez escapasse de seu controle, sendo que, após a morte do conde, nomeou-se para o priorado Frei Gonçalo Pimenta. Enquanto isso, a família real enviou Aires de Sousa, comendador de Santa Maria de Alcaçova de Santarém, como embaixador ao Papa Adriano VI, dando de presente a Cruz de Santo Lenho que o próprio Prestes João enviou a D. Manuel I¹⁵⁹. O papa, porém não se decidiu expedindo apenas um Breve que possuía pouquíssima formalidade e desta forma sem valor jurídico. O sumo pontífice, na verdade, aproveitava-se da falta de conhecimento de Latim do embaixador português para então ganhar tempo, pois os representantes de Malta em Roma eram poderosos. A família real não desistiu facilmente de seus objetivos, enviando João Rodriguez e Doutor João de Faria para resolver o caso, mas que também resultou em fracasso.

Depois da morte de Adriano VI, assumiu o trono papal Clemente VII, mas a situação não melhorou para a coroa portuguesa. Os delegados de Malta que chegaram a Lisboa tentaram apresentar novos nomes ao título, por sua vez, a Coroa recusou

¹⁵⁸ COSTA, P. Antônio Carvalho da, *op. cit.*, 1708, p. 577.

¹⁵⁹ PORTUGAL, D. José Miguel João de, *op. cit.*, 1735, p. 7-9.

todos¹⁶⁰. Foi somente em 1528 que o priorado do Crato foi dado ao Infante D. Luís, graças ao pagamento de quinze mil cruzados à ordem de Malta. Mas isso não garantia a coroa o controle sobre aquele território. Em 1533, quando o infante decidiu construir na Vila de Estremoz um convento para religiosas, teve que pedir autorização para Philippe Villiers de L'Isle-Adam, grão-mestre da ordem naquele tempo¹⁶¹. A coroa portuguesa ainda teve que esperar até 25 de maio de 1551, quando o papa Júlio III autorizou que o priorado do Crato, que estava em poder de D. Luís, fosse transmitido por hereditariedade a seu filho, D. Antônio¹⁶².

O Crato também era revestido de importância simbólica, pois foi o local escolhido para dois casamentos reais, os de D. Manuel I com D. Leonor, em 1518, e de D. João III com D. Catarina, em 1528. Por sua vez, o infante construiu como símbolo de seu poder o palácio do grão-prior do Crato, título este autoconcedido, que foi projetado por Miguel Arruda com influência renascentista entre 1530 e 1540.

Além do priorado do Crato, o infante D. Luís também desenvolveu importantes contatos com os cristãos-novos, sendo ele o principal mediador entre a comunidade e D. João III, votando favoravelmente em sua defesa. Embora ainda não esteja claro o papel exato que o infante teve na instalação da inquisição e nem até qual foi sua influência sobre a comunidade de cristãos-novos, muitos autores afirmam que D. Antônio usufruiu deste bom relacionamento em diversas ocasiões, como na sua fuga do Marrocos ou o apoio financeiro à sua causa, como em Lagos, onde recebeu apoio da rica e numerosa comunidade cristã-nova local.¹⁶³

Por último, em 1534, a morte de seu irmão, o infante D. Fernando, fez o infante D. Luís se tornar um dos mais poderosos senhores do reino, graças à vastíssima herança deixada por seu irmão. D. Fernando controlava quarenta vilas, além do conselho na Beira e Loulé, sendo este último obtido pelo seu casamento com D. Guiomar Coutinho,

¹⁶⁰ O povo do Crato viveu um período difícil, chegando quase a uma rebelião, sendo que Pero Vaz, Almoxarife do Rei naquela vila, requisitasse a nomeação de um juiz de fora, sendo nomeado o bacharel Jorge Pires.

¹⁶¹ PORTUGAL, D. José Miguel João de, *op. cit.*, 1735, p. 26-27.

¹⁶² TORRES, Ruy D'Abreu. Ordem de Malta. In: SERRÃO, Joel (dir) *Dicionário de história de Portugal*. 6 vols. Porto: Figueirinhas, 2002, Vol. IV, p. 147.

¹⁶³ O principal documento que sustenta tal tese é a *Carta do infante D. Luís para D. João III em que lhe pede perdão para os judeus*. Cuba, s.d. In: *As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960- 77. Vol. I, p. 261-263. Sobre o documento, ver HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2002, p. 223-224. Sobre a ligação entre o movimento antonista e a comunidade judaica, ver KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971, p. 235 e IRIA, Alberto. *Da importância geo-política do Algarve, na defesa marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1976, p. 161-163.

que tinha 2144 habitantes. Desta forma, estavam sob o seu domínio cerca de 49148 habitantes – o que lhe proporcionava uma renda de 4.800.000 reais. Como morreu sem deixar todos os seus direitos, passaram para a sua sogra, que veio a falecer em 1537, e os transmitiu ao infante D. Luís.

Tabela IV: Domínios do infante D. Fernando

Comarca	Conselho, Vila ou Cidade e seu termo	Vizinhos (Fogos)	Total provável (n.º de fogos x 4)
Beira	1 Vila do Sabugal	1027	4108
	2 Vila de Castelo Rodrigo	2097	8388
	3 Vila de Alfaiates	318	1272
	4 Vila de Trancoso	2042	8168
	5 Vila de Sernancelhe	408	1632
	6 Vila de Casteijão	72	288
	7 Vila de Aveloso	47	188
	8 Vila de Marialva	548	2192
	9 Vila de Vila Nov de Foz Coa	155	620
	10 Vila de Numão	299	1196
	11 Conselho de Horta	30	120
	12 Vila de Cedovim	166	664
	13 Vila do Souto	33	132
	14 Vila de Penedono	486	1944
	15 Vila de Penela da Beira e Póvoa de Penela	181	724
	16 Conselho de Valongo dos Azeites	72	288
	17 Vila de Trevões	183	732
	18 Vila de Paredes da Beira	262	1048
	19 Vila de Sendim	98	392
	20 Vila de Barcos	134	536
	21 Vila de Tabuaço	41	164
	22 Conselho de Chavões	71	284
	23 Conselho de Longra	50	200
	24 Conselho de Arcos	66	264
	25 Conselho de Nagosa	34	136
	26 Vila da Granja	31	124
	27 Vila de Fonte Arcada	379	1516
	28 Vila de Moimenta da Beira	205	820

	29 Conselho de Soutosa	101	404
	30 Vila de Leomil	114	456
	31 Vila de Mondim da Beira	247	988
	32 Conselho de Castelo	62	248
	33 Vila de São Cosmado	65	260
	34 Conselho de Gogim	31	124
	35 Conselho de Caria	656	2624
	36 Conselho de Medelo	32	128
	37 Conselho de Magueija	65	260
	38 Vila de Parada de Ester	74	296
	39 Vila de S. Martinho de Mouros	458	1832
	40 Conselho de Tavares	311	1244
	Subtotal da Comarca:	11751	47004
Estremadura	Condado de Abrantes*	2661	10644
	41 Vila de Abrantes		
	Menos	504	2016
	42 Vila de Mação	181	724
	43 Vila de Amêndoa	35	140
	*Abrantes: Mas o sardoal é de Antônio de Almeida. 504=2016.		
Total Geral:		11751	47004

Fonte: CASTRO, Armando de, *op. cit.*, 1991, p. 162-164.

O aumento de tensões entre D. Luís e a Coroa coincide com o acúmulo de poder e o prestígio do infante D. Luís. Na verdade, foi por muito pouco que o infante D. Luís não chegou a possuir poderes quase tão extensos quanto do próprio rei, quando, em 1550, o mestrado da ordem de Avis e Santiago ficou vago. “Na morte do Mestre de Santiago Dom Jorge, vagando por elle dous Mestrados e sendo muy acostumado no reyno que possuirennos os Infantes, mayse desvelou em aconselhar a El Rey que os unisse a Coroa que pedirlhe algum para sy (...)”¹⁶⁴.

¹⁶⁴ DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991. Anexo I, Doc. 1.

Mapa I: Senhorios dos infantes D. Fernando, D. Luís e Ordem do Hospital (Crato):

Fonte: SERRÃO, Joel; A.H de Oliveira, MARQUES (dir.). *Nova história de Portugal. v. 5. Portugal: do renascimento à crise dinástica*. DIAS, de João José Alves (cor). Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 104.

Tabela V: Divisão de moradores da corte do Infante D. Luís

Títulos	Nº
Capelães	36
Moços da Capela	11
Fidalgos - Cavaleiros	27
Fidalgos – Escudeiros	12
Moços – Fidalgos	22
Cavaleiros – Fidalgos	22
Cavaleiros	80
Escudeiros – Fidalgos	32
Escudeiros	36
Físicos e Cirurgiões	7
Monteiro de Cavalo	1
Moços de Câmara	213
Reposteiros	26
Trombetas	8
Moços de Monte	9
Moços de Estribeira	36
Cozinheiros	5
Homens de Copa	2
Moço da Fazenda	1
Homem do Tesouro	1
Homens da Mantieiria	6
Armadores-mor	2
Guarda – Reposte	2
Varredeiros	6
Moços de Caça	5
Regueifeira	1
Lavandeira	1
Cristaleira	1
Varredeira	1

Tabela a partir de: *Lembranças dos moradores da Casa do Infante D. Luiz, tirada do livro do anno de 1555 em que elle faleceo (...)*. In: SOUSA, D. Antônio Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, Parte II, Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 109-111.

2.6. Os projetos políticos da corte do infante D. Luís

teve el Rei [D. João III] seu irmão sempre em muita conta, tanto que nenhuma cousa fez, nem tratou, das que tocavam aos negócios da guerra, e da paz, como do governo do regno, e de sua fazenda que não fosse por seu conselho, e parecer nem tão somente era presente a todos estes negócios, mas ainda aos despachos dos officios, honras, e mercês que el Rei dava, e fazia a todos seus moradores, e vassalos no que a todos eram delle tão favorecidos, que igualmente lhe Davao por isso as graças, e lhe beijavão a mão, como a mesma pessoa Del Rei¹⁶⁵.

Este escrito de Damião Góis reflete como aquela sociedade foi marcada pelo senso de hierarquia e de um esforço por definir a exata posição de cada um de seus membros, que deveria refletir nos espaços de vivência comum. Qualquer sinal ou gesto que não fosse condizente com a hierarquia social era fonte de conflitos. Daí o enorme cuidado exigido daqueles responsáveis pelo cerimonial.

Então, o que vemos acima não era apenas a reverência do escritor para o seu senhor, mas o reflexo de uma situação real de sobreposição entre o infante D. Luís e a de D. João III, revelando uma tensão entre ambos – que foi uma das mais importantes dinâmicas políticas em Portugal da primeira metade do século XVI.

Esta confusão na representação dos poderes era assaz perigosa, pois colocava em dúvida a autoridade do próprio Rei e, como observamos diversas vezes, ele foi seguido pela nobreza em clara desobediência ao monarca. Sua atuação, como os emissários da Igreja descreveram, era de um “homem violento, que influía assaz nos conselhos do rei seu irmão pela audácia com que intervinha nos negócios públicos.”¹⁶⁶. Neste caso, o segundo *topos* identificado, o da *obediência à Coroa*, também se esclarece, pois na verdade o infante D. Luís foi um risco permanente para a coroa portuguesa e nunca existiu esta lealdade incondicional à Coroa.

O grande projeto de vida do infante D. Luís foi o de obter um reino para si. Embora, em última instância, ele fosse príncipe herdeiro de Portugal, esta era uma possibilidade remota. A Europa oferecia naquele momento maiores possibilidades para um jovem príncipe – a expansão dos impérios ibéricos dava boas chances para alguém com um espírito ousado obter prestígio e poder.

A primeira tentativa séria, e também a mais obscura, foi uma opção bastante tradicional dentro da família real portuguesa: o norte da África. Seguindo o exemplo de

¹⁶⁵ GÓIS, Damião, *op. cit.*, 1909, p. 85.

¹⁶⁶ HERCULANO, Alexandre, *op. cit.*, 2002, p. 303-304.

outros infantes, seu primeiro projeto foi o de conduzir uma expedição até Arzila em 1530¹⁶⁷. À primeira vista, o infante procurou conciliar o objetivo estratégico português de defesa das praças africanas com o seu interesse de obter um capital simbólico através de uma vitória sobre as forças mulçumanas. Embora o caso do infante D. Luís seja diferente do restante da nobreza, é evidente que se aproxima da situação dos filhos segundos que deveriam buscar seu prestígio no império ultramarino¹⁶⁸. De acordo com o conde de Vimioso José Miguel teria Diogo de Torres, autor de uma “História dos Xerifes”, o infante e uma princesa do Marrocos mantiveram uma correspondência amorosa e política – na qual ela oferecia inclusive ajuda financeira – para que o infante viesse e conquistasse o reino de Marrocos¹⁶⁹.

Esta expedição não teve sucesso possivelmente pelos mesmos motivos que mais tarde o impediram de ir à Índia: o risco de D. Luís se aproveitar da situação e formar um novo reino, como temiam os membros da corte real como a rainha D. Catarina.

A frustração do Marrocos deu sinais de que ele deveria optar por uma ação mais radical, desobedecendo D. João III se fosse necessário. A expedição de Túnis de 1535 marcou o início de uma nova estratégia em que buscou ganhar glória e fama para possuir reconhecimento nas cortes europeias, visando obter um bom casamento. A estratégia foi mais do que bem sucedida, caindo nas graças de Carlos V após Túnis.

O imperador se empenhou em ajudar o infante D. Luís a conseguir o seu próprio domínio. Escrevendo a sua mulher, a imperatriz Isabel, irmã do infante Carlos V, reflete sobre três possibilidades diferentes: o ducado de Milão, o trono da Inglaterra ou o controle de Argel no norte da África¹⁷⁰. De todas estas possibilidades, nenhuma era mais cara ao infante do que o ducado de Milão. Teatro privilegiado de ações militares, a península Itálica permitiria ao belicoso príncipe um espaço para futuras ações em conjunto com Carlos V contra o Império Otomano – para este também era interessante ter um homem leal e de reconhecida competência militar em um local estratégico na guerra contra o infiel.

¹⁶⁷ “O fervor militar e religioso de alguns homens estantes no Norte da África, como Gonçalo Mendes Sacoto, parece atingir em 1530 maior exaltação com a perspectiva de uma intervenção pessoal do Infante D. Luís naquelas terras (em cuja determinação vê a vontade de Deus)” CRUZ, Maria Leonor García. As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África. In: *Mare Liberum*. Junho de 1997, nº13, p. 135.

¹⁶⁸ THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, p. 205.

¹⁶⁹ PORTUGAL, D. José Miguel João de, *op. cit.*, 1735, p. 22-24.

¹⁷⁰ *Carta de Carlos V a imperatriz D. Isabel*. Nápoles, 20 de fevereiro de 1536. In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, Anexo III, Doc. 3.

Deswarte-Rosa desvenda bem toda a articulação que a corte do imperador Carlos V, e do próprio infante D. Luís, realizaram para conseguir para este príncipe um reino próprio, e, dessa forma, não entraremos em detalhes sobre as diferentes etapas das negociações. Porém, todas fracassaram por uma série de motivos. O ducado de Milão, que esteve muitas vezes próximo de ser obtido, tornou-se problemático à medida que virou moeda de troca nas negociações entre Carlos V e Francisco I em suas guerras e negociações de paz; também existiu certa dose de ingenuidade do infante D. Luís a respeito da sua amizade com Carlos V, pois o imperador sempre teve como prioridade os interesses políticos de seu império assim como do seu filho Filipe II e, evidentemente, que os interesses do infante D. Luís eram secundários e estavam à mercê das necessidades práticas.

Um bom exemplo é quando surge a oportunidade de casamento entre a princesa D. Maria e Filipe II. Existindo a possibilidade de obter a união dos reinos, tornou-se urgente tirar o infante D. Luís da disputa, revivendo a possibilidade de casamento com Maria Tudor da Inglaterra¹⁷¹. Morta a princesa portuguesa em 1545, surgiu em 1553 uma nova oportunidade de casamento entre Maria Tudor e Felipe II, do qual D. Luís tentou obter a mão da princesa, mas a hábil diplomacia castelhana conseguiu afastá-lo¹⁷².

É difícil identificar a verdadeira intenção da família portuguesa em relação aos projetos de casamento do infante. Obviamente que D. Luís deveria se casar, mas tal empreendimento também era uma ameaça, pois colocava o processo de centralização da coroa portuguesa em risco, já que sua vasta herança, em especial o priorado do Crato, poderia cair em mãos de um futuro herdeiro estrangeiro. Caso o infante morresse sem herdeiros legítimos, a coroa daria um passo fundamental para o efetivo controle de todo território português.

A família real impediu os planos do infante, tanto no Marrocos quanto na Índia. E voltaria a impedi-lo no episódio da sua fuga para Barcelona e depois para a França em que D. Luís tentaria obter, com o intermédio de Carlos V, algum casamento com a casa real da França. D. João III decretou que o infante D. Luís deveria imediatamente retomar ao reino¹⁷³. Tal episódio foi mais que uma manobra para impedir um casamento

¹⁷¹ *Carta de Luís Sarmiento a Francisco de Cobos, 21 de janeiro de 1540*. In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991. Anexo III, Doc. 27, p. 293-294.

¹⁷² BRAUDEL, Fernand. *Mediterrâneo e mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Vol. II. Lisboa: Martins Fontes, 1984, p. 307-308.

¹⁷³ DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, p. 262.

contrário ao interesse da Coroa, mas sim uma humilhação pública planejada para que ficasse claro a quem o infante D. Luís devia obediência.

Pois a tensão entre ambos deveria causar enorme incômodo em toda a sociedade portuguesa, além de confusão nas demais cortes que não sabiam quem realmente mandava em Portugal. A Igreja não tinha dúvidas de que o infante D. Luís era um agente de Carlos V e representava a sua voz na corte portuguesa. A própria corte portuguesa ficou em dúvida, como D. Pedro de Mascarenhas que não sabia se servia o infante D. Luís ou D. João III¹⁷⁴.

A partir de 1538 a relação entre os irmãos entrou no momento mais tenso. O infante D. Luís agiu de maneira desesperada, chegando a propor planos junto a Carlos V para desafiar o seu próprio irmão e reaver o seu prestígio ferido após o fracasso de sua visita à França. Pretendia que Carlos V o convocasse publicamente para alguma campanha contra o infiel e assim colocar seu irmão em uma situação delicada, não podendo negar o pedido do imperador, que prudentemente preferiu não levar adiante os planos ousados do infante D. Luís.

Fracassados todos os projetos, restou Portugal.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 264.

2.7. A tentativa de casamento com a princesa D. Maria

E posto no lugar pareceo mais conveniente a sua pessoa se chegarão há princesa todas as pessoas, que aly estavão, para lhe beijarem a mão, assy Castelhanos como Portugueses, o que acabado, que se fez com muyta ordem e conceitos¹⁷⁵.

Em 1613, Francisco d'Andrade (1540-1614) escreveu em sua crônica sobre D. João III o casamento da então princesa portuguesa D. Maria com o príncipe Filipe, futuro rei de Portugal. No texto, a princesa, que teria sido a rainha de Portugal e Castela, aparece como a concórdia, pacificando portugueses e castelhanos em torno dos reis. D. Luís, que perdeu a disputa, teria demonstrado “clara mostra de obediência e respeito” a vontade régia, dissimulando todo o seu sofrimento pelo fato do acontecimento ser justo e necessário a cristandade. E na festa de casamento, paga por ele, demonstrou toda a sua felicidade e contentamento. Mas as fontes da época mostram-nos que tal cenário não foi como descrito pelo cronista, que agora analisaremos.

A crise dinástica portuguesa teve origem na sucessão de mortes que abateu a família real entre 1537 e 1540. Morreram neste período as irmãs D. Beatriz (1538), a imperatriz D. Isabel (1539), seus dois irmãos D. Afonso (1540) e D. Duarte (1540), e quatro filhos de D. João III: D. Dinis (1537), D. Manuel (1537), D. Filipe (1539) e D. Antônio (1540). O infante D. Henrique era religioso e não podia se casar; o príncipe D. João mostrava sinais de saúde frágil.

A partir de então D. Maria foi considerada como a virtual herdeira do trono e, consequentemente, o seu esposo seria o rei de Portugal. Foi a esta conclusão que o embaixador de Carlos V, Luís Sarmiento, rapidamente chegou, pois sabia que era uma oportunidade de casar o então príncipe Filipe com a D. Maria e, desta forma, unindo os reinos de Castela e Portugal. Mas também observou que a corte portuguesa se encontrava dividida já que “geralmente hablan en que la havian de casar com el Infante Don Luis (...). Mas el Rey y La Reyna se yo que estan en extremo afficionados al príncipe nuestro Señor”¹⁷⁶.

Esta divisão da corte em torno do casamento de D. Maria teve grande importância, pois é o momento em que o infante D. Luís parte para o enfrentamento

¹⁷⁵ ANDRADE, Francisco de. *Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de Portugal dom João o III deste nome*. Coimbra: Na Real officina da universidade, 1796. Tomo III, p. 414.

¹⁷⁶ *Carta de Luís Sarmiento à Cobos*. Lisboa, 21 de março de 1540. In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, Anexo III, Doc. 29.

político contra D. João III e D. Catarina. Tal acontecimento político deve ser entendido como o verdadeiro começo da crise dinástica de 1580.

Deswarte-Rosa afirma que estando em jogo o próprio reino, o infante D. Luís começou a acreditar que somente ele poderia salvar o reino, casando-se com a sua sobrinha e aceitando o sacrifício da mesma forma que fez no ataque Turco à Índia. A população também o via da mesma forma. Somente o herói de Túnis poderia salvar o reino das mãos de Castela. Desta forma, a população projetou suas esperanças no infante D. Luís, que, como observou Sarmiento, valeu-se disso como um instrumento para impedir o casamento¹⁷⁷. Além do apoio popular, o infante D. Luís facilmente mobilizou os grandes do reino para a sua causa, mesmo que o rei e a rainha estivessem conscientes e contrários. A crise dinástica mostrou assim sua face pela primeira vez: o reino corria o risco de uma guerra civil pela coroa¹⁷⁸.

Foi um período muito difícil em Portugal, no qual se instalou uma verdadeira guerra entre os partidários do infante D. Luís e da rainha D. Catarina, a maior defensora da união entre Portugal e Castela. Entre 1542 e 1543 o assunto predominante no conselho Real foi o casamento da princesa D. Maria. “Dous anos havia que se altercava a matéria quási cada dia” sem chegar a qualquer resolução¹⁷⁹.

Um dos momentos mais dramáticos foi relatado por Sarmiento, que a partir de uma confissão secreta feita pela própria rainha D. Catarina “saltando le las lagrimas”. De acordo com ela, durante um conselho real, o conde de Vimioso e o duque de Bragança foram utilizados pelo infante D. Luís para pressionarem o rei a casar sua filha com ele. A resposta de D. João III foi furiosa:

El infante sienpre me dixo contrario. Agora que ve y que se me na muerto mis hijos, dira eso por ganar las voluntades desos y para que se pusiensen em procurar comigo para que yo Le casase com mi hija, pensando que a de herdar este reyno¹⁸⁰.

Não houve paz no reino até o momento em que a princesa D. Maria cruzou a fronteira com Castela. As fontes revelam-nos que até mesmo a comitiva escolhida para

¹⁷⁷ *Carta de Luís Sarmiento à Cobos 11 de maio de 1541* In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, Anexo III, Doc. 35.

¹⁷⁸ *Carta de Luís Sarmiento à Cobos Lisboa 24 de Novembro de 1540*. In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, Anexo III, Doc. 33.

¹⁷⁹ SOUSA, Luiz de, *op. cit.*, 1938, Vol.II, p. 216. Um dos argumentos usados para apoiar a causa do infante D. Luís, conforme apontado por Frei Luís, era que o casamento entre ambos pouparia à Coroa das enormes despesas que, devido a terrível situação financeira, não permitia gastos elevados.

¹⁸⁰ *Carta de Luís Sarmiento à Cobos, 19 de agosto de 1540*. In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, Anexo III, Doc. 32.

receber a princesa teve problemas. Do reino vizinho, foram selecionados para receber a princesa portuguesa D. Juan Martinez Silicce, bispo de Cartagena (e que depois viria a ser arcebispo de Toledo) e também o duque de Medina Sidonia. Em seu trajeto até a fronteira portuguesa, durante a passagem por Salamanca, um português questionou os homens que a compunham comitiva, pois não eram dignos de receber a sua rainha. O que provocou uma grande discussão, que logo degenerou para uma troca de insultos, e terminando com um estudante de Salamanca “sentada una cuchillada en la cabeza” do português¹⁸¹.

Durante a entrega em Badajoz ocorreu o momento mais tenso: o autor deste relato afirma que “estuvo á ponto de correr riesgo la entrega”. Disputas entre os nobres pelas posições ocupadas na hora da entrega e uma troca intensa de “correos y mensajes com ofrecimientos de partidos” deixou a todos temerosos que algo de errado pudesse ocorrer, e de fato aconteceu. Estando a postos as duas comitivas a princesa não era entregue aos espanhóis:

Perdo dentro de uma hora no quedo repuesto ni português en todo Badajoz, especialmente cuando vieron volver al Duque y al obispo y al regimiento sin la Princesa, lo cual les acrecentó La turbacion, y fué causa de escándalo de toda La gente, así de una parte como de La otra, y comenzáros á decir muchas novedades y envenciones y mentiras: los unos decian que era muerto el Príncipe de Portugal y que esto no La entregaban, y otros quo La Princesa se habia de volver á Lisboa para casar com el Infante D. Luis, (...).

Foi uma noite de grande medo em Elvas: pessoas fidedignas, nos dizeres do autor, relataram que a princesa e nem dama alguma não dormiram com a terrível confusão. O autor também notou que a própria entrega era diferente, pois sempre foi o infante D. Luís que acompanhou e recebeu as princesas e rainhas – e ele era o grande ausente na cerimônia:

Y así pasaron aquella noche en Elvas con gran sobresalto y congoese de lo pasado, y algunos habia que juraban á Dios que no La habian de dar que si fuera para algun fillo bastardo de Deus que pasara, pero que tanto por tanto que ahí estaba o Infante con quien todo el reino queria que se casase, y que ninguno Del habia sido llamado para dar parecer

¹⁸¹ *Relacion del recibimiento que se hizo á Doña María, Infanta de Portugal, hija de D. Juan el tercero y de Doña Catalina, hermana Del Emperador Carlos V, quando vino á España á desposarse com Felipe II em el año 1543.* In: *Co.Do.In.*, Vol. III, p. 369.

de que viniese á Castilla, como se acostumbra siempre em estos casos¹⁸².

Todas as fontes parecem apontar para o mesmo fato: a população não aprovou o casamento, que deveria ser realizado com o infante D. Luís. Mesmo Pero de Alcaçova Carneiro não conseguiu disfarçar o ocorrido ao afirmar que “No casamento da Princesa de Castella filha Del Rey que Deos tem, que sendo comum opnião, e quase dos mais do Conselho que El Rey a casasse com o Infante e não em Castella¹⁸³. Só que aqui, apesar do sofrimento, D. Luís *obedeceu* à vontade do irmão que ainda pagou todas as enormes despesas do casamento entre a princesa D. Maria e Felipe de Espanha e ainda “se mostrou contente nos prazeres deste casamento”. Era o texto de Carneiro que Francisco d’Andrade se valeu naquele contexto, servindo agora aos propósitos da Coroa castelhana.

Em suma, pelo que demonstramos, o comportamento do infante D. Luís era um exemplo para todos e, desta forma, podemos facilmente perceber porque o infante é empregado nos discursos antonistas de forma tão frequente: O infante D. Luís foi o grande opositor à união dinástica.

¹⁸² *op. cit.* In: *Co.Do.In.*, III p. 363-418.

¹⁸³ DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, Anexo I, Doc I.

2.8. A continuidade da corte do infante D. Luís e o antonismo

Em 29 de agosto 1593 deram-se as “Alterações da Beja”, quando surgiram nas portas da catedral e outras igrejas papéis que provavelmente conclamavam a população para que se levantasse e buscasse *o outro rei*, ou seja, D. Antônio. O local escolhido foi justamente aquele que D. Luís tinha embelezado com as suas construções¹⁸⁴.

Este exemplo parece-nos reforçar a tese de que existiu uma continuidade simbólica entre D. Antônio e o infante D. Luís. Mas, o que é necessário agora esclarecer é se tal continuidade também existiu no nível dos próprios agentes políticos envolvidos, tanto na corte do infante D. Luís, como aqueles que lideraram o movimento antonista.

Como já apontamos, as relações da corte do infante D. Luís ainda aguardam estudos mais aprofundados capazes de uma efetiva reconstituição daquele espaço, coisa que aqui não temos condição de realizar, mas podemos detectar ao menos elementos que comprovem esta continuidade, mas sem capacidade de dimensioná-la corretamente¹⁸⁵.

Podemos afirmar que toda a alta cúpula do movimento antonista possuía ligação com a corte do infante, sendo que devemos começar pela família Portugal.

Frei Luís de Sousa afirma que D. Francisco de Portugal, 1º Conde Vimioso, foi contrário à cláusula do casamento de que caso D. João III viesse a morrer, sem deixar filho varão, a princesa D. Maria seria a herdeira do reino. O conde de Vimioso teria reclamado que tal assunto não era negociável entre as partes, pois a sucessão do reino era matéria da justiça¹⁸⁶. Argumento jurídico repetido em 1580 pelos braços populares. A ligação entre os interesses das duas famílias repete-se na expedição de Túnis de 1535 quando seu filho D. Afonso de Portugal, 2º Conde de Vimioso, aos 16 anos, participou do grupo de fidalgos desobedientes que seguiram o infante D. Luís para a guerra. Sua carreira foi brilhante, substituindo o seu pai na corte e depois seguindo D. Sebastião. Foi morto na batalha de Alcácer-Quibir (1578). Seus filhos foram todos seguidores de D.

¹⁸⁴ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no Tempo dos Filipes – Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa, Edição Cosmos, 2000, p. 140-141 e 145.

¹⁸⁵ Utilizaremos aqui o já citado *Lembranças dos moradores da Casa do Infante D. Luiz*, tirada do livro do anno de 1555 em que elle faleceo (...). In: SOUSA, D. Antônio Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II Parte II Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 109-111. A partir desta lista, procuramos cruzar os dados já obtidos com o exaustivo trabalho de listagem de todos os membros do movimento antonista de Joaquim Veríssimo Serrão, em especial, os presentes durante a aclamação de D. Antônio que assinaram um documento confirmando o ato. Além de algumas novas ligações obtidas a partir de outras duas listas, o já conhecido *Rol de amigos* (...). In: ibidem, p. 173-175 e o das *Dívidas que tenho despoes de Rey do que não era da Coroa* (...). In: ibidem, p. 160-167.

¹⁸⁶ SOUSA, Luiz de frei, *op. cit.*, 1938, p. 217.

Antônio, sendo o seu braço direito D. Francisco de Portugal, o 3º Vimioso, além de seu irmão D. Luís de Portugal e de dois de seus primos: D. João de Portugal, bispo da Guarda, um dos principais articuladores do prior do Crato, e D. Afonso de Portugal¹⁸⁷.

Outra família importante são os Botelhos.

Os Botelhos possuem ligações com a família real desde o reinado de D. João II. Diogo Botelho foi um dos principais seguidores de D. Antônio, sendo seu procurador perante o cardeal-rei D. Henrique, chegando a ser preso por isso. Sua família, assim como os Portugais, também apoiou a causa do prior do Crato e possui origens na corte do infante D. Luís. Embora a sua genealogia seja bastante confusa, é preciso aqui corrigir um erro gerado pelo grande número de homônimos desta família. O famoso Diogo Botelho, que foi governador do Brasil em 1602 e depois acusado de promover orgias sodomíticas, era o *Diogo Botelho, o jovem*, filho de Francisco Botelho, Capitão de Tânger e Embaixador de Roma que, por sua vez, era filho de *Diogo Botelho, o velho*, que serviu como Porteiro Mor ao infante D. Luís. Este *Diogo Botelho, o jovem*, chefiou o castelo de Setubal contra as forças de Filipe II, sendo derrotado e preso, obtendo a liberdade graças à intervenção de Nuno Álvares Pereira, seu sogro. Já o Diogo Botelho que foi procurador de D. Antônio era primo deste Diogo Botelho, o jovem. Esse Diogo Botelho era filho de Pedro Botelho, irmão de Francisco Botelho, que também pertencia à corte do infante D. Luís.¹⁸⁸

D. João de Castro foi um dos nobres que seguiram o infante D. Luís na batalha de Túnis, participando do grupo de D. Afonso de Portugal. Além de amigo muito próximo do infante D. Luís, participou ativamente das pesquisas desenvolvidas na corte deste príncipe, sendo por indicação direta do infante D. Luís que chegou a ser nomeado vice-rei da Índia. Seu neto bastardo, D. João de Castro, foi igualmente seguidor do D. Antônio, prior do Crato, porém, após as sucessivas derrotas, virou-se para a crença do retorno de D. Sebastião.

Outro alto membro do movimento antonista foi o seu procurador durante o julgamento da legitimidade de D. Antônio, D. Francisco Pereira, que teria servido ao

¹⁸⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Reinado de D. Antonio, Prior do Crato*. Vol. I (1580-1582). Coimbra: 1956, p. 26.

¹⁸⁸ O excesso de homônimos levou a uma verdadeira confusão a respeito deste Diogo Botelho que governou o Brasil. Para maiores esclarecimento, ver SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 27, nota 69 e, principalmente, SOUSA, D. Antônio Caetano de. *Memorias Historicas, e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Oficina Sylviana, 1755, p. 415-417 e COSTA, P. Antonio Carvalho da. *Corografia Portuguesa e descripçam Topografica*. Tomo I. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes. 1706, p. 490-491.

infante D. Luís como escrivão da puridade¹⁸⁹ e ajudado na sua criação¹⁹⁰. Seus dois filhos D. Manuel e D. Antônio Pereira assinaram um documento que confirmavam a aclamação de D. Antônio¹⁹¹. Ainda temos muitos exemplos de membros do movimento antonista não tão conhecidos, mas que reforçam esta continuidade.

O padre João Rodrigues de Vasconcellos, portador da carta de D. Antônio de 20 de junho para a Universidade de Coimbra, é citado como moço fidalgo da casa do infante D. Luís. Era irmão de Ruy Mendes de Vasconcellos, primeiro conde de Castelo Melhor, prior da Louzã e colegial de S. Pedro¹⁹².

Outros que assinaram o documento de confirmação da aclamação de D. Antônio eram: D. Antônio Pedro de Anaia, possivelmente filho de Manoel d'Anaya, fidalgo escudeiro da corte do infante D. Luís¹⁹³; Garcia Afonso de Beja, moço fidalgo da corte do infante D. Luís, que era filho de João Rodrigues de Beja Veador, fidalgo cavaleiro da casa do infante¹⁹⁴; seu pai também é citado por D. Antônio como um de seus colaboradores¹⁹⁵. Estes exemplos não esgotam todas as possibilidades, comparando a lista de fidalgos da casa do infante D. Luís e as listas de apoiadores de D. Antônio fica evidente que além de alguns homônimos, que não podemos ter certeza de ser a mesma pessoa, também há uma incidência muito grande de certas famílias como Botelhos, Menezes, Beja, Tellez e Pereira.

O antonismo, portanto, não parece ser fruto tão somente da crise dinástica, mas tendo raízes mais profundas e uma duração mais longa do inicialmente se supunha.

¹⁸⁹ SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, 1947, p. 109.

¹⁹⁰ VELLOSO, J.M. Queiroz. *Cap. XVI – O Interregno* – in. PERES, Damião (dir) *Historia de Portugal*. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. Barcelos: Portucalense Editora, 1938. Vol. V, p. 190-191.

¹⁹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 28.

¹⁹² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 29-30 e SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, 1947, p. 110.

¹⁹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 29.

¹⁹⁴ SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, 1947, p. 110.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 163.

Capítulo III

A Trajetória de D. Antônio, prior do Crato (1531-1578)

É uma boa palavra essa: “legítimo”!

(SHAKESPEARE, William.
Rei Lear. Trad. São Paulo: Abril,
2010, p.264-265)

3.1. “E agora, aja Deus pelos bastardos!”

Na peça *Rei Lear*, Shakespeare nos apresenta a história de um rei idoso, a beira da loucura e sem herdeiros varões, obrigado a dividir o reino entre os pretendentes de suas filhas. Neste cenário, Edmund, filho bastardo do conde de Gloucester, trama secretamente tomar o poder, mesmo que para isso tenha que enganar o seu próprio pai, trair o seu irmão legítimo e manipular as princesas. A seu ver, era uma forma de reparação, pois “Sem berço, mas esperto, pego a terra.”!¹⁹⁶.

A personagem de Shakespeare serve como introdução para entendermos a forma pela qual eram percebidos os ilegítimos naquela sociedade. Na Idade Moderna, a hierarquia social era entendida como um fato da natureza e ordenado por Deus, em que cada indivíduo tinha uma posição definida na sociedade e qualquer possibilidade de mudança de estado encontrava-se sob controle rígido de poucas autoridades¹⁹⁷. Os bastardos, frutos de relações proibidas e geralmente entre pessoas de desigual posição social, eram percebidos como uma fonte de instabilidade da ordem social, por dois motivos: primeiro porque não era possível estabelecer uma diferença clara entre os legítimos e ilegítimos, pois além de não existirem sinais externos¹⁹⁸, muitas vezes cresciam ao lado dos filhos legítimos, produzindo somente na herança uma diferenciação¹⁹⁹; segundo, que desprovidos de herança, os ilegítimos eram forçados a buscar por todas as maneiras a sua ascensão social, colocando muitas vezes em confronto as qualidades e o mérito individual contra a herança e as virtudes herdadas²⁰⁰.

A trajetória de D. Antônio foi percebida pelos seus contemporâneos justamente como algo ameaçador, e a sua pessoa, como alguém de caráter inconstante, ambicioso e nunca satisfeito com o que lhe foi dado. Tal percepção não deve ser confundida com a sua personalidade – era de se esperar que alguém tido como ilegítimo fosse associado a

¹⁹⁶ SHAKESPEARE, William. *Rei Lear*. Trad. São Paulo: Abril, 2010, p.271, p.24.

¹⁹⁷ HESPANHA, Antônio Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: *Tempo*, 2006, vol.11, n°.21, p. 123.

¹⁹⁸ Shakespeare, ao tomar voz de Edmund, certamente registrou um questionamento comum: “Bastardo? Inferior?/ As minhas proporções são tão corretas,/ Minha mente tão fina, boa a forma,/ Quanto o produto da madame honesta. In: SHAKESPEARE, William, *op.cit.*, 2010, p.264-265.

¹⁹⁹ ELIAS, Nobert, *O processo civilizador*. Vol. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 182-183.

²⁰⁰ Na peça, este aspecto é simbolizado pelo desprezo de Edmund pela Astrologia, que representa a ordem oculta do mundo que em momentos de crise servia como guia para compreender as ações de Deus, mas que para o bastardo era “a grande tolice do mundo, a de que quando vai mal nossa fortuna – muitas vezes como resultado de nosso próprio comportamento – culpamos pelos nossos desastres o Sol, a Lua e as estrelas (...)”In: SHAKESPEARE, William, *op.cit.*, 2010, p.269.

todos os tipos de perturbação da ordem – e a sua pretensão à coroa era a expressão máxima de sua condição. As próprias fontes revelam a dificuldade que aquela sociedade teve em entendê-lo, pois as descrições de D. Antônio sempre acabam em pares opostos: legítimo/ilegítimo, nobre/clero, religioso/pecador, cavaleiro/teólogo, rei/tirano, entre outras. No entanto, se esta indeterminação social era algo terrível para os homens daquela época, para os historiadores oferece talvez a única forma de compreender a sua trajetória social.

Neste capítulo, procuraremos estudar a trajetória social deste indivíduo dentro da sociedade quinhentista portuguesa, reconstituindo a etapa da vida anterior a crise dinástica. Pretendemos observar quais eram os objetivos da família real em relação a D. Antônio durante o século XVI, momento de profundas transformações na Europa e em Portugal. Com a divisão da cristandade e a nova situação em que o reino se encontrava após a expansão marítima, muitos caminhos e possibilidades políticas estavam disponíveis aos dirigentes do reino, que precisavam escolher os rumos deste império ultramarino, assim como a sua posição no jogo político europeu.

D. Antônio, talvez mais do que qualquer outro nobre português, estava no centro de todas estas profundas transformações. O fato de ser considerado ilegítimo ao mesmo tempo em que era o único filho do infante D. Luís seria o suficiente para reconhecer nele um papel singular na política portuguesa quinhentista, mas, naquele momento, D. Antônio foi uma peça fundamental de um jogo político que se desenhava desde o começo do século XVI. A família real necessitava de membros ocupando lugares-chaves na Igreja no momento das reformas do ensino e da vida religiosa, o infante D. Luís, após abandonar os seus sonhos de ser rei, encontrava na manutenção da ortodoxia da fé um novo projeto tanto de vida como para o reino. Por sua vez, as forças de oposição, descontentes com a política régia acreditavam que o filho do infante D. Luís poderia exercer um papel de liderança na corte.

D. Antônio, devido a sua posição singular naquela sociedade, tinha um papel importante a desempenhar em cada um destes projetos políticos. Mas justamente devido ao fato de não ter um lugar definido naquela sociedade, ele busca o único papel que considera digno de sua pessoa: a do infante D. Luís.

3.2. O papel dos ilegítimos na família real portuguesa (1531 – 1537)

As dinastias são o ente político mais importante do século XVI, eclipsando outras entidades como as ligas, cidades-estado ou repúblicas. Estas famílias, se é que assim podemos chamá-las, podem ser definidas, de acordo Mark Greengrass, como “uma coletividade de direitos e títulos herdados, que transcediam os indivíduos.” Os recém nascidos eram posicionados nessa rede familiar, dentro de um sistema de hierarquia informal que englobava os parentes vivos e mortos, criados e famílias subordinadas, e a sua vida era estrategicamente pensada conforme a tradição e necessidades dos titulares da dinastia. Por sua vez, era esta posição que definia em grande parte a identidade e até mesmo as qualidades que aquela sociedade projetava no indivíduo. Nas famílias reais, a política, portanto, não era determinada “por projetos racionais de edificação do Estado, mas pelos fatos dinásticos da vida: casamentos, nascimentos e mortes.”²⁰¹.

A bastardia estava inserida dentro das estratégias das linhagens, pois a mortalidade infantil era alta e nem sempre os legítimos descendentes da nobreza conseguiam atingir a idade necessária para usufruir e transmitir os títulos e ofícios da família. Os ilegítimos eram uma espécie de reserva genética, substituindo os filhos legítimos e/ou ocupando funções menores, mas estratégicas, como no clero e no exército²⁰².

Como cabia aos titulares da dinastia definir a sua condição de legítimo/ilegítimo, ao menos em última instância, este poder tornou-se uma ferramenta de controle fundamental, pois os bastardos eram sempre elementos potencialmente desestabilizadores da ordem social. É o caso de quando os bastardos exigiam a legitimidade ou mesmo se tornavam reis. Pois se nunca faltaram reis estrangeiros nos tronos da Europa, também nunca faltaram bastardos²⁰³. Além da própria dinastia de

²⁰¹ GREENGRASS, Mark. A política e a guerra. CAMERON, Evan. (cor.) *História da Europa: O século XVI*. Porto: Fio da Palavra, 2009, p. 80-81 *passim*

²⁰² CASTRO, Armando. “*A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX(1837)*”. Lisboa: Caminho, 1992. Nota que “os filhos espúrios dos soberanos teriam vivido, em média, mais tempo do que os legítimos”, p. 33.

²⁰³ “À ilegitimidade política dos príncipes do século XV ligava-se a indiferença relativamente à legitimidade do nascimento (...). Enquanto o Norte, nomeadamente na casa de Borgonha. Atribuía aos bastardos dotações própria, nitidamente delimitadas, bispados, etc.; enquanto Portugal uma linha bastarda se mantinha no trono, mas à custa dos maiores esforços; não havia em Itália uma só casa principesca que não tivesse bastardos e não suportasse tranquilamente na linha principal alguma descendência ilegítima. Os Aragoneses de Nápoles eram o ramo bastardo da casa, pois quem herdou o próprio Aragão foi o irmão de Afonso I. (...) Por vezes reconheciam-se também direitos aos bastardos, nomeadamente quando os

Avis ter sido fundada por um bastardo, temos o exemplo de D. João II, que perdeu de forma trágica seu filho, o príncipe Afonso, em 1491, e buscou colocar no trono o bastardo D. Jorge de Lencastre, tentando legitimar o seu casamento com D. Ana Furtado de Medonça²⁰⁴.

O problema da bastardia de D. Antônio acabou sendo tratado como uma busca pelos documentos que comprovassem cabalmente a legitimidade/ilegitimidade do filho do infante D. Luís. Assim, assistimos a construção de hipóteses plausíveis de ambos os lados do debate, mas nenhum autor conseguiu resolver o problema em definitivo²⁰⁵. Contudo, talvez esta não seja a melhor abordagem para o problema, pois nos parece que as propostas anteriores não levaram em consideração o caráter simbólico e não natural da bastardia.

No caso específico de D. Antônio, devemos levar em consideração que a indefinição quanto à condição de legítimo/ilegítimo era uma ferramenta importante para o seu controle²⁰⁶. A legitimidade poderia ser o prêmio por uma vida de obediência à Coroa ou mesmo algo necessário, caso se precisasse substituir um legítimo parente para manter algum título ou comenda. Portanto, produzir uma definição não era interesse²⁰⁷.

Foi esta indefinição que criou a incerteza que permitiu que os antonistas construíssem uma imagem de legítimo, mas outro fator também contribuiu: a paixão do infante D. Luís por Violante Gomes pelas ruas de Lisboa, onde os encontros secretos e

filhos legítimo eram menores e a vacatura do trono criava sérios perigos. Por toda a parte, em Itália, o interesse direto do estado, o valor do indivíduo e a medida do seu talento são mais poderosos que as leis e os costumes do resto do Ocidente. Não era esse o tempo em que, na Itália, os filhos dos papas se talhavam principados?”. BURCKHARDT, Jacob. *O Renascimento Italiano*. Lisboa: Editorial Presença, 1973, p. 22-23.

²⁰⁴ A respeito da luta de D. João II, ver MENDONÇA, Manuela. *D. João II: Um percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 253 e segs. Sobre os muitos bastardos da política portuguesa e espanhola, ver BUESCO, Ana Isabel. *D. João III (1502-1557)*, 2ª edição, revista, Lisboa, Temas & Debates, 2008, p. 208.

²⁰⁵ O único documento que comprovaria o casamento é um assento de batismo da Sé de Évora datado de 15 de junho de 1544, de um filho de uma escrava de Pero Gomes. Este último é denominado como “sobrinho do infante D. Luís”, além do original também existe uma cópia do século XVIII deste documento na BNL, com o código 1022, o que revela que a questão sempre causou dúvidas.

²⁰⁶ O que parece ter sido algo comum nas grandes famílias reais, como entre os Tudors em relação à rainha Elizabeth, considerada legítima. Após a morte de sua mãe, Ana Bolena, foi declarada bastarda e, por último, legitimada novamente.

²⁰⁷ Durante a crise dinástica, os antonistas tinham plena consciência desta indefinição, como se revela na *Sentença de Legitimidade do Senhor D. Antônio Prior do Crato*, supostamente escrita por frei Manoel de Mello. Além das aventuras envolvendo o infante com dona Violante, o autor utilizou-se desta ambiguidade em relação aos ilegítimos: “quanto mais que se provo que Elrey, e a Rainha que estão em gloria confessarem que o Infante recebera a dita Senhora D. Violante, e como seu filho legítimo tratarem o Senhor D. Antonio em todas as honras e como seu filho legítimo trataram o Senhor D. Antonio em todas as honras secretas, e publicas, e disseram que não era necessário publicar que era legítimo, pois havia de ser Clerigo”. *Sentença de Legitimidade do Senhor D. Antônio Prior do Crato*. In: SOUSA, D. Antônio Caetano. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, Parte II, Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 123-125.

as públicas declarações de amor se transformaram em um assunto muito comentado e lembrado pela população, não sendo difícil imaginar que o infante D. Luís teria se casado em segredo para conquistar a sua amada *Pelicana*²⁰⁸.

D. Antônio nasceu por volta de 1531 em Lisboa e pouco ou nada sabemos sobre a sua mãe, apenas que logo após o nascimento foi forçada a se recolher no Mosteiro de Vairão e depois, ao de Santa Maria de Almoester, perto de Santarém²⁰⁹. O motivo de enclausurá-la era justamente não comprometer algum projeto de matrimônio do infante D. Luís, pois certos boatos poderiam ser usados politicamente no futuro. Isolada a mãe, o filho foi enviado para longe da corte, para a Vidigueira, sendo confiado aos cuidados da ama Ana Borges. Qual seria o destino que D. Luís pensava para o seu filho?

Não era a primeira vez que isso ocorria na família real. Quase uma década antes, D. João III teve um caso com Isabel Moniz, moça de câmara da rainha Dona Leonor. Desta relação nasceu o bastardo régio D. Duarte (1523 – 1543). Assim, D. Luís decidiu que a criança teria o mesmo destino do primo, o que significava, na época, enviá-lo para longe da corte e ser preparado para uma carreira eclesiástica.

²⁰⁸ A história era muito famosa em Portugal. Em 1548, D. Luís voltava de uma peregrinação a Santiago de Compostela e acabou passando por Guimarães, sendo recebido com festas pela vila. Mas durante uma dança apresentada por um grupo de moças, estas lhe cantaram os seguintes versos:

Não vades ao chafariz,
Meninas de Alfama
Bem sabeis a trama
Do Infante Dom Luiz

Não era para menos: os relatos que possuímos sobre a história atestam que não foram poucos os esforços empreendidos na conquista da jovem. Ambos teriam se conhecido em uma procissão do Corpo de Deus, em que teria D. Luís visto as três *Pelicanas* (as irmãs Guiomar, Branca e Violante que, aliás, era gaga) que assistiam a comitiva real passar sob sua janela. Imediatamente, a beleza de Violante chamou a atenção do infante. Apaixonado, o infante promoveu cerca de sete ou oito jogos de canas e convidou músicos em frente à casa da amada. Além disso, seus secretários foram obrigados a enviar diversas cartas de amor.

A partir daí o que resta são incertezas. Mas uma explicação que acreditamos ser plausível para resolver este mistério é a seguinte: partindo que existiu ao menos dúvida quanto ao casamento, pois se não D. Antônio dificilmente teria se utilizado destes fatos e nem existiria boatos que o fracasso no casamento com a princesa da Polônia deu-se justamente por este motivo (cf. CONCEIÇÃO, frei Claudio da. *Gabinete Histórico*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Regia, 1818, p. 246); é perfeitamente possível que o infante D. Luís tenha simulado um casamento para ter acesso a bela jovem. A questão é que isso gerou problemas com a família real, especialmente como a documentação parece indicar que os familiares da noiva reivindicaram o pertencimento a família real publicamente. Daí se explica porque ela foi mandada para mosteiro. D. Luís tinha que casar com alguma princesa e tal matrimônio secreto era um flanco sempre aberto, comprometendo futuros projetos de casamento e consequentemente, alianças políticas necessárias. Mas devemos afirmar categoricamente: o infante D. Luís nunca se comportou como se tivesse casado com dona Violante e sempre buscou casamentos em outras casas europeias.

²⁰⁹ BRANDÃO, Mario. *Coimbra e D. Antonio, Rei de Portugal*, Vol. I. Coimbra: 1939, p. 9. A sepultura de Dona Violante foi descoberta no mosteiro de Santa Maria de Almoester, em seu epitáfio a sua morte é datada em 16 de julho de 1569, de acordo com a transcrição feita por FIGUEIREDO, Frei Manoel. *Dissertação historico-critica-apologetica, e convincente da novissima opiniao, que segue, que o Infante D. Luiz Duque de Beja fora desherdado do direito de successao do Reino, pela desigualdade do casamento*. Lisboa: na Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1788, p. 3.

O nascimento de D. Antônio ocorreu em um momento de grande interesse por parte da coroa portuguesa pelo humanismo e de uma reestruturação nas instituições culturais do reino, resultando na reforma do sistema universitário e o surgimento de uma nobreza mais vinculada com as letras e hábitos cortesãos do que com as práticas guerreiras. Estes dois fatores acabaram por convergir ou atuar como uma presença de fundo por toda a trajetória de D. Antônio.

D. Antônio pertenceu a uma das gerações mais cultas e letradas que até então existiu em Portugal. Desde o final do século XV, ocorreu uma multiplicação de escolas primárias dedicadas à alfabetização assim como a proliferação de escolas de dança, música e esgrima. Os filhos da nobreza portuguesa, ou dos enriquecidos comerciantes, trocavam as antigas práticas guerreiras de seus antepassados pelos hábitos cortesãos²¹⁰.

Na outra ponta da cadeia, temos, neste momento, o retorno de alguns bolsistas financiados por D. Manuel e D. João III, juntamente com a chegada de muitos professores estrangeiros, seduzidos pelos salários oferecidos pela Coroa. Esta situação tornou possível a criação de um sistema de ensino superior capaz de produzir uma elite letrada à altura das universidades europeias, ao mesmo tempo em que garantia que tais instituições estivessem sob controle do poder régio e assim, seus interesses preservados²¹¹.

Dentro dos planos da monarquia portuguesa, D. Duarte e D. Antônio ocupavam um papel central neste investimento cultural. Eram os primeiros membros da família real que passariam a ser educados no novo sistema de ensino e esperava-se que eles se tornassem a prova de que o reino estava maduro para produzir uma nobreza culta e versada nas novidades humanistas, sem depender dos centros estrangeiros. Como filhos ilegítimos dotados de uma formação superior, deveriam ocupar cargos estratégicos dentro da Igreja, reforçando assim o poder régio naquela instituição.

²¹⁰ No início século XVI, era possível encontrar no reino um bom número de instituições, como colégios e escolas preparatórias, em que os nobres poderiam deixar seus filhos até que estivessem prontos para o ensino superior. Apenas entre 1530 e 1540, temos a fundação de mais de vinte instituições deste tipo. Cf. A.H de Oliveira MARQUES, SERRÃO. Joel; (dir). *Nova história de Portugal. V. 5. Portugal: do renascimento à crise dinástica*. DIAS, de João José Alves (cor). Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 468-470.

²¹¹ MENDES, Antônio Rosa. A vida cultural. In MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Vol. III, Lisboa: Estampa, 1993, p. 338.

3.3. Sob a tutela dos Jerônimos (1537-1547)

Decidido qual seria o papel dos primos, restava escolher as instituições e mestres que teriam a honra de educá-los. Tal tarefa foi dada à Ordem de São Jerônimo²¹². Entre tantas ordens religiosas que surgiram na baixa Idade Média, a ordem hieronimita distinguiu-se por sua tolerância, por sua disciplina nunca ter se degenerado na prática da autoflagelação e, principalmente, por seu espírito aberto, o que permitiu que fossem “os primeiros a acolher os rasgos pedagógicos e os vôos artísticos da Renascença.”²¹³. Em Portugal, a ordem nutriu boas relações com a Coroa, especialmente no reinado de D. Manuel I.

Esta ligação rendeu algumas bolsas de estudos para que seus membros estudassem nas mais prestigiosas universidades daquela época, como a Universidade de Paris e de Lovaina. Dois bolsistas desta ordem foram escolhidos para a tarefa de reforma do sistema de ensino português: frei Brás de Braga, ou Barros (1484-1559) e frei Diogo de Murça (fins do XV – 1561). O papel destes dois jerônimos na formação de D. Antônio foi fundamental, pois foi nos colégios fundados por Murça que ocorreu a educação dos dois primos ilegítimos e na instituição dirigida por Braga que se deu o ensino superior de D. Antônio²¹⁴.

Frei Diogo de Murça começou seus estudos no mosteiro hieronimita de Penha Longa (Sintra) em 1513. Quatro anos depois Murça foi para Paris para estudar Artes no colégio de Montaigu; depois seguiu para Lovaina, onde se doutorou em Teologia, em 1533. No mesmo ano, regressou ao reino e procurou obter a autorização régia para fundar um colégio no seu mosteiro de origem, o que conseguiu em 1535, dois anos depois, transferiu o colégio para o mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães),

²¹² Originária da Itália no século XIV, a ordem foi introduzida em Portugal em 1390 com a compra da quinta de Penhalonga por Vasco Martins, rapidamente aumentando suas posses e um período de expansão no reinado de D. Manuel I, sendo que, em 1528, toma posse do mosteiro de Santa Marinha da Costa (Guimarães) e depois do colégio universitário de Coimbra. Ver. SANTOS, Cândido Dias dos. *Os monges de S. Jerônimo em Portugal na época do Renascimento*. Porto: INIC, Centro de História da Universidade do Porto, 1980, p. 9-19. Também possuía a fama de ser uma das mais abertas ordens religiosas de acordo com CHAUNU, Pierre. *La Espana de Carlos V*. Vol.2. Barcelona: Edicions 62, 1976, p. 138.

²¹³ CARVALHO, Joaquim de. *Estudos sobre a cultura portuguesa do XVI*. Vol. 2. Coimbra, 1948, p. 166.

²¹⁴ Não sabemos ao certo quando o filho de D. Luís entrou no colégio da Costa, mas foi possivelmente bem cedo que esteve sob a tutela de frei Murça. Em 1542, seu primo D. Duarte escreveu a D. João III uma carta em que relatou que “frei Antoninho” brincava com os sobrinhos de frei Diogo de Murça que lá viviam e tinham a mesma idade. BRANDÃO, Mario, *op. cit.* 1939, p. 16, Sobre o ambiente do colégio, ver: SÁ, A. Moreira de. *A Universidade de Guimarães no Século XVI (1537-1550)*. Paris: Centro Cultural Português, 1982.

oferecendo os títulos de mestre, licenciatura e doutor, com seu estatuto igualado aos das universidades.

Sabemos pouco sobre suas ideias, pois os escritos que restaram são apenas de caráter administrativo. No entanto, graças aos trabalhos de Joaquim de Carvalho, podemos saber um pouco mais sobre o conteúdo de sua biblioteca, que revela que Murça era um profundo estudioso de Erasmo e sempre atento às novidades humanistas, mas diferente de André Resende, seu colega de curso em Lovaina, adotou a postura de seus mestres, valorizando mais a leitura doutrinal do que a filologia e a interpretação histórica, embora as tenha assimilado de forma crítica.

Frei Murça nutriu grande interesse pelos debates teológicos de sua época, sendo resolutamente contra Martinho Lutero²¹⁵. O gosto pelas obras de Erasmo era fruto de seus anos em Lovaina, que coincidiram com o auge dos debates sobre este pensador. Esta universidade serviu de inspiração para o modelo pedagógico de seus colégios, sendo conhecido também por ser o introdutor do “método de Lovaina” em Portugal. Frei Murça colocou as recentes inovações dos humanistas junto com o curso tradicional, baseado nas sumas de São Tomás de Aquino, mas igualou o estatuto de ensino da dialética com a da retórica²¹⁶.

Sob a supervisão deste mestre, foi designado como professor de retórica do colégio da Costa o poeta latino Inácio de Morais²¹⁷ (1507? – 1580), ensinando primeiramente a D. Duarte e depois, ao jovem frei Antônio.

²¹⁵ Sobre a biblioteca: “Duas coisas ressaltam imediatamente: a escassez de livros de Teologia escolástica e mística, de Filosofia e de Lógica no sentido tradicional, tanto na via dos nominalistas como na dos realistas e dos ecléticos e, em contraste, a abundância de obras de Padres da Igreja, de estudos escriturários, de escritos de controvérsia bíblica e dogmática, e de edições de Erasmo. Não desconheceu Duns Escoto (...) e estudou certamente S. Tomás de Aquino (...), cujo pensamento de teólogo e de comentador de S. Paulo veneraria com respeito; não obstante, impõe-se irresistivelmente a idéia de que substituiu a meditação filosófica e teológica, no rumo tradicional, pela investigação heurística, pela exegese escriturária e pela história eclesiástica. Para quem assim orientava o espírito, ao ritmo dos tempos que vivia, e tendo diante dos olhos e do coração a lição literária de S. Jerônimo, a argumentação puramente dialética tinha de ceder o lugar ao estudo das línguas sábias, do latim, do grego e do próprio hebreu. Por isso se nos deparam alguns dos manuais característicos da nova didática das humanidades, a obra dos escritores gregos e latinos nas respectivas línguas originais, a variedade impressionante dos escritos de Erasmo”. CARVALHO, Joaquim de. *Estudos sobre a cultura portuguesa do XVI*. Vol. 2. Coimbra, 1948, p. 124-125. O autor fez uma exaustiva análise da biblioteca de Murça.

²¹⁶ PEREIRA, Belmiro Fernandes. A edição conimbricense da *Rhetorica* de Joachim Ringelberg. In: *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, nº1, 2004, p. 204.

²¹⁷ O mestre dos régios alunos era mais um bolsista de D. João III, tendo estudando na Universidade de Paris (Curso de Artes) e depois na Universidade de Lovaina. A que tudo indica, foi uma figura bastante presente na vida de D. Antônio, sendo que em 1553 dedicou-lhe o poema *Conimbricae encomium*, ode de louvor a Coimbra (MORAIS, Inácio. *Conimbricae Encomium*. Revisão e prefácio de Mario Brandão. Coimbra: Coimbra Editora, 1938). Também foi professor rigoroso que exigia muito de seus alunos, sendo que em 1541 foi repreendido pelo regente de Santa Cruz Luís Álvares Cabral por ter ensinado livros mais difíceis do que lhe haviam sido designados. Os alunos desertaram de suas aulas, procurando as de

Era a primeira vez que em Portugal uma elite letrada se formou dentro dos preceitos *studia humanitatis*: homens que falavam grego, latim e hebreu, eruditos nos clássicos lidos através do prisma filológico e histórico, valorizando a expressividade literária dos textos, a retórica e a arte da persuasão²¹⁸.

Em 1542, após concluir os estudos, D. Duarte saiu do mosteiro da Costa por ter sido nomeado arcebispo de Braga. Após anos dedicados aos estudos, mas sendo observado pelos olhos atentos de D. João III, era considerado um homem culto pelos seus contemporâneos, capaz de traduzir para o latim a maior parte da *Crónica de Dom Afonso Henriques* de Duarte Galvão e assim, pronto a servir aos interesses da Coroa dentro da Igreja. A sua nomeação era simbolicamente a passagem da condição de ilegítimo para o de legítimo. Quando foi nomeado bispo, aconteceu uma bela cerimônia de apresentação a corte portuguesa da qual o infante D. Luís teve como função ser o primeiro a recebê-lo e apresentá-lo à nobreza portuguesa²¹⁹.

Certamente o destino de D. Antônio era o mesmo. No entanto, o seu papel mudou quando D. Duarte morreu no final do ano de 1543. Eram tempos de difíceis, pois a disputa entre D. João III e D. Luís se agravou enquanto continuava a sucessão de mortes na família real.

Apesar destes problemas, a década de 40 foi um momento de consolidação dos muitos projetos da coroa para o ensino superior português. Entre 1534 e 1535, sob a direção de frei Brás de Barros, o colégio do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra começou suas atividades. Em 1537 ocorreu a transferência da universidade de Lisboa para Coimbra. Por sua vez, em 5 de fevereiro de 1543, frei Diogo de Murça foi nomeado como seu reitor. Completa-se o quadro quando, em 1548, inaugurou-se o Colégio Real das Artes, sob a direção de André de Gouveia. O humanismo cristão controlava o aparelho cultural português.

O então frei Antônio se encontrava em um momento de transição das estruturas de ensino. O colégio que habitava começou a cair em decadência desde a morte precoce de seu primo e a transferência de frei Murça. O colégio da Costa não era mais o

Antônio Caiado. No fim da vida, teve problemas com a ordem dos jesuítas (CARVALHO, Joaquim de. *Obra Completa*. Vol. VII. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. p. 197).

²¹⁸ A bibliografia sobre o assunto como sabemos é imensa. Para aspectos gerais: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 e POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian moment: florentine political thought and the atlantic republican tradition*. 2. Ed. Princeton: Princeton University Press, 2003.

²¹⁹ BUESCU, Ana Isabel, *op. cit.*, 1998, p. 214.

ambiente adequado para o filho do infante D. Luís, que, sem os primos, acabou sendo extinto em 1550.

O começo desta nova etapa da vida de frei Antônio é um período obscuro, em que felizmente a obra de Mario Brandão ajuda a jogar luz²²⁰. De 1544 até 1547, frei Antônio estudou em Tomar, no colégio de São Jerônimo, novamente sob a direção de frei Diogo de Murça. Desta fase podemos reconstituir um pouco do contexto intelectual, graças à lista de livros disponíveis na biblioteca do convento de Cristo, em que o fluxo humanista se observa graças à presença de obras de Erasmo e Nebrija²²¹. Foi neste espaço que D. Antônio começou a ter aulas de música, que foi uma de suas grandes paixões.

O fato mais importante da vida de D. Antônio, neste período, foi a sua aproximação de frei Brás de Braga. De acordo com Mario Brandão, frei Braga valeu-se do status do filho de D. Luís para resolver pequenas disputas dos cônegos e, aos poucos, uma amizade surgiu entre mestre e aluno, que acabou motivando frei Antônio a desejar entrar no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no qual o prior era frei Brás de Braga²²².

No entanto, por volta de 1547 a 1548, ainda se encontrava indefinida a instituição que frequentaria nos próximos anos. Assim começou a tomar aulas com aquele que se tornou seu mestre por muitos anos, Luís Álvares Cabral²²³, no colégio de São Jerônimo de Coimbra, em que frei Diogo de Murça, mais uma vez, coordenava. Agora frei Antônio circulava pela nova sede cultural do reino, o Paço das Artes. Embora desejasse frequentar o mosteiro de Santa Cruz, tudo dependia da vontade de seu pai.

²²⁰ BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 19-26.

²²¹ De acordo com SANTOS, Cândido Dias dos, *op. cit.*, 1980, p. 64-65.

²²² BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 21.

²²³ Sobre Luís Álvares Cabral, o principal professor de D. Antônio e que o acompanhou na sua transferência para o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, temos poucos dados. Sabemos que por volta de 1537, era o regente ou primário do ensino das Artes e da Gramática nas Escolas de Santa Cruz, e a que tudo indica, por volta de 1541, ocupava-se de ensinar Filosofia Natural para seus alunos, curso esse considerado avançado, sendo que por ordem régia de 5 de março de 1541 somente os alunos que tivessem concluído os cursos de Artes poderiam frequentar o curso de mestre Cabral – pelo menos até 1546, quando começou a ensinar para os alunos do colégio de São Jerônimo, incluindo aí D. Antônio. Acompanhou o seu aluno no mosteiro de Santa Cruz (assim como alguns alunos) e continuou suas aulas entre os crúzios. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *Obra Completa*. Vol. VII. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 170; 197; p. 200 e p. 276.

3.4. O infante D. Luís busca a salvação

No verão de 1548 o infante D. Luís foi a Santiago de Compostela. No caminho aproveitou para visitar o seu filho na Universidade de Coimbra. O encontro deixou-o muito preocupado, desabafando para o conde de Castanheira que “abri os olhos em muitas cousas que convinhão a sua criação em que estava bem cego”²²⁴.

Não era a primeira vez que seu filho causou preocupação. Durante uma caçada ao redor de Guimarães, o jovem Antônio e alguns auxiliares seguiram o rastro de um javali que os levaram a invadir a coutada de Gonçalo Coelho, senhor de Felgueiras e Viera. Gonçalo Coelho era conhecido por ser um homem violento que defendia a todo custo os seus direitos de caça e, ao ver os homens de frei Antônio perseguindo um javali em suas terras, imediatamente proferiu insultos e expulsou-os. Ofendido com Gonçalo Coelho, frei Antônio esperou um momento oportuno para se vingar.

Tempos depois, um criado de Gonçalo Coelho acabou preso em Guimarães. Ao saber da notícia, o senhor de Felgueiras imediatamente mandou soltá-lo. Era um grande erro, pois este criado foi preso por ordem do próprio rei. Ao saber da história, frei Antônio escreveu para a corte, seu pai e ao rei, denunciando o senhor de Felgueiras que então foi preso e sentenciado à morte. Gonçalo Coelho foi salvo graças à intervenção de seu primo Manoel Machado de Azevedo, senhor de Entre Homem e Cavado, que conversou com frei Antônio, que perdoou Coelho. Mas quando D. João III verificou o que teria realmente acontecido, anulou imediatamente a sentença.

As preocupações do infante, e episódios como este, foram usados pela historiografia como exemplos de como D. Antônio era um homem de péssimo caráter e desprovido de moral²²⁵. Mas tal leitura necessita ser revista sob o ponto de vista das mudanças culturais que dividiram a cristandade e que tocaram de maneira profunda o seu pai, que na década de quarenta, quando escreve estes relatos, viveu uma espécie de crise espiritual em que se lançou na busca por salvação, adotando de uma vida piedosa e ascética.

Desde os eventos de 1540 registrou-se na documentação uma nítida mudança de comportamento do infante D. Luís. Os motivos não são claros, mas certamente a terrível

²²⁴ *Carta do infante D. Luís para o conde de Castanheira*. 4 de setembro de 1548. In: Brandão Doc. XXI, p. 167-168.

²²⁵ Para toda uma historiografia que depreciou a figura de D. Antônio, estes relatos eram a prova da imoralidade e crueldade do prior do Crato. Camilo Castelo Branco viu neste episódio um dos indícios da “índole desumana” que já se manifestava na infância. CASTELO BRANCO, Camilo. *D. Luís de Portugal, neto do prior do Crato (1601-1660)*. Porto: Livraria Civilização, 1881, p. 132.

disputa com o rei, a morte de seus familiares e o fracasso na política internacional tornaram-no suscetível a um novo conjunto de crença e valores, como resume Sylvie Deswarte-Rosa:

De politique et de militaire, d'amateur et organisateur de fêtes, Il voudrait se faire jésuite, capucin, anachorète même, s'il le pouvait. La poésie n'est plus la même: de courtoise, inspirée par son amour pour la *Pelicana*, elle se revêt de la beauté sombre des psaumes bibliques, donnant le ton à toute une cour et annonçant Camões. Plutôt qu'Aristote qu'il avait étudié sous la direction de Pedro Nunes, Il se tourne vers Platon et plus encore vers Denis l'Aréopagite dont Il partageait le goût avec Francisco de Borja.²²⁶

Uma das primeiras manifestações desta mudança pode ser verificada no aparecimento do seu primeiro testamento, em 13 de janeiro de 1541, no qual deixou grande parte de sua fortuna para religiosos ou obras de caridade. A morte começou a ficar mais presente em sua vida e com ela, o medo do inferno. Em um mundo de pecados, decidiu construir um pequeno paraíso na terra.

Há certo tempo, o infante D. Luís nutria simpatia pelos franciscanos instalados na Província de Santa Maria da Arrábida, um ramo da ordem que viveu sob a orientação de São Pedro d'Alcântara, e, por isso, chamado também de alcantarinos. Tratava-se de franciscanos bastante radicais que viviam na mais absoluta vida ascética²²⁷. D. Luís decidiu construir para os religiosos um novo convento, mas o padre frei Martinho de Santa Maria, fundador daquela província, não consentiu, pois acreditava que o aumento dos conventos poderia por em perigo as virtudes dos religiosos. Acabou por aceitar com severas restrições, não permitiu luxos, mesmo tendo à disposição os recursos e a boa vontade do infante, pois teria que ser das “proporções da grandeza de quem oferecia, mas conforme a humildade de quem aceitava”²²⁸.

O local escolhido foi a terra de Salvaterra, que foi doada por D. João III em finais de 1542 ao infante, e assim, iniciou a construção do Convento de Jenicó onde passou a morar²²⁹. Residindo no humilde convento, escolheu três aposentos para

²²⁶ DESWARTE-ROSA, Sylvie. Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís. *Mare Liberum*. n° 3, Dezembro, 1991, p. 273.

²²⁷ BRETÂMIO, Alfredo de. *O Infante D. Luís fundador do convento de Jenicó*. Lisboa: s.n, 1957.

²²⁸ PORTUGAL, D. José Miguel João de. *Vida do Infante D. Luís. escrita por D. José Miguel João de Portugal*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735, p. 104 e p. 128-132.

²²⁹ Por volta de 1542 D. Luís já recebe poderes de jurisdição cível e criminal, por alvará de 4 de novembro de 1542 (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 73, n° 5) e direitos sobre a coutada da mata de Salvaterra três dias após o alvará (ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 73, n° 8).

habitar: um para ser a livraria e sala de audiência, um segundo como depósito e dormitório, usando um pedaço de cortiça como cama, e uma terceira sala, com chaminé para acender no inverno, com uma pequena mesa, na qual convidava alguns religiosos para a refeição, quando não comia no mesmo refeitório, tendo apenas louça de barro grosseiro. Neste período, se vestiu com panos grosseiros e suspeita-se que tenha começado a praticar autoflagelação com cilício.

Guarda-se uma pequena e interessante anedota deste período que nos ajuda a entender a mudança pela qual passava a representação do infante D. Luís. Um pescador teria ido entregar algumas esmolas aos frades pelo direito de ter pescado e ao tocar a campainha, deparou-se com o D. Luís, que avisou ao pescador que os religiosos estavam em oração e que deveria dar-lhe o dinheiro que ele o entregaria aos frades, pois era o infante D. Luís. Não acreditando nas palavras do infante, o pescador recusou-se a entregar as esmolas e preferiu esperar a saída dos religiosos, mas logo que percebeu o erro, ajoelhou-se diante de D. Luís, que, então, concedeu-lhe uma mercê em merecimento a sua devoção aos frades. Este escolheu não pagar mais o direito de pesca do rio Tejo. Era uma aproximação da imagem de D. Luís com as populares histórias de Jesus disfarçado de pobre para testar a honestidade e a fé dos homens²³⁰.

Salvterra se tornou um verdadeiro refúgio para o infante D. Luís. Em novembro de 1547, não recebeu o embaixador da França por estar naquele local. Três anos depois, saiu de Lisboa para se recuperar de uma doença²³¹. Também acabou por não resistir a sua paixão pela arquitetura e decidiu erguer um novo palácio, no que gastou 50.000 cruzados e que jamais concluiu²³². Mas esta fuga da corte e de seus problemas era insustentável para um homem da sua posição. Embora fosse uma situação delicada, devido à briga com o irmão e, principalmente, por sua relação com a rainha D. Catarina, ele retornou à corte, mas com uma postura muito diferente.

Após este período de isolamento, a preocupação com os assuntos políticos e de guerra diminuem enquanto os problemas da fé e da salvação das almas tornam-se

²³⁰ CONCEIÇÃO, frei Claudio da, *op. cit.*, Tomo II, Lisboa: Impressão Regia, 1818, p. 238-239.

²³¹ Em 1544, escreveu para o Conde da Castanheira que “Da saúde d’elRei, meu senhor, me fazei saber, e cousa alguma de negocio me não escrevais;” *Letters of the Court of John III King of Portugal / the portuguese text*, ed. with an introd. by J. D. M. Ford and L. G. Moffatt. Cambridge [Mass.]: Harvard University Press, 1931, p. 30.

²³² Foi graças ao palácio do infante D. Luís que aquelas terras depois se tornaram uma importante vila cortesã no século XVIII, especialmente no reinado de D. José I. Do palácio original, sobreviveu a capela que “tem grande interesse artístico por apresentar, na sua essência, uma solução de pura Renascença Italiana”. Possivelmente, o arquiteto foi Miguel de Arruda, arquiteto de outras obras do infante. Sobre o assunto, ver BRETÂMIO, Alfredo de, *op. cit.*, 1957, p. 12.

fundamentais. Podemos observar este aspecto através de um conjunto de correspondências entre as autoridades portuguesas e D. João de Castro, governador da Índia. Em março de 1547, o infante D. Luís respondeu as cartas de seu antigo companheiro de Túnis, D. João de Castro, onde o aconselha:

Conservaivos na limpeza de vossa pessoa, que usais acerca dos combates dos gostos temporaes, e interesses d'essa terra, e com isto venha o que vier, porque tudo será para bom fim. Nas cousas, que toção ao culto divino, na conversão dos infeis, vos esmerei muito, porque estas são as armas, que principalmente hão de defender a Índia²³³.

Em outubro, D. João III²³⁴, D. Catarina²³⁵ e D. Luís²³⁶ escreveram para D. João de Castro, mas enquanto os dois primeiros apenas o aconselharam em matérias de guerra e política, o infante continuava dando ênfase na questão espiritual.

Esta mudança modificou as prioridades do infante D. Luís em relação à educação de seu filho. Este deveria abandonar definitivamente qualquer traço das antigas práticas cortesãs e se converter em um religioso devoto e exemplar.

Por esta razão que a caça foi por tantas vezes motivo e fonte de problemas e desconfianças em relação a D. Antônio. A caça era uma prática multissecular da nobreza, servindo para adestrar a nobreza na guerra e preservar os instintos de combate. O infante D. Luís foi um apaixonado pelo passatempo²³⁷ e seu tutor, Lourenço de

²³³ *Carta do infante D. Luís a D. João de Castro*. 26 de fevereiro de 1547. In: Jacinto. *Vida de Dom João de Castro: quarto viso-rei da Índia*. ANDRADE, Jacinto Freire da. *Vida de Dom João de Castro: quarto viso-rei da Índia / escripta por Jacinto Freire de Andrade, impressa conforme a primeira edição de 1651 Ajuntão-se algumas breves notas auctorizadas com documentos originaes e ineditos por D. fr. Francisco de S. Luiz*. Lisboa: Typografia da Academia, 1835, p. 200-204.

²³⁴ *Carta de D. João III para D. João de Castro* In: ANDRADE, Jacinto Freire da, *op. cit.*, 1835, p. 298-300.

²³⁵ *D. Catarina para D. João de Castro*. In: ANDRADE, Jacinto Freire da, *op. cit.*, 1835, p. 300-303.

²³⁶ “Pobreza, e abstinência, cousas com que se vence o Diabo, o Mundo & a Carne, que nessas partes da Índia tem tanto poder; o que he maior Victoria, que a Del Rey de Cambaya, nem ainda de todo o poder do Turco”. In: *Carta do infante D. Luís a D. João de Castro*. 22 de outubro de 1547. In: ANDRADE, Jacinto Freire da, *op. cit.*, 1835, p. 200-204.

²³⁷ A caça era uma verdadeira paixão tanto por parte do infante D. Luís como de seu filho, e até o sempre sério e reservado cardeal D. Henrique praticava com muita frequência. É interessante desenvolver este tópico um pouco mais, especialmente porque graças à obra *Arte da Caça de Altanería*, (Consultado a partir da versão de FERREIRA, Digo Fernandes. *Arte da Caça de Altanería*. Vol.I. Lisboa: Liberal, 1899. A obra foi originalmente publicada em 1616) escrita por um criado de D. Antônio, temos um raro, e privilegiado acesso a este hábito da nobreza – além de passagens saborosas a respeito dos momentos de lazer de D. Antônio. O autor revela que “O infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel, irmão d'el-rei D. João III, príncipe de altos pensamentos, foi um grande caçador de Falcão, e teve em seu serviço oitenta caçadores assalariados, muitos d'elles estrangeiros, mui práticos n'esta arte ; e elle no paço e casa d'onde estava tinha Falcões e os dava em cuidado aos seus moços da camará, dos quaes eu conheci alguns muito nobres, e cada caçador tinha á sua conta dois e três Falcões. Meu pae. Pêro Ferreira (que também o servia de seu moço da camará) foi excellente n'esta arte, e depois da morte d'este príncipe serviu ao senhor

Cárceres, fez grandes elogios à prática, mas no final de sua passagem sobre o tema, concluiu:

hão de ter a Caça por exercício, e não por officio: e com tal temperança que o gosto della não ocupe mais nas suas rendas do que Ella razão deve occupar nos seos cuidados (...) e Achilles, e Ascanio, não lhe loucaraõ a Caça senaõ na idade em V. Alteza athe agora viveo, antes de terem outros cuidados (...) principalmente nos Príncipes nascidos përa mayores couzas, querem antes dissimular a obrigação de seos nascimentos, e tomar a Caça por derradeiro fundamento de sua vida²³⁸.

Cárcere estava respondendo a toda uma tradição de crônicas que elogiavam e descreveram os reis como grandes caçadores. Essas recomendações foram escritas quando o infante D. Luís tinha a mesma idade de D. Antônio, por volta de 15 a 18 anos. Portanto, o que estamos observando é o mesmo fenômeno de combate a certas práticas comuns na nobreza que agora tinham que ser substituídas pelos hábitos letrados da cultura cortesã que se formava, não era o comportamento particular de D. Antônio que incomodava, mas de toda a sociedade portuguesa²³⁹. Podemos voltar à missiva do infante D. Luís a Castanheira, que torna mais evidente esta preocupação:

não pode deixar de andar as vezes caçando o coelho com dois frades jeronimos, quando vai a São Marcos, ou de o acharem pescando numa Ribeira; e mesturado coestes passatempos, bem sabeis as desenvolturas que tem frades quando os soltão da trela²⁴⁰.

A preocupação do infante relaciona a caça com as tentações do mundo, em especial as da carne, na mesma época em que advertiu a D. João de Castro dos perigos

D. Antônio, prior do Crato, filho natural d'este príncipe, o qual seguindo as pisadas e pensamentos do pae teve mui redonda caça de Falcões, garceiros e milhaneiros, e altaneiros, e Gaviões e Açores, e foi homem de altos pensamentos, que assaz custaram á nação portuguesa. Este senhor a quem eu servia de pagem, e n'esta caça me assignalava por me haver criado n'ella dès de menino, me era affeçoado" (p. 113-114). É neste livro que existe a única relação que encontramos entre o Brasil e o infante D. Luís. Neste texto, o Brasil é sempre apresentado como uma terra fantástica, farta de caça e com novos animais para serem caçados, "Deve d'haver n'aquellas partes do Brazil aves notáveis para caça, e por falta de quem as conheça, senão sabe d'ellas. Ao infante D. Luiz, duque de Beja, filho d'el-rei D. Manuel, trouxeram d'aquellas partes do Brazil um girifalto branco, e tão alvo como um pomba. O príncipe o teve sem fazer nada com elle, por estado; querendo mandar lá caçadores, por a viagem não então tão tratável como hoje, o dissimulou." (p. 73).

²³⁸ CÁRCERE, Lourenço de. *Condições, e Partes, que ha de ter um bom príncipe* (Doutrina de Lourenço de Cáceres ao Infante D. Luís,), p. 105-107. In : *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, Parte II, Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947.

²³⁹ FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006, p. 146-148.

²⁴⁰ BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, Brandão Doc. XXI, p. 167-168.

do mundo. Estas dúvidas sobre os frades, algum tempo depois, atingiram o colégio das Artes que seria alvo de acusações de sodomia, práticas imorais e blasfêmias contra a religião; em 1547, mesmo ano destas correspondências, foi confirmada a constituição do Tribunal do Santo Ofício e o primeiro rol de livros proibidos²⁴¹. Era o começo do vasto ataque aos humanistas e, de certo, o infante D. Luís, naquele momento, já começou a desconfiar deste clero pouco disciplinado e muitos boatos e comentários de possíveis interessados em arrancar dos humanistas suas instituições culturais já chegavam aos seus ouvidos.

Com todos estes dados, podemos entender as escolhas do infante D. Luís em relação ao seu filho. Pois, nem mesmo no colégio dos Jerônimo oferecia alívio contra as tentações do mundo e, assim, este decide que:

verdadeiramente convem a este moço lhe passarse a Santa Cruz; porque para viver em Religião não creio que a casa na Europa mais para isso por todas calidades que tem; e se ouver de sair d'ela para alguma vida eclesiástica, de nenhuma outra casa pode sair com mais autoridade e com melhor ensino.

O problema seria convencer frei Diogo de Murça e obter a autorização de D. João III, pois o infante evitou dirigir-se diretamente ao irmão, passando todos os seus pedidos ao conde da Castanheira. Solicitou que D. João III se dirigisse a Murça com “todas as boas palavras e brandura”, enfatizando “que fez em enquanto pode neste moço”²⁴². Somente dessa forma o infante D. Luís poderia descansar das preocupações que seu filho colocava, como desabafava para Castanheira. Mas não somente o infante articulava a transferência para o mosteiro de Santa Cruz. Em abril de 1548, D. Antônio encontrava-se com frei Brás de Braga, para ingressar no seu mosteiro, e o próprio cardeal D. Henrique interferiu como pode no processo em favor do sobrinho²⁴³.

²⁴¹ MENDES, Antônio Rosa. A vida cultural. In: MATTOSO, José (org.), *op. cit.*, 1993, Vol. III, p. 345.

²⁴² *Carta do infante D. Luís para o Conde da Castanheira. 22 de Setembro de 1548.* In: BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, DOC. XXII, p. 169-170.

²⁴³ BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 32 e p. 44.

3.5. No mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1548-1551)

O mosteiro de Santa Cruz de Coimbra foi fundado em 1131 por religiosos de Santo Agostinho. Muito da construção da identidade portuguesa deve-se aos monges desta instituição, pois foi através de suas crônicas e o cultivo do mito fundador do rei Afonso-Henriques que se concebeu a trajetória coletiva da sociedade portuguesa²⁴⁴.

Certamente, os membros do mosteiro de Santa Cruz tinham uma consciência maior da identidade portuguesa e do sentido de ser português²⁴⁵. Desta forma, a união com Castela foi tida como inaceitável. Na crise dinástica, o mosteiro tomou partido da causa de D. Antônio. Em 30 de junho de 1579, quando chegou a notícia da perseguição de D. Antônio pelo cardeal-rei D. Henrique, os cruzios adiantaram-se e foram encontrar com o filho de D. Luís em Sernache com o objetivo de confirmar a sua obediência ao prior do Crato. O preço desta decisão foi caro. O mosteiro entrou em conflito com o cardeal-rei D. Henrique e, com a derrota do prior do Crato, caiu em desgraça perante a nova dinastia. Nas décadas posteriores, a prestigiosa instituição viu a rival, o mosteiro de Alcobaça, receber a proteção dos Filipes, que passou a ser o local onde a memória oficial do reino foi produzida²⁴⁶.

Portanto, podemos concluir que a passagem de D. Antônio como aluno do curso de artes do mosteiro de Santa Cruz é um aspecto fundamental para entendermos o antonismo. Estadia curta, que durou entre 1548 e 1551, no entanto, foi o momento mais importante de sua formação cultural, no qual seu interesse pelos estudos desenvolveu-se plenamente e que criou algumas de suas mais sólidas relações de amizade.

Após decidir pelo mosteiro de Santa Cruz como local ideal para a criação de seu filho, o infante D. Luís enviou uma interessante carta a frei Brás de Braga com as diretrizes sobre como seria a educação de frei Antônio:

Primeramente que tema à Deus, & seia muyto virtuoso, & se esmere em todas cousas que convem a religião. Depois disso que seia tão diligente em seu estudo, que nenhum de seus condicipulos lhe leve auatagem. Porque assaz quebra sua será, tendo tantas ajudas de idade engenho, tempo & disposição përa ser eminente em letras, esquecerse

²⁴⁴ CRUZ, Antônio. *Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. 2 Vols. Porto, 1964; MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei Encantado*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003, p. 89-92; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa: doutrina e crítica*. Vol. I, Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

²⁴⁵ MATTOSO, José A formação da nacionalidade. In: TENGARRINHA, José (Org). *História de Portugal*. 2º Ed. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001, p. 40.

²⁴⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Figuras e caminhos do renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993, p. 297-298.

da obrigação que tem por ser quem é, & indo outros diante, deixarse ficar atrás, ho que seria contro o que cumpre à sua honra, & a conservação do contentamento que eu delle tenho. (...) Mas poque sua idade nom é ainda tão madura, que possa sentir perfeitamente, quanto lhe nisto vay, vos rogo & encomendo muyto que per tudo los meynos que poderoes, ho animeis, & amoesteis, & trabalheis, pêra que elle creça asima devação, & amor de Deus, que é ho principal, como no cuydado de seu estudo, & porque nenhua cousa, destas se pode facilmente effectuar sem obdiencia há qual é fundamento de totalas outras verdades, hei por bem que tudo vos obdeça como qualquer religioso, que tenha feito profissão nessa casa (...)²⁴⁷

Além de ser um ambiente de excelência e rígido controle dos comportamentos, o mosteiro de Santa Cruz foi escolhido pelo infante justamente pela reforma empreendida por frei Brás de Braga, que estava plenamente consolidada quando da ida de D. Antônio. O início da reforma se deu em 8 de outubro de 1527, quando o rei nomeou frei Brás de Braga reformador de Santa Cruz, o que consumiu quase uma década de preparo antes do início das aulas. Em 1535, registra-se a chegada de professores franceses para o colégio, que naquele ano começou suas atividades. Em 1537, frei Braga começou uma ampla reforma nos estatutos jurídicos, buscando reorganizar o colégio aos moldes da Universidade de Paris. De acordo com Cândido Dias dos Santos, frei Braga era “um homem de formação europeia, aberto às novas correntes que insistiam na formação humanística e, no caso presente, na formação humanística cristã. É este o tom geral da sua reforma-renovação.”²⁴⁸.

Frei Braga defendeu, para a correta formação dos estudantes, o aprendizado das três línguas eruditas: latim, grego e o hebraico. Nos recintos do colégio era exigida dos alunos a comunicação nestas línguas, sendo vigiados atentamente se as empregavam com frequência²⁴⁹. Esta formação fica patente na correspondência de D. Antônio com as cortes europeias, que demonstra bem o seu domínio sobre diferentes línguas, das quais o latim foi a sua preferida – foi reconhecido como um grande conhecedor. Existem indícios que naquela época cultivou o hábito de ler livros em grego²⁵⁰.

Inserido na corrente humanista, a constituição de 1537 do Mosteiro de Santa Cruz opunha-se à escolástica medieval, condenado a leitura de qualquer tipo de autor ligado a “sofistaria”²⁵¹. É importante lembrar que o humanismo português também teve

²⁴⁷ *Carta do infante D. Luís a frei Brás de Braga*. 20 de fevereiro de 1549. In: BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 69-71.

²⁴⁸ SANTOS, Cândido Dias dos, *op. cit.*, 1980, p. 61.

²⁴⁹ CARVALHO, Joaquim, *op. cit.*, V.6, 1983, p. 41.

²⁵⁰ BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 83.

²⁵¹ SANTOS, Cândido Dias dos, *op. cit.*, 1980, p. 62.

como objetivo a necessidade de uma reforma na Igreja, mas se dividiu entre dois grupos: uns partidários da “teologia sofisticada” versus os partidários da “teologia através das sagradas escrituras e doutores da igreja”, isto é, a escolástica.

Era grande a preocupação em controlar os costumes dos alunos e os educar de maneira cristã. Nos domingos e nas festas, tinha-se o hábito de realizar leituras cristãs que provocasse piedade. Assim como, era obrigatória a missa antes das aulas e também a confissão na Quaresma e Assunção de Nossa Senhora²⁵². A biblioteca da instituição era vasta, sendo o depósito natural da produção de Coimbra, mas ela foi renovada por Frei Brás de Braga, entre 1534 e 1546, o que nos ajuda a reconstituir o contexto intelectual em que viveu D. Antônio, onde circulavam diversas cópias de Erasmo, Nebrija, entre outros²⁵³.

Nestes anos, o comportamento de D. Antônio adequou-se ao que era esperado. Embora seguindo as ordens expressas do infante D. Luís para tratar-lhe como qualquer religioso da casa, frei Antônio obteve alguns privilégios e criou laços de amizade. O uso de luvas foi matéria de discussão, sendo que o bispo reformador acabou por conceder permissão para o seu uso, desde que não fossem perfumadas, como era a moda da época²⁵⁴. A clausura era rigorosa, sendo proibido conversar livremente com moços que viviam no convento, mas isso não impediu que frei Antônio estabelecesse uma sólida relação de amizade com Antônio de Barros, sobrinho de frei Brás de Braga, que então vivia no mosteiro desde os 12 anos. Mais tarde D. Antônio lhe deu o governo do priorado do Crato.

Outra luta foi para continuar a dar prosseguimento a sua paixão pela música, que desde Tomar procurava aprender, e talvez um dos motivos para desejar ingressar em Santa Cruz, pois o mosteiro era um dos focos de cultivo da música sacra e profana. Naquela época, desejava aprender a tocar viola de arco, o que necessitava da autorização de frei Brás de Braga para que pudesse ter um tangedor para ensinar-lhe. O

²⁵² Ibidem, p. 63.

²⁵³ Sete Livros *copias* de Erasmo [*De duplici copia verborum ac rerum*], 4 encadernados e 3 brochados; 2 volumes de *Epístolas* de Túlio; 1 volume de *Epístolas* de S. Jerônimo; 2 volumes de *vocabulários*; 1 calepino (dicionário) de Grifo e um outro de Nebrija; 2 *Artes de gramática Grega*; 4 *Erasmos de acto orationum partibus*, para estudo da sintaxe; 1 Mantuano (Giovanni Baptista de Mantua, dito Mantuano); 4 partes do *Abcedário* de S. Boaventura, uma *forma de noviços*, do Pseudo-Boaventura, quatro partes do *Exercitório espiritual* de Garcia de Cisneros; quatro partes do *Espelho de religiosos*; 1 *Estímulo do amor*, de Fr. Jacques de Milão; 1 *Diálogo* de S. Gregório; 2 volumes de *Ordenações* do reino; 2 volumes de *Flos sanctorum*; 12 *Copias verborum* de Erasmo; *Epístolas* de S. Jerônimo; mais duas *Artes de Gramática Grega*; 1 livro de *Retórica* de Antônio Nebrija. SANTOS, Cândido Dias dos, *op. cit.*, 1980, p. 63-64.

²⁵⁴ BRANDÃO, Mario, *op. cit.* 1939, p. 72-75.

pedido foi negado algumas vezes e até que, pela insistência, conseguiu obter a autorização²⁵⁵.

Mais do que anedotas, ou o suposto perfil deste indivíduo, o que isso demonstra? Como sabemos, a geração que o D. Antônio começou a abandonar, aquele modelo de nobreza guerreira, e se tornar, cada vez mais, cortesã – a imagem de um jovem caçando porcos selvagens e desrespeitando todos os limites, forma um contraste com um jovem estudioso, erudito e apreciador de música²⁵⁶.

Apesar dos muitos pedidos negados e da severa vigilância sobre frei Antônio, o bispo de Leira manteve uma ótima relação com seu jovem aluno, que o auxiliava em assuntos que envolvia a corte e sempre o descrevendo de forma elogiosa²⁵⁷. Mas as responsabilidades do prior de Santa Cruz absorviam quase todo o seu tempo, e, assim, a supervisão dos estudos de D. Antônio foi transferida para D. Lourenço Leite, que acabou desenvolvendo uma relação muito afetuosa com seu discípulo. Mais uma vez os laços de amizade em Santa Cruz fizeram-se presentes na crise dinástica, D. Lourenço foi um partidário de D. Antônio durante a crise dinástica, pagando com o próprio desterro e morrendo fora de Portugal por sua fidelidade ao seu ex-aluno²⁵⁸.

²⁵⁵ A música certamente fazia parte dos hábitos da nobreza portuguesa. Cárcere, em seu trato dirigido ao infante, falava que além da caça “que depois da muzica não tenha couza em que mais se delleite”. CÁRCERE, Lourenço de, *op. cit.*, p. 103, In: *op. cit.*, 1947. A paixão de D. Antônio pela música era enorme. Após se formar no mosteiro de Santa Cruz, o que bem demonstra a força dos laços lá constituídos, alguns monges tiveram no mosteiro de São Vicente uma conversa sobre algumas “viollas darco & cravo que fizera o Irmão Dom Joam Io”. Os irmãos inferiram da conversa que o prior do Crato desejava tais instrumentos, e como ninguém os usava, “pois que em este mosteiro não serviam os ditos estromentos përa cousa alguma especial muitas das violas & que o seu parecer & dos irmãos era que lhas devião de dar por elle ser para que se criara em este mosteiro & lhe tinha especial afeição & amor & o saberia mui bem aguardecer”. De acordo com BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, Vol. II, Doc. I - *Acta do capitulo do Convento de Santa Cruz em que se resolveu oferecer a D. Antônio certos instrumentos musicais*, 24 de junho de 1558, p. 1-2.

²⁵⁶ Interessante notar como o infante D. Luís provia com dinheiro ao seu filho. Para os estudos, como a compra de livros que eram caríssimas na época, não parece ter tido qualquer problema. Quando frei Antônio pediu a frei Brás de Braga um escritório para poder estudar, este, ao não achar nenhum da qualidade desejada, logo procurou encomendar um diretamente de Flandres. Mas, em contraste, frei Antônio, caso desejasse sair do convento, isto é, quando era autorizado e por brevíssimos intervalos, não dispunha nem mesmo de cavalos, sendo frei Brás que muitas vezes tinha que emprestar ao rapaz montaria apropriada.

²⁵⁷ BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 77.

²⁵⁸ BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 84-86 e *ibidem*, Vol.III, *Documento: CIV: Os mosteiros dos cônegos regantes de Santo Agostinho na crise de 1580, segundo a Crônica do Convento de S.Vicente, de Marcos da Cruz*: “Os que mais se apaixonarão por o Senhor D. Antonio e seguirão suas partes foram os Ecclesiasticos regulares, & entre elles as pessoas de mais prendas, & autoridade, como fou o Nosso Padre Geral, que actualmente era D.Lourenço Leite que Como No tempo que este Senhor sendo menino, e de pouca idade com o nosso Santo Habito se criou no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra elle o criasse, e lhe deceo o insino, levado desta afeição nela o ajudou, e favoreceo em sua pertençaõ tudo o que lhe foy possível, do que El Rey Philippe se deu por tão mal servido, q o mandou prender no Nosso Mosteiro de Santo Agostinho do Porto, onde então estava, e levado desterrado ao Mosteiro Real de Santo Izidorio de Leão, que he também de Conegos regulares onde soffrendo o desterro com muita paciência, e vivendo

Em 9 de março de 1550, D. Antônio obteve o grau de bacharel, provando que tinha ouvido o curso de mestre Luís Álvares Cabral o tempo necessário (dois anos e meio) e lido todos os livros requeridos, dominando a lógica, ética e a filosofia natural de Aristóteles²⁵⁹. O evento foi muito comemorado devido à alta hierarquia social de D. Antônio, sendo encenada uma peça de teatro escrita e dirigida por Diogo de Teive. Outros eventos importantes foram as visitas do rei D. João III, da rainha D. Catarina e da infanta D. Maria à Universidade de Coimbra e ao mosteiro de Santa Cruz, em novembro de 1550²⁶⁰.

Entre as muitas atividades que cercavam a régia visita, D. João III mandou que trouxesse frei Antônio à sua presença. D. Antônio teria ajoelhado na presença do monarca e beijado suas mãos; o rei retribuiu, ajudando-o a levantar-se. Mandou-o sentar em uma cadeira para então conversarem. O bispo de Leiria tinha mandado frei Antônio preparar uma oração latina devido à visita do rei e este desejou ouvir seu sobrinho. Frei Antônio então pronunciou um panegírico a D. Afonso Henriques que, no convento, como sabemos, era verdadeiro objeto de culto. Feliz com o desempenho de seu sobrinho, D. João III mandou-o se recolher em sua cela²⁶¹.

Alguns dias após o encontro, em 17 de novembro, mais uma vez o monarca decidiu vistoriar o convento e mandou chamar novamente seu sobrinho para que, diante dele, defendesse as “conclusões” que estava preparando. Mais uma vez frei Antônio mostrou diante de seu tio suas habilidades, o que lhe rendeu o acompanhamento do próprio D. João III até a sua cela para, mais uma vez, conversarem. Ainda no dia 21, D. Catarina e a infante D. Maria (1521-1577) visitaram a cela de D. Antônio.

A visita causou em D. João III uma forte impressão, que enviou uma carta a D. Luís expressando a satisfação que tinha de ver a inteligência de seu sobrinho, sentimento compartilhado por diversos membros de sua comitiva real. Não deixava de ser esta visita a própria confirmação dos bons resultados que a reestruturação do ensino português – e uma esperança de renovação de uma corte em que todos os jovens estavam mortos. A visita e a satisfação do monarca foram motivo de orgulho e, ao

com grande exemplo de vida a acabou sanctissimamente o anno de nosso senhor de 1583 (...)”, p. 155-158.

²⁵⁹ BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 93.

²⁶⁰ Ibidem, p. 105-109 e CARVALHO, Joaquim de. *Obras Completas*. Vol. VI, Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, p. 331-346.

²⁶¹ O *Panegyris Alphonsi primi Lusitanorum Regis*. Coimbra: 1550. De acordo com D. Antônio Caetano de Sousa, o texto foi impresso por João Álvares. Nenhum exemplar sobreviveu.

mesmo tempo, preocupação do infante D. Luís. Este escreveu uma série de orientações de como frei Antônio deveria proceder após a honra recebida:

Elrei falou comigo, e mostrou-se mui contente de vos, e asi algumas pessoas de que me emformei. (...) E quanto ás honras que de sua alteza recebestes temo que há sobeja satisfaçam que disso levaríeis vos fizesse algum damno. polo que vos lembro que está em vossa mão serem essas principio de outras maiores, ou pollo contraíro perderensse essas com totalas outras, ho que não pode ser sem grande infâmia vossa e muito desgoto meu. Se quereis segurar e fazer que vão a diante, convem que trabalheis por sair dessa casa tam exercitado asi na religião como no estudo, que se veja manifestamente que tudo em vos pode caber. Doutra maneira nenhuma outra cousa vos aproveitarás e ho fruto que podeis colher de vosso descuido, quando nelle por alguma via cairdes, será ser a deshonra tanto maior, quanto é maior a esperança que de vos se tem.(...) Por que pois vos deus muy bom engenho, e tanta disposiçam, e aparelho *pêra serdes um dos mais famosos homens deuropa*, nom é rezãos que homens de baixa calidade estudando com muyto trabalho e pobreza vos levem a vantagem.[grifo nosso]²⁶².

As palavras do infante D. Luís foram proféticas, mas seu filho já tinha se tornado um homem e quando, finalmente, ganhou o título de Mestre em Artes, em 5 de maio 1551, com vinte anos, o seu pai começou a chamá-lo de D. Antônio²⁶³.

Mas naquela época, fora da paz do convento de Santa Cruz, uma verdadeira tempestade política assolava o reino e a Igreja. Naquele momento de crise, o infante D. Luís buscou na ordem dos jesuítas um caminho a seguir e, assim, o papel de seu filho seria readequado às novas necessidades do infante e do reino. Em julho de 1551, D. Antônio saiu de Coimbra para Évora para continuar seus estudos com os jesuítas.

²⁶² *Carta do Infante D.Luís a seu filho D.Antônio*. Almerim, 14 de dezembro de 1550. In: *O antiquario conimbricense*. N. 1 (Jul. 1841)-n. 9 (Mar. 1842 Coimbra: [s.n.], 1841-1842.

²⁶³ *Carta de D.Luís de 15 de Junho de 1551*. In: BRANDÃO, Mario, *op. cit.*, 1939, p. 121, nota (I).

3.6. A ascensão da Companhia de Jesus e o infante D. Luís

A decisão do infante D. Luís de seguir uma vida devota e ascética não era algo incomum, mas o seu isolamento em Salvaterra dos Magos não deixou também de ser o reflexo de sua situação política. Em 1540, com 34 anos e sendo um dos homens mais poderosos do reino, não tinha se casado e seu sonho de desempenhar um papel de relevo na política europeia se viu desfeito, pois não teria apoio nem de D. João III nem do seu antigo amigo, o imperador Carlos V.

Mas o infante D. Luís era um homem de grandes projetos, como revela o seu gosto pela arquitetura. Por mais simples que fosse a obra a ser construída, seja uma casa para o mercado de carnes ou um convento para uma pequena comunidade de religiosos, ela rapidamente se convertia em uma construção vultosa, a custos exorbitantes e quase sempre inúteis as finalidades originais, mas que revela o quanto ele se entregava completamente àquilo que desejava. Ao buscar fazer de si mesmo um exemplo de homem devoto e religioso, converteu a busca pessoal por salvação em um verdadeiro projeto para todo o reino – certamente inspirado pelo seu contato com a recém fundada ordem dos jesuítas que chegava ao reino em um momento de grandes dificuldades.

Do ponto de vista da política externa, D. João III sofreu mais do que qualquer monarca com as consequências negativas da expansão marítima portuguesa. Os novos e vastos territórios necessitavam ser evangelizados, pois, além de ser uma obrigação e motivo de orgulho dos reis portugueses, era uma forma de conservar as conquistas portuguesas²⁶⁴. Tal tarefa exigia um clero bem preparado e que aceitasse os perigos e sacrifícios do além mar, destino de pouco prestígio comparado com o norte da África.

No entanto, o papel de reino missionário chocava-se com a realidade encontrada nas ruas de Lisboa: no porto, mercadores do norte levavam produtos e traziam ecos da reforma protestante, escravos negros conviviam na casa dos grandes senhores e, por último, a presença de uma poderosa comunidade cristã-nova. Era um quadro que colocava em dúvida a imagem de reino cristão. Por sua vez, o clero encontrava-se moralmente fragilizado. A população estava insatisfeita com o comportamento dos religiosos – e a própria carreira eclesiástica era encarada apenas como mais uma forma de se nobilitar e não um compromisso de fé. A prole bastarda da nobreza encontrava seu lugar na sociedade através do alto clero, gerando situações de dispensas da condição de

²⁶⁴ BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 245.

ilegítimo e escândalos de todos os tipos, pois muitos eram filhos de religiosos ou também tinham herdeiros²⁶⁵.

Por último, em 20 de janeiro de 1540, D. Antônio, filho de D. João III, morreu; meses depois, em 21 de abril foi a vez do cardeal infante D. Afonso; e, em 20 de setembro, o infante D. Duarte. Foi neste clima fúnebre que chegaram a Portugal os dois primeiros jesuítas: Simão Rodrigues (1509-1579) e Francisco Xavier (1506-1552). Os padres começaram o seu trabalho praticando a confissão nos moços de câmara do rei, o que despertou a atenção da corte, recebendo pequenas tarefas como acompanhar os presos da Inquisição, batizar judeus e realizar pregações pela cidade²⁶⁶.

Possivelmente, a coroa portuguesa tinha como objetivo nestas tarefas testar seus futuros missionários antes de enviá-los para as Índias. A experiência foi tão bem sucedida que D. João III, tendo votos favoráveis da rainha D. Catarina, infante D. Luís e o cardeal D. Henrique, decidiu que os jesuítas deveriam fundar um colégio em Coimbra e outro em Évora para preparar novos missionários para o império português²⁶⁷. No entanto, o cardeal D. Henrique desconfiava dos jesuítas, pois sempre defendeu a absoluta obediência aos dogmas da Igreja, mesmo antes do Concílio de Trento. Em sua visão, os jesuítas eram apenas mais uma ordem religiosa, entre tantas outras, sem um histórico de atuação e, para piorar, alguns jesuítas tinha circulado pelo norte da Europa, e poderiam ter sido suscetíveis a influências protestantes.

Contudo, D. Henrique acabou sendo convencido por D. Luís, que após a experiência com os franciscanos começou a se voltar para os jesuítas, em grande parte pelas semelhanças entre este príncipe e os fundadores da Companhia – muitos eram homens desiludidos com a vida cortesã e buscavam um ideal maior²⁶⁸. Entre todos os jesuítas, foi Francisco de Borja (1510-1572) que se tornou a figura mais cara ao infante. Na correspondência entre o infante D. Luís e o futuro santo, o príncipe português revelava: “que fus palabras muchas vezes me fuenan a mis oreias, como fi las eftuviessse oyendo de Su boca: y conSidero Sus paSSos, como preSente le tuvieSSe”, ao ponto que se “V.R. de mi mandare alguna coSa, entienda que la harè com mucho guSto de complacerle en todo.”²⁶⁹.

²⁶⁵ RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo I, Porto: Apostolado da Imprensa, 1931, p. LVII-LXVIII.

²⁶⁶ Ibidem, p. 251-252.

²⁶⁷ Ibidem, p. 259.

²⁶⁸ POLÓNIA, Amélia. *D. Henrique*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 127.

²⁶⁹ *Carta do infante D. Luís à São Francisco de Borja*. 13 de julho de 1551. PORTUGAL, D. José Miguel João de. *Vida do Infante D. Luiz*. Escrita por D. Jozé Miguel Joaõ de Portugal, op. cit., 1735, p. 112-155.

O que ocorreu é que a desilusão e o desapego do mundo material protagonizada pelo infante D. Luís encontrou uma nova maneira de se expressar através dos jesuítas. A partir de então seus objetivos mudaram: continuava a ser um príncipe ambicioso e intrometido nos assuntos do reino, mas era alma e a consciência do seu povo que desejava influenciar e, talvez, diante de tantas ameaças que a fé cristã passava, fosse algo ainda mais perigoso o reino cair em mãos heréticas do que em mãos castelhanas.

Todo este quadro o levou a se aproximar ainda mais do cardeal D. Henrique. Assim como D. Antônio, D. Henrique não foi favorecido em seu nascimento. Era o oitavo filho de D. Manuel e, em tal situação, muito longe de ter as preferências por cargos, títulos e comendas destinados aos filhos varões mais próximos ao trono. Diante de D. João III, D. Catarina e das glórias alcançadas pelo infante D. Luís, D. Henrique ainda estava atrás de seu outro irmão destinado ao clero: D. Afonso (1509-1540). Foi a trágica sequência de mortes dentro da família real que o acabou levando a ocupar uma alta posição na hierarquia da Coroa.

Um forte laço de amizade uniu D. Henrique e seu irmão mais velho, D. Luís. Desde muito cedo D. Henrique quis em tudo imitar ou ajudar o infante D. Luís. Miguel de Moura revela que “hindo o Infante D. Luiz a Tunes o quisera acompanhar, se não fora clérigo, mas ajudou-o no que pôde, attentando por seus criados e casa”. Também existem testemunhos que D. Luís buscou ajudar o irmão obtendo cargos eclesiásticos como o de Cardeal, usando sua influência junto a Carlos V. Ainda, D. Henrique “Teve grandes trabalhos por morte de seu irmão o Infante D. Luiz, por lhe cumprir seu testamento, e attentar por seus criados e casa, e dobrarão-se-lhe por morte d’El-Rei D. João 3^o”²⁷⁰.

Portanto, na casa de Avis, duas linhas de força convergiram em torno de um mesmo projeto, o infante D. Luís e o cardeal D. Henrique uniram forças para levar adiante um projeto comum: a reforma espiritual do reino e a sua adesão completa à ortodoxia católica. Dentro deste plano maior, D. Antônio teria um papel fundamental.

²⁷⁰ *Chronica do cardeal rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840, p. 4 e p. 6 passim

3.7. D. Antônio entre os jesuítas (1551-1555)

Desde o começo da década de 40, a coroa portuguesa desejou instalar na cidade de Évora um colégio da Companhia de Jesus, pois aquela cidade começava a ser um local de residência quase permanente para a corte. No entanto, tal projeto não foi adiante devido aos trabalhos dos jesuítas em Coimbra²⁷¹.

Foi graças ao infante D. Henrique que tudo mudou. Após ser nomeado arcebispo de Évora, e a sua posterior ascensão ao cargo de Cardeal, os jesuítas ganharam o apoio necessário para retomar suas pretensões na cidade alentejana. O infante cardeal desejava criar uma nova universidade, alegando a falta de teólogos no reino, especialmente para as regiões mais ao sul do Tejo. Embora tenha sido esta a justificativa enviada a Roma, a sua intenção residiu na criação de uma elite religiosa com uma formação sob sua vigilância. Os jesuítas eram percebidos como instrumento de reforma espiritual do reino, que deveriam ser colocados em lugares estratégicos dentro da coroa e enviados por todo reino e, assim, garantido a obediência à ortodoxia cristã em Portugal²⁷².

O projeto ambicioso, e de fato levado a cabo pelo cardeal D. Henrique, tinha traços da presença do infante D. Luís, como afirma Amélia Pólonia:

Parece não restar dúvidas que a influência do infante D. Luís (...) teria sido decisiva para a iniciativa de D. Henrique de convidar a nova ordem religiosa para aumentar as hostes clericais da diocese de Évora, de que então era prelado, o que teria acontecido por volta de 1550 ou 1551, passando desde então os seus agentes a desempenhar importantes atribuições pastorais, que incluíam a confissão, a pregação, ou as famosas missões do interior, verdadeiras cruzadas de catequização e evangelização com que procuravam evangelizar de forma mais profunda as massas crentes²⁷³.

Anteriormente, o infante D. Luís tinha introduzido a Companhia no priorado do Crato e auxiliou cerca dez sacerdotes daquela comarca para estudos no colégio de Évora para, posteriormente, evangelizar aquelas terras²⁷⁴. Nos corredores do colégio o infante

²⁷¹ RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, p. 578-585.

²⁷² Inácio de Loyola percebeu rapidamente que a aproximação do infante D. Luís, embora sincera, também escondia o seu desejo de controlar a ordem, sendo necessário manter certa prudência. Ver. POLÓNIA, Amélia. *D. Henrique*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 65. Por outro lado, parece que a entrega do Colégio das Artes para as mãos dos jesuítas, igualmente, foi em grande parte graças à influência do infante D. Luís junto ao irmão, ou mesmo, como muitos suspeitam, o grande mentor do plano. Ver. BRANDÃO, Mario. *O Colégio das Artes*. Vol.II (155-1580). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 9.

²⁷³ POLÓNIA, Amélia, *op. cit.*, 2005, p. 32.

²⁷⁴ RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, Vol. 2, p. 307.

D. Luís e o cardeal D. Henrique eram presenças constantes, seja assistindo as aulas, seja observando o progresso dos seus projetos²⁷⁵. Mas pela idade de ambos e as incertezas quanto à continuidade da dinastia, era necessário alguém que continuasse a sua obra e que pudesse ocupar altos cargos na corte ao lado do rei, portanto, teria que ser alguém de absoluta confiança e inteiramente comprometido com o ideal de reforma religiosa do reino. A morte de quase todos os membros da família real e a fragilidade dos possíveis herdeiros fez de D. Antônio uma peça central na concretização deste projeto. Sua impecável formação seria agora coroada pelos estudos de teologia com um corpo de professores misto de jesuítas e alguns humanistas. Um dia substituiria o infante D. Henrique e quem sabe, como D. Luís desejou, ser o primeiro jesuíta a ocupar o posto mais alto da Igreja em Portugal²⁷⁶.

Para os jesuítas, a educação de D. Antônio era o laboratório da futura Universidade de Évora. Padre José Simão enviou, em 1551, um grupo de nove jesuítas para compor o quadro inicial de religiosos²⁷⁷. Os religiosos, como de costume, fizeram a sua pequena peregrinação com roupas esfarrapadas e muita pobreza, o que comoveu o duque de Bragança que então passava para ir a Lisboa, oferecendo-lhe um almoço. No começo de outubro de 1551, chegaram a Évora, residindo no mosteiro de São João, local que tinha sido do infante D. Luís e que deu, em 1530, as freiras de São João, ou Maltesas, mas que depois se mudaram para Extremoz. Este mosteiro foi comprado posteriormente pela Companhia, que naquela época era habitado por ninguém menos que o frei Antônio²⁷⁸.

Além da formação em teologia, D. Luís desejou que seu filho aprendesse com os jesuítas o comportamento virtuoso exemplar e esperava que persuadissem o jovem a se tornar um membro da ordem. Mas era necessário reforçar o quadro de professores, incorporando alguns mestres de D. Antônio, como Luís Álvares Cabral, Alfonso Barreto, Pedro Margalho. Em 1552, chegou um novo e talentoso dominicano, frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590).

²⁷⁵ Ibidem, p. 308.

²⁷⁶ *Chronica do cardeal rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura, op. cit.*, 1840, p. 8.

²⁷⁷ O grupo era composto por dois sacerdotes: padre Melchior Carneiro, nomeado reitor do colégio, e o Padre João Cuvillon; quatro estudantes de teologia: Afonso Barreto, Marçal Vaz, Miguel de Bairos e Pedro da Fonseca; e mais três coadjutores de nomes desconhecidos.

²⁷⁸ RODRIGUES, Maria Idalina Resina. “Frei Luís de Granada e a Companhia de Jesus”. In: *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs. XVI e XVII: Espiritualidade e cultura: actas do Colóquio Internacional, maio 2004*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Cultura Portuguesa; Universidade do Porto, Centro Inter-universitário de História da Espiritualidade, 2004, p. 449.

A escolha de frei Bartolomeu dos Martires é bastante reveladora, embora a opção principal de D. Luís tenha sido a do padre João Cuvillon²⁷⁹. Frei Bartolomeu não era um bolseiro, o que significava que estava livre das influências protestantes como desconfiavam dos antigos mestres de D. Antônio, mas sim um dominicano formado no convento de S. Domingos, tendo formação em Filosofia e Teologia. Tinha grande apreço por uma vida de disciplina rigorosa e de exercícios espirituais, admirador das virtudes de pobreza e caridade, o que logo o tornou próximo da Companhia de Jesus. Foi depois da educação de D. Antônio, quando recebeu o arcebispado de Braga, que tentou colocar em práticas as normas do Concílio de Trento – neste evento também teve um papel ativo²⁸⁰. Era um homem de perfil semelhante ao do cardeal D. Henrique e próximo de um meio termo entre os excessos dos jesuítas e o risco de contaminação de ideais heréticos que existia entre os antigos bolseiros do rei.

O curso era de teologia escolástica, sua pedagogia era de disputas escolares em que os alunos eram treinados nas ásperas discussões de seu tempo. Certamente, era um ambiente intelectualmente interessante, com professores oriundos do humanismo, defensores da ortodoxia católica e fervorosos jesuítas. Foi neste espaço que D. Antônio percebeu a grande diferença entre as crenças que adquiriu em sua formação. Temos um raro testemunho de como funcionava o processo e a participação de D. Antônio. Durante as solenidades da abertura do ano escolar de 1554, D. Antônio e seu tio, o cardeal D. Henrique, eram os convidados de honra do evento:

Pelas paredes pendiam não poucos discursos dos discípulos, muitos versos, em latim e grego, de vários metros, compostos pelos discípulos e pelos mestres. Os discursos eram uns em louvor da pobreza, outros da riqueza, outros do infante cardeal, e outros assuntos semelhantes. Além destes houve muitos outros que faziam os arguentes ao propôr os argumentos, de modo que se prolongou todo este ato por cerca de três horas. De tarde foi mais solene a função. Veio assistir o cardeal com seu sobrinho D. Antônio, e mais outros gentis homens, personagens doutas, religiosos e cônegos, que formavam numerosa assembleia²⁸¹.

²⁷⁹ O infante D. Luís requesitou ao próprio Inácio de Loyola a manutenção de Mestre João de Cuvillon para educar seu filho, impedido que ele fosse para Gandia, que, embora aceito o pedido, acabou se decidindo pela partida do mestre, tendo dado em certo período duas lições ao dia a D. Antônio. RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, p. 583-584.

²⁸⁰ CASTRO, Maria de Fátima de. “De Braga a Roma – Relíquias no caminho de D. Frei Bartolomeu dos Mártires”. In: *Via spiritus*, 8 (2001), p. 35-57.

²⁸¹ RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, Vol.II, p. 309.

Os planos do infante D. Luís e do cardeal D. Henrique, portanto, estavam indo muito bem. Em 21 de dezembro de 1554, D. Henrique, na condição de arcebispo de Évora, confere pessoalmente as ordens de evangelho ao sobrinho. Um destino glorioso ao jovem era planejado pelos dois irmãos. Mas não levavam em conta, e nem ao menos poderiam pensar em tal possibilidade, que D. Antônio não compartilhava de seus projetos.

3.8. Os planos *post-mortem* do infante D. Luís

A morte do infante D. Luís, em 27 de novembro de 1555, foi um dos acontecimentos mais importantes da vida política portuguesa no século XVI. O vasto patrimônio acumulado pela sua casa, quando dissolvido, poderia alterar todo o quadro político do reino. A situação era complicada, pois apesar de não ter casado, o infante D. Luís tinha um único filho em uma família praticamente sem jovens naquela altura. Por outro lado, a sua casa foi uma anomalia, era maior do que a casa de Bragança e, por diversos momentos, eclipsou a própria Coroa. Assim, a legitimidade/ilegitimidade de D. Antônio era um assunto da mais alta importância nas décadas antes da crise dinástica.

Como não poderia ser diferente, o infante D. Luís tinha plena consciência da importância de sua herança. Ao longo da década de quarenta, revisou diversas vezes o seu testamento e o confiou ao cardeal D. Henrique a sua execução. Acabou por nem ao menos citar D. Antônio e favorecendo o seu sobrinho, o senhor D. Duarte (1541-1576), filho do infante D. Duarte (1515-1540) com D. Isabel, filha do duque de Bragança D. Jaime e irmão da futura pretendente à coroa, D. Catarina (1540-1614).

Para a memória oficial da Coroa, a atitude do infante D. Luís era exemplar, como elogiou Pero Alcaçova Carneiro, justificando que D. Luís “pretendeo fazelo Patriarca”:

De todas as cousas que tinha da Coroa não quis nunca pedir alguma dellas para este filho, tendo nestes reynos e nos extranhos tantos exemplos do que Reys e infantes usarão e fizerã não com filho naturaes, mas ainda com outros de pior nascimento, e tanto guardou esta ordem que nesta parte mais se lembrou em seu testamento do que podia cumprir ao Senhor Dom Duarte seu sobrinho no que para elle pedio das cousas que por sua morte vagavão, do que podia ser necessário ao senhor Dom Antonio seu filho²⁸².

No entanto, os inimigos políticos do infante D. Luís equivocaram-se quanto a esta exclusão do seu único filho. Na grave situação política que o reino então passava, o senhor D. Duarte, com quinze anos na época da morte do infante, era o único varão da aliança entre a casa de Avis e Bragança e, certamente, a derradeira esperança dos partidários de um candidato natural do reino contra um rei castelhano. O seu fortalecimento era necessário na disputa política pela coroa com a casa de Hasburgo. O

²⁸² *Lembrança do Infante Dom Luis por Pêro de Alcaçova* In: DESWARTE-ROSA, Sylvie, *op. cit.*, 1991, Anexo I, p. 278.

seu pai, o infante D. Duarte, pelo que as fontes sugerem, tinha uma grande ligação com seus dois irmãos, pois “Teve grande respeito a seu irmão o Cardeal D. Henrique, de tal sorte, que até a acções pueris, ou indifferentes sempre punha diante, o que diria o Cardeal”²⁸³. Por sua vez, o senhor D. Duarte, em seu testamento, confessa que:

Do Senhor Cardeal ter sempre tão particular cuidado da minha vida me nace cuidar, que o terá muito mayor da minha alma porque com ella o servi, e amei sempre (...) lembrandose, que com as mercer, e favores de S.A. me criei e que com ellas me sostentei ate agora²⁸⁴.

O que não significava a exclusão de D. Antônio do poder, pelo contrário. Podemos vislumbrar qual era o desejo do infante graças a uma correspondência entre D. Henrique e o secretário de estado, Miguel de Moura. Na missiva, o cardeal conta que quando o sobrinho o visitou no Natal de 1579, o alertou do “estado que estavam tam perigozo para sua Alma”, pois este somente se interessava pelas rendas que carreira de eclesiástico fornecia, esquecendo que o seu pai quisera que ele seguisse este caminho para que “fosse virtuoso e muito bom letrado e fazer muito serviço a N.S. ajudar muito nas cousas spirituais ao Rey destes Reynos”²⁸⁵.

Na mente do infante, D. Duarte ocuparia o seu papel na corte como condestável e príncipe herdeiro e D. Antônio seria o conselheiro espiritual, por sua vez, o sucessor do cardeal D. Henrique. As fontes que fazem referência constante ao fato que D. Henrique considerava o sobrinho como um filho, o que significa, além de afeição, uma continuidade política. Mas ocupar tal posição exigia que fosse alguém de absoluta confiança, que somente o sangue poderia garantir, e totalmente dedicado à causa da ortodoxia católica. Era o que se esperava de D. Antônio após os seus anos junto com os jesuítas.

²⁸³ SOUSA, D. Antônio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo III. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947, p. 250.

²⁸⁴ *Testamento do Senhor D. Duarte autentico*. In: SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo II, Parte II, 1947, p. 244-246.

²⁸⁵ *Carta do cardeal D. Henrique a Miguel de Moura, secretário de estado*. Évora, 1 de janeiro de 1578. Apud. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra Vol. XXIV*. Coimbra: 1960, p. 233-236.

3.9. Os planos de D. Antônio

Após a morte do seu pai, D. Antônio declarou que pretendia renegar os votos recebidos e assumir o estatuto de cavaleiro da ordem de Malta, justificando tal decisão afirmando que a carreira clerical foi-lhe imposta. Trata-se de uma decisão radical naquele mundo, pois a questão vocacional não era relevante e a ordem dos pais ou familiares mais velhos era uma imposição inquestionável, especialmente dentro da família real. O que teria levado então este jovem clérigo de 25 anos a tomar uma atitude tão drástica?

A historiografia debateu longamente o problema, ora reafirmando a tese da questão vocacional, ora tomando tal decisão como prova incontestável de sua ambição sem limites. Mas as duas posições não parecem satisfatórias. D. Antônio nunca teve qualquer problema com a vida religiosa, era um jovem feliz no mosteiro de Santa Cruz e suas principais amizades eram com outros religiosos, mesmo a sua biblioteca revela um gosto por obras religiosas, especialmente salmos, e não romances de cavalaria. Por sua vez, a sua suposta ambição tão pouco nos ajuda, pois seu pai e seu tio prepararam-lhe um caminho direto para o poder e não seria difícil que fosse ele o sucessor do cardeal D. Henrique. Portanto, devemos buscar outros motivos para essa sua rejeição.

Primeiramente, devemos levar em consideração o quanto era problemática, naquela sociedade, ser excluído da herança paterna, pois não eram apenas os bens que se herdava, mas também o prestígio e a posição dos pais naquela sociedade. Assim, naturalmente, D. Antônio se enxergou como vítima de uma grande injustiça e para voltar a usufruir do estado de seu pai, o primeiro passo era pertencer ao estado secular.

Mas para muitos não existia nenhum interesse em alguém ocupar o papel do infante D. Luís. Manter D. Antônio na carreira eclesiástica até a sua morte era a única maneira de definitivamente acabar com a casa do infante D. Luís e tirar alguém potencialmente perigoso do jogo político, pois, além de não poder se casar ele também estaria preso a estrutura da Igreja, isto é, do cardeal D. Henrique. Não era, portanto, uma questão de consciência que fez com que a rainha D. Catarina fosse intransigente na questão da sua manutenção no estado religioso.

Por outro lado, devemos sempre levar em consideração é que D. Antônio estava no epicentro das profundas mudanças culturais que o reino passou no século XVI. Sua educação deu-se entre um misto de humanismo cristão e a ortodoxia católica. Assim, ambas as formações deveriam ter entrado em conflito conforme o clima intelectual

tornava-se mais fechado. A vida religiosa que seu pai e seu tio planejavam em nada se assemelhava àquela que ele conheceu em Coimbra, pois D. Antônio fez parte de uma geração de estudantes que reagiu negativamente a entrada dos jesuítas e da ortodoxia católica no reino.

Inicialmente, a recepção das outras ordens religiosas aos jesuítas foi cordial, pois a vontade de mudança era um sentimento compartilhado entre muitos humanistas portugueses, entre eles, Jerônimo Osório. E dentro do projeto de reforma de ensino da coroa, os jesuítas eram apenas um pequeno grupo destinado a uma tarefa de pouco prestígio, portanto, sem maiores perigos para as outras ordens. Mas logo esta relação cordial tornou-se de aberta hostilidade, em grande parte pelas práticas de mortificação, humilhação pública e desprezo pelo mundo²⁸⁶. Uma das primeiras práticas que despertou a atenção eram as peregrinações, baseadas nas longas marchas feitas pelos fundadores da Companhia para a Terra Santa, que tinha como objetivo habituar os jovens a passar fome e a se acostumar com todo tipo de privação, como o usar roupas esfarrapadas – em uma sociedade que o vestuário tinha uma função de grande importância para a identidade. Muitas famílias que entregaram seus filhos aos cuidados da Companhia ficavam chocadas ao ver a situação dos filhos, maltrapilhos e esfomeados, mas alegres por servir a Cristo²⁸⁷. Por sua vez, muitos estudantes zombavam dos jesuítas quando passavam pelas ruas de Coimbra²⁸⁸.

Em 1547, os jesuítas começaram a ser um incômodo dentro da Universidade de Coimbra. Foi em um clima de hostilidade que se deu a construção do Colégio dos Jesuítas²⁸⁹. A coroa, desejosa de ver concluído este projeto, autorizou que os padres se apropriassem dos terrenos, casas e muros necessários para a construção do colégio. De acordo com um relato dos próprios jesuítas:

De uma parte os da cidade murmuram que lhe tomamos os muros e os caminhos; mas já agora estão apaziguados e nossos amigos. De outra parte os nobres do reino contradizem, quanto podem, a se fazer, dizendo que el-rei tudo gasta com frades, e que deixa de prover os lugares de além, que foram ganhados com o sangue de seus antepassados. De outra parte também frades, umas vezes em púlpitos e outras via que podem, nos contrariam. Os dias passados os de Santa

²⁸⁶ RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo I, Porto: Apostolado da Imprensa, 1931, p. 358-369.

²⁸⁷ Ibidem, p. 362.

²⁸⁸ Ibidem, p. 365.

²⁸⁹ Ibidem, p. 406-418.

Cruz nos mandaram embargar as obras com grandes penas, alegando, que lhes fazemos com elas sujeição²⁹⁰.

Em 1549, os vereadores reunidos na câmara de Coimbra reagiram violentamente aos jesuítas, primeiro retomando os caminhos que foram invadidos pelas obras do colégio e depois, tentando embargá-la. Inutilmente, pois era uma vontade da Coroa a sua edificação – D. João III mandou dar prosseguimento as obras. Não satisfeitos com a tal decisão, os vereadores levantaram pregões para derrubar os muros do colégio.

Os cônegos regantes do mosteiro de Santa Cruz também entraram em conflito, pois a construção ocupava espaços pertencentes ao mosteiro, ameaçando, além de embargar a obra, punir os jesuítas com penas eclesiásticas²⁹¹. O conflito era uma manifestação de um problema já existente entre os crúzios e os jesuítas. Um dos motivos era que os próprios alunos, muitos filhos da alta nobreza do reino, viam no comportamento dos jesuítas algo indigno de sua posição social e, portanto, com algo inferior. Mesmo os jovens que se mostraram entusiasmados com a devoção dos jesuítas, e até mesmo indo para o colégio, acabaram por se arrepender quando obrigados a realizar ofícios mecânicos, entre eles, ajudar na construção²⁹². Mas alguns não retomavam e representavam perdas importantes. Sendo célebre a fuga de D. Teotônio, irmão do duque de Bragança. D. Teodósio, fugiu do mosteiro de Santa Cruz para entrar no colégio jesuíta – o que enfureceu a sua família ao ponto dos jesuítas temerem o fim de suas atividades. No entanto, graças à família real que protegeu o rapaz e acalmaram os Braganças, D. Teotônio conseguiu a permissão para ficar no colégio²⁹³.

Foi nesta época, no auge dos conflitos entre as duas instituições, que se deu o estudo de D. Antônio no mosteiro de Santa Cruz (1549-1551). A educação de D. Antônio ocorreu dentro dos preceitos do humanismo cristão em que a sua condição de nobre sempre foi preservada: caçando, usando roupas, consumindo móveis caros, praticando música, tudo condizente com sua alta hierarquia. D. Antônio compreendia a carreira eclesiástica apenas como mais uma forma de exercer a sua condição de nobre.

²⁹⁰ Carta de Melchior Nunes Barreto ao Padre Santa Cruz, 27 de setembro de 1547. In *Litterae Quadrimestres ex universis praeter Indiam et Brasiliam locis, in quibus aliqui de Societate Jesu versabantur, Romam missae*. Madrid, Vol. I, 70, 1984-1925. Apud. RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, p. 411-412.

²⁹¹ RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, p. 415-116.

²⁹² Ibidem, p. 409.

²⁹³ Ibidem, p. 438-441.

Mas os tempos estavam mudando e ser eclesiástico não era apenas mais um modo de via, e sim um dever sagrado²⁹⁴.

Em suma, a decisão de D. Antônio é o resultado de uma situação muito complexa e não apenas uma questão vocacional ou de sua ambição.

Devemos levar em consideração o quanto esta busca por ocupar o papel de seu pai era algo natural naquela sociedade – no caso de D. Antônio, o fato de ser filho único, mesmo ilegítimo, dentro de uma família real quase sem membros jovens, praticamente o obrigava assumir o papel do infante D. Luís. Além do mais, muitos agentes políticos que conseguiam interferir nos assuntos do reino graças à influência do infante D. Luís, como os cristãos-novos ou algumas famílias da nobreza, desejavam que este canal continuasse a existir.

No entanto, não era aquilo que a família queria, pois planejava para D. Antônio uma carreira religiosa dentro de um projeto maior de reforma espiritual do reino. Mas estas mudanças na orientação cultural do reino afetaram profundamente a geração de D. Antônio, cuja formação e valores estavam sendo atacados pela Coroa e pelas forças da ortodoxia católica.

D. Antônio, criado no culto heroico de Afonso Henriques e entre os pensadores do humanismo cristão português, ao trilhar o caminho da desobediência, aventuras amorosas e obter por todas as formas o prestígio da corte, apenas estava fazendo aquilo que tantos outros nobres, como seu pai, sempre fizeram. O problema que tal comportamento se antes era visto como um modelo, agora representava tudo que estava de errado naquela sociedade.

²⁹⁴ “A partir de 1564 (e mesmo antes), o ser eclesiástico já não deve ser apenas um modo de vida como qualquer outro. No interior da própria organização eclesiástica as coisas começam mudar. Passa a exigir-se uma dedicação pastoral e disciplinadora que deixa de se limitar à fruição pacata dos bens terrenos. Começa a exercer-se uma forte pressão sobre as populações, vigiadas e controladas a cada passo. São os registros de batismo, casamento, e enterro (decretados, mas pouco cumpridos até então). São as [verificar] de confessados. São as visitas pastorais, com os seus exames ao comportamento social e sexual dos fregueses”. MAGALHÃES, Joaquim Romero. A sociedade. In MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Vol. III, Lisboa: Estampa, 1993, p. 484.

3.10. Parecer o que não é: A legitimação de D. Antônio (1555-1557)

Outro motivo que deu forças a decisão de D. Antônio foi o fato que o próprio D. João III acabou por legitimá-lo no final de seu reinado, pois na década de cinquenta, o monarca se encontrava doente e seu filho, D. João, pai de D. Sebastião, morreu em 1554, e no ano seguinte, o infante D. Luís²⁹⁵. Assim, aquele sobrinho jovem e saudável, cujo encontro no mosteiro de Santa Cruz demonstrou possuir uma grande inteligência, era uma esperança em uma corte envelhecida e marcada pela morte trágica de seus membros. Por sua vez, D. Antônio nunca esqueceu o tratamento dispensado pelo tio, relembrando o cardeal D. Henrique de como foi tratado pelo monarca: “Creyo que V: A faria se elRey dom Ioaõ quem esta em gloria Vosso Irmaõ uos pudera dizer com quanta [h]onra eu fui sempre delle tratado”²⁹⁶.

Ao lembrar o cardeal rei D. Henrique, durante a crise dinástica, D. Antônio indiretamente fez uma referência ao fato de que D. João III o acolheu na corte e o tratou como filho legítimo de seu irmão²⁹⁷, pois foi justamente com a permissão régia que D. Antônio retirou do brasão a barra que sinalizava a sua condição de bastardo – o que significa ser legitimado²⁹⁸. É interessante acompanhar como se deu este processo.

Após a morte de seu pai, D. Antônio solicitou a Francisco de Holanda que procedesse na criação de seu brasão. Este, de maneira muito inteligente e erudita, não indicou a bastardia com uma barra, como era a lei da época. Assim, o brasão ficou praticamente idêntico ao do infante, apenas a “diferença em campo preto, com a cruz branca de S. João”²⁹⁹, em substituição da quebra de bastardia e da identificação paterna. Em seguida, Francisco de Holanda tem uma audiência privada com D. João III a respeito do assunto, que ficou muito satisfeito e aprovou o brasão, apenas lamentando

²⁹⁵ BUESCU, Ana Isabel, *op. cit.*, 1998, p. 340.

²⁹⁶ *Carta de D. Antônio ao cardeal-rei D. Henrique (Dezembro de 1579)*. Apud. SOARES, Pero oiz, *op. cit.*, 1953, p. 127-130.

²⁹⁷ Eis um argumento insistente na crise dinástica, como, por exemplo: “E ElRey D. João o 3.º que Deos tem e ElRey Dom Sebastião seu neto, e ElRey Nosso Senhor o tem por tal, e se servirão dele em sua corte, como de pessoa de seu sangue, e tão conjunto. Polloque, a inda que outra razão não tivera por este tratamento sepodia reputar por legitimo e assim sucessor”. CORREA, Luis. *Tratado da Sucessão destes Reynos de Portugal*. Coimbra. S. 1, 1579, p. 26. In: FERNANDES, Maria *O Rei D. Antônio*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944.

²⁹⁸ *The Explanation of the true and lawfull right and title, of the moste excellent prince, Anthonie the first of that name, King of Portugall, concerning his warres, againste Phillip King of Castile, and against his Subiectes and adherents, for the recouerie of his kingdome. Together vvith a briefe hiftorye of all that hath paffed aboute that matter, vntill the yeare of our Lord 1583*. Leyden: Chriftother Plantyn, 1585, p. 8.

²⁹⁹ Sobre o assunto, ver a erudita análise de MATOS, Jorge de. *O Pintor Francisco de Holanda e as Armas do Prior do Crato – Uma reflexão Epistolográfica. Separata de Tabardo Nº 1*. Lisboa: Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Universidade Lusíada – Livraria Bizantina, 2002.

não ter feito algo parecido para o seu filho ilegítimo D. Duarte. Foi algo arriscado por parte de Holanda, pois uma extensa legislação existia a respeito do uso de brasões e qualquer erro poderia resultar em prisão ou mesmo desterro do artista³⁰⁰.

A partir de então, a questão da bastardia de D. Antônio estava resolvida e para todos os efeitos ele passou para o campo dos legítimos membros da família real. Mas D. João III reforçou esta condição graças a um gesto de ousadia: ao definir para o sobrinho um local privilegiado no cerimonial da corte, ao lado direito do rei e sentando em cadeira rasa ou almofada, que significava preceder aos duques de Bragança, pois era uma posição superior ao senhor D. Duarte, filho do infante D. Duarte, que ficou do lado esquerdo³⁰¹. D. Antônio assim ganhou a condição de *legitimado*, que era diferente dos filhos *legítimos*. Era reconhecido como o filho de D. Luís, mas não como fruto de um casamento reconhecido – era um meio termo que poderia ser explorado tanto por D. Antônio como pelos seus inimigos na disputa por cargos, mercês e privilégios. Com D. João III ao seu lado, uma carreira de glórias parecia ser o caminho natural para o prior do Crato.

No entanto, com a morte do seu protetor, as forças contrárias a D. Antônio agiram de maneira a retirar este seu novo estatuto, como podemos observar durante o conflito entre D. Antônio e seu primo, o senhor D. Duarte, pela precedência na corte e pelo título de Excelência.

O momento e causas do conflito serão investigados na sessão subsequente; aqui apenas tentaremos investigar a maneira pela qual os juristas da Casa de Bragança classificavam D. Antônio. A discussão está centrada na validade de D. Antônio poder usar o título de Excelência e ter precedência nas cerimônias públicas sobre o senhor D. Duarte. D. Antônio argumentava que D. João III tinha o legitimado, assim como a corte espanhola e o próprio rei D. Sebastião, que o tratavam como Excelência, algo exclusivo dos filhos legítimos dos infantes e que acarretava na modificação do seu posicionamento social, pois permitia ter acesso a herança de seu pai (o que incluía muitos títulos cobiçados pela Casa de Bragança) e talvez, a própria sucessão do reino. Desta forma, os juristas da casa de Bragança elaboraram uma representação contra D.

³⁰⁰ “Com efeito, no ordenamento gráfico das armas do Prior do Crato, Francisco de Holanda aplicara logicamente a principal legislação heráldica alusiva vigente, o *Regimento ou Ordenança de Armaria* de 1512, além das Ordenações régias de 18 de Julho de 1512 e do Livro II, Título XXXVII, Artigos n.ºs 3 e 5 a 9, de 31 de Março de 1520”. Idem, p. 8-9.

³⁰¹ BNL, Ms. n.º 886; pág.887 e segs. Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 38-39.

Antônio em que se discute, com grande riqueza de detalhes, qual era, afinal, a sua posição dentro daquela sociedade.

A estratégia dos juristas foi comprovar que, em qualquer hipótese, D. Antônio não tinha direito a nada. Mesmo que o seu pai tivesse se casado, ele continuaria a ser ilegítimo³⁰², e, por sua vez, a legitimação não lhe garantia qualquer privilégio, pois nenhuma graça poderia ser conferida caso prejudicasse um terceiro, neste caso, o senhor D. Duarte que pela linha sucessória o precedia³⁰³.

Ainda neste documento, podemos extrair a forma pela qual os ilegítimos eram percebidos, pois apesar tudo que possa ser feito em relação a sua legitimação, a bastardia era uma marca impossível de se retirar – era como algo diabólico que criava uma ilusão:

Que sendo tudo tão conforme com o Direito Civil, e Canonico, em que os naturaes (ainda que sejam legitimados) não succedem de rigor nos feudos; e ainda quando são legitimados não podem succeder em feudo nobre, nem menos podem ser admittidos a Beneficio Ecclesiastico, e principalmente Bispado, sem dispensa do Papa; e por esta mesma razão he assentando em Direito, que os filhos naturaes de pessoas illustres, ainda que sejam legitimados, não gozão de nobreza, e prerogativas de seus pays, por serem semelhantes à ferida curada, em que sempre fica sinal na cicatriz; comparando-os também à Alquimia, que faz parecer o que não he³⁰⁴.

O que surge desta fonte é o problema causado naquela sociedade pela indefinição de estado social dos bastardos. Por último, e não menos importante, pois este é uma questão que está em jogo na década de sessenta, temos a invalidação de qualquer pretensão de D. Antônio à Coroa.

³⁰² “E que tambem o Infante não podia casar a mãy de D. Antonio pela incomparável differença, e grandisissima desigualdade, pelas quaes razoens o Direito Civil o impugnava. Não obstando allegarse, que o Infante obtivera dispensas para o tal casamento, porque esta não teve effeito, e sómente podia obrar casando, mas que sem o Matrimonio, todos os filhos, que tivesse eraõ espúrios, e inhabeis, pois a estes se não podia estender a graça da dispensa, cujo effeito sómente se conferia ao Matrimonio e aos filhos, que delle nascessem; e assim não podia D. Antonio valer-se das prerogativas, e honras de seu pay”. In: SOUSA, D. Antônio Caetano, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo VI. Coimbra: Atlântida Livraria Editora. 1737, p. 86-87.

³⁰³ “Que o fundarse D. Antonio, em que fora legitimado, e que assim devia ser reputado como nascido de legitimo Matrimonio, padecia graves contradicções; porque nenhuma graça se pode conferir em prejuízo trave de terceiro; e para ser convencido esta razão (que he o capital fundamento, em que fundava a sua pertença) basta somente mostrar, que se a legitimação o fizera verdadeiramente legitimo, devia de preceder pela especialidade da linha ao Senhor D. Duarte como filho de Infante, primeiro, e mais próximo à Coroa”. SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo VI, 1737, p. 88.

³⁰⁴ Ibidem, p. 88.

Do que se convencia, que tudo o que por parte de D.Antonio se allegava de ser parente mais chegado, lhe não servia, porque essa razão sómente aproveitava aos que por Ella tinhaõ mais provável esperança de succeder no Reyno, a qual por direito algum não podia ter Dom Antonio, ainda que a sua legitimação o habilitasse para todas as dignidades, porque se não podia estendenr às soberanas, como he a Real, pelo que estava não só determinado, mas em pratica de o preceder o Senhor D.Duarte³⁰⁵.

Evidentemente que diante do problema da sucessão e a jovem idade do monarca, já se manifestava o desejo de muitos em ver D. Antônio como rei de Portugal.

³⁰⁵ Ibidem, p. 90.

3.11. D. Antônio contra os regentes (1557-1565)

Após a morte de D. João III, em 11 de junho de 1557, o reino reuniu-se em cortes para decidir os rumos da regência, pois D. Sebastião era apenas uma criança, a rainha D. Catarina, auxiliada pelo seu fiel secretário de estado, Pero de Alcaçova Carneiro, assumiria o poder até a maioridade de D. Sebastião, embora com resistências.

O jogo político ficou polarizado entre a rainha e o cardeal D. Henrique, mas não se deve nesta primeira fase exagerar tal oposição. A relação entre ambos obedece à preservação de linhas de atuação maiores, como as necessidades da Coroa e da aplicação das medidas do Concílio de Trento. Por sua vez, D. Henrique preocupou-se em consolidar-se no poder, conseguindo a criação da Universidade de Évora, confiada aos jesuítas em 1559. Cercou-se dos instrumentos para prosseguir sua reforma religiosa no reino, embora as forças contrárias à presença castelhana na corte, ou que se valiam disso como justificativa, tinham no cardeal uma alternativa a regente, pois, assim como seu irmão D. Luís, era um opositor da presença castelhana. Também se observa a resistência de algumas casas senhoriais, como Bragança e Aveiro e dos poderes locais. Mas a personalidade forte e a habilidade política da rainha, junto do seu secretário, garantiram o controle do reino durante a regência.

Para D. Antônio, a morte de seu tio colocou fim ao seu breve protagonismo político. D. Catarina sempre foi uma opositora do infante D. Luís e não seria diferente em relação ao seu filho. Dentro da família real, o seu protetor natural era D. Henrique, mas perdeu este apoio devido à sua renúncia à vida eclesiástica. Nesta situação politicamente delicada, D. Antônio procurou perseguir um a um os bens de seu pai e assim recompor a sua casa. Podemos reconstituir esta busca a partir de suas posses, ou seja, o que efetivamente acabou conseguindo. De acordo com D. Antônio, os rendimentos que “tinha antes de Rey” eram: o priorado do Crato, Pombeiro, três contos e meio de tença dadas pela Coroa de Portugal, a comenda de Leça e também afirmou que o seu pai lhe deixou o padroado da Condessa de Marialva³⁰⁶.

Algumas perdas eram inevitáveis, mesmo que fosse legítimo, devido à natureza jurídica de certos títulos e comendas, como o ducado de Beja, que foi incorporado novamente à coroa, pois era privilégio dos filhos segundos do rei. De todos os títulos de

³⁰⁶*Testamento original do Senhor D. Antonio*. Paris: 10 de julho 1595. SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo II, Parte II, 1947, p. 153-158.

seu pai, o mais desejado era o de Condestável do reino, mas tal foi dada para o senhor D. Duarte, por desejo do próprio infante, iniciando assim um longo conflito com o primo. Destituído dos dois principais títulos que seu pai teve em vida, D. Antônio rapidamente ficou endividado³⁰⁷ e exigiu de D. Catarina um novo benefício ou pensão fixa para residir na corte. Certamente, o mal estar causado na sociedade portuguesa, por ver o filho do infante D. Luís endividado e privado dos bens do seu pai³⁰⁸, fez a rainha conceder as rendas do mosteiro de Pombeiro entre 1561 e 1564³⁰⁹. Mas a regente e seu tio não aceitavam a ideia de ele vir a participar da corte portuguesa e o aconselharam, para pagar suas dívidas e parar de gastar tanto dinheiro, a recolher-se em um mosteiro, o que, de fato, ele o fez, ficando três meses em Penha Longa, sendo depois convocado, mais por obrigação do que desejo dos regentes, para as cortes de 1562-1563.

As cortes foram um momento de grande importância para a história do antonismo. Primeiramente, muitos estavam incomodados com a situação do reino. Após os inícios dos trabalhos, ocorreu a exposição da crise da monarquia portuguesa por D. Afonso de Portugal, conde de Vimioso e vedor da fazenda. Também o povo, isto é, as elites municipais encabeçadas pela câmara de Lisboa, demonstraram a sua clara hostilidade à presença castelhana que deveria ser afastada da corte e da educação de D. Sebastião. No capítulo 6º, das cortes se exigiu “Que case ElRey, posto que não tenha idade, e seja em França, e a mulher traga logo, e se crie neste Reyno”, o que demonstra o descontentamento com o alinhamento automático do reino em relação à Monarquia Espanhola. Embora o cardeal D. Henrique fosse o nome certo para a regência, existiu

³⁰⁷ As dívidas não parecem ser fruto de um modo de vida dispendioso, embora seja conhecido o quanto este grupo social não tinha pudores em gastar somas exorbitantes para manter os sinais distintivos de sua condição social (roupas, jóias, etc.), mas também o fato de ter subidamente que asusmir o priorado do Crato e a rede de clientelar de seu pai, sem ter acesso a todos os bens.

³⁰⁸ Isto se expressa através de D. Francisco Pereira, embaixador português em Madrid, numa carta dirigida a D. Sebastião: “(...) V.Alteza o devia mandar entreter onde estiver, e fazerlhe a merce, que lhe tem prometida, pois vê o que tem he impossivel bastarlhe. V.Alteza me perdoe pelo amor de Deos fallarlhe tão apresionadamente ao Senhor D.Antonio, porque assi pela obrigação, que tenho a vosso serviço, como pelas razões, que tenho ditas por filho de seu pay, nem pude deixar de o fazer”.Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 49.

³⁰⁹ Sobre o Couto de Pombeiro, diz-nos a *Corografia Portuguesa*: “Por morte do Commendatario Dom Antonio de Mello& Sampayo pedio a Rainha Dona Catherina (...) ao Papa Paulo IV o Mosteiro de Pombeiro para o reformar, & concedendolhoelle, foraõ tantas as petiçoens, que fe fizeraõ à dita Rainha, que a obrigarão a tornallo a peder a S.Santidade para o Senhor D.Antonio, filho do infante Dom Luis, Duque de Beja, mas o Papa lembrandofe que Ella lho tinha pedido para o reformar, lhe refpondeo que já que o não o reformava, o queria Dara hum feu Nepote, que foy S.Carlos Borromeu, o qual poffuindo-o pouco tempo, o renunciou com penfao de três mil cruzados no dito fenhor D.Antonio pelo annos de 1564”, p. 124. No entanto, existe um instrumento de posse, datado de 1561, que afirma que desde aquele ano D. Antônio poderia assumir o Mosteiro de Pombeiro. Ver ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 104, nº 76.

uma grande oposição à sua pessoa. Para equilibrar o jogo político, um Conselho de Estado foi sugerido e sua composição seria a de:

Capítulo 7º: Que escolhão doze para o Conselho, Portuguezes e não Estrangeiros, e algum que entenda de guerra, que sejam eleitos nas Cortes, e que entrem os Duques, e o Senhor D.Duarte, e o senhor D.Antônio, e que no Conselho não haja precedencias no votar, nem nos assentos³¹⁰.

A exigência que D. Antônio participasse dos assuntos do Conselho de Estado revela a existência de uma linha de força dentro da política portuguesa que ao mesmo tempo era contrária à rainha e ao cardeal e que via D. Antônio como uma liderança natural. Também a exigência pela defesa do Marrocos, e o posterior interesse de D. Antônio por aquelas regiões, reforçam ainda mais os laços de união entre estes grupos³¹¹.

Os regentes, no entanto, foram implacáveis com as pretensões de D. Antônio. As cortes, além de serem os órgãos de deliberação máximo no reino, eram também os locais de representação dos poderes – foi naquele momento que a curta trajetória de legítimo de D. Antônio foi suprimida. Durante a cerimônia de reunião das cortes, uma das primeiras atitudes de D. Catarina foi rebaixar a condição de D. Antônio no cerimonial: este se sentaria à direita, no segundo degrau do estrado real, enquanto o senhor D. Duarte foi destinado a um lugar sobre o estrado real, à esquerda. O que causou profunda indignação por parte de D. Antônio, exclamando:

que não convinha a Sua honra, que se lhe tirasse a sua cadeira como a Sempre tivera e no lugar em que a tivera que era abaixo do P. Dom Duarte, que se hiria fora deste Reyno, e se perderia, dizendo que muito maior diferença era a da Almofada que lhe davão à cadeira que já tinha da que havia o filho natural que elle era de seu Pay a Ligitimo³¹².

D. Antônio não hesitou e se retirou para Belém. O cardeal D. Henrique enviou D. Aleixo de Menezes para entregar-lhe uma carta para que não abandonasse o reino, lembrando do seu pai e do amor que ele tinha para com o sobrinho. O aio encontrou

³¹⁰ Apud. VELLOSO, Queiroz. *D.Sebastião* (1554-1578). 2 ed. Lisboa, Empresa nacional de Publicidade, 1935, p. 62-64.

³¹¹ No entanto, o cardeal D. Henrique continuou a fazer firme oposição, não respeitando as exigências da corte e excluindo D. Antônio do Conselho de Estado.

³¹² Pero de Alcaçova Carneiro, 1562. BNL, Ms., nº 886; p. 887 e segs. Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 38-39.

D. Antônio já em Salvaterra dos Magos, antigo refúgio de seu pai em tempos de crise, onde esperava que a rainha revisse a sua posição, que ele a considerava uma afronta.

Pero de Alcaçova Carneiro transcreveu algumas cartas que D. Antônio enviou naquela época em que fica evidente a sua desistência de ocupar, durante as regências, um papel de destaque na corte, escrevendo ao então jovem rei, com oito anos na época, “a afronta que a Raynha vossa Avo fes parecer diante de V.A”, na esperança que com a ajuda de Deus “lhe revelaria os merecimentos, e Serviços tam Leaes como foraõ os por meu Pay feitos ao vosso e a vontade grande de com outros iguais a esses merecer”³¹³. Era um recado para os servidores do rei, e para a própria regente, que em um futuro breve voltaria a reivindicar os seus direitos. Em outra carta, esta endereçada à rainha, escreve que “mas deve V.A. de crer que fique a determinação della [da afronta] para quando S.A. determinar o lugar que por filho de meu Pay, e por seus merecimentos, e meus me he devido”³¹⁴.

A afronta era grande porque a rainha forçou-o a ocupar uma posição abaixo do senhor D. Duarte, homem pelo qual nutriu enorme ressentimento, pois seu pai favoreceu o seu primo mais do que ele que era seu filho, representando assim uma ameaça ao seu desejo de ocupar o mesmo espaço que foi de seu pai. O senhor D. Duarte, em 12 de maio de 1557, foi nomeado por D. João III condestável do reino, o que o prior do Crato jamais aceitou, tornando-os, assim, inimigos dentro da corte. D. Antônio continuou pressionando a corte para obter o título, sendo que o problema somente foi resolvido em 13 de agosto de 1573 pelo rei D. Sebastião, que confirmou D. Duarte como condestável do reino³¹⁵. Na primeira viagem de D. Sebastião à África, D. Duarte não pôde exercer o ofício de Condestável. De acordo com D. Antônio Caetano de Souza, a razão foi “por alguma introdução do Prior do Crato”³¹⁶.

A presença de D. Duarte não deixava outro caminho a D. Antônio a não ser obter dentro da Igreja posições para recompor a sua herança. Em 1564, o cardeal D. Henrique transferiu-se do arcebispado de Évora para Lisboa, deixando o primeiro vago. D. Antônio então requisitou ao tio o título, mas D. Henrique preferiu nomear o bispo de Algarve, D. João de Melo. O motivo é que “não pareceo que cumpriria com sua consciência se neste tempo apresentasse o dito D. Antonio a dita Prelazia (...), nem elle

³¹³ BNL, Ms., nº886; p. 887 e segs. Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 41.

³¹⁴ BNL, Ms., nº886; p. 887 e segs. Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 42.

³¹⁵ *Carta de confirmação do Offício de Condestavel destes Reynos, ao Senhor D. Duarte, filho do infante D. Duarte.* In: SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo II, Livro II, p. 242-244.

³¹⁶ SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo VI, 1737, p. 258.

esta tão capaz como era necessário segundo elle mesmo confessou a S.A.”³¹⁷. No entanto, D. Henrique prometeu recompensar o sobrinho dando-lhe cinco contos de réis a cada cinco anos, uma pensão anual de um conto e cinquenta mil réis e uma ajuda de custo extraordinário de dez mil cruzados para pagar dívidas.

Não tendo outra saída, D. Antônio aparentemente aceitou a decisão e retirou-se para o priorado do Crato. Mas era apenas uma manobra, pois depois rumou para Castela. O regente mandou o capitão da guarda Francisco de Sá com uma carta em que tentou persuadi-lo a retomar ao reino, alegando que “não somente vos esqueceis em tal obra de cujo filho sois, mas da obrigação que me tendes como meu vassalo”. Interceptado já em Badajoz, D. Antônio aceitou retornar ao priorado e lá recebeu parte das compensações prometidas, mas novamente uma lista de exigências foi feita, primeiro que deveria procurar pagar as dívidas com o dinheiro que lhe foi dado, mas especialmente:

E porque após as couzas da alma as da usa honra e primeira São as pessos são as primeiras lhe lembro, que sua vida, seus costumes, sua doutrina, seu exemplo, o recolhimento de sua pessoa, e caza e seus exercícios, e usar todas estas couzas a conta que tem com isto, e a lembrança que tem de quem é, e obrigado a isto suas ovelhas com tal exemplo o que elas devem fazer e são obrigadas (...) lhe recomendo muito que queira tirar de sua caza todas aqueles pessoas que não convem ter nela, e de cujos costumes e modo de vida se segue não bom exemplo da mesma caza(...) ³¹⁸.

O fato de ser filho do infante D. Luís dava-lhe um papel de natural exemplaridade dentro da sociedade portuguesa. Assim, a conversão de D. Antônio a uma vida devota e piedosa era algo fundamental para o cardeal D. Henrique. Um documento importante para compreendermos estas situações é o Breve *Non sine magna*, de julho de 1565, do Papa Pio IV³¹⁹. Nele, o Sumo Pontífice defendeu o cardeal contra D. Antônio, destacando, primeiramente, o péssimo comportamento de D. Antônio, afirmando que “ele se entrega a uma vida licenciosa e de tal maneira que não se toma algum remédio salutar, é muito de reear que se corrompa cada vez mais”. O problema, no entanto, estava no fato que seu comportamento começou a afetar o priorado do Crato:

³¹⁷ BNL – Ms., nº886; pág.887 e segs. Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 43.

³¹⁸ Cardeal D. Henrique, Lisboa, 30 de setembro de 1564; BNL – Ms., nº886; pág.887 e segs. Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 45.

³¹⁹ Apud. CASTRO, P. José de. *O Prior do Crato*. Lisboa, União Gráfica, 1942, p. 21-24.

Além disso ele desagrada-nos veementemente não só porque se prejudica com aqueles costumes, mas também pelo mau governo do Priorado do Crato da Ordem de S.João de Jerusalém a que preside, sofrendo não poucos prejuízo não só no temporal como no espiritual

Percebe-se que existe algo de muito errado no priorado – e o Papa afirma que as almas dos habitantes do Crato estão em perigo e deixa, assim, avisado que existem problemas em relação aos sacerdotes.

de modo que o referido Antônio fique suspenso do dito Priorado no que oneramos a tua consciência, tomando tu o governo espiritual e temporal, cuidando com devida diligência da salvação das almas, entregando-o a sacerdotes idônios, constituindo e propondo ministros e oficiais nas praças e lugares pertencentes àquele priorado com os quais se deva tratar da paz, sossêgo e tranquilidade dos súditos no domínio temporal do seu Priorado

As acusações contra D. Antônio são parecidas com aquelas realizadas contra todos os remanescentes dos humanistas do reino: é sempre o seu comportamento, com insinuações claras a sua vida sexual, que servem como justificativa para a luta pelo poder do reino. E eram justamente dessas vozes, excluídas intelectualmente e destruídas socialmente, que encontramos os únicos que manifestaram apoio a D. Antônio. Em 1560, Damião de Góis, ao escrever suas memórias sobre o infante D. Luís, deixou uma descrição bastante interessante sobre D. Antônio: “Homem mui affabil, cortes, e bem instituído nas artes liberais, e tam magnifico, e liberal que totalas riquezas do mundo se poderião ter nelle por bem empregadas”³²⁰.

Mas outros também levantaram a voz em defesa de D. Antônio. O dominicano Antônio de Sena, que apoiaria D. Antônio na crise dinástica, na publicação da obra de São Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, em 1569, dedica a obra a D. Antônio, considerando-o:

Excellentissimo Principi Domino Antonio, Serenissimi quondam Portugalliae Regis Ioannis III, nepoti ex fratre, magno Praeposito Cratensi et meritissimo etc. Frater Antonius Senensis, ordinis Praedicatorum, vitam longevam et felicitatem precatur aeternam³²¹.

³²⁰ GÓIS, Damião de. *Chronica D'El-Rei D.Manuel*. Vol.III. Lisboa: Escritorio, 147 rua dos Retrozeiros, 1909, p. 91.

³²¹ Apud. PONTES, J.M. da Cruz. *Antônio de Sena, um português na história do tomismo*. Guimarães: Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 1981, p. 90-91. Ainda deixou o seguinte relato sobre as terras do Crato quando lá esteve: “Dum in tuo Prioratu Cratensi agerem per octo vel novem menses, Princeps Illustrissime confessionibus audiendis, et praedicationibus vacana, nullis ad te fuit nobis unquam interpellatoribus opus, sed simplici verbo vel scripto, quae nobis vele rum quae de novo

Os motivos deste apoio eram de duas ordens: a primeira por D. Antônio ter sido um estudante de São Tomás, que lhe foi ensinado por um mestre dominicano. Outro era de ordem política. Existiu um mosteiro de nome Flor de Rosa que pertencia à Ordem dos Hospitalários, ou seja, cujo grão-prior em Portugal era o prior do Crato. Tal mosteiro tinha sido alvo de ampliações e melhorias por parte do infante D. Luís, que gastou uma grande soma de dinheiro, como era típico em seus projetos arquitetônicos. Mas o péssimo clima da região fez com que os freires da Ordem do Hospital não desejassem habitá-lo. A população local ficou sem assistência religiosa, motivando assim D. Antônio a entregar aos dominicanos o convento e suas rendas – o que necessitou de autorização papal, que foi concedida em bula expedida de Roma ao Cardeal D. Henrique pelo Pontífice Pio IV, com data de 4 de julho de 1563.

construebantur opificio opus erant, significantes, quamprimum beneficia non exigua recipiebamus; etiam tunc teporis cum tuis meritis muito inferiores proventus, tantam liberalitatem minime ferre posse videbantur: audivimusque vel ex nobis aliqui, qui ibi tunc temporis agebamus, a tanto príncipe hoc verbum, quod meã semper mansit alta mente repostum, te adeo nobis semper prospecturam, ut tibi potius quam nobis necessária defutura patereris unquam”. Pôde, por isso, apreciar também os cuidados que D. Antônio punha na administração do Crato: “Cum namque in tuo illo magno Prioratu agerem, et propriis oculis inspicerem nimiam quam tui populi gerebas sollicitudinem, in mentem subiit Homericum illud, et appositissimum exemplum, quo Principes populorum appellat pastores...”, p. 96.

3.12. Na corte espanhola (1565-1568)

Após o fracasso nas cortes de 1562-1563, D. Antônio percebeu que em Portugal as portas estavam fechadas para suas pretensões. Nada poderia fazer contra D. Catarina e D. Henrique. Então, retomando a estratégia de seu pai, quando D. João III e a rainha impediam os seus planos, fugiu secretamente para Madrid, onde buscou auxílio de seu primo, o rei Filipe II.

A documentação entre o rei de Castela e seus embaixadores revela um verdadeiro entusiasmo em relação a D. Antônio. Filipe II ofereceu prontamente os serviços de seus embaixadores e manifestou interesse pessoal nos seus problemas. Era uma forma de reviver a célebre amizade que existiu entre os seus pais – e que foi fundamental para atrair o reino português para a órbita de influência da monarquia espanhola.

Era o início do reinado de Filipe II e este percebeu em D. Antônio alguém que poderia tornar-se um homem de confiança dentro da corte portuguesa, que passava por um momento de hostilidade em relação a Castela. O cardeal D. Henrique nunca nutriu simpatias pela influência castelhana na corte. Por sua vez, a sua tia, a rainha D. Catarina, era uma figura em decadência, tanto pela idade como pela decidida oposição dos portugueses à sua pessoa. Filipe II tinha em D. Antônio alguém que poderia ajudá-lo a reforçar a sua influência na corte portuguesa a longo prazo, pois ambos tinham quase a mesma idade – o filho do infante D. Luís gozava de grande prestígio nos grupos sociais que eram tradicionalmente hostis a Castela.

Assim, a corte espanhola recebeu D. Antônio e o tratou com grande distinção. Para Filipe II, D. Antônio era o *filho do infante D. Luís* e deveria ser tratado como tal. Os grandes de Castela, segundo D. Antônio Caetano de Sousa, começaram a usar o tratamento de “Excellencia”³²².

Em de janeiro de 1566, começou uma prolongada negociação entre regentes de Portugal, D. Catarina e D. Henrique, com Filipe II em relação a D. Antônio. A coroa portuguesa exigiu que para receber parte da herança do infante D. Luís, D. Antônio tinha que aceitar a carreira eclesiástica, pois este era o desejo de seu pai. Em abril, Filipe II mandou para Lisboa o português D. Cristovão de Moura da Ordem de Calatrava – que no futuro teve um papel decisivo para o desfecho favorável ao rei de

³²² SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo VI, 1737, p. 83.

Castela na crise dinástica. Neste episódio, revelou mais uma vez a sua grande capacidade de negociação, conseguindo uma renda vitalícia a D. Antônio, um subsídio para pagar suas dívidas, o compromisso de não o obrigar a aceitação de ordem de presbitério e, por último, deveria ser tratado como filho de quem era.

Por volta de agosto e setembro, após quase dois anos fora do reino, D. Antônio novamente se encontrava em Portugal, agora na condição de protegido de Filipe II. Em 8 de setembro de 1566, D. Antônio escreveu ao primo agradecendo a ajuda e afirmando que era eternamente grato pelo apoio³²³. Nos anos seguintes, a corte castelhana continuou a reforçar o poder de D. Antônio em Portugal. Assim, em maio de 1569, D. Antônio obteve a comenda de Leça do Grão Mestre da Ordem de Malta, graças à interferência de Filipe II. Mas para obtê-la era necessário ainda dar o próximo passo: obter as dispensas de clérigo e assim assumir a condição de secular, definitivamente. Em 14 de setembro de 1569, Filipe II escreveu para seu embaixador em Roma, João de Zúñiga, para que o Papa Pio V o dispensasse da Ordem de São João para poder assumir a comenda, afirmando “Que eu tenho particular vontade ao dito D. Antônio por ser filho do Infante D. Luís, irmão da Imperatriz minha senhora que está no céu”³²⁴.

Pouco tempo depois, novamente D. Antônio entrou em conflito com o cardeal D. Henrique, que o desterrou da corte e mandou-o recolher-se no Crato. D. Antônio cumpriu a ordem, mas se deteve em prolongadas caçadas. Esta quase desobediência tinha um motivo: em muito breve D. Sebastião atingiria a maioridade e com ele, a promessa de uma nova vida na corte portuguesa.³²⁵

³²³ VELOSSO, Queiroz, *op. cit.*, 1935, p. 74.

³²⁴ *Carta de Filipe II para João de Zúñiga*, 14 de setembro de 1569. In: *Arquivo da Embaixada da Espanha*, leg.2 – fol. 229. Apud. CASTRO, P. José de, *op. cit.*, 1942, p. 26-27.

³²⁵ Ainda sobre a sua mudança de estado de religioso para secular, um relato datado de dezembro de 1573, durante uma reunião da corte em Almerim, D. Antônio já estava como leigo. . “A ordem dos assentos era esta. Estava primeiramente el rei, como mestre da ordem, e junto com ele o Senhor D. Duarte, e o Senhor D. Antonio (o qual andava já a este tempo com trajos de leigo, por lhe ter para isso dado licença o papa a instâncias del rei e doutros príncipes cristãos) com o habito de S. João por ser Dom prior da ordem nestes reinos e com uma comenda que lhe tomava o peito todo”. In: BNL – Ms., n.8576. Apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 50.

3.13. Na corte de D. Sebastião (1568-1578)

Após quase uma década de indecisões e conflitos políticos, em 20 de janeiro de 1568, D. Sebastião chegou ao trono de Portugal, com catorze anos de idade. O que abriu novas perspectivas para toda a nobreza portuguesa, pois tudo poderia mudar com um novo monarca – conquistar a sua confiança, neste início de reinado, era fundamental. Neste momento tão aguardado, D. Antônio voltou à corte portuguesa. Agora não mais como um neófito recém saído dos muros dos mosteiros; era um homem maduro, com apoios políticos importantes, como setores das elites municipais e do rei de Castela, e naquela conjuntura tinha um trunfo: a história de glória de seu pai em Túnis.

Conforme D. Sebastião foi aumentando o seu interesse pela África, mais D. Antônio ganhou espaço na corte. Era uma atração natural. Para o jovem monarca, D. Antônio se encaixava no perfil de homens que o rodeavam sobre a política africana³²⁶ e, afinal, quem melhor que filho do infante D. Luís, o conquistador de Túnis, para liderar e dar prestígio político a sua retomada do Norte da África? Pela parte de D. Antônio, a África poderia finalmente lhe dar o papel que outrora foi de seu pai: uma atuação heroica fá-lo-ia cair nas graças do jovem rei e assim estaria garantido o seu espaço na corte.

Em 1568, foi a Tânger pela primeira vez, o que muito contentou D. Sebastião, que passou a tratá-lo como Excelência, talvez por ingenuidade e inexperiência, pois levou a um confronto com a casa de Bragança – o que bem demonstrava o quanto o crescimento de D. Antônio começou a tornar-se um incômodo³²⁷. Sabemos muito pouco desta primeira passagem de D. Antônio em terras africanas, mas, sem dúvidas, ele tinha muitos projetos naquelas terras³²⁸.

O prestígio de D. Antônio era grande. Em meados de janeiro de 1572, D. Sebastião nomeou D. Antônio, juntamente com D. Álvaro de Castro e D. Gonzalo de

³²⁶ HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado, A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 91.

³²⁷ Foi neste contexto que os juristas da casa de Bragança realizaram uma análise jurídica da condição de D. Antônio, conforme já analisado. SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo VI, p. 83-94.

³²⁸ Além da África, D. Antônio manteve relações com a Coroa francesa, que serão essenciais durante o seu exílio. Sobre este assunto faltam dados concretos, mas é óbvio que o apoio francês a D. Antônio não foi uma questão ocasional, existindo uma base sólida para se desenvolver. Sobre este assunto, infelizmente, não poderemos avançar na discussão iniciada por J.V. Serrão sobre uma carta dirigida a Catarina de Médicis, rainha de França, que misteriosamente comenta sobre uma negociação, mas deliberadamente evita dar qualquer tipo de informação: *Carta de D. Antônio, prior do Crato a Catarina de Médicis, Rainha de França*. Castelo de Penha, 25 de janeiro de 1570. In: Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV, Coimbra, 1960, p. 216-217.

Castelo Branco, para levar congratulações do rei pela vitória de Don Juan na batalha de Lepanto³²⁹. Em 2 de julho de 1573, D. Antônio é nomeado governador de Tânger, após a morte de Rui de Sousa Carvalho, o grande herói do cerco de Mazagão. No dia 15 de julho de 1574, D. Sebastião, a Corte e D. Antônio reuniram-se no Real Convento de Santa Maria de Belém, onde ouviram a Oração do Bispo de Miranda, D. Antônio Pinheiro – e mais uma vez veio à tona a representação heroica de D. Luís.

JuntaraSehaõ as orações de taes Reys às que as almas dos gloriosos Principes, e Princezas Seus pays fazem Sem intermiSSao a Deos pela proSperidade do Seu governo, augmento do Seu EStado, e proSpero fucceSSo de todas Suás empresas, e conquiStas e creScerão as petições devotas, e pias dos Infantes D.Luiz com as do Cardeal D.Henrique; que facilmente Se póde, e deve crer, que vendo os dous Infantes a honra, e favor, que rebem Seus filhos, creSção em fervor, e perSeverança de Suás petições Santas; ao menos neSte dia facilmente me perfuey noSSo Senhor, e que de Suá mão a torna a receber para o ir Servir neSta empreza da guerra contra os Mouros tão deSejada do Infante Seu pay, que depois que entendo, que o eStado do Reyno, e a diSpoSição das obrigações delle não SoSrião paSSar em peSSoa a Africa, como defesejava; para Satisfazer em parte o Seu zelo acompanhou ao Emperador Seu cunhado na conquiSta de Tunes onde moStrou tanto o valo de Seu esforço, e conSelho, que por confiSSão do mesmo Emperador, e de todos Capitães, e Principes Estrangeiros, ao Infante coube a principal gloria do Felice SucceSSo daquella Victoria e conquiSta³³⁰.

Em 19 de julho de 1574, armada partiu de Lisboa, composta de 1.000 cavaleiros e 2.000 soldados – muitos eram membros da nobreza que desejavam ganhar nome e fama na África. A atuação de D. Antônio foi sempre interpretada de maneira controversa. D. Antônio era tido como alguém sem experiência militar e a falta de agressividade diante dos mouros rendeu-lhe críticas e a posterior deposição do cargo pelo rei, em 30 de agosto de 1574. No entanto, não cometeu o erro de seu experiente antecessor, Rui de Sousa Carvalho, que foi nomeado capitão-mor de Tânger em 1572, vencendo até mesmo uma batalha contra os mouros. Mas seu triunfo não convenceu D. Sebastião, acusando-o de não ser ainda mais enérgico contra os mouros. Com a honra

³²⁹ “Há nombrado elRey três cavalleros para yr a dar el parabien de la vitoria, A don Álvaro de Castro, el que fue com Don Antonio hijo del infante Don Luis, al Papa, A don gonzalo de Castelbranco, herman del embajador que ay esta a servir al señor Don Juan, A Francisco de Tavora hijo de Bernardino de Tavora”; carta de D. Juan de Borja a Filipe II; Lisboa, 19 de janeiro de 1572; A.G.Simancas, *Estado*, legajo 390, fol. 106 e 107, apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Itinerários de El-Rei D. Sebastião 1568-1578*. 2a ed., corrig. e aument. Lisboa: Academia Port. de História, 1987, p. 225.

³³⁰ MACHADO, Diogo Barbosa. *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D.Sebastiaõ único em nome e décimo sexto entre os Monarcas Portugueses. Do anno de 1568 até o anno de 1574*. Tomo III, Lisboa: Officina Sylvianna, 1754, p. 588.

ferida, Rui de Sousa entrou em luta contra os mouros em 2 de julho de 1573. Na batalha, liderou um ataque suicida contra um exército muito superior de mouros, demonstrando a sua coragem e, assim, morreu em combate³³¹.

Talvez o norte da África fosse para D. Antônio um local de estabelecimento mais permanente, estava em uma idade razoável para época, na casa dos quarenta anos, e aquele espaço representava um local de maior liberdade. Naquela cidade, D. Antônio veio a ter o seu, talvez, segundo filho, D. Cristovão de Portugal, que mais tarde viria a morar alguns anos no Marrocos. Após a sua deposição, ainda continuava muito interessado no norte da África, pois, em 1577, D. Antônio ganhou uma zona de pesca exclusiva na costa marroquina com direito de erguer uma fortaleza³³².

O que todos estes dados nos permitem afirmar é que D. Antônio tinha uma visão mais pragmática, porque não comercial, do norte da África, aproximando-o muito do perfil de D. João III. Possivelmente, foi em razão deste comportamento que, de acordo com Damião Peres, durante as entrevistas de Guadalupe entre D. Sebastião e Filipe II, o rei de Castela defendeu que o comando da jornada deveria ser dado a D. Antônio, prior do Crato, ou até mesmo a algum membro da casa de Bragança. Mesmo sua tradicional inimiga na corte, a rainha D. Catarina, pediu ao neto que fosse o prior do Crato o comandante da expedição ao Marrocos³³³.

O retorno de D. Sebastião desta jornada na África também significou mudanças políticas. Pero de Alcáçova Carneiro voltou a frequentar a corte, assim como fidalgos, com interesses nos negócios da África. O padre Luís Gonçalves de Câmara morreu em março de 1575, o que deixou isolado seu irmão Martim Gonçalves de Câmara³³⁴. A verdade era que a corte há muito tempo tinha perdido o poder sobre o jovem príncipe, em virtude dos constantes conflitos internos. Assim jamais D. Sebastião teve que enfrentar uma oposição solidamente constituída.

Apesar de não ser muito favorável esta nova configuração política, D. Antônio continuou ao lado de D. Sebastião, especialmente pelo apoio que dava à política africana do rei. Em 24 de abril de 1575, a câmara de Lisboa ofereceu a D. Sebastião uma corrida de touros. O local escolhido foi um largo em frente ao Paço onde se abrigava D. Catarina em Xabregas, pois o rei buscava uma aproximação com a sua avó.

³³¹ VELOSSO, Queiroz, *op. cit.*, 1935, p. 193-194.

³³² *Chancelaria de D. Sebastião, D. Henrique, D. Antônio*. Livro 40, flº 253-254v.

³³³ D. Catarina interferiu a favor de D. Antônio, mas no óbvio intuito de preservar a vida do neto, ver: BUESCU, Ana Isabel. *Catarina de Áustria. Infante de Tordesilhas. Rainha de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 425-426.

³³⁴ HERMANN, Jacqueline, *op. cit.*, 1998, p. 105.

Após diversas e custosas obras, com palanques e tendas luxuosas, assistiram a rainha, a infanta D. Maria e todos os membros da coroa um jogo de canas, na qual um dos times estava vestido como africanos e o outro, como europeus, sendo que D. Sebastião liderou um dos times, enquanto D. Antônio o outro. Na parte da tarde, ambos participaram de uma corrida de touros³³⁵. Na presença de todos, estava ao lado do rei, como seu pai sempre esteve. Naquele momento, apesar dos inúmeros problemas, estava no auge de seu poder político no reino e seu nome era cogitado para liderar o grande ataque contra o Marrocos promovido pelo rei³³⁶.

Este episódio causou a revolta do senhor D. Duarte, que não foi convidado para a comemoração. Possivelmente, foi uma situação planejada por D. Antônio, sendo um dos muitos que alertavam D. Sebastião que o senhor D. Duarte era uma ameaça, afinal era o príncipe herdeiro³³⁷. O senhor D. Duarte retirou-se para Évora na Companhia do cardeal D. Henrique, com a pretensão de não mais voltar à corte. O que de fato aconteceu, pois, em 28 de novembro de 1576, ele morreu.

A jornada no Marrocos, no entanto, sinalizou um novo afastamento entre D. Antônio e D. Sebastião. Às vésperas da viagem, um problema com um criado do prior do Crato foi o estopim que acabou marcando o seu afastando definitivo do rei e da própria corte³³⁸.

Tudo teria começado quando Afonso de Figueiredo, que foi da casa da infanta D. Maria, pediu para servir na casa de D. Antônio. Este o acolheu e o fez escrivão com a função de registrar suas compras e gastos. No entanto, o criado saiu da casa de D. Antônio e começou a trabalhar para Cristovão de Távora, valido do rei D. Sebastião. D. Antônio, ao saber da fuga de seu criado, questionou os motivos desta mudança. Figueiredo respondeu que não era bem tratado e que foi obrigado a mudar de casa.

³³⁵ MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, 1754, p. 8-9.

³³⁶ Mas antes, D. Antônio parece também ter nutrido boas relações com a infante D. Maria, sua tia, que parece ter acompanhado de perto os seus últimos momentos e que após a sua morte, ficou “detras da tumba hia o snõr dom Antonio filho do Infante dom Luis (...) com toda a mais difalguia deste Reino”. In: SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 90-91. MARIA, Infanta de Portugal. *Treslado do/ testamento da Iffante, que Deos tem*. [S.l.: s.n., depois de 1577], “Deixo a meu fobrinho dom Antonio, pelo que lhe fempre quis como a filho do feu pay, huma Cruz de diamaes que tem huma perola pendente”, p. 12.

³³⁷ Muitos tratavam o senhor D. Duarte como o príncipe herdeiro, especialmente pela frágil saúde de D. Sebastião. Como o autor das *Provas genealógicas* refere-se: “foy creado pela Infanta sua mãy com as distincõens de Príncipe do sangue, como immediato à Coroa. ElRey D.João III seu tio o preferia em tudo a seu filho natural o Senhor D.Duarte, declarando a este o tratamento de Senhoria, ao primo o de Excellencia, e que nos actos publicos precederia aos Embaixadores”. In: SOUSA, D. Antônio Caetano, *op. cit.*, Tomo II, Livro II, p. 258. Ver também VELOSSO, Queiroz, *op. cit.*, 1935, p. 416.

³³⁸ MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, 1754, p. 289-297.

Furioso, D. Antônio resolveu castigar com as próprias mãos o desobediente criado, mas foi impedido por Manoel Miranda de Azevedo, Camareiro Mor de D. Antônio.

Ao saber do ocorrido, Cristovão de Távora queixou-se a D. Sebastião, afirmando que D. Antônio tinha espancado um criado de sua casa. O prior do Crato enviou Francisco Teixeira de Távora, Estribero mor da sua casa e parente de Cristovão de Távora, informar ao rei do que tinha ocorrido. D. Sebastião recusou-se ouvir o servo de D. Antônio. D. Sebastião convocou então D. Antônio para uma audiência em que se seguiu uma discussão entre o rei e o prior do Crato: o rei acusando D. Antônio de falso, e este afirmando que o falso era Cristovão de Távora. De acordo com Diogo Barbosa Machado, D. Antônio praticamente rompeu com seu apoio a D. Sebastião, pois:

Que chegando ao Seu Galeão o mandou deSpojar de bandeiras, flâmulas, e galhardetes; deSpio o veStido precioSo, e o repartio com outras galas, que fizera para a jornada, por diverfas peSSoas, e Se recolheo ao Seu camarote, onde foy viSitado pelo Duque de Aveiro, e outros Fidalgos, que eStranhavão preferir ELRey a hum Cavalheiro ordinário a Seu Tio, merecedor de mayor attenção (...). O Cardeal D.Henrique (...) informado pelo Senhor D.Antonio, lhe perSuadio, diSSimulaSSe prudentemente a inSolente liberdade, com que ChriStovão de Tavora dominava a vontade delRey, de cuja violência tinha elle muitos companheiros: que a occaSião não era opportuna para Se moStrar offendido, e queixoSo, mas que acompanhaSSe a ELRey na jornada com a fidelidade herdada de Seus Mayores³³⁹.

Antes de Alcácer-Quibir, a corte encontrava-se dividida entre partidários de D. Antônio e D. Sebastião. O duque de Aveiro, amigo de D. Antônio, buscou o entendimento entre os dois, mais nada conseguiu. D. Sebastião ainda buscou a reconciliação, visitando D. Antônio em seu galeão, pois o prior do Crato investiu pesadas somas e recursos nesta expedição, equipando dezoito navios. D. Antônio, apesar da ofensa recebida, decidiu acompanhar a armada, mas apenas dois dias depois da saída do rei. Este afastamento continuou durante toda a jornada, acampando longe do arraial real. Em Alcácer-Quibir as fontes pouco dizem da participação de D. Antônio, apenas sobre a sua espetacular fuga. Mas, foi um dos fidalgos que tentaram impedir o ataque suicida de D. Sebastião. Após a terrível batalha, D. Antônio foi capturado, em um dos episódios mais fantásticos de sua vida. Ele foi confundido com um religioso comum, devido as suas vestes da ordem de malta, e, assim, conseguiu obter um resgate a um preço baixo, sendo o primeiro entre os fidalgos a retornar ao reino.

³³⁹ MACHADO, Diogo Barbosa, *op. cit.*, 1754, p. 290-291.

D. Antônio foi recebido com grande contentamento, inclusive pelo cardeal D. Henrique. Os dois últimos membros da família dos Avis sabiam que o futuro político do reino e da dinastia dependia de uma ação conjunta de ambos, o que os levou a uma reaproximação. Era necessário demonstrar na corte e aos embaixadores a união entre os remanescentes da família real. Em 2 de novembro de 1578, D. Antônio foi ouvir a missa na Igreja de São Francisco, o que poderia ser fonte de novos tumultos, pois no cerimonial tanto o prior do Crato como o duque de Bragança tinham direito ao tratamento de excelência. Para resolver a situação, durante a missa, o cardeal-rei apenas referiu-se ao duque dessa maneira, mas no momento que o arcebispo de Évora, D. Teotônio de Bragança ofereceu água benta ao rei, este ordenou que o sobrinho a recebesse – uma enorme honra para qualquer fidalgo. No entanto, a luta intestina na corte portuguesa fez com que a casa de Bragança reagisse, pois estava ciosa de que tal demonstração de apreço rebaixasse-a a um papel menor do que o do prior do Crato e, assim, pressionou o cardeal-rei até conseguir que fosse considerada nula a graça recebida.

Após uma vida sendo excluído do papel que julgava ter direito, e sempre perdendo os privilégios que duramente conquistava, D. Antônio jurou que este seria o último ato de humilhação. Assim mandou uma mensagem ao cardeal rei que nunca mais assistiria missa ao seu lado³⁴⁰.

³⁴⁰ VELLOSO, Queiroz. In: PERES, Damião. *Historia de Portugal, edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade*. Vol. V, Portucalense Editora, 1938, p. 188.

3.14. D. Antônio contra os jesuítas

A busca de D. Antônio para ocupar o papel que julgava merecedor, isto é, o de seu pai, tornou-o um ponto de convergências natural das diferentes oposições que D. Catarina, D. Henrique e D. Sebastião cultivaram em seus governos. Como um estandarte, a representação heroica do infante D. Luís serviu como o símbolo de uma época que foi projetada como gloriosa: a proteção aos artistas e o generoso mecenato do infante; o poder político dos nobres de sua casa; o triunfo no norte da África e o reconhecimento dos feitos portugueses no mundo; a oposição firme às pretensões de Castela; e uma participação mais ativa no processo de tomada de decisão da Coroa. Pois, através do infante, grupos como os cristãos-novos tinham um maior peso nas negociações. Assim, D. Antônio, o filho do infante D. Luís, era uma liderança natural.

No entanto, tal conflito era algo esperado dentro do espaço de disputa que era a corte. Nobres ascendiam ao poder assim como caíam e todos buscavam melhorar suas posições através dos meios que dispunham – seria ingenuidade por parte dos regentes acreditarem que D. Antônio não iria se valer, como instrumento político, do fato de ser filho do infante D. Luís. D. Catarina e D. Henrique, por sua vez, sabiam lidar perfeitamente com o sobrinho e possuíam os mais variados mecanismos para controlá-lo – as poucas vitórias política de D. Antônio eram encaradas como uma perda de terreno natural do jogo político: ele nunca foi uma presença ameaçadora como o infante D. Luís.

O que tornou D. Antônio um perigo não foi o seu poder político, mas a desconfiança em seu comportamento, especialmente pelo cardeal D. Henrique. A sua formação era, aos olhos do cardeal, suspeita, afinal, seus mestres foram todos homens que circularam e mantinham contatos com pensadores do norte da Europa. A despeito de ter trazido o sobrinho para o seu lado em Évora e todos os esforços dos jesuítas, D. Antônio não optou pela ortodoxia, pelo contrário, apenas repulsão. Para a D. Henrique, a alma de D. Antônio estava condenada, mas caso ele chegasse ao trono, seria o próprio reino que poderia estar em grande perigo. Era um pesadelo que superava em muito a hostilidade de D. Henrique e da companhia de Jesus a Filipe II.

Uma ordem mais transcendente estava ameaçada com a reivindicação de D. Antônio e deveria ser repelida a todo custo. Por sua vez, os antonistas, muitos dos que foram perseguidos pelo cardeal e pelos jesuítas, acreditaram que, finalmente, a hora do

acerto de contas tinha chegado. Assim que as forças castelhanas fossem vencidas, os odiados jesuítas seriam, quem sabe, expulsos do reino.

Esta dimensão do antonismo pode ser analisada através da verdadeira guerra entre D. Antônio e a Companhia de Jesus. A relação entre D. Antônio e os jesuítas acompanha a evolução que pode ser observada em diferentes setores da sociedade portuguesa, caracterizando um tom inicialmente amistoso de ambos os lados. Não existia nenhum motivo sério para um conflito, pois o infante D. Luís, seja pessoalmente ou através do cardeal D. Henrique, sempre apoiou os milicianos e certamente seu filho sempre foi por eles bem tratado. Por parte de D. Antônio, assim como tantos outros nobres, a missão de evangelizar e educar a população mais necessitada era observada com simpatia e admiração.

Um prova de que nem sempre foi conflituosa tal relação ocorreu em 1558. Naquele ano, D. Antônio desejou fundar um colégio da Companhia de Jesus no priorado do Crato e, em 1570, recebeu com grande entusiasmo na vila do Crato os missionários da Companhia³⁴¹. Mas tal cordialidade não pode ser confundida com as pretensões políticas da Companhia de Jesus na península. D. Antônio deveria observar a Companhia até com simpatia, desde que restrita a atividades missionárias e de ajuda aos necessitados, mas não aceitava a influência política dela no reino.

O episódio mais significativo deste conflito aconteceu às vésperas de Alcácer-Quibir, em 1576. D. Antônio juntou-se aos muitos que acreditavam que a desastrosa situação do reino era culpa dos jesuítas. Coleitor Caligari assim narra o episódio:

Encontrando D. Antônio ao P. Maurício na sala del-rei em Setúbal, em presença de muitos fidalgos, disse-lhe que ele e os outros [Padres da Companhia] eram ladrões, e tinham perturbado todo o reino, e falou-lhe com tamanha acerbidade de palavras e semblante tão ameaçador, que o Padre, ficando mudo, só lhe retorquiu: Eu não posso responder a V.Exa, senão voltarei mais a este palácio. Replicou em continente D. Antônio: Fareis muito bem, e se voltardes, vos lançarei fora pelas janelas³⁴².

A ameaça de defenestração por parte de D. Antônio era uma prévia do que aconteceria, pois em todas as cidades controladas pelos antonistas, os membros da

³⁴¹ B.P.Ebor, CVIII/2-2, f.305v. *Carta de Garcia Simões, do Crato*, 18 de fevereiro de 1570. Apud. RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, vol.4, p. 410.

³⁴² Arq. Do Vaticano, *Nunz.* 2, f. 308-308v. *Carta de Caligari ao cardeal de Como*, Lisboa, 6 de abril de 1576. Apud. RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, vol. IV, p. 410.

Companhia de Jesus foram perseguidos. Em Coimbra, os membros da Companhia de Jesus foram atacados violentamente – existem relatos de que o Colégio dos Jesuítas foi cercado e a multidão furiosa desejava linchar os padres, “uns tentaram subir pelos muros de cerca, outros querem penetrar pela porta traseira, outros pela da frente, chamando os Padres de luteranos, traidores da Pátria, ladrões, e gritando que deviam todos ser mortos”³⁴³. Nos Açores, a situação era ainda mais dramática. Reduto de antonistas por excelência, os padres foram acusados pelo fidalgo João Betancor e Vasconcelos de promoverem uma aclamação de Filipe II em 8 de setembro de 1580.

Levantaram-se logo pregadores religiosos de outras Ordens, que no púlpito da catedral e noutras igrejas pregavam muitas coisas indecentes contra a Companhia, com que o povo muito mais se encredeceu³⁴⁴.

Em sua obra dedicada à figura de D. Antônio, Padre José de Castro reproduz um interessantíssimo relatório feito por membros do clero, mas que não está datado e nem assinado, em que se comenta a disputa entre D. Antônio e os Jesuítas – documento este que se encontra no Arquivo Secreto do Vaticano. O autor retrata a briga jurídica em torno da legitimidade de D. Antônio como um confronto entre ele e os jesuítas.

Mas é coisa clara que o Rei D.Henrique, tanto em Portugal quanto fora, de há muitos anos para cá lhe tem ódio perseguindo-o sempre que pode, mas principalmente depois que o Sr.D.Antônio requereu a Igreja de Caris, da qual tirou a apresentação para os jesuítas pelos quais o dito Rei se tem sempre governado e se governa e por isto ficou odiado também por estes que têm sempre procurado que o Rei seja seu inimigo, e temendo eles que o Sr.D.Antônio sucedesse neste reino que poderia por justiça tirar-lhes muitas coisas que indevidamente têm já usurpado, tanto da coroa deste reino como nas coisas eclesiásticas ao presente de diversas pessoas, determinaram, *por todas as vias e meios possíveis, impedir a dita sucessão com todos aqueles meios que a pudessem evitar. [grifo nosso]*³⁴⁵.

Durante o caos político da crise dinástica, D. Henrique e os jesuítas, que eram opositores da União das Coroas, tinham que escolher entre a perda do controle do reino pela dinastia de Avis, ou por naturais do reino, ou entregar nas mãos de D. Antônio e,

³⁴³ RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, p. 429.

³⁴⁴ RODRIGUES, Francisco, *op. cit.*, 1931, p. 433 e *Carta de Miguel de Sousa*, de 8 de fevereiro de 1581. In: CONESTAGGIO, Franchi, *Dell'Unione del Regno di Portogallo a la Corona di Castiglia*. Gênova: Appreffo Girolamo Bartoli, 1585, p. 214v.

³⁴⁵ CASTRO, P. José de, *op. cit.*, 1942, p. 60-68.

assim, correr o risco de perder o projeto de reforma da fé que estes promoveram no reino. Diante deste quadro, a decisão era fácil. Em seu derradeiro ato, o cardeal D. Henrique investiu todas as suas forças em destruir não somente as pretensões, mas o próprio D. Antônio, através de uma sentença em que perdia todas as jurisdições, honras, privilégios, rendas, assentamentos e o desterrando do reino, de uma vez por todas, ele estaria fora da ordem social do reino³⁴⁶.

Esta morte social era apenas a consequência lógica final de alguém que por toda vida foi submetido a uma das piores violências que um nobre poderia ser alvo: a perda de sua posição na sociedade. Não importava. Morto seu tio, D. Antônio poderia lutar para ocupar a posição que caberia ao seu pai, e que por este foi tão desejada: ser rei de Portugal.

³⁴⁶ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 130-132.

Capítulo IV

O antonismo

4.1. Por uma nova delimitação do fenômeno antonista

O termo *antonismo* e as suas derivações como antonistas e antoniana servem para designar o fenômeno de apoio à pretensão à coroa portuguesa de D. Antônio, prior do Crato. O uso destas expressões não é recente, data da época da perseguição dos seguidores do prior do Crato³⁴⁷. Por razões diversas, caiu em desuso, em grande parte pela onipresente figura de D. Antônio como o único agente responsável, ou digno de atenção, na luta contra Castela. Contudo, conforme aumentou a percepção que a atividade de seus partidários continuou após as suas sucessivas derrotas e mesmo sob a severa repressão das autoridades, ficou evidente a existência de toda uma corrente política subterrânea que atravessou o período dos Filipes, que podemos denominar como antonismo³⁴⁸.

O antonismo, como um fenômeno social, ainda tem contornos indefinidos. Não sabemos a sua real dimensão ou mesmo o seu peso na dinâmica política do período. Neste capítulo, esperamos ultrapassar os muitos preconceitos anteriormente identificados e oferecer tanto uma nova imagem para este fenômeno como um redimensionamento, para que no futuro seja possível um estudo de caráter mais quantitativo. Mas, ainda é necessário, primeiramente, encontrar os vestígios por onde uma pesquisa desta natureza deve começar. Nossa proposta parte da análise de quatro dimensões do fenômeno: sua duração, sua composição social, certas dinâmicas internas e, por último, suas razões e crenças.

³⁴⁷ Em 1585, pode ser observado o uso de expressões como “e não incorrer nesta praga de o terem por Antonista”. In: BNL. Ms., N° 591, apud. FERNANDES, Maria. *O Rei D. António. Coimbra*: Coimbra Editora, 1944.

³⁴⁸ Especialmente BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando J. *Portugal no Tempo dos Filipes – Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa, Edição Cosmos, 2000; e SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, que coloca o antonismo junto com o sebastianismo e a dissidência dos Bragança como elementos desestabilizadores da ordem representada pela União das Coroas. “Deve-se sublinhar-se a extraordinária longevidade política da idéia antoniana, ostentada por círculos de fiéis e de correspondentes, mais ativos e durante mais tempo do que seria de esperar”, p. 62.

4.2. Duração

A ideia de que o antonismo seja um evento efêmero e circunscrito à crise dinástica não corresponde aos dados que apresentamos ao longo dos últimos capítulos. Sendo assim, devemos recompor temporalmente o fenômeno.

Podemos fixar o início do antonismo na crise dinástica de 1540. A luta pelo poder entre a casa do infante D. Luís e a Coroa provocou fissuras na sociedade portuguesa, gerando os primeiros agrupamentos de forças anticastelhanas em torno do infante D. Luís, das quais se destaca o terceiro estado e algumas famílias fidalgas, como a casa de Portugal. No plano das ideias, o infante D. Luís firmou-se como uma alternativa para a união dinástica, o que tornou possível o antonismo.

Entre a década de cinquenta e sessenta surgiram as primeiras manifestação da possibilidade de D. Antônio ocupar o trono de Portugal. Era um raciocínio natural, graças à dramática situação da falta de herdeiros e da instável saúde do jovem rei. Somado a estas tendências, os grupos que não estavam satisfeitos nem com D. Catarina nem com D. Henrique encontravam em D. Antônio uma natural liderança, afinal era o filho do infante D. Luís. Assim a sua ascensão ao trono poderia ser algo de grande interesse. Estes sinais, boatos e alianças políticas, enfim, as intrigas de uma corte foram os primeiros sinais que existiu, por mais remoto, a possibilidade de D. Antônio reclamar a coroa em algum momento. Somente isso pode explicar a preocupação dos juristas da casa de Bragança que adicionaram, preventivamente, na questão da precedência na corte uma série de argumentos contra esta possibilidade.

Na década de setenta, conforme o prior do Crato ganhou um papel cada vez maior na corte de D. Sebastião, começou a circular concretamente a ideia de que ele seria uma alternativa viável ao trono, o que ficou demonstrado em uma carta de Mons. João André Calligari, em 1576, quando afirmou:

D.António, filho do Infante D.Luís, bem que nascido fora do matrimônio (...) era Prior da Grã Cruz de Malta, ornado de tal vivacidade de engenho e de tanta experiência das ações do mundo, que era reputado por todos com muito apto a suportar o peso desta coroa no caso que o Rei D.Sebastião falte (o que Deus não queira) sem filho. (...) Tem no entanto muitas dificuldades, porque é bastardo, diácono e filho de uma cristã nova (...) ³⁴⁹

³⁴⁹ Apud. CASTRO, José de. *O prior do Crato*. Lisboa: União Gráfica, 1942, p. 30-31.

E até quando podemos afirmar que o antonismo existiu? A melhor forma de averiguar a sua presença é através dos registros de prisões de antonistas, que continuou ao longo de todo período filipino. Estes casos demonstram que a ideia de que o antonismo acabou por esquecimento e desilusão dos seus agentes não leva em conta a ação lenta e meticulosa das autoridades castelhanas para destruir as redes antonistas, criando uma situação em “que mais queria os homens neste tempo serem compreendidos pella Santa Inquisição que não por couzas do Senhor Dom António”³⁵⁰.

As prisões de antonistas seguiam a um minucioso interrogatório, permitindo que as autoridades desarticulassem outras células antonistas. Em 1585, um grupo de “fidalgos ilustres” foi preso por “Couzas do Senhor Dom Antonio”. Eram eles: D. Jorge de Menezes, Bernardo Carvalho, D. Afonso Henriques, deão de Évora, e Cristovão Alcoforado. Ainda neste caso conseguiu-se capturar uma peça importante de comunicação entre D. Antônio e seus seguidores: Romão de Oliveira, cuja função era levar as cartas do prior do Crato, escritas na França, para Portugal³⁵¹.

Outro caso importante de desarticulação de células antonistas ocorreu no mesmo ano, em 20 de março, quando D. João de Portugal, o bispo da Guarda, foi preso – devido a ter caído acidentalmente nas malhas da Inquisição. Na cidade de Évora, um grupo de cristãos-novos foi preso pelo Santo Ofício, mas alguns conseguiram fugir. Os Inquisidores lançaram uma feroz perseguição, lançando penas para quem os protegessem. Na mesma época, o bispo se refugiou na região de Vimeiro, casa de “um vilão”, que simpático à causa antonista, mandou um criado assar uma galinha para o Bispo. O criado desconfiou, pois o convidado comia carne na época de quaresma e deduziu que eram os cristãos-novos que tinham fugido. Assim os denunciou às autoridades. Estas agiram rapidamente e acabaram por prender o bispo, que foi levado à Torre de Setubal, e seus criados, que foram para Lisboa. Ao serem interrogados, revelou-se uma extensa rede de apoiadores, perseguindo todos que deram abrigo ao Bispo³⁵².

Em 1587, uma rede de informantes e financiadores do rei exilado foi igualmente neutralizada. Simão Leitão de Mancebo era o agente responsável por levar cartas e

³⁵⁰ BNL – Ms., nº 591, In:FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 272-273.

³⁵¹ BNL – Ms., nº 591, In:FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 270-271.

³⁵² “onde lhe derão tratos para que confecasem quem agazalhara o Bispo todo aquelle tempo e quem lhe dera dinheyro e de comer: por cuja causa forão muitos descobertos e presos, e o Bispo foy levado para Castella, aonde esteve prezo athé que morreo, e os criados para as Galles”. BNL – Ms. nº591, apud. FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 272-273.

dinheiro de diversos fidalgos e mercadores para D. Antônio na Inglaterra. Na esperança de não ser denunciado, Mancebo contratou um barqueiro a um preço acima do que era cobrado para este tipo de serviço – o que despertou a desconfiança do barqueiro, que o denunciou às autoridades. Após ser interrogado, Mancebo revelou toda uma célula de antonistas composta por religiosos, mercadores e fidalgos³⁵³.

Nesta época, os embaixadores da República de Veneza em Madrid registraram uma série de casos de perseguição e o ânimo da população em apoiar D. Antônio. Em 29 de setembro de 1588, Hieronimo Lippomano³⁵⁴ escreveu sobre um “molto ricco” mercador chamado Emanuel Gomes Gonçalves “haconfessato che teneva pratica et sriveva à Don Antonio et procurava di mantener gli animi de portughesi”³⁵⁵. Alguns dias depois, em 15 de outubro, escreveu a sereníssima que mais um “principal mercante” foi morto e “et como alcuni altri priggioni per questo modesimo caso” e concluiu sobre a situação “(...) in soma si dice che in quel regno vi sono molti Antoniani.”³⁵⁶.

Em 1589, durante o ataque dos ingleses, as autoridades conseguiram dismantelar várias redes antonistas, graças a Santos Pais, que se passava de aliado do prior do Crato e de sir Francis Drake, mas era um agente infiltrado castelhano. O que permitiu organizar a defesa da capital e ao mesmo tempo prender todos os envolvidos³⁵⁷. Mas o fracasso da invasão inglesa não encerrou o antonismo. No verão do ano seguinte, Pero Roiz Soares descreveu a dura perseguição que os antonistas eram

³⁵³ Dos capturados, dois eram religiosos, um frei dominicano chamado Paulo Foreiro, que tentou escapar, porém foi capturado e levado a Castela e outro “frade velho”, que foi degradado para as galés; um funcionário da coroa, escrivão na casa da Índia, de nome Antonio Soares, que foi encontrado em um mosteiro e seus bens tomados; um mercador “muito rico” de nome Manoel Duarte, que contribuiu com dinheiro, sendo preso e esquartejado; também se verifica elementos da nobreza como Fireira da Gama, descrito como “muito rico”, que teve destino melhor, conseguindo escapar e indo para a Inglaterra, mas toda a sua fazenda foi confiscada. Não satisfeita, as autoridades enforcaram uma estátua em seu lugar³⁵³. Já uma fidalga de nome Dona Joana da Silva, viúva de D. João de Meneses, também foi presa junto com outros, entre eles D. Manoel de Castro – neste caso o próprio arquiduque Alberto decidiu a sorte dos dois levando-os primeiramente na torre de Setúbal e depois os enviando para Castela, mais especificamente no paiol de São Nicolau, e por fim seu destino foi remar nas galés. Outro homem, de nome Rui Muins e Simão Leitão de Macebo, que enviou as cartas, também foi enforcado e depois esquartejado. Ver. SOARES, Pero Roiz, *op. cit.* 1953, p. 242-243, também BNL – Ms. N° 591.

³⁵⁴ Embaixador de 1586-1589.

³⁵⁵ OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de (org). *Fontes Documentais de Veneza referentes a Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1997, Doc. 150, p. 564.

³⁵⁶ Ibidem, Doc. 152, p. 565.

³⁵⁷ Alguns dos envolvidos eram: D. Rodrigo Lobo, barão de Alvito, degolado em praça pública e D. Henrique de Portugal, enviado à Espanha. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Editorial Verbo 1980 Volume IV, p. 39-41; outro documento afirma que seriam cerca de “70 fidalgos” Cf. BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando J. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000, p. 135.

alvo, pois “logo era preza chea de tratos destroida para sempre e foram tantos os que de aleives foram prezos e aleiyados de tratos e enforcados”³⁵⁸. A caçada aos antonistas se estendeu por mais tempo e atingiu lugares longínquos como descreve Tomaso Contarini, em 2 de fevereiro de 1590, “Ne i confini Del Regno d’Áragon fu preso alli giorni passati um frate portughese dell’ordine della eternità” que andava a procura de D. Antônio na França e foi conduzido ao cárcere daquela vila³⁵⁹.

Mesmo depois da morte de D. Antônio seus filhos foram uma ameaça. Em 1622, os embaixadores de Castela monitoravam as atividades de D. Manuel, filho de D. Antônio, sobre uma possível invasão do Brasil³⁶⁰ e em 1637, D. Margarida, duquesa de Mântua, escreveu para Filipe IV que um frei da ordem dos franciscanos, que tinha estado tanto nas ilhas terceiras quanto no Brasil, era na verdade um filho de D. Antônio e que, portanto, o rei deveria tomar as devidas medidas para evitar qualquer perigo³⁶¹. Ainda no século XVII, existem registros que no mosteiro de Alcobaça residia um frei que diziam que era filho de D. Antônio, chamado de frei Dionísio, que foi preso por se manifestar contrário a união das coroas³⁶².

Simbolicamente, podemos considerar o fim do antonismo com a entrada de D. Luís, neto de D. Antônio, na corte de Filipe IV, em 1653. D. Luís, assim como muitos de seus descendentes, ficou conhecido por circular entre a corte francesa e os Países Baixos, obtendo alguns favores ou ocupando cargos, simplesmente tentando viver uma vida normal, mas sempre tendo problemas com a sua condição de descendente do prior do Crato. Durante uma estadia em Nápoles, D. Luís manteve um relacionamento com uma viúva de Nápoles, caso que desagradou alguns nobres que o denunciaram as autoridades. D. Luís acabou preso pelos agentes do rei de Castela, mas depois conseguiu ir para a França, onde tentou buscar ajuda de D. João IV através do conde de Vidigueira. D. João IV aceitou ajudar o neto do prior do Crato: em 1648, nomeou-o como plenipotenciário de Portugal em Munster, possivelmente devido aos laços da família de D. Antônio com os príncipes da Holanda. No entanto, acabou usando desta condição para passar

³⁵⁸ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 296.

³⁵⁹ OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de (org), *op. cit.*, 1997, Doc. 222, p. 609.

³⁶⁰ STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español (1580-1640)*. Madrid: Fundación Hernand de Lacramendi, 2000, p. 201-202.

³⁶¹ *Carta da Princesa D. Margarida, Duquesa de Mentua, par Felipe IV*. 12 de dezembro de 1637. In: *op. cit.*, Coimbra: 1946, p. 73-74, Doc. 33.

³⁶² DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Fr. Heitor Pinto (Novas achegas para a sua biografia). In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXI. Coimbra, 1953, p.237, Nota (2).

informações importantes para Filipe IV, que, em 1653, nomeou-o marquês de Trancoso, e assim, integrando a corte espanhola, onde levou a sua família e morreu em 1660³⁶³.

³⁶³ CASTELO BRANCO, Camilo. *D. Luís de Portugal, neto do prior do Crato (1601-1660)*. Porto: Livraria Civilização, 1881, p. 42 e segs.

4.3. Composição social

Como constatamos anteriormente, a descrição de um movimento exclusivamente popular jamais resistiu a um exame atento das fontes do período. Esta representação nasceu de uma corrente de historiadores portugueses do século XVI que desejavam associar a luta contra Castela como uma atitude dos grupos sociais mais baixos³⁶⁴. O que foi aceito sem maiores questionamento tanto pela historiografia nacionalista do XIX, dentro da ideia romântica do povo como encarnação coletiva da pátria, como por historiadores modernos, que procuram dissolver o fenômeno antonismo dentro das revoltas populares da Idade Moderna. Embora ainda não seja possível, e talvez nunca o seja, realizar um estudo quantitativo da sua composição social, existem elementos suficientes para demonstrar que o antonismo foi composto por diferentes grupos sociais e teve nas elites municipais e no clero universitário o seu principal apoio.

4.3.1. O povo

As fontes que descrevem o antonismo afirmam que o povo sempre apoiou D. Antônio. Mas não devemos inferir que o antonismo é um movimento popular. Em primeiro lugar, devemos nos voltar para o significado linguístico (o uso fixado pelos costumes) que a palavra povo tinha naquele período³⁶⁵. Como categoria, ela se referia à população das cidades, artesãos, comerciantes, quando não grandes mercadores, e principalmente às câmaras municipais, especialmente a de Lisboa, que foram definitivamente o grupo responsável por dar sustentação política ao movimento³⁶⁶. As fontes geralmente distinguem entre o povo (terceiro estado, isto é, os membros eleitos para representá-lo) e o “povo pobríssimo”, que corresponderia às massas de excluídos. De fato, este último grupo esteve muito presente. No entanto, não nos parece muito

³⁶⁴ CURTO, Diogo Ramada. *A cultura política em Portugal (1578-1642): comportamentos, ritos e negócios*. Lisboa: [s.n.], 1994. Vol. I: “Durante a invasão de 1589, o discurso constrói a figura do seu principal opositor, D. Antônio, a partir de elementos considerados baixos. Vale a pena reconstituir esta imagem baixa e popular, colada à figura do pretendente considerado ilegítimo. Antes de mais, há que reparar na alusão aos ascendentes familiares do bastardo de sangue real, pois através dele repete-se a suspeita acerca das origens de sua mãe: “da mais infame e baixa gente que havia em todo o Portugal”. Depois, a insistência no tópico dos seus apoiantes populares: gente baixa, rústicos, pícaros e regateiras.”, p. 123-124.

³⁶⁵ WEHLING, Arno. *O conceito jurídico de povo no Antigo Regime. O caso luso-brasileiro*. In: *Anais de História de Além Mar*, Vol.II, 2001, p. 199-210.

³⁶⁶ Sobre a composição social, ver VEIGA, Carlos José Margaça. Entre o rigor do castigo e magnanimidade da clemência: os perdões concedidos por Felipe II a Portugal. *Mare Liberum*, n.º 10, Dezembro, 1995.

rigoroso valer-se desta presença para caracterizar o antonismo como um movimento popular. Simplesmente, se o antonismo esteve presente em grande parte da sociedade, e esta sociedade é composta majoritariamente de pessoas pobres e excluídas, então qualquer movimento numericamente expressivo poderia ser classificado como uma manifestação popular.

O que as fontes tentam expressar com a palavra povo é a participação das câmaras municipais e dos poderes locais (sejam mercadores, funcionários régios, elementos da pequena nobreza, etc.) que manifestavam, desde as cortes de 1562-1563, uma posição contrária à interferência castelhana na política portuguesa e mantinha uma aliança informal com D. Antônio. Existiu neste grupo uma forte capilaridade que formou uma rede de apoiadores nos municípios do reino, como se verifica no caso de Lagos, como analisado por Alberto Iria:

o capitão Pedro Reixas de Sousa, o acima referido partidário de D. Antônio, era primo co-irmão de um dos vereadores da Câmara. E este levava atrás de si não só a maior parte da Câmara, mas também todos os seus numerosos parentes (...) ³⁶⁷.

Alguns autores tentam ver nesta presença um argumento para dissolver o antonismo na série de revoltas populares do período filipino que tiveram este grupo como principal oposição, como é o caso de Schwartz ³⁶⁸ e Schaub. Mas não podemos fazer isso por dois motivos: o primeiro é que o antonismo não se resume às elites municipais, o comando coube a certas famílias da nobreza, em especial, a casa de Portugal, e professores da universidade de Coimbra. Segundo, é que não foi uma continuação simplesmente porque os homens da elite municipais que lideraram o movimento foram mortos ou excluídos do jogo político, e continuaram sendo durante décadas.

O que se tem buscando demonstrar é que todas estas rebeliões do período filipino, em nenhum momento, desejaram separar-se de Castela, existindo um grande conjunto de motivações entre a ruptura e a união ³⁶⁹. No entanto, optar por D. Antônio era, necessariamente, ir contra a união das coroas.

³⁶⁷ IRIA, Alberto. D. Antônio, Prior do Crato no Algarve. Novos documentos para a História do seu reinado. In: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Tomo XIX. Lisboa, 1978, p. 161-162.

³⁶⁸ SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. *Tempo*, vol.12, nº.24, 2008.

³⁶⁹ SCHAUB, Jean-Frédéric, *op. cit.*, 2001, p. 87.

Uma forma de compreender este grupo é através de seu mais importante representante, o fidalgo Febo Monis (1515-1583?). Homem experiente da corte, na qual desempenhou diversos cargos no Paço, chegando ao cargo de sumilher de cortina do rei D. Sebastião. Durante a crise dinástica, foi o procurador da Câmara de Lisboa, juntamente com o Dr. Manuel de Sousa Pacheco, substituindo D. Manuel de Portugal e o Dr. Diogo Salema por serem antonistas declarados. Seus discursos buscavam defender os direitos das municipalidades, isto é, o direito de eleger o rei em cortes³⁷⁰. Com a invasão das tropas castelhanas, acabou por apoiar D. Antônio, buscando uma aliança entre o prior do Crato e a casa de Bragança. Após a batalha de Alcântara, foi preso junto com seus dois filhos, sendo encarcerado na Torre de Belém e executado entre abril de 1581 e fins de 1583³⁷¹.

Um dos motivos para que este grupo apoiar D. Antônio foi o fato de que nos últimos reinados, com o crescimento do poder dos monarcas portugueses, a sua capacidade de interferir nos assuntos do reino tinha diminuído. Os representantes do povo também tinham muitas ressalvas quanto a forma pela qual as negociações sobre a união das coroas foi realizada, apenas entre as famílias reais, o que era algo inaceitável. Por sua vez, a aristocracia jamais aceitaria que a legitimidade de seu poder fosse dada pelas cortes e não, tão somente, pelo sangue.

Este grupo acreditou que possuía os meios para realizar seus objetivos. Em finais de janeiro 1580, os líderes do terceiro estado escreveram, em tom ameaçador, que “folgaremos que saibam os mais senhores deste nosso zelo e que este povo não terá falta em nada do que Comprir pera o bem Comum e liberdade destes Reinos, pois temos pera isso bastante poder”³⁷². Esta confiança talvez estivesse apoiada na crença da efetividade nas *ordenanças* de D. Sebastião, que exigiam a prática constante de manobras militares por parte da população, que eram recrutadas pelas elites municipais³⁷³.

³⁷⁰ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 142.

³⁷¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Reinado de D. Antonio, Prior do Crato. (1580-1582)*. Vol. I, Coimbra: 1956, p. 217, nota 156.

³⁷² SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 147. A ameaça surtiu efeito: no final do mês, já se aproximando da derradeira hora, o cardeal-rei convocava os procuradores do povo que juraram entre si que preferiam morrer a obedecer ao rei de Castela, tendo visto que a nobreza e o clero não ofereciam maiores resistências a Castela. Cf. VELLOSO, Queiroz. Cap. XVI – O Interregno. In: PERES, Damião (dir). *Historia de Portugal*. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. Vol. V. Barcelos: Portucalense Editora, 1938, p. 200.

³⁷³ MAGALHÃES, Joaquim Romero. A guerra: os homens e as armas. In: MATTOSO, José (org.), *op. cit.*, 1993, p. 110.

4.3.2. A nobreza

A participação da nobreza no antonismo sempre foi tida como inexpressiva. No entanto, não devemos ignorar a sua presença e devemos buscar uma leitura mais satisfatória, assim como uma melhor caracterização de quais setores da nobreza estiveram ligados ao antonismo.

Conforme verificamos nos capítulos anteriores, o antonismo formou-se a partir dos remanescentes da antiga casa do infante D. Luís ou de famílias que tinham interesses em comum com D. Antônio, como a oposição aos jesuítas ou favoráveis à política de reconquista do norte da África. Mas outros elementos da nobreza, motivados por crenças em comum, como a defesa da pátria ou o direito de eleição das cortes, também foram atraídos. De acordo com Joaquim Veríssimo Serrão, se “os adeptos de Castela constituíram maioria da classe senhorial portuguesa do tempo, com D. Antônio estavam (...) as mais vetustas casas nobres – os Portugais, os Meneses, os Coutinhos, os Pereiras, os Castros, os Lemos, os Barretos e outros (...)”³⁷⁴.

No entanto, a nobreza que parece ter dado mais apoio a causa antonina era aquela ligada as praças no norte da África. Até mesmo se registra tropas de mouros no exército antonino:

ainda que a este tempo tinha dous mil de cavallo muy determinados, em que entravão alguns Affricanos, E alguns Mouros, que andavam com o filho do Xariffe, que morava em Lixboa com outros Mouros muy principaes: & sete mil escopeteiros & 4. ou cinco bandeiras de negros muy animosos, & tão fieis que delles sós se confiava a guarda da torre da pólvora em que estava toda a defeção E estes acopanharão depois ao senhor Dom Antonio ate de todo se perder e Vianna³⁷⁵.

Antonio Escobar, em sua *Relacion*, ainda identificou que na cavalaria dos portugueses havia muitos africanos. Esclarece: “Es de saber que estos africanos son un género de hidalgos portugueses que ganan la hidalguía sirviendo quatro años al rey en las fronteras de África”³⁷⁶.

Em suma, a nobreza presente no antonismo se não constitui um grupo numeroso, ao menos apresenta uma homogeneidade: ou eram nobres ligados à casa do infante D. Luís, ou tinham um interesse no norte da África.

³⁷⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 134-136.

³⁷⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 500, Doc. I.

³⁷⁶ Ibidem, p. 54.

4.3.3. O clero

O clero foi o grupo social mais importante do antonismo e assim merece um estudo aprofundado. Mas antes, devemos retomar a leitura clássica da participação deste grupo social na crise dinástica.

Tradicionalmente, se afirma que o alto clero apoiou Filipe II, rei de Castela, e o baixo clero, D. Antônio, prior do Crato. O alto clero optou pela união dinástica por uma série de razões: obediência às leis que legitimavam o rei de Castela, o fato de terem origem nas famílias aristocracia, o temor de uma mudança abrupta na ordem social e a defesa da unidade da cristandade através de Filipe II, afastando de Portugal qualquer possibilidade de cair em mãos hereges e protegido contra a ameaça muçulmana. Por sua vez, o baixo clero apoiou D. Antônio, especialmente as ordens mendicantes que tinham grande ligação com a população mais pobre.

Não se trata de uma interpretação incorreta, mas apenas que necessita de um aprofundamento que melhor defina as razões deste apoio. Assim, como não tomar como absoluto, ou como blocos homogêneos, a divisão entre alto clero e baixo clero.

Por exemplo, de acordo com José Pedro Paiva³⁷⁷, não se deve tomar nem mesmo o apoio do alto Clero como uma adesão automática, pois ao analisar as atitudes dos bispos na crise dinástica, constata-se que poucos optaram desde os momentos iniciais em prol de um dos pretendentes – apenas Antônio Pinheiro, bispo de Miranda e Leira, defensor de Filipe II, D. Teotônio de Bragança, defensor de D. Catarina e D. João de Portugal, bispo da Guarda, leal ao prior do Crato. No que se refere aos restantes dos bispos, a posição variou ao sabor da conveniência e de acordo com as suas próprias estratégias. No geral, a maioria tendeu a apoiar a D. Catarina de Bragança e Filipe II e, conforme se agravou a crise, foram declarando apoio ao rei de Castela.

Abaixo, procuraremos analisar o apoio do clero ao antonismo, buscando enfatizar em que grupos do baixo clero concentraram-se este apoio.

4.3.3.1. Roma e o alto Clero

Ao longo da crise dinástica, Roma teve uma atuação discreta. Além da tentativa do Papa herdar o reino, percebe-se uma pequena resistência contra o rei de Castela. O

³⁷⁷ PAIVA, José Pedro. Bishops and Politics: The Portuguese Episcopacy During the Dynastic Crisis of 1580. In: *e-JPH*, Vol. 4, number 2, Winter, 2006.

papa Gregório XIII, e muitos altos membros da Igreja, acreditavam que a União das Coroas poderia resultar em um demasiado fortalecimento de Filipe II, correndo o risco de levar a Igreja a uma total submissão aos reis de Castela.

Em abril de 1579, chegou a Lisboa o agente do papado Alexandre Frumento³⁷⁸, que começou a agir de maneira favorável a D. Antônio – talvez até mais do que a Igreja desejasse. A primeira interferência de Roma a favor do prior do Crato registra-se quando este, em 13 de junho de 1579, foi obrigado a jurar obediência ao cardeal-rei. D. Antônio protestou e Fr. Miguel dos Anjos, prior do convento da Graça, levou a queixa pessoalmente ao núncio que advertiu o cardeal-rei³⁷⁹. Ainda sobre o núncio, é importante destacar que este personagem é fundamental durante as jornadas de D. Antônio pelo reino, acompanhando-o e dando legitimidade as suas ações³⁸⁰.

A Igreja foi contra o cardeal rei D. Henrique, que alegou que somente o papa tinha direito para julgar a questão da legitimidade do casamento de D. Luís com D. Violante. Assim, a sentença que declarava ilegítimo o filho de D. Luís foi anulada pelo próprio papa Gregório XIII em um breve de 7 de setembro de 1579.

Dentro do alto Clero português, foi D. João de Portugal, bispo da Guarda, o principal apoiador de D. Antônio e um dos líderes do movimento. As razões de seu apoio encontram-se em antigas rivalidades entre sua família e D. Henrique. Em 1566, D. Henrique, ao continuar a praticar sua política de vigilância e obediência aos cumprimentos das normas tridentinas no reino, denunciou para Roma que D. João de Portugal não cumpriu suas obrigações pastorais. Porém, com a morte de Pio V em 1572 o processo não foi concluído. Quando Gregório XIII assumiu o posto de Sumo Pontífice, D. Henrique novamente voltou à carga, acusando o bispo da Guarda de:

não residência na sede da diocese; inexistência de visita pastoral pessoal; negligência na administração dos sacramentos da Ordem e do Crisma; não aplicação do breviário romano na sua dioceses; e recusa em envergar vestes pontifícias adequadas quando oficiava missa; ter casa suntuosa em aparato e número de servidores; pecar pela morosidade na administração da justiça; ser tolerante e omissos na

³⁷⁸ VELLOSO, Queiroz, *op. cit.* In. *op. cit.*, 1938, p. 187.

³⁷⁹ Ibidem, p. 187.

³⁸⁰ Devemos lembrar que em Santarém, quando D. Antônio foi aclamado rei, o núncio Alexandre Frumeto estava presente e buscou legitimar a ação de D. Antônio, justificando que era apenas para que os direitos da sucessão fossem resolvidos em corte, alertando que caso perdesse a eleição, desistisse da dignidade. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 25, especialmente nota (1), p. 32-33, 1 e p. 540, Doc.XXIII, onde o embaixador da Inglaterra deixa claro que D. Antônio não aceitou o título de rei porém “(...) but being desired and almost forced by the legate [Alexandre Frumeto] and other noblemen and burgesses who were presente (...)”.

vigilância da vasta comunidade de cristãos-novos da sua diocese, de quem era acusado de receber empréstimos pessoais³⁸¹.

Estas acusações são de natureza semelhante ao que se fez, na mesma época, contra D. Antônio e sua administração temporal e espiritual do priorado do Crato. O que reforça a hipótese de que o antonismo foi uma expressão de setores que começavam a ser perseguido pelas reformas religiosas no reino³⁸².

4.3.3.2. As ordens religiosas

As ordens religiosas tiveram um grande papel no antonismo, especialmente os franciscanos e dominicanos³⁸³. Elas forneceram uma espécie de infraestrutura para o funcionamento do movimento, graças aos seus contatos internacionais e a rede de mosteiros e casas religiosas que serviram de refúgio para os antonistas.

Foi graças às ordens mendicantes, como os franciscanos, que permitiu a aproximação entre D. Antônio e as camadas populares, quase sempre sendo os agentes que exortavam o povo a guerra. Em 18 de julho de 1580, o exército do duque de Alba marchou sobre Setúbal e “somente os pescadores e gente popular A defendiã”. Tendo em vista a situação, os frades de São Francisco entraram em ação “pelas Ruas Com vozes altas pedindo pelo amor de Deus a todos se quizessem embarcar e ir defender setuvel (...) na defesa de sseu Reino e de sua pátria”. Apesar do exagero, Pero Roiz Soares afirma que, em menos de duas horas, quinze mil homens estavam prontos para

³⁸¹ POLÓNIA, Amélia. *D. Henrique*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 93.

³⁸² Sobre o bispo da Guarda: “O comportamento do bispo da Guarda também tem o seu contexto explicativo próprio. Trata-se de filho de família aparentada à Casa Real, recém legitimada e nobilitada, com *curriculum* fulgurante no primeiro plano de serviço régio, agraciada com honras e mercês. Partilha dos valores mentais específicos do grupo social em que nasce: o orgulho do sangue – o “bom sangue”, como sublinha o pão; o prestígio do serviço do rei: a cultura – as “letras” invocadas, sobretudo, nos momentos de dificuldade; a estratégia e a solidariedade familiar – que outro sentido poderá haver para o envolvimento do prelado na causa do irmão? Não sendo o primogênito, o segue um dos destinos de todos os filhos segundos – o serviço da Igreja (...). Prelado formado em época de transição, não assimilou todo o espírito da reforma católica, ou pelo menos não aderiu à corrente mais radical, e por isso nunca poderá ser considerado como um modelo de prelado tridentino”. VEIGA, Carlos Margaça. *Reforma Tridentina e Conflitualidade: O Litígio entre o Bispo da Guarda, D. João de Portugal, e o Cardeal D. Henrique*. In: *Amar, Sentir e Viver a História – Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa, Edições Colibri, 1995, p. 319.

³⁸³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1980, p. 17, nota 24. Os principais religiosos envolvidos eram: *Padres*: D. Afonso Henriques, Simão de Mascarenhas, João Rodrigues de Vasconcelos e António de Queiros.

Dominicanos: Manuel da Costa, Estevão Leitão, Luís Sotomaior, Nicolau Dias e António de Sena.

Jerônimos: Heitor Pinto, Damião Machado e Frei André, prior de São Marcos.

Agostinhos: Agostinho da Trindade e Miguel dos Santos.

Carmelitas: Estevão Pinheiro.

Franciscanos: Diogo Carlos.

embarcar e ajudar a cidade cercada. Porém, no final, tiveram ordens para que não fossem e ajudassem na concentração de forças na capital³⁸⁴.

Mesmo decorrida a vitória dos exércitos castelhanos, o clero manteve o seu apoio a D. Antônio. Foi necessário tomar medidas mais severas, pois a justiça secular não podia agir livremente contra o clero, obrigando-a fazer um apelo, em 28 de novembro de 1580, para os prelados de Braga e do Porto para que fizessem diligências a todos os mosteiros para evitar que D. Antônio se escondesse por lá. Nada adiantou. Então, apelou-se ao legado pontifício Riário para: “poderlo hazer y rpoçeder criminalmente contra ellos [os frades] que si los apiertan tengo por cierto que descubrian”. Sancho de Ávila reconhecia em suas cartas ao duque de Alba que os principais encobridores de D. Antônio eram os frades³⁸⁵. Era tamanha a impertinência deste grupo que além de acolher em suas residências, registramos um curioso caso em que os frades e monjas de Acosta subornaram um oficial subalterno do terço de D. Rodrigo Zapata.³⁸⁶

Por fim, em 2 de fevereiro de 1581, o legado pontifício Riário publicou um édito proibindo os pregadores e o clero de tomarem partido da questão da sucessão do reino. Os clérigos adeptos de D. Antônio deveriam regressar para os seus claustros e fazerem penitência pelas faltas cometidas³⁸⁷.

4.3.3.3. O clero universitário

Dentro do antonismo, podemos considerar o clero universitário o grupo mais importante e o que mantinha as mais estreitas ligações com D. Antônio. No capítulo anterior, observamos o período de formação de D. Antônio no mosteiro de Santa Cruz, o que levou esta instituição a apoiá-lo na crise dinástica, sendo muitas vezes o seu refúgio e local de reuniões das lideranças do movimento. De acordo com uma descrição coeva:

Com a hida d'El-Rei para Almerim se mudou o Sr.D.Antonio para Coimbra, e se aposentou no convento de Santa Cruz, mas como o Sr.Antonio era muito amado do povo e dos estudantes da

³⁸⁴ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 170.

³⁸⁵ *Carta de Sancho de Ávila ao duque de Alba*; Porto, 9 de dezembro de 1580, apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 188.

³⁸⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 188.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 193.

Universidade, por também ahi estudar sendo moço, huns para com as letras, outras para com as armas o favorecerem³⁸⁸.

O mosteiro de Santa Cruz estava ligado à universidade de Coimbra, que institucionalmente estava comprometida com D. Antônio. O fato de D. Antônio ter sido um estudante era lembrado na crise dinástica. Em 2 de junho de 1580, o Conselho da Universidade designou Frei Luís de Sotomaior e D. Fernão Martins de Mascarenhas para receberem, com todas as solenidades, D. Antônio como rei, alegando que era “honde Sua Alteza se criara e estudara”³⁸⁹.

Os jovens estudantes tinham uma grande admiração por D. Antônio. Por exemplo, durante as cortes de Almerim, chegou a notícia que na câmara de Coimbra alguns cidadãos e estudantes “Soltarão palavras de dezobediência em favor do sôr dom Antonio”³⁹⁰. O que era um ato de desobediência ao rei, pois D. Antônio naquele momento já tinha sofrido o desterro da corte. Questionado, o cardeal rei mandou Martim Correa da Silva para punir a cidade, mas os estudantes reagiram através de uma trova que foi entregue a Correa, onde acusavam as autoridades de entregarem o reino aos castelhanos e desfavorecer o prior do Crato:

La fee sea alha dada
como el pueblo lo meresse
Pues ves que não favoresse
Al grão Antonio em nada
ya que a su Rey lê auresse.

Por outro lado, institucionalmente, existiram outras razões para o apoio a D. Antônio. O Conselho Universitário era um tradicional adversário de D. Catarina, D. Sebastião e, especialmente, de D. Henrique e dos jesuítas, que tudo fizeram para submeter à universidade aos seus interesses³⁹¹. Em outubro de 1570, a insatisfação com o governo de D. Sebastião e o poder dos irmãos Câmaras já era visível em Santa Cruz de Coimbra. Diante do rei, foi representada uma peça de teatro intitulada *Sedecias*, sobre o último rei de Judá. Era uma metáfora para a destruição de Portugal pelos irmãos

³⁸⁸ *Chronica do cardeal rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura*. Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840, p. 100.

³⁸⁹ RODRIGUES, Manuel Augusto. *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Inst. de Estudos Históricos, 1974, p. 189.

³⁹⁰ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 132.

³⁹¹ ALMEIDA, M. Lopes de. BRANDÃO, Mario. *A Universidade de Coimbra: Esbôço da sua história*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937, p. 215 e segs.

Câmaras, e a destruição de Jerusalém, por Nabucodonosor. Uma série de pasquins circulou por Coimbra contra os irmãos Câmaras e os padres da Companhia³⁹².

Um dos motivos do apoio da universidade de Coimbra também era que esta instituição era um reduto tradicional dos dominicanos, especialmente nas cadeiras de teologia. A ordem de S. Domingos foi uma grande apoiadora de D. Antônio, ao ponto das autoridades castelhanas classificarem os dominicanos como “especialmente danados”³⁹³. Duas razões ajudam a explicar este apoio. Primeiro, são os laços pessoais e de clientela em relação a D. Antônio, pois além de ter tido vários professores dominicanos, D. Antônio ainda doou um mosteiro para a ordem. Segundo, é a oposição da Ordem contra os jesuítas e cardeal D. Henrique³⁹⁴. Ao longo da segunda metade do século XVI, a ordem dos jesuítas começou ocupar espaços tradicionalmente de domínio dos dominicanos, como no Tribunal do Santo Ofício e na Universidade, fustigando a ordem de S. Domingos, acusando-os de terem cristãos-novos em seus quadros – ou mesmo através da Inquisição, em que alguns célebres dominicanos, como frei Simão da Luz, religioso do mosteiro de S. Domingos de Lisboa e lente de prima no Colégio de Nossa Senhora da Escada, foram acusados de negar a salvação pelo purgatório, o que lhe rendeu um pedido de perdão público humilhante. Tudo os aproximava do prior do Crato. Assim, não é estranho um testemunho como de António Lacerda, prior de Elvas, partidário de Filipe II, no qual declarou que “Em este nostro convento de S. Domingos de Lisboa nom houve nenhum frade que neste negocio do levantamento de Dom Antonio nom fosse culpado ou pouco ou muito”³⁹⁵.

4.3.4. Escravos

Os escravos que viviam em Portugal, especialmente em Lisboa, tiveram grande participação na causa antonina. Na capital do reino, em 1551, temos uma população de cerca de 100.000 habitantes em que 9950 eram escravos, ou seja, 10% da população³⁹⁶. Eram empregados nos trabalhos mais duros, mesmos os libertos, como, por exemplo, o

³⁹² VELLOSO, Queiroz. *D. Sebastião* (1554-1578). 2 ed. Lisboa, Empresa nacional de Publicidade, 1935, p. 131.

³⁹³ RODRIGUES, Manuel Augusto, *op.cit.*, 1974, p. 191-193, Nota (5).

³⁹⁴ Seguiremos aqui a análise de PAIVA, José Pedro. *Os dominicanos e a inquisição em Portugal (1536-1614)*. Braga: s. l., 2005.

³⁹⁵ Apud. PAIVA, José Pedro, *op. cit.*, 2005, p. 219.

³⁹⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *A sociedade*. In. MATTOSO, José. (org.), *op. cit.*, 1993, p. 469.

trabalho nas docas, carregar alimentos, vender azeite ou água – também penetravam dentro da família portuguesa no que se refere aos serviços domésticos.

D. Antônio percebeu que este enorme contingente de homens poderia ser usado na guerra e assim ordenou que todo o “negro cativo” que quisesse servir “nesta Iornada e defesa de purtugal” tornar-se-ia foro e ainda lhe pagariam um soldo. Imediatamente, “se fez huma abndeira de mais de quatrocentos negros e depois de sabido pelo Reino o preghão sobre os negros se vierão outros tantos a Lisboa asentar para servirem Sahio logo mais hum tambor da parte da cidade (...)”³⁹⁷. O que contribui para que os senhores de escravos se posicionassem contra o prior do Crato³⁹⁸, pois a aderência foi grande, e a que tudo indica muito superior a quatrocentos homens iniciais³⁹⁹.

Os negros aparecem como um grupo bastante ativo do antonismo. D. Antônio até mesmo confiou a importantíssima torre da pólvora sob a sua guarda. A fidelidade à causa antonina explica-se pelo simples fato que uma vitória de Filipe II representava o seu retorno ao estado de escravo, sendo que mesmo após a derrota de Alcântara seguiram D. Antônio em sua fuga pelo país, em que “muita gente de pee, & de cavallo, & muitos negros, dos q escaparão das mãos do inimigo (...)”⁴⁰⁰.

Por este mesmo motivo é preciso ser desfeita a imagem tantas vezes sugerida de que não eram bons combatentes. A documentação sempre destaca a sua atuação, capturando e armando emboscadas contra os soldados castelhanos. Na queda de Setúbal, além de capturar vários presos, uma testemunha relata que “também vir os Negros da banda dalem donde adnvao ao salto tomando e matando castelhanos os quais em vindo marcharão Caminho de cascais. (...)”⁴⁰¹.

Também existem indícios de uma organização interna. Em 20 de abril de 1583, após alguns anos da derrota de D. Antônio, os castelhanos prenderam cinco homens que tentavam ir para a França: “nos quais entrava hum dom pedro Negro de abito de Santiago embaxador neste Reino do Rey de Congo que hera o que serviu de capitão mor

³⁹⁷ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 168-169.

³⁹⁸ SOUSA, D. Antônio Caetano de Sousa, *op.cit.*, Tomo II, Parte II, p. 133-138.

³⁹⁹ “[em] fins de julho [1580], militavam nas fileiras do exército de D. Antônio muitos negros libertos, pois se dera alforria a quantos quizessem servir como soldados. Nos fornos de Coima havia, guardando os víveres, três ou quatro Companhias de negros, que, a 24 de julho, os soldados de Sancho de Avila e D.Fernando de Toledo foram afugentar. Antes que chegassem, já cerca de mil negros tinham embarcado, ficando ainda uns sessenta prisioneiros dos castelhanos”. PERES, Damião. *1580 o Governo do Prior do Crato*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1928, p. 67-68.

⁴⁰⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956 p. 509.

⁴⁰¹ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 171.

dos Negros no tempo do senhor Dom Antonio”⁴⁰². Seu destino foi ser preso e levado a Castela, onde acabou morrendo. Os outros foram imediatamente enforcados.

4.3.5. Os cristãos-novos

O apoio deste grupo reside em sua antiga relação com o infante D. Luís, que buscou protegê-los da Inquisição ou da Coroa. Assim, D. Antônio deve ter dado de alguma forma continuidade à política do pai, mesmo sem ter a influência de D. Luís na corte. Também contribuiu o fato de que a situação dos cristãos-novos em Portugal se complicou muito após a morte de D. Sebastião. D. Henrique, ao subir ao trono, suprimiu os privilégios que o *Desejado* concedeu aos cristãos-novos e iniciou também a queima de alguns. A situação se agravaria caso a coroa caísse nas mãos de Castela, e como veio a se confirmar, Filipe II continuou a perseguição, obrigando a todos os cristãos-novos a usarem um chapéu amarelo. De acordo com Meyer Kayserling, “os cristãos-novos formaram um partido forte e influente a favor de D. Antônio, prior do Crato, filho natural de uma judia com D. Luís, contra o cruel Felipe da Espanha”⁴⁰³. Possivelmente, era no Algarve que residia o maior apoio dos cristãos-novos:

A comuna dos judeus de Lagos, decerto rica e influente no comércio marítimo local, tinha portanto tomado também abertamente partido a favor de D. Antônio, a quem deu ali, de certeza, todo o seu apoio material e moral⁴⁰⁴.

Também, os judeus espalhados pela Europa, e agindo em segredo, era um meio natural de propagação para o antonismo, que usou este circuito de informação para transmissão de recados, como fica confirmado no na prisão ocorrida em 10 de janeiro de 1585, quando um hebreu foi preso com cartas de D. Antônio para o Turco⁴⁰⁵.

⁴⁰² SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 209.

⁴⁰³ KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo, Livraria Pioneira, s/d, p. 235.

⁴⁰⁴ IRIA, Alberto. D. Antônio, Prior do Crato no Algarve. Novos documentos para a História do seu reinado. In: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Tomo XIX. Lisboa, 1978, p. 161-162.

⁴⁰⁵ Documento Nº 171. In: OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques. *Veneza e Portugal no Século XVI: Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 314.

4.4. Dinâmicas internas

O antonismo não se resumiu a oposição contra Castela. Um conjunto de forças internas o animava, seja através de conflitos internos, que pelos mais variados motivos fragilizou-o em momentos cruciais, ou de reflexões e ideias que forneceram o suporte intelectual à sua luta. Por estes motivos, devemos analisar algumas das suas dinâmicas internas. Escolhemos duas que julgamos relevantes para a sua compreensão: a violência e as tensões internas do antonismo e os seus principais pensadores⁴⁰⁶.

4.4.1. A violência e a tensão interna do antonismo

A luta do antonismo não foi apenas contra os castelhanos: existiram conflitos dentro do movimento, muitos causados pelas percepções completamente diferentes do que estava em jogo naquela disputa. Tampouco podemos aceitar a ideia de que a população foi uma mera massa de manobra das lideranças. Desta maneira, é necessário estudar alguns casos que demonstram que as tensões internas do antonismo acabaram por enfraquecer e foram responsáveis, em parte, por seu fracasso.

Existiu uma distância social e cultural entre as lideranças e a população. Podemos perceber este aspecto quando a população decidiu matar aqueles que julgavam culpados pela situação: os governadores do reino e Cristovão de Moura. Tudo começou quando D. João Telo de Meneses, um dos cinco governadores eleitos para governar o reino, e antonista, decidiu, com a aprovação de D. Antônio, obrigar três dos outros governadores que eram filipistas jurarem obediência ao prior do Crato, alegando a necessidade de ter uma liderança para defender o reino. Obviamente que de antemão sabia-se que tal ordem jamais seria obedecida, mas fornecia uma justificativa para a prisão destes governadores.

Na noite de 24 para 25 de junho de 1580, D. João Telo, o conde de Vimioso e outros cavaleiros partiram rumo a Setúbal com a missão de capturar os governadores. Sua chegada foi acompanhada de grande alvoroço pela população. Aos poucos, tornou-

⁴⁰⁶ Ainda é necessário investigar outras dinâmicas do antonismo, como a estrutura embrionária do que seria o reinado de D. Antônio, a casa do prior do Crato como um centro autônomo de poder, a relação com as potências estrangeiras, em especial o Marrocos da qual seu filho frequentou durante anos, e, especialmente, a sua corte no exílio, cujo estudo aprofundado poderia fornecer muitos dados à problemática das cortes em um caso limite.

se uma verdadeira revolta quando a população decidiu destruir a casa de Cristovão de Moura e, na falta do próprio, matar um dos seus agentes, Rodrigo Vasquez.

Tal surto de violência não era o que a nobreza do movimento antonista esperava, pois tiveram o máximo de cuidado em criar justificativas legais para a captura dos governadores e assim, retirar da disputa aliados do rei de Castela – a intenção não era linchar os seus inimigos. A situação não chegou a este desfecho trágico pela ação do conde de Vimioso que impediu a população de cometer a violência máxima⁴⁰⁷. Existiam limites para a fidalguia antonista, influenciados pelos ideais de cavalaria e da ética militar, que não estavam dentro do horizonte daquela população, causando conflitos internos.

Por sua vez, a população também não compreendida a ação de suas lideranças. Quando Setúbal estava para cair em julho, a Companhia de negros do exército antonista conseguiu capturar um grupo de cinco cavaleiros castelhanos e dez soldados. Levados à presença de D. Antônio, este mandou que lhe dessem vestimentas e alimentos, o que causou suspeita. Depois, quando foi preso um mercador castelhano de nome Martines e um vereador de Santarém que levavam cartas e mantimentos ao campo inimigo, o julgamento de D. Antônio continuou a ser de grande tolerância, "sem castigar num hum são homem o que era de todos muito estranhado e vendo isto todos faziam o que queriam e zombavam do senhor dom Antonio (...)"⁴⁰⁸.

D. Antônio tomou estas atitudes baseado nas crenças do que era considerado na época ser um bom rei. Muitos autores prescreviam a clemência como uma das virtudes fundamentais para um príncipe⁴⁰⁹. Tanto é assim que durante o seu curto governo libertou muitos presos, prática comum quando um novo monarca assume a coroa⁴¹⁰. No entanto, não foi nenhum destes significados que a população compreendeu nestes

⁴⁰⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 50.

⁴⁰⁸ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 170.

⁴⁰⁹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O rei*. In: MATTOSO, José (Org.), *op. cit.*, 1993, p. 61-62.

⁴¹⁰ BRAGA, Paulo Drumond. Os Perdões de D. Antônio, Prior do Crato. In: Separta da revista *Brigantina*, v. XIX, Nº ¾, Junho – Dez, 1999, p. 47-57. Trata-se de um estudo pequeno, mais muito bem detalhado, a respeito dos perdões concedidos por D. Antônio, baseado em uma documentação inédita. Transcrevemos alguns de seus dados: "Disse-se que D. Antônio concedeu 57 cartas de perdões entre 22 de Junho e 19 de Agosto de 1580. As mesmas beneficiaram 66 pessoas (a diferença entre o número de perdoados e o número de cartas explica-se porque nalgumas delas foram perdoadas várias pessoas), concretamente 63 homens e apenas três mulheres. (...) Socio-profissionalmente falando, apenas se sabe que três eram mareantes, três sapateiros, um recebedor da Casa do Cível, um cavaleiro da casa real, um cavaleiro fidalgo e escrivão das almadravas de Sesimbra, um alcaide e carcereiro, um carcereiro, um quadrilheiro, um estudante da Universidade de Coimbra, um pastor, um solicitador do mosteiro de Lorvão e, finalmente, um negro e um escravo de cor não especificada. (...) A distribuição geográfica dos perdoados é algo irregular, notando-se o peso do norte do reino (...)", p. 48-50.

episódios. Apenas como uma fraqueza, pois não punia com violência os seus inimigos, gerando comentários e confusão:

E não castigava a ninguem do que ia avia murmuração E por se entender isto delle lhe faziam mil escarneos, Vindosse alguns officias do exercito castelhano botar com elle, tudo afin de o trairem, E deram ao contraio: clamava o povo disto sem remdio, e tudo era huma confusam⁴¹¹.

O fosso entre diferentes conjuntos de crenças revelou-se muito perigoso, e nem D. Antônio escapou. Em 27 de julho de 1580, um solado entrou em Lisboa com uma carta em nome do duque de Alba a ser entregue a D. Jorge, capitão mor do exército antonista. Na missiva, o duque de Alba agradecia o apoio e a futura entrega dos navios da frota antonina.

O que causou a imediata revolta da população, que “se levantou tam grande motim no povo Contra o dito dom Iorge indo a camara e todos ao paço Requerer ao sôr dom Antonio mandasse logo prender o dito dom Iorge (...)”. Porém, o prior do Crato negou-se a prendê-lo “por entender ser maranha”, mesmo assim, a população exigiu a prisão e, para acalmar os ânimos, mandou prender D. Jorge. Mas a prisão não bastou e surgiram rumores que D. Jorge fugiria da prisão. A turba arrombou as portas da prisão, ameaçando o próprio carcereiro e cercando D. Jorge. Este teria se salvado através de um discurso em que dizia “que me quereis aqui me tendes que não fogi e do que me preza he ver que em tempo em que tanta migoa faço a elRey dom Antonio meu senhor me tem aqui sem eu poder ir mostrar a leladade de verdadeiro português (...)”⁴¹².

A violência atingia até mesmo o clero. Em 7 de agosto:

pregou hum frade de nossa senhora da graça na see e disse no pulpeto que também os castelhanos eram Cristãos Como nos e que suas mulheres também os castelhanos eram Cristãos Como nos e que suas mulheres também la estavam em oração por elles Como as nossas ca⁴¹³.

O povo não entendeu a pregação, simplesmente decidiu matá-lo. Tentando se salvar, o infeliz pregador refugiou-se em uma igreja, na esperança de que aquele espaço sagrado não seria violado. Nada adiantou: o povo invadiu a igreja e o levou a Câmara

⁴¹¹ Apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 76.

⁴¹² SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953 p. 172-173.

⁴¹³ Ibidem, p. 172-173.

diante dos Vereadores, onde o pregador “desdisse diante dos Vreaqdores e de todos dizendo que o que disse fora Com Inhorância e não soubera o que disera (...)”.

O próprio povo possuiu mecanismos para repreender todos aqueles que eram contra a sua causa. Muitos que fugiam da batalha de Alcântara encontravam no caminho “as molheres lhe dezião chamadolhes traidores, que deixavam seu Rei no capo, & viravão as costas”⁴¹⁴. Mesmos os presos durante o período se recusavam a sair da prisão, pois: “Os quaes todos, ainda, q tinham liberdade p se ir adonde quisessem, não ousavão sairse emquato a Cidade andava revolta com medo de os matarem os Portuguezes (...)”⁴¹⁵.

A violência chegou ao estágio de atingir as lideranças do movimento. Em 31 de julho de 1580, o duque de Alba atacou o forte de Cascais, que barrava a entrada do Tejo. Sob sua liderança estava o corajoso D. Diogo de Meneses, que apesar de pouco poder fazer contra o inimigo, decidiu resistir. Sua situação era dramática, pois as peças de artilharia que tinha a disposição não conseguiam responder ao fogo inimigo. Mas tinha um plano que talvez pudesse funcionar. Os castelhanos, após um duro bombardeio ao forte e o seguido silêncio dos canhões da fortaleza, não esperariam encontrar resistência, desembarcando em frente ao forte para tomá-lo. Neste momento de exposição, D. Diogo esperava lançar um ataque surpresa as forças inimigas.

Mas a população não entendeu a tática. Ao perceber que seu capitão esperava o desembarque pacientemente, o povo deduziu que foram traídos e decidiram então matar D. Diego. Este, que estava em frente ao forte preparando-se para entrar em combate, teve que, as pressas, recuar para a fortaleza. Porém, seu sobrinho D. Diego de Meneses de Siqueira, filho de D. João de Meneses, antigo governador de Tânger, foi brutalmente assassinado pela população. Assim, o duque de Alba conseguiu vencer sem maiores dificuldades um obstáculo que lhe teria custado caro, mas os próprios antonistas acabaram involuntariamente o ajudando.

4.4.2. O círculo de pensadores do antonismo

Em 1586, D. Antônio começou a esboçar o que seria uma carta dirigida ao papa, em que procurou demonstrar os “não poucos e muito graves doutores senadores, conselheiros, magistrados” que o apoiaram. Na missiva, uma lista com mais de dez

⁴¹⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956 p. 504, Doc. I.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 505-506.

nomes, a maioria professores de Coimbra, com as respectivas titulações académicas, permite reconstituir parte do que denominamos como o círculo de pensadores do antonismo, isto é, um grupo de homens letrados, artistas, eruditos em geral, que forneceu o indispensável suporte intelectual na disputa dinástica⁴¹⁶. Abaixo, tentaremos reconstituir alguns dos mais importantes nomes do antonismo – alguns deles são bastante conhecidos e dispensam um exame mais detalhado, sendo que apenas nos concentraremos nas conexões com o antonismo. Também reservaremos para a próxima sessão o exame do seu pensamento, pois nosso objetivo é identificar os indivíduos que elaboram e estruturam intelectualmente o movimento.

4.4.2.1. Damião de Góis

Colocar Damião de Góis entre os antonistas é uma atitude que pode despertar questionamentos, afinal, o grande humanista português morreu muitos anos antes dos acontecimentos da crise dinástica. No entanto, devemos reconhecer a importância, mesmo póstuma, para o antonismo. Primeiramente, por ser um dos que contribuíram para representação heroica de D. Luís, essencial para D. Antônio em sua busca pelo poder e prestígio no norte da África; o ilustre humanista também foi uma das poucas vozes na corte que defendeu publicamente D. Antônio, reconhecendo-o como um príncipe que merecia todas as riquezas – o que podemos interpretar como um reconhecimento dos direitos de herança. O fato de Damião de Góis indispor-se contra a casa de Bragança, e igualmente com a Companhia de Jesus, no mesmo período em que o prior do Crato entrava em conflito com estes poderes, deve ser levado em consideração.

Podemos refletir sobre algumas semelhanças entre Góis e D. Antônio: eram ambos os homens de espírito cosmopolita, como tantos em sua época, que conviveram em locais e com pessoas de credos diferentes, mas que em nenhum momento colocaram em dúvida a virtude humanista de valorização da pátria e a sua fidelidade à Igreja de

⁴¹⁶ *Fragmento de um carta de D. Antônio para o Papa com referencia aos lentes da Universidade seus partidários*. 27 de Julho de 1586; Documento: XL. In: BRANDÃO, Mário. *Coimbra e D. Antônio rei de Portugal*, Vol.3, Coimbra: 1947, p. 55-57.

Roma. Por último, consta na reduzida biblioteca de D. Antônio, de sua época no exílio, uma cópia do livro de Damião de Góis sobre o rei D. Manuel⁴¹⁷.

4.4.2.2. Francisco de Holanda

O artista Francisco de Holanda era filho do iluminador Antônio de Holanda (c.1480/1500-1557), natural dos Países Baixos e que ocupou em Portugal os cargos de Rei de Armas e Escrivão do Cartório da Nobreza do Reino, sendo o responsável pelo desenho do brasão do infante D. Luís e depois pelo de D. Antônio.

Entretanto, Antônio de Holanda ficou doente e não pode assumir a tarefa. Seu filho, então, tomou a iniciativa e desenhou o brasão de D. Antônio, mas sem as marcas de bastardia. Esta ousada atitude, pois existiam duras penas para quem violasse os princípios da heráldica, demonstra a relação de grande amizade entre ambos. Mesmo correndo perigo, o artista apresentou a D. João III a sua concepção. Este teria perguntado o que Holanda pensava de D. Antônio, que respondeu “mereça tudo”⁴¹⁸. O

⁴¹⁷ Talvez ajude compreender um pouco sobre pensamento de D. Antônio analisar a sua biblioteca na França. Nota-se que era um momento onde vivia na completa miséria, mas o hábito da leitura continuava. Segue abaixo a lista dos livros encontrados:

1. Genealogia do Rei da França
2. *Politicorum*
3. *Tisouro político*
4. Os salmos traduzidos em Castelhana.
5. Os provérbios de Salomão traduzidos em Castelhana.
6. O Eclesiástico traduzido em Castelhana
7. *Virgilio* em Latim
8. Os salmos poéticos em Latim
9. A divisão do mundo em Italiano
10. Os salmos de David em Latim
11. Aminta, savola, boscaricie.
12. O direito que tem o povo de Portugal na eleição dos Reys
13. Seis Cartas que fez Frey Luis Soares em Latim
14. Um livro de Fr.Luis Soares em português sobre os salmos
15. Um livro velho em francês sobre guerra.
16. A Crônica delRey D.Manoel
17. Memorial da vida Cristam feito por Fr.Luis de Granada
18. Dioscorides em Castelhana
19. Outro livro em francês.

Cf. SOUSA, D. Antônio Caetano de Sousa. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, parte II. Atlântida-Livraria Editora, Coimbra MCMXLVIII, p. 143.

⁴¹⁸ *Carta de Francisco de Holanda endereçada a D.Antônio, Prior do Crato, testemunhando o contexto da origem da composição das suas armas*. Lisboa, 6 de maio de 1579 (In: Arquivo Histórico da Casa dos Duques de Alba, Espanha; facsimilada e publicada in Jorge Segurado, *Francisco d'Olanda*, Edições Excelsior, Lisboa, 1970, p. 461-463, 492, 494; leitura e transcrição paleográficas de Jorge de Matos e Nuno Campos). Apud. MATOS, Jorge de. *O Pintor Francisco de Holanda e as Armas do Prior do Crato – Uma reflexão Epistolográfica. Separata de Tabardo Nº 1*. Lisboa: Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Universidade Lusíada – Livraria Bizantina, 2002.

rei concordou com o veredito de Holanda e aceitou o brasão sem a distinção de bastardia, e desta forma, legitimando o prior do Crato.

Possivelmente, a relação entre ambos continuou durante muitos anos. De acordo com Sylvie Deswarte, o famoso livro de viagem de Francisco de Holanda pela Itália, *Antigualhas*, ficou com D. Antônio em 1571⁴¹⁹, além de este ter feito algumas possíveis intervenções em obras do artista⁴²⁰. Durante a crise dinástica, mais uma vez o pintor agiu em favor do filho de seu antigo patrono. Em maio de 1579, enviou uma carta a D. Antônio, dando detalhes de como D. João III tinha o legitimado:

Lembre-me que no Tem del Rej dom João que Deus tem fiz hum grande serviço a. vossa Alteza acerca do blasão das suas Armas, que lhe fiz, E que fiz aceitar a ElRej sem bastardia da linha preta atrauessa. E por que he chegado tempo em que muito Jimporta este negocio, (...) E he verdade tudo, E daqui ficou licença a. bossa. Alteza. de usar dali por diante do dito seu blasão E escudo limpo, sem Risco atrauesso. E sem lho poder negar, nem Rej dar mas português, nem outra nenhuma pessoa deste Rejo, nem alheo. E quanto ao dizer meu paj que por tal blasão podoa. Vossa. Alteza. vir aser Rej por ter o escudo limpo⁴²¹.

Francisco de Holanda juntou-se aos artistas e pensadores que lutaram por D. Antônio, prior do Crato, tanto pelas simpatias como pela ligação existente entre a antiga casa de seu pai e a continuidade que talvez D. Antônio representasse daquele D. Luís heroico e humanista que tanto ajudou Francisco de Holanda.

4.4.2.3. Frei José Teixeira⁴²²

Frei José Teixeira foi o mais ativo pensador do antonismo e aquele que, de acordo com Martim de Albuquerque, realizou em Portugal “a formulação mais completa

⁴¹⁹ DESWARTE, Sylvie. *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos – Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*. Lisboa: Difel, 1992, p. 59.

⁴²⁰ Ibidem, p. 241, Nota 7.

⁴²¹ *Carta de Francisco de Holanda endereçada a D. António, Prior do Crato, testemunhando o contexto da origem da composição das suas armas*. Lisboa, 6 de maio de 1579 (in Arquivo Histórico da Casa dos Duques de Alba, Espanha; facsimilada e publicada in Jorge Segurado, *Francisco d'Ollanda*, Edições Excelsior, Lisboa, 1970, p. 461-463, 492 e 494; leitura e transcrição paleográficas de Jorge de Matos e Nuno Campos). In: MATOS, Jorge de. *O Pintor Francisco de Holanda e as Armas do Prior do Crato – Uma reflexão Epistolográfica. Separata de Tabardo Nº 1*. Lisboa: Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Universidade Lusíada – Livraria Bizantina, 2002.

⁴²² Para maiores detalhes sobre este autor, ver a análise de ALBURQUERQUE, Martim de. *Acerca de Fr. José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder*. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*, 2º Vol. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 271-289.

e arrojada da teoria da origem divina do poder *per populum*, traduzida na afirmação do direito de eleição dos monarcas.”⁴²³.

Nasceu em 1543, filho de Afonso d’Afonseca e de Leonor Teixeira, família da nobreza e Alcaides-mores de Vila Pouca. Um de seus tios, Manuel Teixeira, fez parte da embaixada portuguesa à França para negociar o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. Em 1565, entrou na Ordem de São Domingos, no convento de Azeitão. Quando ocorreu a tragédia no Marrocos, era prior do convento de Santarém.

Nesta cidade, assistiu o levantamento de D. Antônio e a partir de então o acompanhou em todos os momentos. No exílio, exibiu dotes de polemista na corte francesa ao defender, em uma série de panfletos e manuscritos, os direitos de eleição popular de D. Antônio. Além da pena, envergou a espada em 1582, quando se alistou na expedição de Strozzi aos Açores, que foi derrotada. Foi então preso em Lisboa, mas conseguiu fugir em 1583, juntando-se à corte de D. Antônio novamente e prosseguindo em sua luta pelos direitos do monarca destronado através de seus diversos trabalhos⁴²⁴.

No entanto, não prestou somente serviços relevantes à corte de D. Antônio. Teve uma notável influência junto a Henrique III e a Catarina de Médici, sendo nomeado Pregador e Conselheiro Régio. Igualmente, foi protegido por Henrique IV, em que

⁴²³ ALBURQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 2000b, p. 275.

⁴²⁴ Os textos conhecidos de José Teixeira são:

(1) *De Portugalliae Ortu, Regni initis et Denique de Rebus a Regibus, universoque Regno praeclare gestis, compendium; ex fidelibus spectatissimorum Historicorum monim- etis excerptum.... per R.P.F. Joseph Teixiera Lusitanum, Ordinis Praedicatorum, et sacrae Theologiae professorem, Regisque Portugalliae concinatore. Parisiis M.DLXXXII*. Neste opúsculo, imprimido em 1582 e que logo se esgotou, D. Antônio irá patrocinar no final deste mesmo ano uma segunda impressão. Neste livro o autor, Frei José Teixeira, defendia a causa do Prior do Crato. Teve importante repercussão nas cortes europeias na criação de uma atmosfera de simpatia pelo rei exilado.

(2) *De electionis jure quod competit viris portugalensibus inaugurandis suis regibus AC principibus*, Lião, 1589; 2ª Edição.

(3) *Confutatio nugarum Duardi Nonii Leonis, ... nonnullorumque ejusce farinae interpolatorum qui lingua calamoque venales, ex vafri mendaciis... quaestum sibi parant, molientes Portugalliae regnum Philippo Austriaco, Castellae regi, jure haereditario obvenisse, ignaris priscorum portugalensium morum in suis regibus eligendis... falso persuadere et... domini Antonii, veri... Portugalliae... regis jus vellicare; excerpta... ex eruditissimi R. P. F. Joseph Texerae, ... "Anticrisi" cujus pars magna Lugduni, Galliae, anno 1589 typis mandata fuit. - Ticini (Parisiis), 1594. - In-8°, 123 p..*

(4) *Speculum tyrannidis Philippi, regis Castellae, in usurpanda Portugallia verique Portugallensium juris in eligendis suis regibus ac principibus, [a R. P. F. J. Texera] cum annotationibus I. I. F. a V., I. C. Gall., nunc tertio in lucem editum. - Parisiis, 1595. - In-8°, 129 p..*

(5) *Lê miroir de la procedure de Philipe Roy de Castille em lúsurpation du Royaume de Portugal: & du droit, que les Portugais ont delire leurs Roys & Princês*. Nouvellement traduit de latin em François, par J.D.M. Avec lês annotations de I.I.F.A.V.I.C.G., Paris 1595, in-8°, 60 págs. Publicado já no fim da vida do prior do Crato, este livro é uma tradução de outro em francês. O autor, suspeita Serrão, talvez seja o dominicano José Teixeira, que tenta derrubar as argumentações de Franchi-Conestaggio.

Para maiores detalhes, ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, *op. cit.*, p. XXXIII-XLIX e SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Fontes de Direito para a História da Sucessão de Portugal (1580)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 128-129.

argumentou em favor dos direitos do rei francês ao trono, o que desagradou à rainha Elizabeth, pois acabou por desenvolver a teoria da lei Sállica. Na corte de Henrique IV, ocupou também o papel de Conselheiro, Esmoler e Pregador. Foi também confessor da Princesa, para cuja conversão ao catolicismo teria contribuído. Circulou pela Holanda em 1592 e acabou por falecer em 1604.

4.4.2.4. D. João de Castro

El mejor Rey dellos Reyes
Antonio Rey Lusitano
Em seu Reyno no reyno o
Qu'el pueblo fue muy villano
Hablo de aquessos grandes
Que grandes llamo em vano
- D.João de Castro⁴²⁵.

D. João de Castro certamente é mais conhecido por sua contribuição ao sebastianismo do que como antonista convicto. Mas foi um personagem importante do antonismo, além de sua vida ter semelhanças com a de D. Antônio.

Assim como D. Antônio, D. João de Castro era um bastardo e seu avô foi um grande herói do reino. Este passado glorioso despertou-lhe cedo o gosto pelos estudos históricos, sendo um amante da história romana, imaginando a monarquia portuguesa como o antigo império conquistando todo o mundo conhecido “E de tal modo se me pegou o partido da Patria: que determinei de morrer, & acabar nelle”⁴²⁶.

Também, como D. Antônio, foi destinado à vida eclesiástica, sendo igualmente confiado aos jerônimos, aos 13 anos de idade, no convento de Nossa Senhora, em Sintra. Também nele se percebe o espírito inquieto e ousado, o que refletia a sua situação de ser bastardo que o obrigava a se lançar em aventuras para obter algum tipo de ascensão social, que pela origem lhe era negada. Assim, fugiu do convento tendo como objetivo cursar a universidade de Salamanca. Mas no caminho deparou-se com a recém fundada universidade de Évora, onde decidiu ficar mesmo não tendo como se sustentar. “não podendo acabar comigo que fosso criado de alguém: resolui-me de ser Estudante pobre dos que pediam pellas portas”⁴²⁷.

⁴²⁵ Apud. ALBURQUERQUE, Martim de. *O valor politológico do sebastianismo*. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*, 2º Vol. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000a, p. 277, nota (71).

⁴²⁶ Apud. ALBURQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 2000a, p. 281.

⁴²⁷ ALBURQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 2000, p. 276-278.

Mas, ao contrário de D. Antônio, foi muito agradecido dos jesuítas, pois estudou com grande dedicação em Évora, adquirindo uma sólida cultura, mas acabou por sair de universidade. Com a crise dinástica, tornou-se um ardente defensor de D. Antônio. Além do patriotismo já anteriormente destacado, foi um dos pensadores que reforçaram a tese da eleição popular. Quando ficou desiludido com a pobreza e a dificuldade do exílio, valeu-se desta teoria contra os antonistas, afirmando que a sua eleição era inválida e, a partir de então, esperou a volta de D. Sebastião.

4.4.2.5. Frei Miguel dos Santos

Frei Miguel dos Santos (c.1537-1595) foi o grande cérebro por trás do caso de D. Sebastião de Madrigal. Assim como D. João de Castro, era um dos muitos que se voltaram à crença sebastianista, mas em seu caso, era apenas um meio para colocar D. Antônio no trono. Dentre os pensadores do antonismo, era o mais próximo do rei, afirmando, quando preso, que era íntimo dos segredos do prior do Crato, pois foi o seu confessor, assistente e participou de seus conselhos. Também foi o responsável por algumas cartas escritas ao papa Gregório XIII em que defendeu a legitimação de D. Antônio⁴²⁸.

Entrou cedo na vida religiosa e destacou-se nos estudos. No entanto, isso lhe acarretou muitos problemas. Através de seus professores, frei Miguel dos Santos tomou conhecimento das mudanças que o mundo passava quando seu mestre Fr. Valentim da Luz foi queimado em um auto de fé de 10 de maio de 1562, acusado de seguir as heresias luteranas⁴²⁹. Depois, em 13 de abril de 1577, foi ele próprio denunciado para a Inquisição – o motivo foi que uma mulher teria ouvido que frei Miguel dos Santos acreditava que o purgatório garantia a salvação⁴³⁰.

Sua carreira não foi acadêmica, pois acabou tornando-se pregador régio nos tempos de D. Sebastião, onde foi um dos poucos a criticarem a jornada para África. Com o desastre consumado, testemunhou a aclamação de D. Antônio na Câmara de Lisboa e lutou contra o exército do duque de Alba⁴³¹. Suas convicções levaram a defesa intransigente da candidatura de D. Antônio, mas acabou preso e depois, perdoado. Seja

⁴²⁸ MARQUES, João Francisco. Fr.Miguel dos Santos e a luta contra a União Dinástica. O contexto do falso D.Sebastião de Madrigal. In: *Revista da Universidade de Letras – História*. II Série, Vol.XIV, Porto, 1997, p. 341-342.

⁴²⁹ Ibidem, p. 334.

⁴³⁰ Ibidem, p. 348-349.

⁴³¹ Ibidem, p. 347.

como for, acabou envolvendo-se no caso do falso D. Sebastião de Madrigal, em que afirmou, embora fosse pouco convincente tal hipótese, que tudo não passava de um plano para colocar o prior do Crato no poder. Foi enforcado em 19 de outubro de 1594, na Plaza Mayor de Madrid.

Esta história de vida permeada de conflitos e de ideias pouco ortodoxas, somado a outros antonistas, parece revelar os motivos para tanta preocupação de D. Henrique em relação as suas amizades.

4.4.2.6. Frei Diogo Carlos

Poucos dados têm-se a respeito de frei Diogo Carlos, mas a historiografia o considera tio materno de D. Antônio. Levado em consideração a presença de familiares de dona Violante no julgamento de legitimidade do prior do Crato e este apoio de frei Diogo Carlos, podemos considerar que os laços entre a família de sua mãe e D. Antônio continuaram por muitos anos. Diogo Carlos era natural de Lisboa, destinado à vida eclesiástica na ordem dos franciscanos. Foi leitor de artes no convento de Santarém e conselheiro de D. Antônio. No exílio, exerceu magistério na Universidade de Paris. Foi um dos grandes articuladores do apoio entre os franciscanos e os antonistas, pois tinha grande prestígio, considerado um grande teólogo e talentoso orador. A confiança que D. Antônio tinha em Diogo Carlos era imensa, sendo que lhe pediu para redigir o seu testamento em 1595⁴³².

4.4.2.7. Antônio de Sena

Natural de Guimarães, Antônio de Sena é um dos muitos frades dominicanos que apoiaram a causa antonina. Professou no convento de Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro e depois em Lisboa. Exerceu magistério na cadeira de teologia no Colégio de São Tomás em Coimbra. Em 1564, foi estudar em Lovaina, onde obteve o grau de doutor, em 25 de junho de 1571. Após este período de estudos, retornou para Portugal. Na época da crise dinástica, declarou o seu apoio a D. Antônio, sendo um dos

⁴³² Ibidem, p. 351-352, nota 102.

muitos que o seguiram no exílio. Morreu em Nantes, em 1 de fevereiro de 1585, onde foi sepultado no convento dos Carmelitas⁴³³.

Foi conhecido como um grande estudioso do pensamento de São Tomás de Aquino pelas universidades europeias e trabalhou em diversas edições da *Summa Theologiae*, sendo que a edição de 1569 foi dedicada a D. Antônio, prior do Crato, em um momento de forte crítica a sua pessoa, conforme analisamos anteriormente.

4.4.2.8. Luís Correa

Lente de Decreto da universidade de Coimbra. Não encontramos maiores informações a seu respeito. Inicialmente, como muitos de seus companheiros de cátedra, manifestou-se pela D. Catarina de Bragança, mas, ao perceber que esta não lutaria contra Filipe II, virou-se para o lado de D. Antônio. Escreveu um *Tratado da Sucessão...* em defesa de D. Antônio que permaneceu manuscrito, existindo apenas uma cópia na Biblioteca da Universidade de Coimbra (Ms., nº110).

4.4.2.9. Heitor Pinto

Pode Filipe meter-me em Castela, mas Castela em mim é impossível.
- Frase atribuída a frei Heitor Pinto

Frei Heitor Pinto, ao lado de Luís Sotomaior, pode ser considerado o mais erudito dos antonistas. O célebre autor de *A Imagem da Vida Cristã* somente pode ter parte de sua vida reconstituída através da de D. Antônio⁴³⁴. Pois, de muitas maneiras, a vida do frei Heitor Pinto reforça a nossa hipótese de que o antonismo está ligado a tendências dentro do humanismo cristão português.

Nasceu em Covilhã por volta do ano de 1528. Desde cedo se dedicou a vida religiosa. Estudou no Colégio da Costa junto com D. Antônio, participando do mesmo

⁴³³ PONTES, J.M da Cruz. *António de Sena, um português na história do tomismo*. Pontes. Guimarães: Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 1981, p. 84 e segs.

⁴³⁴ CARREIRA, José Nunes. *Dois Mestres de Antigo Testamento em Coimbra: Frei Heitor Pinto e Paulo de Palácio e Salazar*. In: Separata de Didaskalia, Vol. VI, 1976; Obras de Heitor Pinto, Pág. 382 (Nota 4): “Para fazer idéia do êxito internacional da exegese de Heitor Pinto é preciso lembrar as sucessivas edições das suas obras: *I Isaim Commentaria*, Lião, 1561, Antuérpia, 1567, Colónia, 1572, Salamanca 1574, Lião 1581, IBID., 1584, Colónia 1615, etc.; *In divinum vatem Danielelem Commentaria*, Coimbra 1579, Ibid., 1582, Colónia 1582, Veneza 1583, Antuérpia 1585, etc.; *In Prophetarum Ieremiae Lamentationes*, Coimbra 1579, *In divinum Nahum Commentarii*, Coimbra 1579, Colónia 1582.”

grupo de estudantes do mestre Luis Álvares Cabral⁴³⁵. Pelos dados, e caso não exista erros quanto a homônimos, eles teriam obtido grau na mesma turma, apenas com a diferença que, pelo status social, D. Antônio formou-se alguns dias antes. Também se suspeita que frei Heitor tenha trabalhado na capela do infante D. Luís⁴³⁶.

Realizou uma viagem a Roma para resolver problemas da Ordem. Voltou para Portugal em 1561, sendo nomeado reitor do Colégio de Coimbra, até 1566. Em 1567, partiu para Espanha, na Universidade de Salamanca, onde teve grande sucesso entre os alunos, mas, por disputas acadêmicas, acabou nunca conseguindo uma cadeira. Regressou a Portugal. Foi Prior do Mosteiro de Belém e depois, Provincial da Ordem de 1571 a 1574. Em 1575, tornou-se professor de Coimbra na cátedra de Sagrada Escritura.

Sobre o seu pensamento, podemos afirmar que seu humanismo diferenciava-se pelo olhar crítico aos mestres do humanismo do norte, como ocorreu com frei Murça e destacou-se como crítico da reforma protestante⁴³⁷. Em seus trabalhos, nota-se o desenvolvimento da ideia de patriotismo, que teve grande importância para os muitos pensadores que apoiaram o antonismo⁴³⁸.

4.4.2.10. Frei Luís de Sotomaior

Frei Bartolomeu dos Mártires considerou que dentre todos os membros do clero que apoiaram a causa antonina, nenhum era mais responsável pelos conflitos e distúrbios do que frei Luís de Sotomaior, pois além de “sua autoridade e letras (...) em

⁴³⁵ SILVA, J. de Brito e. *Fr. Heitor Pinto estudante e professor da Universidade de Coimbra : subsídio para a sua biografia universitária*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1925. Ver também DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Fr. Heitor Pinto (Novas achegas para a sua biografia). In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXI. Coimbra, 1953, p. 173-174.

⁴³⁶ DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Fr. Heitor Pinto (Novas achegas para a sua biografia). In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXI. Coimbra, 1953, p. 233.

⁴³⁷ Sobre as especificidades do “humanismo cristão” de Frei Heitor Pinto, ver CARVALHO, José Adriano de, *Le christianisme humaniste dans les dialogues de Fr. Heitor Pinto*. Paris: Fond. Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1984.

⁴³⁸ “Fr. Heitor Pinto viveu num período de extraordinária euforia nacional e tinha que ser-lhe sensível – ele que vivia no Mosteiro dos Jerônimos mandado construir pelo Rei Venturoso em memória da epopéia marítima dos portugueses e onde quis ficar sepultado (...). Não é de estranhar, pois, que na sua obra de exegese se encontrem referências encomiastas ao nosso espírito missionário e aos nossos descobrimentos, a D. João III e a D. Sebastião a quem, até, dedicou os seus *Comentários a Ezequiel*. (...) Entre os exegetas portugueses, é Fr. Heitor Pinto o que mais freqüentemente e ardorosamente dá aos textos proféticos uma interpretação nacionalista, aplicando-os à história e à missão de Portugal no mundo; é também, aquele que mais se refere a cidades e monumentos nacionais e aproveita todas as oportunidades para explicar termos portugueses”. RODRIGUES, Manuel Augusto. *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Inst. de Estudos Históricos, 1974, p. 298-299.

publico o em secreto y andava siempre em companhia del sobredicho [D. Antônio], y entraba em todos sus consejos, de los cuales redundaron todos los males”⁴³⁹.

Como frei Heitor Pinto, Sotomaior é um dos maiores eruditos de seu tempo. Oriundo de uma família da alta nobreza, seu pai, Fernão Eanes de Sotomaior, foi cavaleiro fidalgo e governador de Cananor, tendo oito filhos, do qual Luís Sotomaior foi destinado à vida eclesiástica⁴⁴⁰.

Entrou no convento de São Domingos de Lisboa e com 17 anos, professou na Ordem Dominicana, onde se formou em Artes. Depois, cursou teologia na célebre Universidade de Lovaina, em 1549.

Os seus dotes intelectuais chamaram a atenção das monarquias europeias. Em 1554, quando Filipe II casou-se com Maria Tudor, foi convidado para ensinar Humanidades na Universidade de Londres, Oxford e Cambridge, com o objetivo de restituir a verdadeira religião que teria sido corrompida pelas crenças luteranas e anglicanas. Ainda desempenhou o cargo de confessor de Maria Tudor, mas a morte da princesa, em 1558, e a sucessão da protestante Elizabeth, fez com que Sotomaior voltasse para Flandres e, pouco tempo depois, ministrando aulas na Alemanha.

Na última fase do concílio de Trento, no ano de 1563, foi indicado por D. Sebastião para representar Portugal – sinal evidente do seu prestígio internacional. Quando acabou o concílio, aproveitou para visitar a Terra Santa. E após uma ausência de quinze anos, frei Sotomaior retornou a Portugal, sendo convidado para o magistério na Universidade de Coimbra, na cadeira de Sagrada Escritura.

A partir de 1571, foi eleito sucessivamente Reitor-Substituto e acabou desempenhado o papel de reitor muitas vezes, graças às ausências ou impedimentos do Reitor. Neste cargo, enfrentou alguns problemas que são interessantes para entender a sua aproximação com o antonismo.

D. Sebastião retirou o direito da Universidade de administrar a sua própria fazenda, o que causou veementes protestos, obrigando o rei a recuar, mas este somente o fez “mediante a promessa feita pelos representantes da Universidade, chefiada pelo seu Reitor, de não pôr dificuldades ao contrato a estipular com os padres da Companhia de Jesus”⁴⁴¹. O Conselho da Universidade aceitaria desde que existisse uma cláusula

⁴³⁹ Apud. MARQUES, João Francisco. Fr. Miguel dos Santos e a luta contra a União Dinástica. O contexto do falso D. Sebastião de Madrigal. In: Revista da Universidade de Letras, p. 35.

⁴⁴⁰ Acompanhamos aqui o detalhado estudo sobre Sotomaior de RODRIGUES, Manuel Augusto. op. cit., 1974, p. 157- 260.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 185, nota 2.

que sujeitasse os jesuítas à Universidade, da qual Sotomaior teve a posição “mais dura e intransigente”⁴⁴². Desta forma, verifica-se uma oposição de Sotomaior aos avanços da Companhia no mesmo período em que D. Antônio também entrava em conflito. Além deste fato, Sotomaior pareceu nutrir antigas simpatias pelo filho do infante D. Luís, pois dedicou ao prior do Crato o seu livro *Scholia in Epictetum Philosophum*.

Sobre sua participação no antonismo, as autoridades castelhanas declararam que:

aconselhando-o nas matérias da guerra, sendo tão fora de sua profissão e hábito, indo para este effeito muitas vezes ao seu arrayal e fazendo outras cousas de que o povo recebeo muito escândalo e Mao exemplo, de que a meus vassalos se seguiron muitos danos, procedendo em tudo contra meu serviço e contra o que convinha ao bem comum do dito Reyno, hey o dito Fr.Luis de Sotto Mayor por indigno e incapaz da cáthedra da Escritura que lêe nessa Universidade de Coimbra⁴⁴³.

4.4.2.11. Pedro Alpoim

Pedro Alpoim representa bem aqueles setores intelectuais do reino do qual a união dinástica era uma alternativa inaceitável. Na época da crise dinástica, era lente de Código da Universidade de Coimbra e, inicialmente, foi favorável a duquesa de Bragança, deixando alguns escritos em defesa da pretendente à Coroa.

Seus argumentos são muito interessantes, pois comparava os defensores das pretensões do rei de Castela a seguidores de uma seita herética, que tentavam converter a todos às suas crenças e espalhando uma falsa doutrina. Portanto, para Pedro Alpoim, deveriam ser combatidos como se fossem luteranos⁴⁴⁴.

Como somente D. Antônio estava disposto a ir até as últimas consequências, acabou por segui-lo com grande disposição, ajudando-o na comunicação com a corte francesa e também o acompanhando em sua difícil fuga pelo reino. Retornou a Lisboa para preparar a fuga de seu rei para França, no que foi traído por Duarte de Castro que

⁴⁴² “A cláusula sugerida por alguns era esta: caso a Universidade tivesse de pegar aos Jesuítas do Colégio das Artes, estes ficariam sujeitos a ele e ao Reitor, exatamente como os demais lentes e membros das Ordens religiosas. A posição mais dura e intransigente foi tomada por Fr. Luís de Sotomaior. Exigia que a procuração deveria mencionar a cláusula de sujeição, ou não a assinaria. Depois de algumas trocas de impressões lá, convenceram-o a autenticar o documento porque a maioria aprovara a resolução sem condição.” In: *Ibidem*, p. 185, nota 2.

⁴⁴³ Apud. RODRIGUES, Manuel Augusto. *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Inst. de Estudos Históricos, 1974, p. 190. A sua expulsão na universidade não durou muito. O prestígio acadêmico, a força da institucional da universidade de Coimbra e, principalmente, a sábia política de conceder perdões de Filipe II, conseguiram que Sotomaior retornasse à universidade, embora sem gozar do prestígio anterior.

⁴⁴⁴ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando J., *op. cit.*, 2000, p. 203, nota 70.

se vendeu ao rei de Castela. Na noite de 13 de março de 1581, o navio que tinha como missão buscar D. Antônio foi interceptado pelas forças castelhanas no Tejo. Nele, um grupo de antonistas foi preso. Entre eles, o doutor Predo de Alpoim, seu primo Gomes de Alpoim e seu filho de dezoito anos, dois frades da Ordem dos Agostinhos, Frei Agostinho Trindade e Frei Gregório de Santo Agostinho, três homens do povo, um escravo e um criado de bordo. O professor de Coimbra foi executado em abril de 1581⁴⁴⁵.

4.4.2.12. Manuel da Fonseca Nóbrega

Este Doutor em direito Civil foi lente de Instituta na Universidade de Coimbra, em 1550, e teve um papel importante na administração da Coroa, onde desempenhou o papel de Desembargador do Paço e Corregedor da Corte, além de ser cavaleiro da ordem de cristo. Foi ele que, em 24 de junho de 1580, aclamou D. Antônio quando este entrou em Lisboa. Naquele momento fez um importante discurso em defesa da tese da eleição popular, que acabou se perdendo⁴⁴⁶.

Lutou na batalha de Alcântara, onde foi morto na defesa de seu rei. A sua ruína acompanhou a de seus familiares. De acordo com D. Antônio, Filipe II agiu de maneira extremamente cruel, “porque elle mandou que a esposa de Nóbrega mulher Nobre e muito honesta fosse enviada em desterro miserável para Castella e confiscou em parte suas heranças e bens e em parte as deu à pilhagem⁴⁴⁷”.

4.4.2.13. Paio Rodrigues de Vilarinho

Pouco se sabe deste partidário de D. Antônio. Era natural de Beja, onde D. Luís era duque, e sendo agraciado como uma bolsa por D. João III para estudar em Paris, em 1528. Doze anos depois, era Mestre em Artes e professor da Sorbonne, gozando de grande prestígio entre seus pares⁴⁴⁸. Em 1544, foi encarregado de leitura do Antigo Testamento na Universidade de Paris. Mas com a crise no colégio das Artes, foi nomeado por D. João III, em 1 de janeiro de 1551, para seu governo, em que conseguiu estabelecer a paz entre as facções em conflito. Neste tempo, participou da cerimônia de

⁴⁴⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 198-199.

⁴⁴⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1960, p. 60-61.

⁴⁴⁷ *op. cit.*, Documento: XL. In: BRANDÃO, Mário, *op. cit.*, 1947, p. 55-57.

⁴⁴⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto, *op. cit.*, 1974, p. 107-108.

formatura de D. Antônio, no grau de mestre. Permaneceu por quatro anos no cargo, sendo o seu substituto Diogo de Teive⁴⁴⁹. Não foi possível descobrir as razões que o levaram a apoiar D. Antônio, apenas temos esta citação do prior do Crato:

este sendo consultado e perguntado de seus próprios irmãos e de muitos nobres, para que elle declarasse livre e ingenuamente o que pensava e sentia: disse constantemente e affirmou que se fora preciso morreiria pela defesa d'esta muito clara e evidete verdade. [a causa de D.Antônio]”⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ BRANDÃO, Mario. *O Colégio das Artes*. Vol. I (1547-1555). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924, p. 172.

⁴⁵⁰ *op. cit.*, Documento: XL, In: BRANDÃO, Mário, *op. cit.*, 1947, p. 55-57.

4.5. O pensamento antonista

Os estudos do pensamento antonista, ou das razões que levaram ao apoio ao prior do Crato, fornecem duas interpretações para o problema: uma seria a existência de um sentimento de patriotismo que levou o povo a aclamar D. Antônio e a resistir à Castela; outra, é de que seria apenas uma ideologia de uma elite para justificar a sua tomada do poder. Ao poucos surgiram algumas tentativas de aprofundar a discussão sobre a natureza do discurso antonista, como a eleição popular ou os argumentos jurídicos de sua legitimidade, mas sem realizar uma interpretação de conjunto⁴⁵¹.

Em contrapartida, nas últimas décadas, os estudos sobre o discurso filipista, ou favorável a manutenção da monarquia espanhola, teve um notável desenvolvimento, especialmente pelos esforços do historiador espanhol Fernando Jesús Bouza Álvarez⁴⁵². Seus estudos sobre a união das coroas e a retórica filipista revelaram toda uma dimensão da crise dinástica: o fato que os próprios portugueses tinham razões para desejarem entrar na Monarquia Católica assim como terem negociado esta entrada condicionando a preservação de sua autonomia, o que foi confirmada nas cortes de Tomar (1581). O que abriu caminho para novas possibilidades de interpretar-se o discurso antonista⁴⁵³.

Pois, se o discurso filipista permitiu desvendar as crenças, expectativas e os mecanismos lógicos pelo qual os homens daquela época tomavam suas decisões políticas, então é necessário um mesmo esforço para entender os discursos antonistas. Em outras palavras, buscaremos identificar as crenças, isto é, as razões e crenças que motivaram os indivíduos a praticarem as ações em favor de D. Antônio⁴⁵⁴.

⁴⁵¹ Para a questão da eleição popular e do patriotismo, ver ALBUQUERQUE, Martim *Estudos da Cultura Portuguesa*. 2º Vol. S.L Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000; e a respeito dos aspectos jurídicos, ver CUNHA, Mafalda Soares da. A questão jurídica na crise dinástica. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Estampa, 1993, p. 552-559.

⁴⁵² A produção deste historiador é extensa. Especificamente sobre a crise dinástica, é fundamental a sua tese de doutorado: BOUZA ALVAREZ, Fernando Jesus. *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Vol. I e II. Madrid: Universidade Complutense, 1987.

⁴⁵³ “Aplicando, com as naturales precauciones, una clave nacionalista a la Sucesión de Portugal encontramos que esta crisis puede ser interpretada como un enfrentamiento entre los que quieren *ser reino por si* y los que prefieren *ser con otros en una corona*, entre el estado de un único reino y las multiformes reuniones de dominios, como era la Monarquia Católica.”. BOUZA ALVAREZ, Fernando Jesus. Vol. I, *op. cit.*, 1987, p. 182.

⁴⁵⁴ O campo da História das Ideias oferece uma grande gama de possibilidades teóricas para estudar o pensamento. Nossa interpretação parte da idéia de rede de crenças, desenvolvidas inicialmente por William Quine (QUINE, W.O; ULLIAN, J.S. *The Web of Belief*. New York : Random House, 1970; e o clássico QUINE, W.O *Words and Objects*. Cambridge: The MIT Press, 1960. Consultado a partir da tradução *Palavra y objeto*. Trad. Barcelona: Editorial Labor, 1968). Tal conceito pode ser extraído da tradição da filosofia pós-analítica americana de autores como Donald Davidson (DAVIDSON, Donald. *Actions, Reasons, and Causes*. In: *The Journal of Philosophy*, Vol.60, n.º23; 1963, p. 685-700) e Hilary

4.5.1. O sangue dos antepassados

No segundo capítulo, investigamos o uso recorrente do argumento que D. Antônio era o filho do infante D. Luís e, assim, deveria ser o rei de Portugal. Também verificamos que tal argumento expressava tanto a legitimidade como a atribuição a D. Antônio das virtudes do pai. Esta associação era possível graças à crença na capacidade de transmissão das qualidades pelo sangue, como descreve Mafalda Soares da Cunha:

A linhagem era, no entanto, sublinhada como a forma preferencial de demonstrar fidalguia, pelo que era imprescindível, a quem se reivindicava como tal, saber identificar, no mínimo, três gerações anteriores (pai, avô, bisavô) (...) Considerava-se que o sangue garantia a transmissão das qualidades dos antepassados, o que, embora reduzindo as probabilidades, não retirava a possibilidade da perda da dignidade fidalga. A responsabilidade, e também a obrigação, de manter o nível das qualidades herdadas era sempre atribuída a cada fidalgo através da idéia expressa de os erros e maus comportamentos se repercutirem não só sobre o próprio e respectiva descendência, como também sobre todos os seus antepassados⁴⁵⁵.

O caso de D. Antônio é apenas o mais evidente. A ideia de que a defesa do reino contra Castela era uma obrigação devido à memória dos antepassados era muito comum entre os antonistas. Acreditava-se que o sangue dos antepassados tinha dado a nobreza portuguesa um estado de honra e glória que estaria ameaçado pela incorporação do reino na monarquia espanhola:

Putnam (PUTNAM, Hilary. *Reason, Truth and History*. Cambridge: University Press, 1981). Esta corrente tem sido importante para o desenvolvimento de pesquisas que envolvem o estudo do pensamento político ou das ideias, como pode ser verificado nos muitos trabalhos teóricos de Quentin Skinner (SKINNER, Quentin. *Lenguaje, política e historia*. Trad. Bernal: Univ. Nacional de Quilmes, 2007) e mais recentemente, os de Mark Bevir (BEVIR, Mark. *A Lógica da História das Ideias*. Trad. Bauru, SP: Edusc, 2008). A palavra crença em português geralmente se refere à verdade dentro da religião ou em um sentido de verdade fraco; no inglês *belief* tem um sentido mais forte e aplica-se a qualquer área. Também, uma crença não consiste em uma certeza absoluta, é uma atitude, uma disposição para acreditar que aquilo é verdadeiro, enfim, nosso conceito de crença refere-se a qualquer proposição que um agente considera verdade ou provável que seja. Por sua vez, as crenças não são auto-sustentadas, elas dependem umas das outras no que pode ser descrito metaforicamente como uma rede em que as crenças encadeiam-se através do raciocínio, isto é, dentro de uma coerência. Tal metáfora ilustra o fato que as crenças que um indivíduo ou um grupo social compartilham devem ser vistas como entidades sempre abertas e fluídas (Pois “Though many of our beliefs are here to stay, at other points the body of your beliefs is, we noted, perpetually in flux. Primarily this is because our senses keep adding information”, QUINE, W.O.; ULLIAN, J.S., *op. cit.*, 1970, p. 6), em constante realinhamento conforme outras crenças são adquiridas e/ou a experiência no mundo se dá. Não existe aqui lugar para metáforas de profundidade, ou algo que tenha um núcleo ou um conjunto de crenças fundamentais: seu “centro” é virtual depende tão somente do ponto de partida que o historiador deseja abordá-las. (BEVIR, Mark, *op. cit.*, 2008, p. 245-246).

⁴⁵⁵ CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 54-55.

quem himos buscar, ou que guerra, fazemos, ou se temos nos a terra, que não ganharão por alança nossos Pays, e Auós, contra infieís (...) e se Castella no tolher a redificação de nosso Portugal defendernoshemos com o nosso Capitão que será Jesus Christo⁴⁵⁶.

Filipe II era visto como alguém que não compartilhava o mesmo sangue dos portugueses, mesmo sendo ele neto de D. Manuel I. O problema era que os antonistas acreditavam que somente os reis naturais da terra tinham o sangue dos heróis do passado, que, ao custo de seu sacrifício, conquistaram a terra dos infieís. Assim, dentro desta metáfora do sangue, o rei de Castela era tido como um “padrasto”⁴⁵⁷.

A crença que o sangue transmite as qualidades ao mesmo tempo em que exige a manutenção destas aproximou o pensamento antonista de outro conjunto importante de crenças: a de defesa da pátria ou da terra natal. Muitos pensadores do período começaram a incluir o patriotismo dentro do Quarto Mandamento: “Honrar Teu Pai e Tua Mãe”. Alguns dos responsáveis por esta aproximação são justamente futuros simpatizantes do antonismo, como o professor de Coimbra Martín de Azpilcueta Navarro, que no seu *Manual de Confessor e penitentes*⁴⁵⁸, esclarece que:

por pays em este mandamento, entendemos principalmente (como diz ho Concilio Coloniense) os que nos geraram, e os parentes, a terra, e amigos della, que nos conservam. E secundariamente os governadores ecclesiastios, e seculares. E os que tem cuydado de nos outros, como sam os titores, curadores, mestres e ayos: e ainda todos os próximos segundo S.Boaventura.⁴⁵⁹

⁴⁵⁶ Carta: que se fez em resposta de outra, que nos persuadia que nos entregássemos à Castela e que lhe não façamos guerra, e os sentidos de seos capitulios são os que seguem apontados ao que responde. Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms., Nº155. In: FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 63

⁴⁵⁷ “Perguntovos Senhor quem havia o povo de ter Rey, ou em que manda havia de eleger, senão a hum filho, e só no Reyno da geração dos nossos Reys, e senhores, e do sangue daquelles grandes Reys, que nos ajudarão a ganhar as terras que pessuíamos, que nos conhesião por nome, e engrandecerão com merces honras, e acrescentamentos, e que forão no ganhar do Reyno com seu braço, e sangue, e por nos derramarão como pays; Pois agora senhores, porque lhe queremos dar padrasto (...)”. In: *op. cit.*, Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms., Nº155. In: FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 69.

⁴⁵⁸ *Manual de Confessor e penitentes, Que clara e brevemente contem a universal decisam de quase todas as duvidas que em as confissões soem ocorrer dos peccados, absolvições, restituções, censuras e irregularidades*. Coimbra 1560. O “Doutor Navarro” é descrito pelo próprio D. Antônio como seu simpatizante, mas não achamos elementos ou documentos que permitam atribuir tal ligação. Ver *Fragmento de um carta de D. Antônio para o Papa com referencia aos lentes da Universidade seus partidários*. 27 de julho de 1586; Documento: XL. In: BRANDÃO, Mário, *op. cit.*, 1947. Por sua vez, Justus Lipsius, autor presente na biblioteca de D. Antônio, foi um dos pensadores que elevou a um segundo posto, inferior apenas ao amor a Deus. Cf. NAUERT, Charles G. O pensamento. In: CAMERON, Evan (cor.). *História da Europa: O século XVI*. Porto: Fio da Palavra, 2009, p. 156.

⁴⁵⁹ Apud. ALBUQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 1974, p. 103. De acordo com o autor, “Decerto, Martim de Azpilcueta não fala aqui na pátria, mas o vocábulo terra, como já se viu, é-lhe equivalente. E na versão latina do *Manual* o termo que lhe corresponde é o termo latino *patriam*”, p.118-119.

Muitos manuais de confessores do período incitavam os clérigos a questionar se o indivíduo tinha ódio de seus pais, pátria, reino ou papa, considerando até mesmo um pecado mortal⁴⁶⁰. Esta atitude, de questionar os indivíduos quanto a sua fidelidade a pátria e aos antepassados, era muito comum entre os antonistas e teve muitas vezes desfechos funestos como observamos anteriormente.

4.5.2. A pátria no discurso antonista

Em 3 de agosto de 1580, em Lisboa, uma peculiar bandeira formou-se para marchar na batalha de Alcântara. Os frades de São Francisco decidiram eleger para ser o seu capitão um frei de origem castelhana que “de melhor vontade o aceitou”. Todos que adentravam a esta bandeira tinham que jurar “morrer pella defensam de portugal e não tomar nunca atrás ne no prometido nem na peleja e de serem em tudo muito leais e fieis a pátria”. A bandeira atraiu uma multidão de voluntários, em grande parte devido ao seu capitão que percorria as ruas com seu bastão e uma estátua de São Francisco que “Com as exortações que fazia atrahiam os corações dos homens a seguir tais pendois e asentaresem por soldados por onde veyo a fazer huma bandeira de muito fermosa gente apostada toda a morrer”⁴⁶¹.

Dentre todas as crenças do antonismo, nenhuma parece estar mais disseminada do que a ideia de *Pro patria mori* (Morrer pela pátria). Podemos encontrar expressões como “ser leal e fiel a pátria” ou “morrer pela pátria” com tanta frequência e proferidas seja por populares, seja por eruditos, que não restam dúvidas da sua importância para o antonismo. No entanto, isto nos leva a polêmica a respeito da capacidade de que a palavra pátria tem de influenciar o comportamento dos agentes na Idade Moderna.

Para analisar esta problemática devemos, primeiramente, levar em consideração os diferentes tipos de significados que existem em torno de uma palavra⁴⁶². Como é de conhecimento, constata-se que a palavra pátria carece de um significado semântico forte, isto é, as condições de verdade para o seu emprego são poucas ou inexistentes naquele período. Ao contrário de palavras como império, reino, rei, coroa, etc., cujo emprego é regulado por uma série de condições e pré-requisitos para que uma proposição que a contenha seja verdadeira (basta pensar o quanto uma expressão como

⁴⁶⁰ ALBUQUERQUE, Martim de. *A consciência Nacional Portuguesa: Ensaio de História das Ideias Políticas*. Vol. I. Lisboa: Tipografia Guerra, 1974, p. 117.

⁴⁶¹ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 174.

⁴⁶² Seguiremos aqui a proposta de análise do significado encontrada em BEVIR, Mark, *op. cit.*, 2008.

D. Antônio é rei de Portugal necessita de argumentos para ser considerada correta), a palavra pátria não sofre com qualquer tipo de regulamentação em um sentido forte, sendo empregada de maneira muito diversificada, não sendo raro o seu uso de maneira contraditória.

Mas a ausência de um significado semântico não foi impedimento para o seu constante emprego. Uma forma tradicional de contornar o problema é o de verificar se tais usos eram antecipações das condições de verdade modernas para o seu emprego, isto é, como sinônimo de uma unidade territorial, linguística e cultural. Esta abordagem resultou em expressões que descrevem o fenômeno como a “formação da consciência nacional”, “nacionalismo primitivo”, “primeira expressão da pátria em sentido moderno”, para descrever a presença da palavra pátria e nação nos discursos antonistas.

Contudo, sem um significado consistente, continuou sendo muito difícil sustentar uma hipótese que faz da pátria o eixo articulador de um discurso ou a principal razão de um grupo entrar em conflito na Idade Moderna⁴⁶³. Particularmente, António Manuel Hespanha foi um dos mais duros críticos da ideia de um patriotismo ou nacionalismo naquele período. Seu argumento é que a sociedade era composta de múltiplos poderes, em uma concepção organicista, em que um poder central era tido como uma monstruosidade; segundo, e mais decisivo, o ente Portugal não possui um estatuto jurídico como no Estado oitocentista. Assim, deduz-se que ele é desprovido de qualquer carga semântica significativa. O conceito de nação portuguesa possui uma “carência do estatuto teórico que apenas receberá com a teoria política revolucionária e romântica”⁴⁶⁴.

Esta leitura, quando tomada como única chave interpretativa para os discursos antonistas, leva-nos a um paradoxo. Ela nos força a tratar o patriotismo do antonismo como algo “em formação”, “vago”, “primitivo”, algo que apareceu no horizonte, mas suas formas continuam indefinidas. Se este for o caso, como podemos explicar o seu constante emprego e até mesmo a presença de uma retórica de sacrifício? Temos que reorientar a questão e buscar outros tipos de significados, o significado linguístico ou conceitual, ou seja, o repertório de usos conhecidos da palavra que estavam disponíveis para os antonistas.

⁴⁶³ Para uma crítica à ideia de antecipação, ver SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas. History and Theory*, Vol. 8, N° 1, p. 3-53, 1969.

⁴⁶⁴ HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 171.

De acordo Martim de Albuquerque, o uso mais frequente é o de terra natal, a aldeia, a cidade, região ou província de origem. Assim, “é um sentido particular e não geral” que ela se refere. Na Idade Média, a palavra latina *patria* era comum em documentos diplomáticos, pois a partir do direito romano ligou-se a *patria* à ideia de província romana, ou seja, uma entidade política. O que é possível de se observar em alguns documentos de D. Henrique e Afonso Henriques⁴⁶⁵.

Em língua vernácula, a palavra *pátria* surge no final da Idade Média, possivelmente entre os italianos que procuravam um termo para expressar uma realidade política acima das cidades-estado. Já em português, ela apareceu no século XV, entre cronistas e nos meios eclesiásticos, o seu uso continua sendo o mesmo, ou seja, como um sinônimo para a palavra terra⁴⁶⁶. A partir desta constatação, torna-se possível compreender grande parte do seu uso pelos cronistas, especialmente nos discursos das camadas populares ou do baixo clero, como bem revela Pero Roiz Soares: “E o que pior era de tudo ver portuguezes naturais da patria da terra quem ela mesmo criou asy dos que vinhão no exercito (...) como se gloriavão de ver destroidos saqueados seus naturais”⁴⁶⁷.

No entanto, este não é o único uso conhecido. Nos meios eruditos, isto é, no clero, desenvolveu-se a crença que a morte pela pátria poderia ser interpretada de maneira semelhante ao martírio pela fé. Em seu início, o cristianismo, dentro da visão de Santo Agostinho, acreditava que a morte pela pátria praticada pelos romanos era diferente daquela dos cristãos, que a deveriam fazer pela da cidade celeste, pois pátria na cultura greco-romana significava a cidade e somente os bárbaros eram designados pelos nomes de sua terra de origem, os *patriotai*⁴⁶⁸. Esta situação mudou com o ideal de cruzada. Os ataques dos muçulmanos em terras cristãs, cuja obrigação de defesa cabia a nobreza, fez com que o discurso de defesa da terra fosse empregado com o mesmo sentido de defesa da Terra Santa⁴⁶⁹. Assim, para a nobreza, surgiu um novo tipo de

⁴⁶⁵ ALBUQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 1974, p. 99-100.

⁴⁶⁶ ALBUQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 1974, p. 104.

⁴⁶⁷ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 181-182. Também “A todas as Igrejas por ordem humas tantas cada dia onde avia pregaçois e nelas se não pregava outra materia mais que exortar todos fossem com animo pelejar e morer por defensão da pátria (...), Ibidem, p. 169 estando todo povo na cidade as misas e pregaçois (...)”. Outro exemplo: Nas vésperas da batalha de Alcântara, em 21 de agosto de 1580: “Ao ficaram sabendo que os castelhanos estavam próximos (...) ao povo dezião q todos por amor daquelle senhor fossem defender a cidade e a patria e moressem por isso e os que estavam pregando exortando Com todo fervor que acodissem todos E fossem o que foi causa de animar tanto os homens que a cidade em mui breve espaço se despeiou toda não ficando nella senão doentes”, (p. 177).

⁴⁶⁸ KANTOROWICZ, E. *Morrer pela pátria*. Trad. Lisboa: João Sá da Costa, 1999, p. 7.

⁴⁶⁹ Ibidem, p. 14-15.

sacrifício em que era possível obter uma honra para a linhagem que era reservada aos mártires da Igreja⁴⁷⁰. Em Portugal, esta aproximação estava perfeitamente disponível aos antonistas nas crônicas do reino, como afirma Martim de Albuquerque:

Fernão Lopes fez chegar até aos nossos dias o dito de Pedro Rodrigues, Alcaide de Olivença, sobre os mortos em defesa do reino: *estes que morerom por deffensom do rreino, Deos lhes avera merçee aas almas*. Nestes passos a substituição da palavra terra pelo vocábulo *reino* acentua bem o complexo de elementos políticos e afetivos que lhe andam já ligados. O próprio Mestre de Aviz que exprimiu teluricamente, de acordo com uma fala atribuída por Fernão Lopes, a idéia nacional, empregou vulgarmente a expressão *defensão do meu Reino*.

Assim, de acordo Ernst H. Kantorowicz, a ideia de *pro patria mori* surgiu basicamente da *caritas* cristã, sendo anterior ao humanismo e a sua origem medieval. O rei deveria, assim, imitar o exemplo de Cristo em favor do reino ou da pátria:

o sacrifício do Príncipe em favor de seu *corpus mysticum* – o Estado secular – comprova-se, de modo mais direto e em um nível diferente, ao sacrifício de Cristo: ambos sacrificavam suas vidas não só como membros mas também como cabeças de seus corpos místicos⁴⁷¹.

Com o humanismo, o patriotismo foi incorporado definitivamente nas muitas virtudes de que a nobreza poderia cultivar para obter a honra. Não era uma qualidade para populares, mais restrita a pequenos grupos educados da nobreza guerreira ou chefes de algum território, sendo uma das virtudes que somente poderia ser demonstrada na guerra. Os humanistas, ao beberam nas fontes romanas a retórica de elogio a morte pela *patria*⁴⁷², forneceram aos seus mecenas um vasto arsenal retórico, permitindo a aristocracia dispor de mais um meio de requisitar mercês e privilégios de seus monarcas. Muito da retórica antonista de sofrimento pela pátria enquadra-se nesta concepção:

Vede os que llaa estão ausentes pola liberdade dela (sedo presentes) todo o que lhes foi possível, pellejando pelo seu Rey natural contra o

⁴⁷⁰ “Dessa forma, por analogia, a morte em favor do corpo político ou da *pátria* era encarada em uma perspectiva realmente religiosa e era entendida religiosamente mesmo fora da heroificação clássica e da posterior amplificação da trombeta humanista. Era um sacrifício ainda mais digno porque era feito em favor de um corpo moral e político que acalentava seus próprios valores eternos e havia sua autonomia moral e ética ao lado do *corpus mysticum* da Igreja”. KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 166.

⁴⁷¹ Ibidem, p. 162.

⁴⁷² KANTOROWICZ, E., *op. cit.*, 1999, p. 5.

estrangeiro e inimigo, e que perdendo suas mulheres, filhos e parentes pêra os mais não ver, e não estimando a perda de suas fazendas e bens usurão de tanta grandeza de animo, e fineza de sua lealdade como quem a mamarão no leite do antiquo Portugal (a os quoaís os que quaa estamos temos inveja) o seguirão o seu Rey acompanhando o, e servindo o, ate morte (cuja gloria e memória se não perdera em quanto o mundo durar) muito mais desejarão a vinde deste Rey o qual com muy mejores mercês e honras os há de gratificar pois fizeram o que devião e comprirão como os direitos, e pensão que deviam a Deos, ao rei, e a patria⁴⁷³.

Em grande parte o problema pode ser considerado resolvido. Devemos agora retomar ao campo dos significados hermenêuticos ou primários, isto é, que o autor quis dizer com as palavras que acreditava expressar. É neste espaço que os usos incorretos, equivocados ou mesmo intencionalmente inovadores manifestam-se. O antonismo além de mobilizar os usos conhecidos, expressou novas formas para o emprego de palavras como pátria e nação, atribuindo-as como uma qualidade inerente do *ser português*. O que foi feito concomitantemente com as reflexões dos antonistas sobre a identidade portuguesa.

4.5.3. A identidade portuguesa: a personificação de Portugal como sujeito coletivo

O problema da pátria remete-nos diretamente ao problema da identidade portuguesa. Muitos autores têm sugerido que no momento da crise dinástica ocorreu uma “tomada de consciência” a respeito do que significava *ser português*. Múltiplos fatores detonaram este processo: a ausência de um rei⁴⁷⁴, a presença de tropas estrangeiras, o medo da ocupação de espaços na corte pela nobreza de outros reinos, enfim, parece não haver dúvidas que estamos diante de um momento de formação da identidade portuguesa.

Francisco Bethencourt, em sua análise do problema da consciência nacional, no que se refere ao antonismo, observa que, em 1580, nas orações de Miguel de Sousa e de Febo Moniz nas cortes de Almeirim, se:

invoca de uma forma explícita a nação portuguesa (...). Trata-se, tanto quanto eu sei, de uma das primeiras vezes em que o termo “nação” é

⁴⁷³ *Resposta...* apud. ALBUQUERQUE, Martim de. *O Valor politológico do sebastianismo*. Paris: Fund. Calouste Gulbenkian, 1974, p. 281, nota 80.

⁴⁷⁴ “Neste caso, o rei e a nação não se identificam nem se opõem, mas compensam-se: a ausência de um faz emergir a outra”. In: CURTO, Diogo Ramada. *Historiografia e Memória*. In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Vol.III. Lisboa: Estampa, 1993, p. 373.

utilizado com o sentido político preciso de comunidade histórica com realidade e projeto autônomo⁴⁷⁵.

Novamente, estamos diante do problema adiantamento ou anúncio do que seria a identidade portuguesa, expressa na ideia de “formação da consciência nacional”. O problema de tal perspectiva é que ela parte da premissa que existe um tipo ideal de consciência nacional e que, aos poucos, através de vislumbres, chegou-se ao conceito moderno. Não restam dúvidas que esta é uma solução possível, mas acaba fazendo do discurso antonista uma ideia sem consistência, fraca, fruto de um desespero talvez. Enfim, coloca-se a questão se tal teria potencialidade de desencadear uma luta armada por tanto tempo e ao preço de tantas vidas.

Outra possibilidade de análise sobre o problema da identidade foi desenvolvido por Paul Ricoeur⁴⁷⁶. Em sua concepção, a identidade é um problema que sempre deve ser entendido dentro de uma divisão interna, em um processo dialético e nunca acabado, através da tensão entre dois pólos: a identidade-*idem* (mesmidade, o caráter, o que é imutável através do tempo) e a identidade-*ipse* (ipseidade, identidade pessoal e reflexiva, talhada pela alteridade no tempo).

Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder a questão “*Quem* fez tal ação?” ou “*Quem* é o seu agente, o seu autor”. A questão é respondida primeiramente por uma nomeação, um suporte de permanência que se refere à identidade *idem* da mesmidade: o nome da pessoa, o físico, um conjunto de qualidades, virtudes, etc. Mas a temporalidade exige que a resposta ao *quem* da ação seja colocado dentro de uma narrativa, de uma história, ou na sucessão de fatos e acontecimentos, pois é preciso garantir que o *quem* da nomeação é o mesmo por toda temporalidade. A identidade do *quem* é, portanto, uma identidade narrativa. Sem seu auxílio, o problema da identidade pessoal não possui solução: ou é um sujeito idêntico por toda a temporalidade, ou um puro diverso de cognições e emoções:

a identidade narrativa mantém-se entre as duas; tornando narrável o caráter, a narrativa restitui-lhe o movimento, abolido nas disposições adquiridas, nas identificações-com sedimentadas. Tornando narrável a perspectiva da verdadeira vida, ele lhe dá os traços reconhecíveis de personagem amados ou respeitados. A identidade narrativa mantém

⁴⁷⁵ BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991, p. 480-481.

⁴⁷⁶ RICOEUR, Paul. *Si-mesmo como um Outro*. São Paulo: Papyrus Editora, 1991.

juntas as duas pontas da cadeia: a permanência no tempo do caráter e a da manutenção de si⁴⁷⁷.

Assim, podemos substituir uma abordagem que se vale de um conceito fixo de identidade que aos poucos vai formando-se e analisar o problema através de três variáveis: (1) O sujeito coletivo desta identidade, o suporte físico; (2) As suas qualidades, virtudes, a sua identidade *idem* que garante o seu reconhecimento; (3) A trajetória no tempo que reforça e serve como teste que confirma estas qualidades, a identidade *ipse*.

Na Época Moderna, a representação coletiva da sociedade deu-se através da ideia de que o rei em seu corpo personificava a sociedade⁴⁷⁸. No entanto, é dentro dos discursos antonistas que temos a passagem do sujeito coletivo *rei* para o de *Portugal*. Ainda, de acordo com Bethencourt⁴⁷⁹, a primeira vez que isto ocorreu encontra-se em Gil Vicente na farsa *Lusitânia*, mas é somente nos discursos antonistas que vai ganhar força, nomeadamente no texto *Lembranças do reino de Portugal* de 1579.

Estas *Lembranças*... têm como particularidade o uso de uma meta-personagem denominada “Portugal”, que recorda aos seus filhos de suas obrigações naqueles tempos difíceis, relembrando todos os momentos que seu “corpo” foi tomado pelas tropas castelhanas e os terríveis males que isso causou⁴⁸⁰. Como uma figura paternal, Portugal recorda aos seus filhos da conduta correta a seguir, o que reforçava o compromisso entre os vivos e os mortos, e que era maior do que os interesses particulares: “Recordo-vos, maiores e nobres meus, que não vos ceguem pretensões para deixeis de fazer o que sois obrigados, enganando-vos com aquelas e com seus intentos”. Esta obrigação é a própria manutenção de uma identidade, que os antonistas engenhosamente vão reformular adequando a situação da crise dinástica⁴⁸¹.

⁴⁷⁷ Ibidem, p. 196.

⁴⁷⁸ Estes conceitos: “Atingiram elas uma primeira maturidade quando, em meados do século XIII, Inocêncio IV, o grande papa-jurista, introduziu ou elaborou a noção de *persona ficta*, a pessoa fictícia ou (como nós diríamos) a pessoa jurídica, abstração que é de qualquer agregado de indivíduos – corporação, comunidade ou dignidade – sem a qual nenhuma sociedade moderna poderia facilmente existir”. KANTOROWICZ, E., *op. cit.*, 1999, p. 19.

⁴⁷⁹ BENTHENCOURT, Francisco, *op. cit.* In: CURTO, Diogo Ramada (org.), *op. cit.*, 1991, p. 481.

⁴⁸⁰ “Recordo-vos que, para me defender, não haja na mente impossibilidades ou medos porque, quando não tiverdes Deus contra vós, o poder dos homens depende mais dele que deles. Confiai na sua bondade e recordai-vos das vitórias passadas, havida fora de toda razão humana. E porque de Castela como terra tão vizinha me devo recear com mais razão vos darei as que ha para agora melhor que nunca me defender”. Apud. DOMINGUES, Mario. *O Prior do Crato contra Felipe II*. Lisboa: Romano Torres, 1965, p. 7-15.

⁴⁸¹ Outros textos do período reforçam a ideia de que o antonismo foi um dos principais responsáveis pela fixação de *Portugal* como a personificação da identidade coletiva. Em uma poesia compilada por Pero Roiz Soares, temos a sombria descrição do enterro fúnebre de Portugal, colocando-o dentro do ciclo da vida humana:

4.5.3.1. Identidade *Idem*: Ser um bom, verdadeiro e leal português

O efeito da personificação da sociedade no sujeito coletivo Portugal foi a possibilidade de que um conjunto de qualidades restritas a uma nobreza pudesse ser compartilhado por um número maior de pessoas naquela sociedade. Os portugueses surgem como uma nova categoria, com qualidades próprias, como atesta os discursos antonistas nos quais abundam expressões como “bons portugueses” e “leais portugueses”⁴⁸².

Os antonistas empregam este *ser português* como algo mais do que o sentido de ser natural daquela terra. Era um estado, um conjunto de qualidades, compartilhado com os antepassados, que poderia ser perdido ou restaurado⁴⁸³. Pero Roiz Soares relata que um dos motivos para o fim do reino era justamente “não lhe lembrando do nome português e de seus antepassados”⁴⁸⁴. A nobreza da geração de D. Antônio cresceu acreditando que os portugueses eram um povo guerreiro, conquistador, defensor da verdadeira fé e os principais responsáveis por propagá-la aos povos de além-mar. Inúmeras crônicas registram tais qualidades e é desnecessário retomá-las, pois o próprio D. Antônio escreve sobre isso:

E é a portuguesa, que ganhou aquele Reino aos infiéis por força das armas, fazendo-lhes a guerra com inumeráveis mortes, e trabalhos, continuando até o dia presente pela exaltação da fé a qual foram plantar com o próprio sangue por todo mundo⁴⁸⁵.

“Em hum Vale sombrio e fundo
Escuro e mal asombrado
Vi Portugal enterrado
por dezengano do mundo
sem Armas e sem braço
mas com Riscas e labeo
tinham em lagea do çeo
este litreiro em Caruão”

Ver Pero Roiz Soares, *op. cit.*, p. 183-184.

⁴⁸² Não era uma novidade, possivelmente os antonistas encontraram-nas em obras como a de Fernão Lopes, pois o cronista “salpicou a *Crônica de D. João I* de expressões como *leaes portuguesas*, *verdadeiros portugueses*, *boões portugueses*.” ALBUQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 1974, p. 80.

⁴⁸³ Febo Moniz em seu discurso nas cortes de Almerim diz: “Ca na terra e depois naquela Cidade Celestial e seu eu por meus pecados meresser perder este nome de português peço-lhes senhores pela chagas de nosso senhor Jesus Cristo me queirão acodir e vale se tal macontesser Com que não perca este nome”, apud. SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 138.

⁴⁸⁴ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 183.

⁴⁸⁵ *Carta para o papa Gregório XIII escrita de Tours em 6 de fevereiro de 1582* In: FRIAS, Pedro de. *Crônicas del-Rei D. António*. Estudo e leitura de Mário Alberto Nunes Costa. Coimbra: Coimbra Editora, 1955, p. 118.

Dentro das perspectivas que norteiam nossa análise, este conjunto de qualidades é a identidade *idem*. A narrativa histórica apenas confirmava que independente das circunstâncias os portugueses continuaram os mesmos durante séculos⁴⁸⁶. Assim, os antepassados eram iguais aos contemporâneos, e suas qualidades eram atemporais. O que os antonistas procuraram enxertar foram duas novas qualidades: (1) ser português consistia em lutar contra os castelhanos; (2) defender a pátria, no sentido clássico do termo da terra, era parte integrante das virtudes de um nobre português.

Para associar a identidade portuguesa a uma oposição permanente contra os castelhanos, os antonistas valeram-se daquela que consideravam uma de suas principais qualidades: a luta contra o infiel.

pregadores nos pulpitos incitando e animando a gente que pelejasse e moresse pella defensão de seu Reino E patria que Como cristãos e verdadeiros portugueses erão obrigados com as quais exortaões de pregadores a gente se animou e aluntou muita Cantidade della (...) ⁴⁸⁷.

Assim, o próximo passo era simples, e foi dado por alguns dos pensadores antonistas como frei Sotomaior, que afirmou diante dos exércitos que “pellear contra castelhanos era pelear contra luteranos”⁴⁸⁸. Desta forma, os antonistas colocaram a luta contra o castelhano no mesmo patamar da luta contra os infiéis – talvez o principal fator de identidade dos portugueses. O que dava para a população, e daí o seu poder retórico de atrair multidões, a possibilidade de participar de uma luta contra o infiel dentro do reino, pois “havendo li predicatori nelli pulpiti chiaramente detto, che sono obbligati à defendersi da castigliani, como fariano da mori et da turchi (...)”⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ O que é muito diferente de nossa própria construção de identidade, que parte do princípio que passamos por constantes mudanças. Temos que levar em consideração que nesta época os aspectos individuais têm uma escassa importância na identidade pessoal ou coletiva. Por exemplo, um rei é semelhante a todos os outros reis: são sempre justos, corajosos, etc. Daí que a personalidade tenha um caráter estático. Por exemplo, quando lemos a obra de Garcia de Resende sobre D. João II, verificamos que após um primeiro capítulo em que são descritas as suas virtudes, ele depara-se com uma série de situações que as testam (a batalha contra os castelhanos, o caso do duque de Bragança, etc.). A manutenção de sua identidade, apesar de toda contingência, o faz o exemplo do perfeito monarca. Mas isso não é uma exclusividade portuguesa, é uma característica geral em todas as “biografias” do período, como o estudo de Peter Burke revelou: “Mas o herói não deve se perturbar com isso [com a roda da fortuna]. Ele ou ela devem exibir ‘constância’, como uma rocha ou uma poderosa árvore em meio a uma tempestade”. BURKE, Peter, *Ibidem*, 1997b, p. 11.

⁴⁸⁷ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 168.

⁴⁸⁸ Apud. MARQUES, João Francisco. Fr. Miguel dos Santos e a luta contra a União Dinástica. O contexto do falso D. Sebastião de Madrigal. In: *Revista da Universidade de Letras*, p. 35.

⁴⁸⁹ Documento n° 215, Zuan Francesco Morosini, Madrid, 23 de Junho de 1580. In: OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de (org), *op. cit.*, 1997, p. 216-218.

Restrita à nobreza, estava a virtude de defesa da pátria, muito comum entre os antonistas. Na sessão anterior, explicamos de que forma ela foi empregada no rol de qualidades da nobreza. Assim, parece ser mais interessante analisar um exemplo, que nos é fornecido pelo caso D. Diogo de Menezes, um dos nobres que mais se dedicou na defesa do reino contra a invasão castelhana. Após fracassar na defesa do forte de Cascais, no dia 2 de agosto de 1580, D. Diogo de Menezes foi enforcado e em seguida decapitado, para que sua cabeça fosse exibida como aviso aos seguidores de D. Antônio. Mas, afirma-se que no cadafalso, quando acusado de “traidor em el Reino de Portugal”, “O valoroso Capitão respondia, He mentira, que não morro, senão como bom Cavalleiro, & leal Portuguez por defender minha pátria, & meu Rey”⁴⁹⁰.

4.5.3.2. Identidade *Ipsen*: A historiografia portuguesa e o momento decisório (1580)

Seguindo as reflexões de Paul Ricoeur, com o suporte da identidade sendo o sujeito coletivo *Portugal* ou *portugueses* e enxertando nas qualidades atemporais a luta contra Castela e a defesa da pátria, a crise dinástica era um momento decisório de confirmação desta identidade:

A identidade narrativa só equivale a uma verdadeira ipseidade em virtude desse momento decisório, que faz da responsabilidade ética o fator supremo da ipseidade [...] a narrativa já pertence ao campo ético em virtude da pretensão, inseparável da narração, à correção ética⁴⁹¹.

O efeito que obtemos ao aplicar as reflexões de Ricoeur ao problema é inverter a questão de uma “formação da consciência nacional” vinculada ao futuro para analisar o antonismo como um discurso “conservador”, pois se trata de uma “manutenção de si”, isto é, de um conjunto de qualidades que estava ameaçado caso não enfrentassem os castelhanos. Era também uma crise moral, que afetou de uma maneira muito profunda a nobreza portuguesa e que transcendia a própria questão da legitimidade de D. Antônio:

Muitos fidalgos que não eram do seu partido [de D. Antônio] nem affeiçãoados vendoho determinado de querer pellejar com o inimigo, & defender o Reyno, se aiutarão com elle indaque viam claríssima a

⁴⁹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 499.

⁴⁹¹ RICOEUR, Paul, 1997, p. 429.

perdiçam; fazendoho so por opnião de honrra, por se não dizer delles que faltaram a seu dever na extrema necessidade de Portugal⁴⁹².

Talvez este aspecto explique o espaço que ocupa a reflexão histórica no discurso antonista, maior até do que as discussões jurídicas ou subordinadas a esta. Este saber era até mesmo motivo de ironia por parte dos antonistas, que discutiam o verdadeiro conhecimento dos propagandistas filipistas sobre a história do reino:

Assim que el Rey D.Sancho não tornarão os Portugueses a ceitalo por Rey, nem el Rey de Castela seu primo pode nunca meter de posso, e lá acabou e fez a capella despois em Toledo, onde jaz, e el Rey Dom Affonso Conde de Belonha foy eleito pellos Portuguezes, e o Papa confirmou a eleição, e não sei se cuide senhor que não podeis tirar o custeme de ler as Chronicas as vezes⁴⁹³.

Devemos também recordar que o saber histórico tinha um peso muito grande, sendo considerado superior aos mais sábios conselheiros, pois como partem dos mortos não precisam mentir ou esconder a verdade caso ela ofenda alguém⁴⁹⁴. Os antepassados surgem, assim, como conselheiros que indicam qual deveria ser o comportamento correto a seguir:

CAPITOLO: Diz, que também he bem comum entregarnos a Castella.
REPOSTA: Não sei quem lhe disse, que era bem comum pois há quatrocentos annos que nossos passados nos aconselhão o contrario, ate se porem muitas vezes em armas contre este ajuntamento, doque sempre se livrarão. Pois agora, senhores, porque os não imitaremos, pois mamamos no leite os escandolos dessa gente, que durão até hoje, esse custume faz natureza, qual he a cauza que os arreceamos⁴⁹⁵.

A história do reino também era um motivo de profunda diferenciação entre os portugueses e castelhanos. Era uma resposta à retórica filipista, como de Conestaggio, de que não existiam diferenças significativas entre os dois povos. Em um manuscrito

⁴⁹² Apud SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 513.

⁴⁹³ *Carta: que se fez em resposta de outra, que nos persuadia que nos entregássemos à Castela e que lhe não façamos guerra, e os sentidos de seos capitulos são os que seguem apontados ao que responde.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms., N°155. Documento analisado a partir da transcrição encontrada na obra de FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 67-68.

⁴⁹⁴ Assim, a questão da ética que o discurso histórico possui é enorme, como podemos perceber em Rui de Pina que se dirige a D. Manuel na *Chonica do my Alto e muy poderoso Princepe, el Rey Don Afonso*: “Que os livros, posto que são conselheiros mortos, sempre ensinam e dão verdadeiros e são conselhos, muy livres e isentos das paixões dos conselheiros vivos, dos quaes muitas vezes por não saberem, e outras por não querem, e muito mais por não ousarem, se nega e esconde a clara verdade...”. Apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa*. Vol. I e II. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, p. 118.

⁴⁹⁵ *op. cit.*, Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms., N°155. Documento analisado a partir da transcrição encontrada na obra de FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 73-74.

denominado *Fóra Velháco quer dizer a Liberdade de Portugal*, supostamente escrito pelo frei José Teixeira, uma diferenciação entre portugueses e castelhanos que remontam até tempos pré-cristãos:

Na parte do que me dis, não deixa de me ficar hum escrúpulo, de que tenho lido, que os portugueses, e castelhanos são de huma mesma província, e nascidos quase de hum mesmo tronco, e sahidor de huma mesma casta, falando huma mesma língua: tal he a opniaõ do Conestagio de que já temos falado. Mas nisto sabe o que diz; porque os Portugueses sahem dos galhos Celtas, (...), e a sua lingoa he quase latina. Quanto aos castelhanos não podemos dizer certamente dizer daonde descendem: todavia o que por circunstancia, e provas evidencia julgamos, e vemos, he descenderem dos vândalos, judeos e Mouros, e a sua língua he quase mourisca e a província e a mesma que a dos Mouros⁴⁹⁶.

Este comentário, de notável erudição para a época, traz a tona o quanto existe no antonismo uma percepção profunda de si mesmo e dos outros, construída pela história, sempre associando os portugueses à civilização greco-romana⁴⁹⁷. Isto ocorria no processo de colocar os castelhanos na mesma categoria dos infiéis, mas também como uma resposta à ideia de que o rei Filipe II era um rei natural, na qual os antonistas negavam veementemente, apelando mais uma vez à questão do sangue e dos antepassados:

CAPITULO: Diz mais que el Rey Phelippe he natural nosso.

RESPOSTA: Lede Senhor as Chronicas dos Reys Catholicos, e nella vereis, como herdando Portugal a Castella por el Rey Dom Affonso ser cazado com a excelente senhora: as invenções com que veo o povo de Castella, e fizeram herdeira de seos Reynos a Raynha D.Izabel, a qual exhortando os seos, nas differenças de Portugal, dizia que as terras dos Reys de Castella ganharão com tanto derramamento de sangue, quissese deos não viesse á geração estranha sendo prima com irmão de Rey D.Affonso de Portugal, e vindo do próprio sangue, e na própria Chronica refere Antonio de Nebriza por gaba, que o Alcayde de Burgos Affonso dias de Cuevas disse pelejando com huns Castelhanos, que estavam da parte dos Portuguezes no cerco de Burgos (lhe disse) estais esperando socorros de aquellos á quien nuestros padres, e abuelos sempre tubierão por enemigos, e na verdade, que me espanto do ódio, que nos tem estes senhores, porque nos na paz; na guerra, sem preços os acompanhamos, sacrificando a vida por elles, o

⁴⁹⁶ *Fóra Velháco quer dizer a Liberdade de Portugal*, BN, fol. 31, 31 verso.

⁴⁹⁷ “Tem se atentamos aos direytos dos Romanos, e aquella grande Monarchia, cuja Colonia somos, e dequem descendemos”. CORREIA, Luis. *Tratado da Sucessão destes Reynos de Portugal*. Coimbra. S. I, 1579, p. 3, consultado a partir da versão fac-símile em FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944.

que elles por nos não fizerão nunca, mas não lhe ponho culpa, que os enduze a isso o sangue de seos antepassados, e avós⁴⁹⁸.

As tramas das narrativas históricas antonistas organizam-se a partir de dois pontos. Primeiro, que todos os reis foram eleitos pelo povo, como expressou D. Antônio “Pelos povos dele, me elegerão, para seu Rey para os defender, e governar como em casos semelhantes sempre fizerão, elegendo Reys”⁴⁹⁹, pois diante da fragilidade da crença em sua legitimação, era necessário encontrar mecanismos alternativos para sustentar a sua realeza. Segundo, era através dos episódios de resistência aos castelhanos que garantia aos portugueses que esta sempre foi a forma correta – daí a necessidade de transformar o que ocorria em algo semelhante, dentro da questão de fidelidade a si mesmo e de sua identidade.

Além de D. João I, Afonso Henriques é citado com grande frequência. Um dos principais motivos é o fato de que muitos antonistas eram provenientes do mosteiro de Santa Cruz, onde este rei era adorado. Devemos recordar que em 1550, quando D. João III visitou o mosteiro de Santa Cruz, D. Antônio pronunciou um panegírico a Afonso Henriques, que causou grande admiração no rei e sua comitiva, e que teve alguns exemplares impressos. Para os antonistas, não é a luta contra os infiéis que o fundador do reino é destacado, mas sim a sua oposição com o reino vizinho e a sua suposta eleição pelo povo:

El Rey Dom Affonso Henriquez (...) Perguntovos qual foy a cauza, que hum tam santo Rey, e cazado com a filha do seu Rey, e senhor, se levantasse contra elle, e ouvesse tanto animo em gente humana, que se contentasse de asseitar tamanho pezo, sobre seos hombros, sendo tam poucos para um poder tamanho. Não cauzou aos Portuguezes este animo sobre natural seu esforço, senão desordens, e males, do captivero, em que os tinha o Rey estranho, e sustello, porque treminação de sacrificar vidas, honra, e fazenda por suas Liberdades, na qual os pos a desesperação de seus trabalhos: quero perguntar á este chronista, que diz, que por povo não fazer Rey o conformou o papa, não sabe este senhor que elle em sua caza pode ser Rey, tendo posse para o ser, e de se defender de quem o cantrarias, os Portuguezes poderão, e elegerão Rey, e o defenderão, e o Papa o aceitou, debaixo do grêmio da Santa Madre Igreja, pois foy El Rey D. Affonso hum dos mayores Capitaes que Ella teve, na Europa, porque na guerra bem

⁴⁹⁸ *op. cit.*, Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms., N°155. In: FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 73.

⁴⁹⁹ *Carta para o papa Gregório XIII escrita de Tours em 6 de fevereiro de 1582* In: FRIAS, Pedro de. *op. cit.*, 1955, p. 118.

vedes o que tomou aos Moros, e na paz, que foy ia cento e cincoente Igrejas todas dotadas e principaes, que há nos Reynos⁵⁰⁰.

Obviamente que o caso de D. João I não poderia deixar de ser citado pelas evidentes semelhanças. Mais o que ressalta nesta aproximação são as ideias que os castelhanos queriam vingar-se de Aljubarrota, “Lembrandolhe o ódio que desde abenição a nação Castelhana teve aos portuguezes e o quanto desejavam vingarse asym da Rosta daljubarrota”⁵⁰¹. Por sua vez, esta batalha era uma comprovação que era possível vencer um inimigo muito mais poderoso;

me fes deos mercê de me aludar dandome tantas vitórias as quais se aRemetarão Com a daljubarrota em que soos seis mil e tantos de vos tão acanhados e mal armados vencestes Com tanto estrago trinta e tantos mil de vossos Imigos⁵⁰².

Este discurso histórico também era um instrumento que aqueles homens dispunham para ler os fenômenos sociais, tomando suas decisões baseados na crença que os eventos seguiram da mesma forma – o próprio D. Antônio tinha plena consciência que imitava D. João I:

esperant lui pouvoir succeder, comme au temps passe il advint au Roi Dom Iean premier de ce nom, que avec six Mille hommes Portuguais, assez em semblable cause, avoit defaict Don Jean Roi de Castille, aussi premier de ce nom, menant lui trente deux Mille homes, el la bataille, qui se donna aupres d’un village nommé Algiba Rotta⁵⁰³.

Os antonistas foram responsáveis por construir uma identidade portuguesa em que a defesa da pátria e a luta contra os castelhanos eram parte integrante da condição de *ser português*. Possivelmente, antes da crise dinástica, entre a nobreza e o clero universitário, circulava a crença que a defesa da pátria tinha o mesmo valor de virtudes como a lealdade ao rei ou as familiares – o que naturalmente fez com que muitos deles

⁵⁰⁰ *Carta: que se fez em resposta de outra, que nos persuadia que nos entregássemos à Castela e que lhe não façamos guerra, e os sentidos de seos capitulios são os que seguem apontados ao que responde.* Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms., N°155. In: FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 66-67.

⁵⁰¹ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, p. 182.

⁵⁰² SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, p. 112.

⁵⁰³ *Justification du Sérénissime Don Antoine*, p. 46, apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 85. Outros autores começaram a aproximar não somente D. Antônio a D. João I, mas a outras figuras heróicas de 1385: ajudado do consenso popular foi aclamado em Santarém a 24 de junho de 1580, acompanhado sempre de D. Francisco de Portugal, terceiro Conde de Vimioso, imitador do Condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira, com o seu Monarca o Senhor Rei D. João 1º. Foi igualmente aclamado em Setúbal e vindo para Lisboa bateu moeda e deu cargos e dignidades. *Jornada de África del Rey D. Sebastião escrita por um homem africano*. Lisboa: Livro Aberto, 2004, p. 85.

fossem atraídos pela causa antonista. Através de um discurso histórico bastante sofisticado, era possível confirmar que tal qualidade era algo compartilhado pelos seus antepassados e que, portanto, era obrigado agir da mesma forma. O uso do sujeito coletivo como Portugal permitiu que estas virtudes, restrita a uma elite, fosse compartilhada por toda a sociedade, mas que neste caso encontrava na aproximação entre os castelhanos e os infieis uma forma mais simples do que a elitista leitura histórica. Pois os populares também tinham os seus meios de compreender a situação.

4.5.4. Bem versus Mal

Ao lado das reflexões altamente eruditas, sejam históricas ou jurídicas, existiam outras crenças dentro do antonismo, de natureza sobrenatural e maravilhosa, que contribuíram para assumir as proporções que teve. No entanto, a sua presença levou autores, como Yves-Marie Bercé, a dissolver o pensamento antonismo como uma manifestação das crenças em um rei oculto, muito popular na cultura política europeia. Para Bercé, a figura de D. Antônio confunde-se com a de D. Sebastião: “Múltiplos traços de sua existência e comportamento faziam-no corresponder, ao menos inconscientemente, à imagem do príncipe escondido, perseguido, clandestino, mas depositário da verdadeira legitimidade”⁵⁰⁴.

De fato, Bercé parte de uma leitura existente nos discursos antonistas que buscava compreender aqueles eventos como sinais da ação da providência divina e o papel dos homens como instrumentos para sua realização. Não era algo apenas popular, mas também presente em reflexões de membros do clero que, em seus panfletos favoráveis a causa antonina, usavam sinais e coincidências como formas de legitimar o pretendente:

O senhor Dom Antonio foi capitão nesta jornada, e pois todos lá ficarão, e ele ueo, qual He a cauza, que se Deos tendo ordenado de extinguir esta nação, que tanto seruio contra Infieis? Porque lhe libertou o Senhor Dom Antonio por milagre (...) ⁵⁰⁵.

⁵⁰⁴ De acordo com Bercé: “D. Antônio encarnava a salvação do Estado português. Seu retiro de quarenta dias no deserto, a exemplo de Cristo, seu nascimento humilhado, a libertação e retorno maravilhoso, as perseguições de seus inimigos, eram todos sinais que anunciavam sua vocação de rei salvador”. BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto. Salvadores e impostores. Mitos políticos populares da Europa moderna*. São Paulo. Imprensa Oficial/Edusc, 2003, p. 30-31.

⁵⁰⁵ Carta: que se fez em resposta de outra, que nos persuadia que nos entregássemos à Castela e que lhe não façamos guerra, e os sentidos de seos capitolios são os que seguem apontados ao que responde.

Quando D. Antônio tomou o poder, mesmo que por pouco tempo, claramente se restitui a ordem da cidade de Lisboa. Assim, o abastecimento de alimentos e o controle sobre os doentes puderam ser retomados, afinal existia um poder constituído, legítimo ou não. Muitos, porém, associaram a aparente organização como sinal da aprovação divina à eleição de D. Antônio⁵⁰⁶ e um vislumbre do que seria o seu futuro reinado:

não deixarei de tocar em algumas Coussas que com a entrada do senhor dom Antonio nesta çidade acontessero deixando a caussa porque a providençia divina de noso senhor que o sabe mas na Realidade da verdade acontesseo que morrendo em Lixboa cada.15 e 16. pesoas do mal da peste e as vezes mais e adoecendo muitos ate vespóra de sam Ioam que entrado o dito senhor não ouve mais ferido nem morto do mal nem doutras doenças adoecia nem moria senão muito poucas pessoas menos das q nunca em tempo algum moreram.

e desdo dia que este senhor entrou foi tanta abundançia de todos os mantimentos quanto nunca os nacidos outra tal tinham visto⁵⁰⁷.

Diogo Ramada Curto, ao estudar diferentes manifestações do sebastianismo, narra a história de um menino que em 1598, em Santarém, começou a exclamar por D. Sebastião:

Certa vez (...) o menino brincava (...) quando começou a gritar: - “Mãe, mãe, há de vir o Bastião”. Nessa mesma noite, depois da mãe do menino ter contado ao pai o que se tinha passado, este perguntou-lhe:- “Quem há de vir filho?” Tendo o menino respondido – “O Bastião, o bastião”! Ao que o pai retorquiu:-“Não filho, senão Dom Antonio é que há de vir. (...) E, de novo, a cena se terá repetido com o menino a gritar, cada vez mais alto, que quem havia de vir seria o Bastião e o pai a torcer por D.António⁵⁰⁸.

Biblioteca da Universidade de Coimbra – Ms., Nº155. Documento analisado a partir da transcrição encontrada na obra de FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944, p. 65.

⁵⁰⁶ “E depois de sua entrada na Cidade, que estava eferma de mal de peste, cesou nella polla bondade de Deos este mal, Et noutros lugares circunvezinhos, o que tinham todos a bom sinal, crendo q se tinha deos por servido daquelle alevantamento, & eleição real”. Apud. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 46 e p. 492-493, Doc. I

⁵⁰⁷ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 169. Outro exemplo, em 21 de agosto de 1580: “que Somente o povo meudo sustentava a lealdade e a defensam sendo neste tempo o aRayal e a cidade a mais abundantissima de mantimentos E fáturas que nunca os nacidos virão sendo tanto pelo contrario depois dos dos castelhanos entrados que ia mais se não virão senão fomes guerras trabalhos Inmensos”. SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 178.

⁵⁰⁸ CURTO, Diogo Ramada. *Ó Bastião! Ó Bastião ! (Actos políticos e modalidades de crença, 1578-1603)*. In. CENTENO, Yvette (Org.), Portugal: mitos revisitados. Lisboa, Salamandra. 1993, p. 161-162.

O impressionante deste relato não é certamente o do menino, mas sim do pai que torce para D. Antônio três anos depois de sua morte, que se deu em 1595. Ou seja, uma prova irrefutável que a população viu em D. Antônio os traços do rei salvador.

O que dos casos acima podemos concluir é que, de fato, tanto o antonismo quanto o sebastianismo têm um grande número de crenças compartilhadas – o que era natural, afinal eram manifestações de uma mesma sociedade. Mas não podemos dissolver o antonismo no sebastianismo. Ambos têm desenvolvimentos muito diferentes. D. João de Castro dedicou-se a desvendar profecias enquanto os antonistas reforçaram seus argumentos na tese da eleição e, principalmente, em uma leitura bastante secular da história portuguesa. Devemos entender que entre os agentes principais do antonismo estas crenças deveriam ocupar apenas uma posição periférica, até mesmo representando instrumentos retóricos em seu texto, enquanto que para autores como D. João de Castro tais associações tiveram grande importância.

Também a presença do sobrenatural não pode ser limitada pela questão do rei messias ou salvador. A presença do clero contribuiu em muito para que os eventos fossem uma batalha entre o bem e o mal. Era comum a ideia de que existiam alianças entre as forças do demônio com os castelhanos. Por exemplo, as vésperas da batalha de Alcântara, em 21 de agosto de 1580, a população achou quatro feiticeiras moças que andavam nuas e com os cabelos de fora e que foram imediatamente presas⁵⁰⁹. Outro relato afirma que somente duas foram presas, entre elas uma chamada Macha: “muy afamada no officio, para dizere, q forão causa da entrega do castello, afora outras, que tambem foram presas por semelhantes culpas favorendo (sic) as cousas do Duque dalva.”⁵¹⁰. Estas feiticeiras tiveram um fim terrível nas mãos dos populares, pois quando a Macha:

querendose aventurar mais, q as outras suas copanheiras, que tabem, ainda q soltas, não ousavam sair da prisão, e quatro a cidade estava revolta, hia muy cotente parece que a pedir ao Duque dalva o premio do que para elle tinha trabalhado, & dadolhe hum soldado co huma pedra na cabeça, recreção tata gente sobre ella, que afezerão em mil pedaços⁵¹¹.

Por último, devemos recordar do caso de Soror Maria da Visitação, uma freira de Lisboa cujas visões e sinais de estigma tiveram grande repercussão pelo

⁵⁰⁹ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 172-173.

⁵¹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *op. cit.*, 1956, p. 502, Doc. I.

⁵¹¹ Ibidem, p. 505-506, Doc. I.

reino, especialmente depois da derrota da Invencível Armada em 1588, quando muitos antonistas vincularam as suas visões com a liberdade da pátria através da vindoura chegada de D. Antônio. O que chamou a atenção da Inquisição, que descobriu que tudo era uma fraude⁵¹².

4.5.5. A doutrina da eleição popular e a exclusão feminina

Do ponto de vista jurídico, a questão sucessória estaria definitivamente encerrada se D. Antônio fosse filho legítimo do infante D. Luís. Este santo graal antonista foi buscado de maneira obstinada pelos seus seguidores e historiadores simpáticos a sua figura, mas jamais foi encontrado. A fragilidade em sustentar tal posição sempre foi muito clara: eram baseados em relatos orais, testemunhos de pessoas oriundas dos baixos escalões sociais, de impressões sobre a relação entre os pais do prior do Crato e coisas ditas em segredos ou de forma discreta na corte, ou seja, nada juridicamente válido.

Esta situação acarretou no desenvolvimento de formas alternativas de legitimar a sua pretensão. A única solução disponível era a ideia de eleição popular, muito comum entre os membros do terceiro estado, e tendo um uso recorrente desde o século XIV. Em linhas gerais, a doutrina da eleição popular partia da premissa que o poder é dado por Deus para o povo, que por sua vez o transferia para alguém *in perpetuum*, isto é, às dinastias governantes. No entanto, em ocasiões excepcionais, como a ausência de herdeiros ou a quebra do pacto entre governantes e governados, o poder voltava ao povo, que então estava livre para eleger um novo monarca. “Em Portugal essa convicção tinha fundas raízes históricas a cada passo invocadas, e que, dado o clima de gosto pelo passado, toda a gente conhecia.”⁵¹³. Também a defesa de tal doutrina pôde ser usada como uma manifestação de afirmação destes setores da população frente ao poder cada vez maior das dinastias e famílias aristocráticas – que através da hereditariedade não precisavam da legitimação popular para governar. O progressivo afastamento das cortes como instância máxima de deliberação do reino, especialmente no período de regência, criou um clima de insatisfação que levou a uma posição intransigente da sua defesa na crise dinástica. O que não significava necessariamente

⁵¹² PAIVA, José Pedro, *op. cit.*, 2005, p. 222.

⁵¹³ FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 268-269.

apoiar D. Antônio, como foi observado no caso de Rui Pina, mas os antonistas estrategicamente se valeram desta tendência e a aproximou de suas próprias reivindicações, muito embora, como representantes da alta fidalguia, tinham clara preferência pela legitimação pelo sangue⁵¹⁴.

O que se destaca da situação, no entanto, é o desenvolvimento que tal tese ganhou nos discursos antonistas que chegou ao ponto extremo de anular o próprio princípio de sucessão por sangue ao afirmar que todos os reis tinham sido eleitos pelo povo. O sangue funcionava apenas como uma condição necessária para ser pretendente, mas não estava acima da vontade popular. Tal argumento foi usado até mesmo contra D. Antônio. Em um momento de disputa interna no exílio, os antonistas decidiram formar uma república para tirar D. Antônio da condição de rei: “Não estamos, conseqüentemente, perante a primeira afirmação republicana feita por portugueses”, adverte Martim de Albuquerque, mas sim “Trata-se unicamente de simples afloração da *teoria da origem popular do poder*, ou como mais rigor, do *princípio da soberania popular*, segundo o qual é o povo que escolhe o governante e o pode depor”⁵¹⁵. Seja como for, tais ideias serão aproveitadas pelos portugueses na Restauração.

Quanto à exclusão feminina, não é necessário um maior aprofundamento, pois era o único argumento contra D. Catarina e Filipe II que D. Antônio realmente dispunha no âmbito jurídico, mas era uma arma fraca. A exclusão feminina na lei sálica não era algo muito antigo na tradição europeia⁵¹⁶. Por sua vez, em Portugal, de acordo com Mafalda Soares da Cunha, “Na opinião jurídica portuguesa havia razoável consenso quanto à capacidade sucessória das mulheres”⁵¹⁷. Os antonistas procuraram, sem o mesmo efeito do que no caso da eleição popular, desenvolver tal ideia igualmente pela tradição histórica do reino:

e segue logo que temos averiguado que a Ley he costume e direyto de Reynar, e suceder neste reyno por espaso de quatrocentos annos e e mais. E que o filho primogênito varão sucede neste Reyno a seu pay, e faltando sucede o Irmão e primo, e primogênito por linha masculina, e coleteral.⁵¹⁸

⁵¹⁴ Uma das contradições do discurso antonista se revela justamente na tensão entre legitimação pelo sangue ou pela eleição popular, problema este nunca resolvido entre os antonistas.

⁵¹⁵ ALBUQUERQUE, Martim de, *op. cit.*, 1974, p. 278-279.

⁵¹⁶ Sua invenção data o final da Idade Média, por juristas, para excluir as pretensões inglesas ao trono da França. GREENGRASS, Mark. A política e a guerra. CAMERON, Evan. (cor.). *História da Europa: O século XVI*. Porto: Fio da Palavra, 2009, p. 80.

⁵¹⁷ CUNHA, Mafalda Soares, *op. cit.* In: MATTOSO, José, *op. cit.*, 1993, p. 557 e seg.

⁵¹⁸ CORREA, Luis. *Tratado da Sucessão destes Reynos de Portugal*. Coimbra. s.l, 1579, p. 13 In: FERNANDES, Maria, *op. cit.*, 1944.

No entanto os dois principais apoios internacionais à causa antonina eram, ironicamente, duas rainhas: Elizabeth I e Catarina de Médicis. Desenvolver tal ideia nestas cortes não seria algo inteligente, como ocorreu com frei José Teixeira que ao refletir sobre o tema ganhou a antipatia da monarca inglesa.

4.5.6. Países Baixos e a hegemonia de Castela

Outra razão do apoio ao prior do Crato encontrava-se na oposição contra a hegemonia de Castela na Europa do século XVI. Apesar deste setor do pensamento antonista ser desenvolvido principalmente no contexto da corte no exílio, ele tinha raízes mais profundas. Primeiramente se deve à preocupação com um possível novo conflito com o vizinho, pois conforme as hostes espanholas começaram a cruzar os Pirineus, os portugueses também se perguntavam quando elas cruzariam a fronteira entre os dois reinos novamente. A política de casamento entre as duas monarquias, atualmente interpretada como uma busca desesperada pela união, também pode ser compreendida como uma forma de garantir a paz do reino em um momento que as forças portuguesas estavam dispersas pelos quatro cantos do mundo. Ao lado da natural preocupação militar, existiam sinais claros de que a nobreza castelhana estava eclipsando a nobreza portuguesa, que após um breve momento de visibilidade no começo do século, viu-se colocada em um papel secundário. Talvez, nenhum nobre português sentiu-se como um mero joguete nas mãos dos reis de Castela quanto D. Luís.

Esta rivalidade somada aos interesses comerciais fez dos Países Baixos um natural aliado dos antonistas, consumado com o casamento de um dos filhos de D. Antônio com a casa de Orange. A rebelião da Holanda também forneceu um modelo de resistência, como se percebe nas *Recordações...*, em que Portugal afirmava: “quam façil foi ao príncipe de orange levantar-se com os estados dolanda e gelanda de que era governador e a frandes tomalo a elle [Príncipe de Orange] por defensor e alevantarse”⁵¹⁹.

O pensamento antonista vai articular-se junto com a reação das outras potências europeias contra a ascensão da Monarquia Espanhola. Era uma tendência dentro de Portugal que o poder de Castela, com o seu sistema que englobava múltiplas coroas, era uma ameaça e também apresentava fragilidades:

⁵¹⁹ SOARES, Pero Roiz, *op. cit.*, 1953, p. 133.

Lembrouos que a guerra que tiver comigo ade alterar todos esses Reinos e estados Comesando de Aragão ate todos oss outros e a força dezonida he como parede emçossa que huã são pedra que lhe bolem se desfas todas e mais estando todos tam prontos a precurar liberdade pêra o que abastara qualquer exemplo⁵²⁰.

Neste setor da rede de crença antonista, a interpretação de Fernando Bouza Alvarez sobre as razões do antonismo ganha toda a sua força, pois neste caso era uma oposição à absorção de Portugal na monarquia espanhola. Assim, conforme o confronto acirra, os antonistas posicionam-se ao lado das potências que lutavam contra a hegemonia castelhana, afirmando que:

Dom Anthonio as a fit inStrument to breake the great powre&force of the King of CaStile, wherby through his exceSSiue and vnmeaSurable ambition, he would elSe in tract of tyme, invade not onely all chriStiandom, but alSo al the reSt of the world, &that under the faire colour of maintaining the Catholike Romifh religion, under pretence whereoS he hath thus manye yeers afflicted thinhabitantes of the lowe countreys, otherwiSe a good and curteous people, taht in former tyme had always bane good&faithfull Subiects to him&his aunceStors to thintent that vpon the Subduing of the according to his fatalie, he might eafily&freely Spred his armies over Englad, Germanym France & other nations, either for that receive, or at leaft permit in their countries any other religion them only catholike Romifh religion, or els under fome other ther kinde of pretence whatfoeur⁵²¹.

Era um argumento importante para convencer as potências a apoiarem a causa, no *Fóra Velháco quer dizer Liberdade da Pátria*, mais uma vez encontramos o emprego da palavra liberdade para expressar o desejo de sair da Monarquia Católica. Em tom ameaçador, avisa da ameaça representando por Filipe II ao rei cristianíssimo e demais príncipes europeus:

fará que não somente El Rey Chrstianissimo lhe seja inferior, e tributário; mas que ainda os de mais Principes da Europa se fquem vassalos, & que o Papa, com toda a corte de Roma, não fassam senão o que lhe quiser; porque juntando ao seu império a Monarquia Portuguesa, quem (...) resistirá? Por esta razão, El Rey christianissimo

⁵²⁰ Ibidem, p. 114.

⁵²¹ *The Explanation of the trve and lavvfyll right and title, of the moste excellent prince, Anthonie the first of that name, King of Portugall, concerning his warres, againfte Phillip King of Caftile, and againft his Subiectes and adherents, for the recouerie of his kingdome. Together vvith a briefe hiftorye of all that hath paffed aboute that matter, vntill the yeare of our Lord 1583.* Leyden: Chriftopher Plantyn, 1585, p. 53-54.

com os demais Príncipes cristãos, se devem juntar e impedir esta causa, por q de outro modo El Rey meu Senhor, se fará Senhor de todo mundo, e Monarchia Universal, elles ficarão seus vassallos, e nós escravos perpétuos⁵²².

4.5.7. O antonismo e a Restauração

Finalmente, em 1589, D. Antônio contou com o apoio da Inglaterra e embarcou junto com Sir Francis Drake na esquadra que deveria retaliar o ataque da Invencível Armada, ocorrido no ano anterior. O prior do Crato esperava que com auxílio dos exércitos ingleses conseguisse ter tempo para promover um levante geral da população. Para preparar terreno, espalhou pelo reino panfletos com diversas críticas aos monarcas castelhanos. Um deles é uma “carta de aviso para meus leaes Vassallos”⁵²³, na qual anuncia que o cativeiro de Portugal estava prestes a terminar, pois agora era auxiliado pela rainha da Inglaterra que lhe forneceu uma poderosíssima esquadra, que levava para Portugal capitães experimentados, armas, munições e: “sobre tudo em que vos levo a mim mesmo com muito gosto pera vos fazer as honras, e merces, que me mereceis por vossa constancia, e lealdade (...)”.

Era uma mensagem de ânimo aos seus partidários. Mas D. Antônio preparou outro manifesto em que se dirigiu aos súditos insatisfeitos de Filipe II, questionando se o rei de Castela não tinha quebrado o pacto entre o reino e o governante, tornando-o ilegítimo, pois ele em suas “promessas assi publicas como particulares forão falsas, como o tempo o mostrou”. D. Antônio explora vários elementos impopulares, como com “exageração a franquia dos portos secos”, o tributo ao sal, entre outros. Queixa-se da quebra dos juramentos de Tomar no qual “Tyrano começou loga a quebrar em tudo o que pode, em especial dando aos seus bens dessa Coroa, e inviando a nossas Conquistas naos estrangeiras, e Portugueses presos a Castella, pêra la serem sentenciado (...)”. Por último, expõe a fragilidade geopolítica do império português e a questão do Conselho e Portugal: “a liberdade que deu aos Hollandezes pêra tratarem livremente em todo oriente, fazendo o mesmo os seus nas Malucas, China, e outras partes de nossa Conquista, metendo Castelhanos no Conselho de Portugal (...)”⁵²⁴.

⁵²² *Fóra Velháco quer dizer a Liberdade de Portugal*, BNL, COD. 288, fol.48-49.

⁵²³ SOUSA, D. Antônio Caetano de Sousa, *op. cit.*, Tomo II, Parte II, p. 138-139.

⁵²⁴ *Ibidem*, p. 139-141.

Esta argumentação, caso sobreposta a aquelas que animaram os partidários de D. João IV em 1640, revela-se inacreditavelmente semelhante. Aspecto cada vez mais notado pelos historiadores: a clara influência do pensamento antonista nas ideias políticas da Restauração:

o antonismo parece ter dotado o Portugal Restaurado, porém, de uma boa parte das suas imagens políticas. (...) referimo-nos, por exemplo, ao uso da profecia do cumprimento das gerações de Ourique, ou ao emprego, com toda a intencionalidade, da idéia de “Restauration de La Patrie” em alguns panfletos (...) ⁵²⁵.

Para além dos outros desenvolvimentos, a ideia de quebra do pacto é um dos argumentos mais usados pelos antonistas, pois era uma retórica útil convencer os portugueses que tinham aceitado como legítimo o governo Filipe II. No *Fóra Velháco...*, temos talvez a primeira crítica ao termo União das Coroas, título da obra de Conestaggio ⁵²⁶, mas este termo é rejeitado porque na opinião do autor o rei de Castela quebrou o pacto, pois misturou as coisas dos dois reinos. Assim o poder encontrava-se novamente nas mãos do povo e deveria ser entregue a D. Antônio.

Por outro lado, a ideia de “Restauração”, também de acordo Bouza Alvarez, parece ser uma criação antonista, como atesta alguns opúsculos lançados pelos filhos do prior do Crato:

La premiere eft l’aage que vous auez, auquel fi jamais vous deues profondement penfer au falut de vofre ame, fatisfaifant à tãe de meurtres, tant de azarts, auquel vous auez iniuftement condamné tant d’innocent, tant d’excez, & crimes manifestes procurant la reftauration de l’honneur, que le Portugal auoit heureufement conquis au pris Du fang abondamment efpuisé des veines de nos Anceftres, à la perte de tant de viés, & nauires qui venoient des Indes Orientales, Brefil, Mine, Santome, & autres parts, redreffant tant de Villes faccagees & bruflees, remetant lês commerces y floriffans, Du tempos qu’ils eftoient Regis foubz le fceptre des Rois Portugais ⁵²⁷.

A ideia de restauração dentro do antonismo faz referência a uma honra perdida, que tinha sido conquistada pelo sangue dos antepassados. Somente

⁵²⁵ BOUZA-ÁLVAREZ, Fernando J., *op. cit.*, 2000, p. 237-238, ver nota 124, doc.2. Cf. nota 114 p. 33 e p. 236.

⁵²⁶ *Op. cit.*, BNL, COD. 288, Fol. 27, 27v, 28.

⁵²⁷ PORTUGAL, Cristovão. *Lettre que le seigneur Dom Christophle fils de deffunct Roy de Portugal, Dom Anthoine a escript sus un nom posé à Dom Christophle de Moura* (Paris, 3 sept. 1609). Publication: Lyon: par Jean Poyet; Paris: par Guillaume Marette, 1610, p. 7.

mediante a presença de um rei do mesmo sangue, ou natural da terra, no trono poderia restaurar a honra portuguesa. Convém não confundir a ideia de restauração nos textos antonistas com outra muito frequente que é de liberdade da pátria, que teve o significado de sair do sistema da monarquia espanhola, e frequentemente associada à retórica de sacrifício pela pátria, como se observa em alguns textos antonistas: “La troiefine eft, que ie ne veux pás quíl fe dife iamaís de moy que iày laifsé de faire quelque chofe pour la liberte de ma patrie”⁵²⁸.

⁵²⁸ Ibidem, p. 14.

Conclusão

As crises dinásticas e as uniões de coroas talvez sejam os fenômenos políticos mais singulares da Idade Moderna (XV-XVIII). A sua compreensão ainda é difícil e apenas recentemente os historiadores têm se cercado de instrumentos de análise capazes de tornar inteligíveis aqueles eventos. Um importante passo foi dado quando se percebeu que a organização política europeia tinha como principais protagonistas estas entidades que chamamos de monarquias hereditárias, dinastias ou famílias reais que derrotaram e conviveram, em relação de superioridade, com outros poderes, como: a Igreja, o Império, as cidades-estado, ligas e principados. Mas tal percepção somente se tornou decisiva quando foi superada a ideia de que tais entes políticos não correspondiam a uma versão primitiva dos estados nacionais que o sucederam. Eram entidades políticas que tinham lógicas próprias e que forneceram algumas das estruturas fundamentais para o Estado nacional moderno. No entanto, o seu fim ou união são eventos que temos poucos paralelos em nossa própria experiência política e é prudente não estabelecer semelhanças com o atual processo de dissolução das unidades nacionais e a criação de entidades supranacionais.

Assim, compreender as razões da não sobrevivência da dinastia de Avis à passagem pelo século XVI não é reanimar uma discussão sobre a decadência do país ou sobre a inevitabilidade da unificação peninsular, mas sim entender porque os mecanismos que tornavam possível a perpetuação do poder de uma mesma família real, que durante mais de dois séculos governou o mesmo reino, simplesmente falharam.

Os filhos de D. Manuel I herdaram um quadro político muito complexo em que se viram diante das dificuldades para obter os meios de sustentar o seu grande império ultramarino e de que forma posicioná-lo diante do complexo xadrez político europeu, em que poderosas casas dinásticas guerreavam entre si e a cristandade encontrava-se profundamente dividida – o que exigia escolhas difíceis e sacrifícios que nem sempre eram aceitos por todos. O caminho até Castela foi uma das muitas soluções possíveis, tanto para os dirigentes do reino como para muitos portugueses. Mas não a única.

O esforço da historiografia nas últimas décadas para entender as razões que levaram à unificação acabou vinculando tal posição a questões estruturais ou tendências de longa duração da política, economia e cultura. Mas tal leitura, quando levada às últimas consequências, acaba por anular as diferentes opções que estavam, em jogo, e

pior: a própria capacidade dos indivíduos de agirem de acordo com suas razões, apenas como marionetes de forças transcendentais.

No primeiro capítulo, localizamos neste problema os motivos que levaram D. Antônio a ser um assunto de difícil compreensão para a historiografia e sempre envolto de polêmicas. Pensar em D. Antônio implica em reabrir o campo das possibilidades e, desta forma, foi necessário desde muito cedo controlar o significado das suas ações, o que acabou prendendo-o a uma série de preconceitos e percepções que necessitam ser superadas.

O que procuramos reconstituir ao longo dos segundo e terceiro capítulos foi esta possibilidade histórica que começou com uma luta interna da casa de Avis, entre D. João III e o infante D. Luís quanto aos rumos do reino. Este conflito abriu uma fissura que não parou de aumentar e que tornou possível que D. Antônio, prior do Crato, homem destinado a ocupar um papel secundário na família real, tornasse-se uma importante liderança política, que acabou por um dia a reivindicar a coroa portuguesa. Seu fracasso não revela a sua irrelevância, pelo contrário, tratou-se de uma força interna que somente foi derrotada através da mobilização da máquina de guerra da monarquia espanhola.

A trajetória singular de D. Antônio pela sociedade portuguesa revela o drama destes ilegítimos que ao mesmo tempo são instrumentos para o fortalecimento das monarquias e um perigo para a sua unidade. Ocupar o papel que outrora foi do infante D. Luís era um objetivo político tanto pessoal como uma expectativa daquela sociedade. Mas trilhar este difícil caminho foi uma opção motivada porque algo muito sério levou D. Antônio a abandonar os planos de seu pai e de seu tio, isto é, de ser um defensor da ortodoxia católica no reino. Ao optarmos por enfatizar esta busca por ocupar o papel que seu pai tinha na corte, que permite esclarecer suas ações políticas e o jogo de representações dela, acabamos por mais uma vez nos desviar daquele outro D. Antônio, formado dentro do humanismo cristão português, profundo conhecedor do latim e apreciador dos salmos e que fez da prática da caça e da música uma espécie de isolamento dos problemas do mundo – todos ocasionados pela sua difícil condição de bastardo. Este D. Antônio, infelizmente, não foi possível desvendar.

O antonismo foi um fenômeno social expressivo do Portugal quinhentista. Os diferentes grupos insatisfeitos com os rumos do reino ou da sua pouca capacidade de participar das decisões políticas foram aos poucos construindo uma alternativa em torno do filho do infante D. Luís. Tal possibilidade encontrava-se suficientemente madura

para ser capaz de fazer frente à pretensão de Filipe II e ter forças para sobreviver como uma corte no exílio e um movimento clandestino por décadas. Sua composição social permite caracterizar como um movimento formado por uma nobreza ligada tanto a casa do infante D. Luís quanto ao norte da África, pelas elites municipais e, principalmente, pelo clero universitário.

O que nos leva ao problema mais complexo da temática antonista que é a análise de seu pensamento político, campo que apenas procuramos fornecer suas linhas gerais, mas que ainda possui uma rica documentação a ser explorada. O pensamento antonista parece estar situado dentro de um conjunto de crenças da sociedade portuguesa bem localizada. Desta forma, o patriotismo pode ser perfeitamente compreendido como uma crença importante deste grupo sem querer ver nisso um espírito nacional ou algo sem forma e vago.

A coesão do pensamento antonista somente parece existir quando percebemos o quanto ele se remete a uma situação anterior a 1540. O que significava um reino sem jesuítas, uma política forte no norte da África, a permanência de uma Igreja anterior às medidas tridentinas, a uma política mais tolerante aos cristãos-novos e uma aproximação maior com a França e Inglaterra do que com Castela. Certamente, um hipotético reinado de D. Antônio I tinha todas as condições para ter sido uma experiência sem paralelos na política portuguesa, mas o seu preço talvez fosse o afastamento das potências católicas e o alinhamento com as forças protestantes ou infiéis. O antonismo parece ser um movimento “conservador”, se é que seja possível empregar tal palavra, que revela bem o quanto as difíceis decisões tomadas no reinado de D. João III e durante as regências não foram amplamente aceitas.

Apesar de nossos esforços, reconhecemos que ainda é muito cedo para fornecermos um retrato preciso de quem foi D. Antônio ou uma definição satisfatória do antonismo. Os quatro capítulos desta dissertação não têm a pretensão de fornecer uma nova interpretação para estes fenômenos históricos, pois após quase cinco décadas sem estudos inéditos, era necessário aceitar a tarefa de retomar muitas discussões e problemas preliminares antes que reflexões mais aprofundadas sejam possíveis. Esperamos que este trabalho contribua para uma nova compreensão sobre este tema.

Contudo, nossas investigações sugerem que muitas das temáticas deste período continuarão sem esclarecimento ou ao menos estagnadas caso não seja resolvida outra questão importantíssima: a presença subterrânea e por vezes perturbadora do infante D. Luís na sociedade portuguesa do século XVI. A sua casa senhorial parece exercer

uma influência capaz de eclipsar a própria coroa portuguesa. Seu papel na cultura não é menos intrigante, pois financiou tanto os mais destacados artistas do humanismo português como criou as bases para que a ortodoxia católica triunfasse. A história da crise dinástica portuguesa parece ser dominada por sua imponente figura: tanto construiu as pontes que ligaram a corte espanhola à portuguesa, como foi aquele que mais veementemente lutou contra a união dinástica. Mesmo morto, sua memória e feitos animaram os espíritos dos portugueses que marcharam para Alcácer-Quibir. A grande pergunta que precisa ser respondida é: quem era afinal o infante D. Luís?

Bibliografia:

Fontes manuscritas:

Fóra Velháco quer dizer a Liberdade de Portugal. [s.l]: [s.e], c.1589. BNL, COD. 288.
Chancelaria de D.Sebastião, D.Henrique, D.Antônio. Livro 40, flº 253-254v, ANNT.
Corpo Cronológico, Parte I, mc. 73, nº 5 e nº 8, ANTT.

Fontes impressas:

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA: *Memorias de litteratura portugueza*: Lisboa: Academia das Ciências, 1812. Vol.VIII, parte I
- ANDRADE, Francisco de. *Chronica do muyto alto e muyto poderoso rey destes reynos de Portugal dom João o III deste nome.* Coimbra: Na Real officina da universidade, 1796.
- ANDRADE, Jacinto Freire da. *Vida de Dom João de Castro: quarto viso-rei da India / escripta por Jacinto Freire de Andrade, impressa conforme a primeira edição de 1651 Ajuntão-se algumas breves notas auctorizadas com documentos originaes e ineditos por D. fr. Francisco de S. Luiz.* Lisboa: Typografia da Academia, 1835.
- As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960- 77, Vols. I e VI.
- BRANDÃO, Mario. Alguns documentos relativos a 1580. In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.* Vol. 16, 1944.
- Chronica do cardeal rei D. Henrique e vida de Miguel de Moura.* Lisboa: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1840.
- Coleccion de Documentos Ineditos para La Historia de España* (CODOIN). Vols. III e IV, 1843.
- CONCEIÇÃO, Claudio da. *Gabinete Histórico.* Tomo II. Lisboa: Impressão Regia, 1818.
- CONESTAGGIO, Franchi, *Dell'Unione del Regno di Portogallo a la Corona di Castiglia.* Gênova: Appreffo Girolamo Bartoli, 1585.
- CORDOBA, Luis Cabrera de, *Historia de Felipe II.* Madrid, 1619.
- COSTA, Mário Alberto Nunes. Os arquivos del-rei D.Antônio e de seus servidores. In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.* Vol. 22, Coimbra: Coimbra Editora, 1956.
- COSTA, Antonio Carvalho da. *Corografia Portugueza e descripçam Topografica.* Tomo I e II. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes. 1706, 1708.
- COUTO, Diogo do. *Década V, parte I, livro III, cap. VIII.*
- DÍAZ-PLAJA, Fernando (org.). *Historia de España en sus documentos: siglo XVI.* Madrid: Cátedra, 1988.
- ESCOBAR, Antonio. *Verdadera recopilación de la felicíssima jornada que la Cathólica Magestad del rey don Felipe nuestro señor hizo en la conquista del reyno de Portugal.* Valencia: Pedro de Huete, 1586. In: *Anexos de la Revista Lemir*, 2004. Introdução y edición de Amparo Alpañes.
- FIGUEIREDO, Frei Manoel. *Dissertação historico-critica-apologetica, e convincente da novissima opiniao, que seguio, que o Infante D. Luiz Duque de Beja fora desherdado do direito de successao do Reino, pela desigualdade do casamento.* Lisboa: na Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1788.

- FRIAS, Pedro de. *Crônicas del-Rei D.António*. Estudo e leitura de Mário Alberto Nunes Costa. Coimbra: Coimbra Editora, 1955.
- GÓIS, Damião de. *Chronica D'El-Rei D.Manuel*. Vol.III. Lisboa: Escriptorio, 147 rua dos Retrozeiros, 1909.
- _____. *Opúsculos Históricos*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1945.
- HERRERA, D.António, *Cinco libros de la Historia de Portugal y conquista de las islas de los Açores en los años de 1582 y 1583*. Madrid: s.e, 1591.
- Jornada de África del Rey D.Sebastião escrita por um homem africano*. Lisboa: Livro Aberto, 2004.
- Letters of the Court of John III King of Portugal / the portuguese text*, ed. with an introd. by J. D. M. Ford and L. G. Moffatt. Cambridge [Mass.]: Harvard University Press, 1931.
- LIMA, Luis de Torres de. *Avizos do ceo, successos de Portugal, com as mais notaveis cousas que aconteceraõ [&c.]*. Novamente correctos por M.A. Monteiro de Campos. [Lisboa]: Officina de Manoel Antonio Monteiro, 1761.
- LÔBO, Francisco Rodrigues. *Côrte na Aldeia*. 3 ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1972.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Memorias para a historia de Portugal que comprehendem o governo delrey D.Sebastiaõ único em nome e décimo sexto entre os Monarcas Portugueses. Do anno de 1568 até o anno de 1574*. Tomo III, Lisboa: Officina Sylvianna, 1754.
- OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de (org). *Fontes Documentais de Veneza referentes a Portugal*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Impr. Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- _____. *Veneza e Portugal no Século XVI: Subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.
- PORREÑO, Baltasar. *Dictos y hechos del señor rey Don Felipe Segundo*, Cuenca, 1628.
- PORTUGAL, Cristovão de. *Lettre que le seigneur Dom Christophle fils de deffunct Roy de Portugal, Dom Anthoine a escript sus un nom posé à Dom Christophle de Moura (Paris, 3 sept. 1609)*. Lyon: Jean Poyet; Paris: par Guillaume Marette, 1610.
- PORTUGAL, D.José Miguel João de. *Vida do Infante D.Luiz. escrita por D.Jozé Miguel Joaõ de Portugal*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.
- RESENDE, Garcia de. *Crónica de Dom João II e Miscelânea por Garcia de Resende*. Nova ed., conforme a de 1798 / com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- SALVADOR, Vicente. *História do Brasil, 1500-1627*. 7º Ed. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.
- SOARES, Pero Roiz. *Memorial – Actas da Universitatis Conimbrigensis*. (1ª edição integral do manuscrito encontrado na Universidade de Lisboa). Leitura e revisão M. Lopes de Almeida. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1953.
- Sommaire déclaration des justes causes et raison qui ont meu & meuvent le tres haut & tres puissant prince don Anthoine roy de Portugal, des Algarbes, & de faire, & de continuer la guerre, tant par mer que par terre, au roy de Castille, & à tous ceux qui lui donnent & donneront faveur, & aide en quelque mani ere que ce soit*. Tours: [S.n], 1582.
- SOUSA, D. Antônio Caetano de. *Memorias Historicas, e genealógicas dos grandes de Portugal*. Lisboa: Oficina Sylviana, 1755.

- _____. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo III. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1947.
- _____. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II Parte II. Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1948.
- SOUSA, Luiz de. *Anais de D.João III*. Vol. I e II. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1938.
- _____. *A vida de D.Frei Bertolameu dos Mártires*. S.l.: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- SOUSA, Manuel de Faria. *Europa Portuguesa*. Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1678-1680.
- TEIXEIRA, José. *Le miroir de la procedure de Philippe Roy de Castille en l'usurpation du Royaume de Portugal,... [Texte imprimé] nouvellement trad. de latin (du P. J. Teixeira) en françois par J. D. M. (Jean de Montlyard); avec les annotations de I. I. F. A. V. I. C. G.* Paris: Claude de Montr'oeil Jean Richer, 1595.
- The Explanation of the true and lawfull right and title, of the moste excellent prince, Anthonie the first of that name, King of Portugall, concerning his warres, againste Phillip King of Castile, and against his Subiectes and adherents, for the recouerie of his kingdome. Together vvith a briefe hiftorye of all that hath paffed aboute that matter, vntill the yeare of our Lord 1583.* Leyden: Chriftopher Plantyn, 1585.
- The Royal Penitent: or, The Psalmes of Don Antonio King of Portugal; In which a Sinner confeffes his faults, and implores the Grace of God.* Londres: John Dakins, 1659.

Obras de referência:

- A.H de Oliveira MARQUES, SERRÃO. Joel; (dir). *Nova história de Portugal*. V. 5. *Portugal: do renascimento à crise dinástica*. DIAS, de João José Alves (cor). Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- MARTINEZ, P.S. *História Diplomática de Portugal*. Lisboa, Verbo, 1986.
- MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. Vol. III e IV.
- PERES, Damião. *Historia de Portugal, edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade*. Portucalense Editora, 1938 Vol.V.
- REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. 9 Vols, São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- REBELLO DA SILVA, Luiz Augusto. *Quadro elementar das relações políticas e diplomaticas de Portugal*. Vol. XVI Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1858.
- _____. *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*. Vol.II. Lisboa: Imprensa nacional, 1860-1871.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. 3 Lisboa: Verbo, 2003.
- SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de história de Portugal*. 6 vols. Porto: Figueirinhas, 2002.
- TENGARRINHA, José (Org). *História de Portugal*. 2º Ed, Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.
- THEMUDO, Manuel; TEIXEIRA, Nuno Severino (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. HESPAÑHA, António M. Hespanha (cor.). Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Livros, artigos e teses:

- ALBUQUERQUE, Martim de. A consciência Nacional Portuguesa: Ensaio de História das Ideias Políticas. Vol. I. Lisboa: Tipografia Guerra, 1974.
- _____. *O valor politológico do sebastianismo*. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*, 2º Vol. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000a.
- _____. Acerca de Fr.José Teixeira e da Teoria da Origem Popular do Poder. In: *Estudos de Cultura Portuguesa*, 2º Vol. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000b.
- _____. *Estudos da Cultura Portuguesa*. Vol.2. S.l: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000c.
- ALMEIDA, M. Lopes de. BRANDÃO, Mario. *A Universidade de Coimbra: Esboço da sua história*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1937.
- AMARAL, Sérgio Alcides Pereira. *Desavenças, poesia, poder e melancolia nas obras do doutor Francisco de Sá Miranda*. São Paulo, 2007. 324 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Introdução à filosofia contemporânea*. Trad. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- ARAUJO, Joaquim de. *Dom Antonio, Prior do Crato. Notas de Bibliografia*. Lisboa: S.e, 1897 e *Bibliographia Historica. - Dom Antonio, Prior do Crato*. Livorna, 1899.
- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. São Paulo: Nova Cultural. 1999.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Brasília: UnB e São Paulo, Ed.Martins Fontes, 1982.
- AUSTIN, J. L. *How to do things with words: the William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- AZEVEDO, Maria Antonieta de. O prior do Crato, Filipe II de Espanha e o trono de Portugal: algumas notas bibliográficas (séc.XVI). In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. 31, 1947.
- BARATA, Antonio Francisco. D.António, Prior do Crato. In: *Arquivo Histórico Português*. Vol.VII, 1909, p. 119-121.
- BARBOZA Fº, Rubem. *Tradição e Artificio. Iberismo e Barroco na formação americana*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: IUPERJ/Ed. Da UFMG, 2000.
- BAPTISTA, A.Virginio. *Açores e o governo do rei D. Antonio, prior do Crato 1580-1583*. Barcelos: Portucalense, 1932.
- BELLO, Conde de Campo. *A Soberana Militar Ordem de Malta e a sua acção em Portugal*. Porto: Tipografia Porto Medico, 1931.
- BERCÉ, Yves-Marie. *O Rei oculto. Salvadores e impostores. Mitos políticos populares da Europa moderna*. São Paulo. Imprensa Oficial/Edusc, 2003.
- BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada (org.). *A memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1991.
- BEVIR, Mark. The errors of linguistic contextualism. *History and Theory*, Vol. 31, nº 3, p.276-298, 1992.
- _____. *A Lógica da História das Ideias*. Trad. Bauru: SP: Edusc, 2008.
- BLOCH, Marc. *Os Reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- _____. *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*. Trad. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BORRADORI, Giovanna. *A Filosofia Americana: Conversações*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BOUZA ALVAREZ, Fernando Jesus. *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*. Madrid: Universidade Complutense, 1987. Vol. I e II.
- _____. Retórica da imagem real: Portugal e a memória figurada de Felipe II. *Penélope: Fazer e desfazer História*. Lisboa: Quetzal, n.4, Nov, 1989.
- _____. *Portugal no Tempo dos Filipes – Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa, Edição Cosmos, 2000.
- _____. *Corre manuscrito. Uma historia cultural Del Siglo Del Ouro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- _____. Cultura escrita e história do livro. A circulação manuscrita nos século XVI e XVII. *Leituras*. Rev. Bibl. Nac. Lisboa, n° 9-10, Out. 2001-2002.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. Trad. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRANDÃO, Mario. *O Colégio das Artes*. Vol. I e II (155-1580). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929 e 1933.
- _____. *Coimbra e D.Antonio, Rei de Portugal*, 3 Vols. Coimbra: 1939, 1945, 1947.
- BRAGA, Paulo Drumond. Os Perdões de D. Antônio, Prior do Crato. In: Separata da revista *Brigantina*, v. XIX, N° ¾, Junho – Dez, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 3 Vols. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- _____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVI*. Trad. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BUESCU, Ana Isabel. *Catarina de Áustria. Infante de Tordesilhas. Rainha de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- BUESCU, Ana Isabel. *D.João III*. S.L: Temas & Debates, 2008.
- BURCKHARDT, Jacob. *O Renascimento Italiano*. Trad. Lisboa: Editorial Presença. 1973.
- BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna*. Trad. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- _____. *As Fortunas d'O Cortesão*. Trad. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997a.
- _____. A Invenção da Biografia e o Individualismo Renascentista. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n°. 19, 1997b.
- _____. *Variedades de história cultural*. Trad. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALDAS, João. *História de um Fogo-Morto (subsídios para uma História Nacional)*. Porto: Viana do Castelo, Porto, 1903.
- CARDOSO, Patrícia. Um rei não morre. Poder e justiça em duas tragédias portuguesas. *Revista Letras*. Curitiba: Editora UFPR, n°68, jan/abr, 2006.
- CARREIRA, José Nunes. *Dois Mestres de Antigo Testamento em Coimbra: Frei Heitor Pinto e Paulo de Palácio e Salazar*. In: Separata de Didaskalia, Vol. VI, 1976.
- CARVALHO, Joaquim de. *Estudos sobre a cultura portuguesa do XVI*. Vol.2. Coimbra: 1948.

- CARVALHO, José Adriano de, *Le christianisme humaniste dans les dialogues de Fr. Heitor Pinto*. Paris: Fond. Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1984.
- CARVALHO, Joaquim de. *Obra Completa*. Vol. II, III, VI e VII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas. As *Instruções* de D. Francisco de Portugal, Marquês de Valença, a seus filhos. Um texto para a Jacobeia? *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.º 1, 2004.
- CASTELO BRANCO, Camilo. *D. Luís de Portugal, neto do prior do Crato (1601-1660)*. Porto: Livraria Civilização, 1881.
- _____. *Sentimentalismo e historia: D. Antonio prior do Crato. Eusebio Macario*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1879.
- CASTILHO, Julio de. *Lisboa Antiga*. 2 ed. Lisboa: Bertrand - José Bastos, 1902.
- CASTRO, Armando. *A estrutura dominial portuguesa dos séculos XVI a XIX (1837)*. Lisboa: Caminho, 1992.
- CASTRO, Maria de Fátima de. De Braga a Roma – Relíquias no caminho de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. In: *Via spiritus*, n.º 8, 2001.
- CENTENO, Yvette K. (org.). *Portugal mitos revisitados*. Lisboa: Salamandra, 1993.
- CHAUNU, Huguette et Pierre. *Séville et l'Atlantique, 1504-1650*. Paris: A. Colin, 1955-1959.
- _____. *La Espana de Carlos V*. 2 Vols. Barcelona: Edicions 62, 1976.
- CLARCK, Elizabeth A. *History, Theory, Text – Historians and the linguistic turn*. Havard University Press, 2004.
- CORETH, Emmerich. *Questões Fundamentais de Hermenêutica*. Trad. São Paulo: Ed. E.P.U Ltda, 1976.
- COSTA, Mário Alberto Nunes. D. António e o trato inglês da Guiné: 1587-1593: estudo e leitura de documentos. In: *Boletim cultural da Guiné portuguesa*. Vol. VIII, n.º 32 (1953), p. 683-797.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A questão jurídica na crise dinástica*. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal*. Vol. III. Lisboa: Estampa, 1993.
- _____. Nobreza, rivalidade e clientelismo na primeira metade do século XVI – Algumas reflexões. Lisboa: Quetzal *Penélope*, n.º 29, 2003.
- CURTO, Diogo Ramada. *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Centro de Estudo de História e Cultura Portuguesa, 1988.
- _____. Ó Bastião! Ó Bastião ! (Actos políticos e modalidades de crença, 1578-1603). In: Yvette Centeno (Org.). *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa, Salamandra, 1993.
- _____. *A cultura política em Portugal (1578-1642): comportamentos, ritos e negócios*. Lisboa: [s.n.], 1994.
- CRUZ, António. *Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. 2 Vols. Porto, 1964.
- DANTAS, Júlio. Testamento e Morte do Rei D. António (O Maço 5.º dos Manuscritos de Leefdael). *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, v. XI, n.º, 43 e 44 (Jan-Junho de 1936).
- DAVIDSON, Donald. Actions, Reasons, and Causes. In: *The Journal of Philosophy*, Vol.60, N.º 23; p. 685-700, 1963.
- _____. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- _____. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- _____. *Problems of Rationality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- _____. *Truth, Language and History*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie. Espoirs et désespoir de l'Infant D. Luís. *Mare Liberum*. n° 3, Dezembro, 1991.
- _____. *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos – Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*. Lisboa: Difel, 1992.
- DIAS, Luís Fernando de Carvalho. Fr. Heitor Pinto (Novas achegas para a sua biografia). In: *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXI. Coimbra, 1953, p. 173-174.
- DIAS, João José Alves. *Uma grande obra de engenharia em meados do século XVI: a mudança do curso do rio Tejo*. [Lisboa]: Estampa, 1984.
- DOMINGUES, Mário. *O prior do Crato contra Felipe II*, Lisboa: Romano Torres, 1965.
- DOSSE, François. *A História do Estruturalismo*. Vols. I e II. Trad. São Paulo: Ensaio; Campinas; São Paulo, Editora da Universidade de Campinas, 1993.
- _____. *A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. Trad. São Paulo: UNESP, 2001.
- _____. *A História*. Bauru - São Paulo: EDUSC, 2003.
- DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines: 27 de Julho de 1214*. Trad. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. I e II. Trad. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- _____. *Sobre o Tempo*. Trad. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1998.
- _____. *A sociedade de corte*. Trad. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- ELLIOTT, John. *La Europa Dividida (1559-1598)*. Trad. Madrid, Siglo Veintiuno s.a., 1973.
- _____. *The Count-Duke of Olivares. The statesman in an age of decline*. London, Yale University Press, 1986.
- _____. *La decadencia de España*. In: AAVV. *La decadencia económica de los imperios*. Madrid, Alianza Editorial, 1989.
- ELTON, G.R. *England under the Tudors*. Methuen&Co, London, 1974.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A Revolução da Cultura Impressa. Os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998.
- FERNANDES, Maria. *O Rei D. António*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944.
- FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *La arqueología del saber*. Mexico: Siglo XXI, 1970.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fonte, 2002.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 2 Vol. 6 ed. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes: Editora Universitária São Francisco, 2004, 2007.
- CATROGA, Fernando. José Luis Reis; MENDES TORGAL, José Maria Amado. *Historia da Historia em Portugal: sécs. XIX-XX*. 2. Vols. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- GLETE, Jan. *Warfare at Sea 1500-1650*. Great Britain: Routledge, 2000.

- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Historiografia Portuguesa. Revista de História*, n° 21 & 22. Vol.X. Ano VI, 1955.
- _____. 1580 e a Restauração. In: *Ensaio sobre a história de Portugal*. Tomo II. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1968.
- _____. *A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- GOMES, Marques. *O Prior do Crato em Aveiro (1580). Notas e documentos*. Aveiro: S.e, 1894.
- GOMES, Rita Costa. *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Linda-a-velha: DIFEL, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *Memoire collective*. Paris, Presses Univ. de France, 1950.
- HALE, John R. *The Civilization of Europe in the Renaissance*. Touchstone, 1993.
- _____. *War and society in renaissance Europe 1450-1620*. McGill-Queen's University Press, 1998.
- HERCULANO, Alexandre. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Porto Alegre: Editora Pradense, 2002.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado, A construção do sebastianismo em Portugal séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- _____. *As Vésperas do Levianthan*. Coimbra. Livraria Almedina, 1994.
- _____. *A emergência da História. Penélope*. Lisboa: Quetzal, n°5, 1991.
- IRIA, Alberto. *Da importância geo-política do Algarve, na defesa marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1976.
- JOHNSON, Paul. *Elizabeth, a study in power and intellect*. S.l, S.e, 1974.
- KAGAN, Richard L. *Lucrecia's dreams*. Berkeley, London, University of California Press, 1990.
- KAGAN, Richard L; PARKER, Geoffrey (orgs). *Espana, Europa y el Mundo Atlántico. Homenaje a John H. Elliot*. S.l: Marcial Pons, 2001.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Morrer pela pátria*. Trad. Lisboa: João Sá da Costa, 1999.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo; Salvador: HUCITEC: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KAYSERLING, Meyer. *História dos Judeus em Portugal*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas - São Paulo: Editora Unicamp, 1996.
- LIMA, Gervásio. *A Batalha de Salga: Na Terceira em 25 de Julho de 1581*. S.l: s.n, 1925.
- LIMA, Pires de. O Ataque dos Ingleses a Lisboa em 1589 contada por uma testemunha, anotado e precedido de uma introdução sobre as “Alterações do Reino”. In: *Lisboa e seu Termo: Estudos e Documentos*. Lisboa: s.n, 1947.
- LYNCH, John. *España bajo los Austrias*. Barcelona: Península, 1982.

- MARQUES, João Francisco. Fr.Miguel dos Santos e a luta contra a União Dinástica. O contexto do falso D.Sebastião de Madrigal. In: *Revista da Universidade de Letras – História*. II Série, Vol.XIV, Porto, 1997, p. 331-388.
- MASCARENHAS, J. A. de Oliveira. *O Prior do Crato: romance histórico*. 3 Vols. Lisboa: Tip. Lusitana, 1902.
- _____. *Os filhos do prior do Crato*. Lisboa: F.A. de Miranda e Sousa, [19--?].
- MATOS, Jorge de. *O Pintor Francisco de Holanda e as Armas do Prior do Crato – Uma reflexão Epistolográfica. Separata de Tabardo Nº 1*. Lisboa: Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, Universidade Lusíada – Livraria Bizantina, 2002.
- MATTOSO, José. *Portugal medieval – novas interpretações*. 2 Ed. Imprensa nacional, Casa da Moeda, 1992.
- _____. *A escrita da História – teoria e método*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Jovem Rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal, século XIII a XVI*. São Paulo: Editora Hucitec, 2003.
- _____. *O Rei ausente: festas e cultura política nas visitas dos Felipes a Portugal (1581 e 1619)*. São Paulo: Alameda, 2004.
- MENDONÇA, Manuela. *D.João II: Um percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- MENEGAZ, Ronaldo. O Indesejado, de Jorge de Sena: O rei que foi apenas um homem. *Revista Semear*, nº 6.
- MENESES, Avelino de Freitas de. Insegurança e revolta nas relações entre açorianos e soldados estrangeiros (1580-1590). *Revoltas e Revoluções, Revista de história das idéias*. Universidade de Coimbra, Vol.6, p. 193-222, 1984.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes, *O Rei no Espelho*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Ensayos de historiografía antigua y moderna*. Trad. México: Foudo de Cultura Econômica, 1993.
- OLIVEIRA, António. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- _____. *Oposição política em Portugal nas vésperas da restauração*. In: *Cuadernos de Historia Moderna*. Madrid: Edit. Universidade Complutense, nº 11, p. 77-98, 1991.
- OLIVEIRA, Manuel Alves de. Guimarães na educação do Infante D.António, prior do Crato. *Boletim de trabalhos históricos*. Vol.25, nº1-4, S.l: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1965.
- OSÓRIO, Jorge A. O humanismo: a intersecção da História cultural com a História literária. *Separata da Revista da Faculdade de Letras Línguas e Literatura*, Anexo I. Porto: Faculdade de Letras, p. 209-231, 1987.
- PAIVA, José Pedro. *Os dominicanos e a inquisição em Portugal (1536-1614)*. Braga: s.l., 2005.
- _____. Bishops and Politics: The Portuguese Episcopacy During the Dynastic Crisis of 1580. *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 4, Nº 2, Winter, 2006.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el Camino Español*. Trad. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

- _____. *La gran estrategia de Felipe II*. Trad. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- _____. *La Revolución Militar*. Trad. Madrid: Alianza Editorial, 2002.
- _____. *Felipe II*. Trad. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- PEREIRA, Belmiro Fernandes. A edição conimbricense da *Rhetorica* de Joachim Ringelberg. *Península, Revista de Estudos Ibéricos*. N°1, p. 201-213, 2004.
- PERES, Damião. *1580. O governo do prior do Crato*. Barcelos, 1928.
- POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian moment: florentine political thought and the atlantic republican tradition*. 2. Ed Princeton: Princeton University Press, 2003.
- _____. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da USP, 2003.
- POLÓNIA, Amélia. *D.Henrique*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.
- POMBO, Padre Manuel Ruela. *El-Rei D.Antônio I (Prior do Crato) – Reflexões Diversas – Documentos Inéditos – Lição Moral*. Edição da Revista 1640, Lisboa: Sociedade Astórias, 1947.
- PONTES, J.M. da Cruz. *António de Sena, um português na história do tomismo*. Guimarães: Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, 1981.
- PUTNAM, Hilary. *Reason, Truth and History*. Cambridge: University Press, 1981.
- QUINE, W.O. *Palabra y objeto*. Trad. Barcelona: Editorial Labor, 1968.
- QUINE, W.O.; ULLIAN, J.S. *The Web of Belief*. New York: Random House, 1970.
- REIS, Pedro Batalha. Númaria d'el-Rei D.Antônio décimo oitavo rei de Portugal, o ídolo do Povo. *Academia Portuguesa de História, Anais, Ciclo da Restauração de Portugal*, vol. XI, 1946.
- RICARD, Robert. Pour une monographie de l'infant D.Luis de Portugal. In: *Charles Quint et son temps*. Centre National de la Recherche Scientifique, 1959.
- RICOEUR, Paul. *História e Verdade*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.
- _____. The Model of the Text: Meaningful Action Considered as a Text. *New Literary History*, Vol.5, No. 1, What Is Literature?, (Autumn, 1973)
- _____. *O Conflito das Interpretações*. Porto: RÉS-Editora, 1988.
- _____. *Do texto à Ação*. Porto: RÉS-Editora, 1989.
- _____. *O Si-mesmo como um Outro*. São Paulo: Papirus Editora, 1991.
- _____. *Tempo e Narrativa*. 3 Vols. São Paulo: Papirus, 1994, 1995 e 1997.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.
- RICHTER, Melvin. Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the *Geschichtliche Grundbegriffe*. *History and Theory*. Vol. 29, n° 1, p. 38-70, 1990.
- RINGER, Frank K. Causal Analysis in Historical Reasoning. *History and Theory*, Vol. 38, n°2, p. 154-172, 1989.
- RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo I, Porto: Apostolado da Imprensa, 1931.
- RODRIGUES, Manuel Augusto. *A cátedra de Sagrada Escritura na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Inst. de Estudos Históricos, 1974.
- RODRIGUES, Maria Idalina Resina. "Frei Luís de Granada e a Companhia de Jesus" In: *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs. XVI e XVII: Espiritualidade e cultura: actas do Colóquio Internacional, Maio 2004*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Cultura Portuguesa;

- Universidade do Porto, Centro Inter-universitário de História da Espiritualidade, 2004.
- RODRIGUES, Urbano Tavares. *Os cadernos secretos do prior do Crato*. Lisboa: Dom Quixote, 2007.
- SANCEAU, Elaine. *D. João de Castro*. Porto: Livraria Civilização, 1946.
- SANTOS, Cândido Dias dos. *Os monges de S. Jerónimo em Portugal na época do Renascimento*. Porto: INIC, Centro de História da Universidade do Porto, 1980.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. Novas aproximações ao Antigo Regime português. *Penélope*, Lisboa: Quetzal, n°22, 2000.
- _____. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Reinado de D. Antonio, Prior do Crato. (1580-1582)*. Vol. I, Coimbra: 1956.
- _____. *Fontes de Direito para a história da sucessão de Portugal*. Coimbra: [s.n.], 1960.
- _____. *A Historiografia Portuguesa*. Vol. I - III. Lisboa: Editorial Verbo, 1971, 1972, 1974.
- _____. *Itinerários de El-Rei D. Sebastião 1568-1578*. 2 ed. corrigida e aumentada. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1987.
- _____. *Figuras e caminhos do renascimento em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- _____. *O tempo dos filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa, Colibri, 1994.
- SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. *Tempo*, vol.12, n°24, 2008.
- SKINNER, Quentin. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, Vol. 8, N° 1, p. 3-53, 1969.
- _____. Hermeneutics and the Role of History. In: *New Literary History*, Vol. 7, N°1, p. 209-232, 1975.
- _____. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- _____. *Lenguaje, política e historia*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2007.
- SILVA, J. de Brito e. *Fr. Heitor Pinto estudante e professor da Universidade de Coimbra: subsídio para a sua biografia universitária*. Coimbra: Impr. da Universidade, 1925.
- SOUSA, Tude Martins de. Tomaz Cacheiro – Criado do Prior do Crato. In: Separata do Vol. III dos *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: s.l, 1938.
- STELLA, Roseli Santaella. *Brasil durante el gobierno español*. Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2000.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
- TORGAL, José Luis Reis. *História e ideologia*. Coimbra. Livraria Minerva. 1989.
- VALENTIM, Carlos Baptista. *O Infante D. Luís (1506-1555) e a investigação do mar no renascimento*. Dados para uma biografia “completa”. Lisboa: Academia da Marinha, 2006.
- VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

- VAZ, João Pedro. *Campanhas do prior do Crato (1580-1589) - Entre reis e corsários pelo trono de Portugal*. Lisboa, Tribuna, 2005.
- VELLOSO, Queiroz. *A Dominação Filipina*. Coimbra: Coimbra Editora, 1930.
- _____. (1554-1578). 2 ed. Lisboa, Empresa nacional de Publicidade, 1935.
- _____. Cap. XVI – O Interregno. In. PERES, Damião (dir). *Historia de Portugal*. Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. Vol. V. Barcelos: Portucalense Editora, 1938.
- VEIGA, Carlos José Margaça. Entre o rigor do castigo e magnanimidade da clemência: os perdões concedidos por Felipe II a Portugal. *Mare Liberum*. n.º 10, Dezembro, 1995.
- _____. Reforma Tridentina e Conflitualidade: O Litígio entre o Bispo da Guarda, D.João de Portugal, e o Cardeal D.Henrique. In: *Amar, Sentir e Viver a História – Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa, Edições Colibri, 1995b.
- VERSOS, Maria Inês. Os cavaleiros de São João de Malta em Portugal de D.João V às vésperas do liberalismo. *Penélope*. Lisboa: Quetzal, n.º 17, p. 109-120, 1997.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília, Editora UNB, 1998.
- VILLAS-BOAS, Francisco de Magalhães e Menezes. *Tres Bandeiras – Livro Segundo – O Prior do Crato*. Porto: Antiga Livraria Magalhães & Moniz, 1919.
- VITERBO, Souza. *As filhas do Prior do Crato*. In: Nova Alvorada, n.º 4, VI anno, Julho de 1896.
- _____. O prior do Crato e a invasão espanhola. *Revista Militar*, vol. XLIX, Lisboa: S.e, 1897.
- _____. *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI (Apontamentos para a sua história)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924.
- WEHLING, Arno. O conceito jurídico de povo no Antigo Regime. O caso luso-brasileiro. *Anais de História de Além Mar*, Vol. II, p. 199-210, 2001.